



SENADO FEDERAL

Senador ALOIZIO MERCADANTE

OBSERVATÓRIO

Coletânea de artigos sobre
a evolução do Brasil nos últimos anos

BRASÍLIA – 2009



Sumário

Apresentação.....	5
Petróleo e energia.....	9
Inclusão digital	35
Economia.....	59
Social.....	173
Política externa	223
Política	277

Apresentação

Estamos chegando

Eu não estou entre aqueles que, ao expressarem opiniões, confinam-se a fatos.

Mark Twain

Esta coletânea de artigos é um vasto e diferenciado painel que retrata o País que vem sendo criado ao longo do Governo atual.

Como fotos dispostas cronologicamente, ela conta histórias sobre as mudanças que aconteceram na nossa vida econômica e social e analisa momentos decisivos do Brasil.

O olhar por trás desses instantâneos é, sem dúvida, analítico e criterioso. Como economista, gosto de embasar meu pensamento na prova empírica, na consistência lógica dos argumentos. Contudo, esse meu olhar não tem frieza. Há, nessas fotografias, o olhar apaixonado do político que sempre sonhou o sonho coletivo do País justo, solidário e desenvolvido.

Por isso, nesses artigos há muitas opiniões, comentários, críticas e, acima de tudo, a defesa intransigente de um projeto de país que, do meu ponto de vista, vem frutificando em todas as esferas da vida nacional.

Com efeito, o Brasil vem progredindo muito econômica, social e politicamente. Aos poucos, com crescimento econômico, inclusão social e o aprimoramento da nossa democracia, estamos, todos nós, ricos e pobres governistas e oposicionistas, chegando lá, no patamar elevado do desenvolvimento com justiça social. Chegaremos lá, tenho certeza, mesmo com os sobressaltos da grave crise mundial.

Bem sei que o projeto político que defendo não é o projeto de todos os brasileiros. Não é e não poderia ser, pois vivemos numa democracia. Mas tenho a certeza de que todos os brasileiros partilham comigo essa paixão pelo Brasil.

Assim, ofereço ao leitor esse meu olhar sobre o País, com a segurança de que todos os olhares, por mais díspares, convergem para um profundo compromisso com o Brasil.

Agradeço aos meus assessores que colaboram na minha caminhada de maneira inteligente, em especial Gerson Gomes e Marcelo Zero, e à minha assessoria de imprensa.



Geraldo Falcão

Petróleo e energia

Royalties e justiça

O Globo, 1º-6-2008

Havia mais coisas entre as camadas do subsolo marinho do que supunha a nossa geologia. O Brasil vai se tornar potência petrolífera tardia. Com efeito, as recentes descobertas na camada pré-sal são extraordinárias.

Só a jazida de Tupi, já confirmada, tem volume de óleo que oscilaria entre cinco e oito bilhões de barris. Júpiter e outros poços poderiam elevar o nosso potencial produtivo para mais de 30 bilhões de barris. O Brasil e a Petrobras foram regiamente compensados pelo esforço despendido desde a campanha “O petróleo é nosso”.

Entretanto, não devemos permitir que essa nova condição de potência petrolífera nos leve a repetir erros históricos dos países que gastaram a riqueza do “ouro negro” em importações e consumo perdulários, num processo que não resultou em desenvolvimento sustentado e prejudicou o grosso de suas populações. Assim, é necessário colocar na ordem do dia discussões sobre a alocação e distribuição da renda gerada com a produção de petróleo.

De fato, a grande maioria de especialistas da matéria concorda que a atual legislação brasileira sobre petróleo é, no mínimo, confusa e anacrônica, em especial no que tange à distribuição de *royalties* entre os entes federados.

Ao contrário dos critérios de distribuição relativos aos municípios afetados pela produção ou que têm instalações petrolíferas, que são racionais e justos, o critério dos entes federados “confrontantes” às jazidas oceânicas é parâmetro geográfico sem consistência. Assim, um município, às vezes distante mais de uma centena de quilômetros da jazida, situada em área da União, recebe a maior parte dos *royalties*. Isso é justo? Saliente-se que o critério, imposto por lei, que o IBGE usa para definir estados e municípios “confrontantes”, linhas ortogonais e paralelas que se projetam para o oceano, cria situações indefensáveis. Por vezes, municípios que estão ao lado do município “confrontante” à jazida ficam excluídos das benesses porque essa projeção cartográfica se baseia em acidentes geográficos costeiros que excluem, aleatoriamente, projeções adequadas do território.

Observe-se que em muitos países, como Colômbia, Peru, Equador e Chile, usa-se a projeção apenas por paralelas. Se adotado no Brasil, esse critério colocaria todas as reservas prospectadas do pré-sal no Estado de São Paulo.

Mas não acho o critério das paralelas justo e adequado ao Brasil. Apoio o trabalho de revisão que vem sendo feito no IBGE, baseado na projeção por linhas radiais, que redundaria em distribuição efetivamente proporcional às áreas costeiras dos entes federados.

O fato concreto é que esse critério básico de distribuição gera graves distorções. Tanto é assim que 62% dos *royalties* do País, que tem 5.564 municípios, são apropriados por apenas nove municípios do Rio, um estado que tem 92 municípios. Portanto, tais distorções não se dão apenas na distribuição dos *royalties* entre os estados, mas também na repartição nos estados.

No Rio de Janeiro, os habitantes do Município de Quissamã recebem, ao ano, quase R\$7.000,00 *per capita* de *royalties*, ao passo que os habitantes de Belford Roxo, município pobre, recebem apenas R\$13,00.

Preocupado com esse quadro, iniciei, no Senado, processo de discussão transparente para redefinir os critérios de distribuição dos *royalties*, de forma a corrigir essas graves distorções, incompatíveis com a equanimidade que o pacto federativo demanda. Infelizmente, críticos representativos e qualificados, assim como pessoas mal informadas e sem capacitação para debater, confundiram esse esforço

em prol do País como tentativa de prejudicar o Rio de Janeiro. Ora, nenhum estado será prejudicado.

Criaremos regras de transição que assegurem o mesmo nível de renda para os entes federados hoje beneficiados e, no futuro, a abundância de recursos propiciará sua justa distribuição.

Na Noruega, exceção entre os países produtores de petróleo, criou-se um fundo para financiar o desenvolvimento sustentado de longo prazo. Desse modo, a renda do petróleo é distribuída com base em critérios intergeracionais, de forma a beneficiar as gerações futuras da nação, sob o prisma de que o usufruto desse recurso finito não pode circunscrever-se às gerações atuais e a áreas geográficas específicas. Esse critério intergeracional, somado a parâmetros equânimes de distribuição entre os entes federados, tem de substituir os anacrônicos e injustos critérios atuais.

O petróleo, hoje abundante, não deve se transformar em combustível de crises federativas. Num cálculo preliminar, poderemos exportar cerca de US\$40 bilhões anuais de óleo. Que fazer com esse dinheiro? Tais recursos terão de ser investidos e distribuídos com racionalidade e justiça, na perspectiva do desenvolvimento harmônico do País.

Se assim o fizermos, o Brasil e seus entes federados, sem exceções, serão beneficiados.

Afinal, se o petróleo é nosso, seus recursos têm de ser distribuídos com justiça para os brasileiros.



Ainda o petróleo

O Globo, 6-7-2008

Em artigo anterior neste jornal e no Senado estimei discussão sobre o marco regulatório do petróleo, tendo como pano de fundo as extraordinárias descobertas do pré-sal, que mudaram inteiramente a realidade dos hidrocarbonetos no Brasil.

Alguns tentaram apenar esse debate transformando diálogo estratégico para a Nação em conflito provinciano em torno da distribuição de *royalties*. Felizmente, boa parte da opinião pública começa a perceber que a discussão proposta diz respeito ao futuro do Brasil e visa evitar que cometamos os erros históricos de muitos países produtores de petróleo, os quais gastaram mal a riqueza que poderia tê-los levado a dar salto qualitativo de desenvolvimento.

Nesse contexto, é necessário esclarecer pontos importantes. Em primeiro lugar, é imprescindível que as concessões da ANP relativas às áreas que não estão no pré-sal tenham continuidade. Tais áreas não necessitam de novas regras, já que são prospectadas com risco. Em segundo, é vital que os contratos relativos aos campos de pré-sal já

descobertos sejam respeitados. Não podemos criar incertezas jurídicas que afetem nossa confiabilidade internacional.

Agora, em relação aos campos ainda não prospectados do pré-sal são necessárias novas normas. Todas as 18 prospecções exploratórias acharam grandes quantidades de gás e óleo, uma taxa de sucesso de 100%. É possível que o pré-sal seja um gigantesco megacampo que demandaria a “unitização” das reservas, já prevista na Lei do Petróleo. Assim sendo, é muito provável que futuros leilões de exploração de campos nessa área, caso realizados com as regras atuais, não vendam concessões em contratos de risco, mas bilhetes premiados com grande retorno garantido. Ora, como o óleo das reservas pertence à União, a concessão sem risco, pela qual a propriedade do petróleo passaria à empresa, implicaria prejuízo ao interesse público.

Dito isto, creio ser necessário debater cuidadosamente o tema e julgo precipitada a proposta de criar estatal para gerir as novas reservas. No Brasil, temos empresa pública, a Petrobras, com vasta experiência e tecnologia comprovada. Por tal razão, me oponho a sua exclusão do gerenciamento das novas áreas. Ela deve ser a grande parceira do Estado brasileiro na exploração do pré-sal. Um regime de partilha bem calibrado, como defende a Petrobras, a ser gerenciado pela ANP, pode ser alternativa viável.

Deve-se rever também os critérios que embasam a distribuição das participações especiais para a União, estados e municípios. Pela norma atual, apenas os poços de grande produtividade têm de pagar até 40% do valor de sua produção em participações especiais. Por isso, entre janeiro e março deste ano, somente 14 das 74 plataformas marítimas e seis das 179 plataformas em terra pagaram essas participações. Porém, dado o preço internacional do barril, os poços têm hoje muito mais rentabilidade. A revisão desses critérios aumentaria consideravelmente o recolhimento das participações, sem prejudicar investimentos.

É necessário também rever a hiperconcentração na distribuição dos *royalties*. Nove municípios fluminenses recebem 62% do total dos *royalties* municipais, ao passo que os outros 5.555 municípios brasileiros (83 do Rio de Janeiro) pouco recebem. Com as novas descobertas

tas, tal hiperconcentração será multiplicada. Ademais, é preciso modificar os parâmetros para se definir os entes federados confrontantes às áreas de produção. Como o próprio IBGE reconhece, os critérios em vigor privilegiam os municípios com margens costeiras convexas e prejudicam muito aqueles com zonas costeiras côncavas, potencializando a hiperconcentração.

O debate essencial, contudo, tange ao uso dos recursos do petróleo. Temos de evitar a “doença holandesa”, que vitimou países da Opep, levando-os a desperdiçar sua riqueza em consumo de bens importados e gastos perdulários, a criar gigantescas burocracias e a não construir os fundamentos destinados a promover o desenvolvimento sustentado. A criação de fundo soberano, como o da Noruega, nos permitiria usar os recursos com critérios intergeracionais e investir em educação e projetos estruturantes para o desenvolvimento do Brasil.

Estamos diante de oportunidade histórica que não pode ser desperdiçada. Com os recursos do pré-sal poderemos ascender a novo patamar de desenvolvimento. Temos vantagens relativamente a muitos grandes produtores de petróleo, como economia diversificada e vasto potencial de crescimento endógeno. Mas a vantagem crucial é a democracia, que nos permite debater livremente todas as questões, inclusive, e ainda, o petróleo.

O mal do avestruz

Folha de S.Paulo, 12-8-2008

A Guiné Equatorial, minúsculo país da África, exporta 400.000 barris de petróleo por dia e tem PIB *per capita* de cerca de US\$50 mil, medido pelo poder de compra, o nono maior do mundo. Porém, apesar dessa riqueza, esse país ainda não conseguiu diversificar a sua economia, que continua dependente da exportação de *commodities*. O saneamento básico é precário e não há água potável nas torneiras. No campo social, a situação é muito ruim. A Guiné Equatorial ocupa a posição 127 no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU.

Embora o exemplo da Guiné Equatorial seja extremo, ele reflete um mal que afeta a maioria dos países exportadores de petróleo: a chamada doença holandesa. Tal doença levou esses países a desperdiçar sua riqueza em consumo de bens importados e gastos perdulários, a criar gigantescas burocracias e a não construir os fundamentos destinados a promover o desenvolvimento sustentado.

Assim, entre os 15 maiores exportadores mundiais de petróleo, apenas um tem lugar de destaque no *ranking* do IDH da ONU: a Noruega, que ocupa a segunda colocação. O resto não figura sequer entre os 30 primeiros, sendo que a maioria está abaixo da 50ª posição. Ademais, as economias desses países ainda são, em geral, pouco diversificadas e fortemente dependentes das divisas do petróleo. Trata-se de verdadeira tragédia que condena tais nações a um futuro incerto, já que o petróleo é recurso não renovável.

Pois bem, com as extraordinárias descobertas do chamado pré-sal, megajazida que pode conter entre 50 e 70 bilhões de barris de petróleo, abre-se inexoravelmente para o Brasil a estratégica questão de como investir e distribuir os volumosos recursos da exploração dos novos campos, de forma a não repetir os erros históricos dos países exportadores de petróleo e ser contagiado pela doença holandesa.

Felizmente, a doença e a tragédia a ela associada, como demonstra o exemplo da Noruega, são evitáveis. No caso do Brasil, temos algumas características que podem nos ajudar. O País já tem o 10º PIB

mundial, economia bastante diversificada, abundância de recursos naturais e mercado interno dinâmico e em crescimento. Esses fatores nos colocam em melhor posição e nos distinguem dos membros da Opep, embora continuemos a ser sociedade muito desigual.

Mas nosso grande diferencial é a democracia, que nos permite discutir todas as questões relevantes, inclusive a do petróleo. Na Noruega, tal questão foi amplamente debatida, tendo resultado na decisão do Parlamento norueguês de criar fundo soberano para gerir os recursos não-renováveis do petróleo com critérios intergeracionais, que hoje soma US\$400 bilhões. No Brasil, venho tentando iniciar a mesma discussão, pois é óbvio que o marco regulatório vigente do petróleo, elaborado há décadas, não se adapta à nova realidade.

É imprescindível debater a criação de fundo soberano para gerir os novos recursos. Da mesma forma, é preciso discutir a regulação da exploração, que não pode mais ser efetuada com base em contratos de risco, pois é provável que o risco exploratório do pré-sal, jazida quase que certamente contínua, seja zero. Outro debate que necessita ser enfrentado é a espinhosa questão da hiperconcentração dos *royalties* do petróleo, que faz com que 62% dos recursos do País sejam apropriados por apenas nove municípios do Rio de Janeiro, estado com 92 cidades. Essa hiperconcentração, que já é ofensiva ao pacto federativo, transformar-se-á em tragédia com a enxurrada dos recursos do pré-sal. Será que queremos criar uma Guiné Equatorial dentro do Brasil?

O que proponho não é um debate provinciano para ver qual estado fica com a maior parte dos recursos das novas jazidas, mas sim uma discussão estratégica para o futuro do País. Não se pretende arranhar o pacto federativo, mas fortalecê-lo mediante a distribuição e o uso mais racional dos recursos, que poderá revolucionar a nossa educação e inovação científica. Nenhuma unidade da Federação terá de fazer sacrifícios. Com os recursos do pré-sal, todas podem ganhar com a redistribuição de *royalties*.

As resistências às novas propostas são intensas. Tais resistências são legítimas e fazem parte do jogo democrático. O que não é legítimo e democrático é a intenção de alguns de não fazer o debate sobre assunto tão relevante para o País. A sociedade brasileira tem o direito de

ser informada sobre esse tema. Não se pode ignorar a nova realidade do petróleo e fazer como o avestruz, que julga que o desafio desaparece quando enterra a cabeça na terra. Cedo ou tarde, esse é um debate que o Brasil terá de fazer. Melhor cedo, ou o mal do avestruz nos conduzirá à doença holandesa e nos condenará à tragédia do petróleo.



Os campos do possível

“Poucas vezes um desafio tão sem ambiguidades se apresentou a um grupo de dirigentes, ampliando abruptamente o campo do possível... Nos próximos dois decênios, a Venezuela poderá ter saltado a barreira que separa subdesenvolvimento de desenvolvimento, sendo, quiçá, o primeiro país da América Latina a realizar essa façanha, ou terá perdido a sua chance histórica. Pelo menos sobre um ponto básico existe consenso: a inação ou a omissão do Estado não constitui uma opção.”¹

Celso Furtado

Celso Furtado escreveu essa passagem em 1974, quando o grande aumento do preço internacional do petróleo criou condições objetivas para que a Venezuela e outras economias exportadoras do petróleo pudessem dar um salto de qualidade em seu desenvolvimento. Com efeito, o embargo da Opep havia feito saltar o preço do barril

¹ FURTADO, Celso, *Ensaio sobre a Venezuela*, Contraponto, 2008.

de petróleo de US\$2.5 (1972) para US\$12.00 (1974), quase quintuplicando praticamente da noite para o dia as rendas dos países exportadores do “ouro negro”. Esse “choque do petróleo” teve consequências econômicas e geopolíticas dramáticas e provocou uma massiva transferência de recursos para as nações produtoras de hidrocarbonetos. Na época, muitos economistas, como Furtado, consideravam que tais nações poderiam ascender, em pouco tempo, à condição de países plenamente desenvolvidos.

Contudo, passados mais de três decênios, é lamentável constatar que essa oportunidade histórica foi perdida por muitas dessas nações, que ficaram presas à doença holandesa e à dependência do petróleo. Escolhas erradas ou a omissão do Estado levaram-nas a desperdiçar o que Furtado classificou como a “ampliação abrupta do campo do possível”.

Assim, boa parte desses países desperdiçou a sua notável riqueza em consumo de bens importados e gastos perdulários, criou gigantescas burocracias e não construiu os fundamentos destinados a promover o desenvolvimento sustentado. Eles foram vítimas de uma abundância esterilizante.

Ironicamente, a denominada economia do petróleo tem peso enorme no mundo. Ela gira cerca de US\$1,6 trilhão por ano e representa parcela significativa do PIB mundial. Entre as 10 maiores empresas globais, seis são empresas ligadas ao petróleo. Somente a Exxon vinha apresentando, até meados deste ano, faturamento líquido trimestral de US\$15 bilhões. Mesmo no Brasil, que não é um grande produtor, a economia dos hidrocarbonetos já representa mais de 10% do PIB.

Assim, é curioso constatar que, entre os 15 maiores exportadores mundiais de petróleo, apenas um tem lugar de destaque no *ranking* do IDH da ONU: a Noruega, que ocupa a segunda colocação. O resto não figura sequer entre os 30 primeiros, sendo que a maioria está abaixo da 50ª posição. Ademais, as economias desses países ainda são, em geral, pouco diversificadas e fortemente dependentes das divisas do petróleo. Trata-se de verdadeira tragédia que condena tais nações a um futuro incerto, já que o petróleo é recurso não renovável.

Um exemplo extremo é o da Guiné Equatorial. Esse minúsculo país da África exporta 400.000 barris de petróleo por dia e tem PIB

per capita de cerca de US\$50 mil, medido pelo poder de compra, o nono maior do mundo. Porém, apesar dessa riqueza, o país ainda não conseguiu diversificar a sua economia, que continua dependente da exportação de *commodities*. O saneamento básico é precário e não há água potável nas torneiras. No campo social, a situação é muito ruim. A Guiné Equatorial ocupa a posição 127 no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU.

Alguns autores, como Sachs e Warner², chegaram até a teorizar sobre uma “maldição dos recursos naturais”. Conforme esses teóricos, países que têm abundância de *commodities* de exportação apresentam, em média, crescimento econômico baixo, ao passo que países que carecem de recursos naturais, como os do Sudeste Asiático, têm, em geral, crescimento mais elevado, além de economias mais diversificadas. Evidentemente, esse baixo dinamismo econômico se reflete também no desenvolvimento social. Assim, os países árabes têm IDH médio de 0,699, número que está abaixo da média mundial, que é de 0,743.

A literatura econômica aponta vários fatores que afetam as economias dos países exportadores de *commodities*, especialmente aqueles que dependem do petróleo. Entre esses, destacam-se a baixa taxa de investimento nos setores não extrativistas, o que contribui para a pouca diversificação da produção; a corrupção e a malversação dos recursos públicos, que desvia preciosos recursos; o consumo perdulário de produtos importados, que neutraliza esforços de industrialização; a grande oscilação dos preços internacionais das *commodities*, que gera instabilidade macroeconômica; e o baixo investimento relativo em educação e ciência e tecnologia, que impede a estratégica construção de uma sociedade do conhecimento.

Entretanto, a “maldição dos recursos naturais” e a “doença holandesa”³ não são destinos inexoráveis a condenar todos os países

² SACHS, J. and Warner, *Natural Resources Abundance and Economic Growth*, 1995.

³ O termo “doença holandesa” deriva dos efeitos econômicos negativos que as grandes descobertas de gás natural nas costas dos Países Baixos provocaram na economia holandesa. A massiva entrada de dólares oriunda das exportações de hidrocarbonetos gerou uma grande apreciação da moeda local, a qual, por sua vez, gerou intenso fluxo de importações e desindustrialização.

ricos em petróleo ou em outras *commodities*. Há notáveis exceções. Além da Noruega, já mencionada neste artigo, é fácil constatar que países como os EUA, Canadá e Islândia têm abundância de recursos naturais e, ao mesmo tempo, situam-se num patamar muito elevado em termos de desenvolvimento econômico e social.

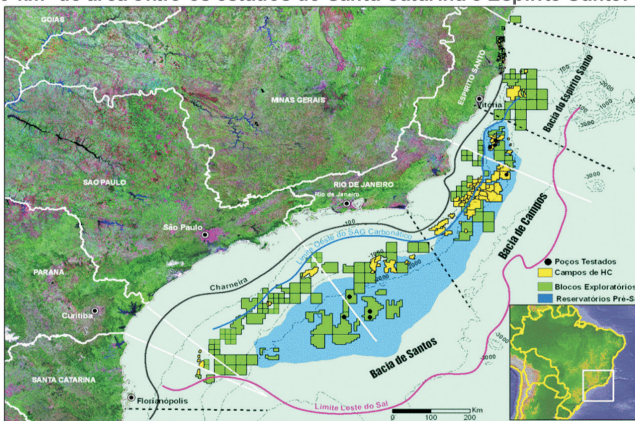
Ao que tudo indica, a correlação, positiva ou negativa, entre a abundância de recursos naturais e o desenvolvimento econômico e social depende de uma série de variáveis econômicas, sociais e educacionais. No entanto, é provável que o fator mais relevante seja o político. De fato, ter instituições sólidas e uma democracia viva e participativa fazem grande diferença. Talvez toda a diferença. A democracia permite a discussão aberta e transparente sobre a destinação dos recursos gerados com a exportação das *commodities*, a definição de uma estratégia consensuada de desenvolvimento e o controle efetivo do gasto público. Tudo depende, em última instância, de decisões acertadas tomadas no momento adequado. Por isso, Celso Furtado alertava que a omissão do Estado não era uma opção para os países exportadores de petróleo.

Ora, o mesmo “desafio sem ambiguidades” que Furtado anteviu para a Venezuela em 1974 apresenta-se agora para o Brasil. Com

QUADRO I

O pré-sal e as novas perspectivas

- ✓ Pré-sal: óleo leve e com alta concentração de gás localizado no substrato marítimo abaixo de uma espessa camada de sal.
- ✓ 160.000 km² de área entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo.



feito, as descobertas do pré-sal, mesmo que comprovadas apenas parcialmente, são extraordinárias. Os testes feitos numa área de 14.000km² (Polo de Tupi) permitem inferir que as jazidas poderiam ter entre 50 e 80 bilhões de barris, sendo que a formação geológica do pré-sal possui área total de mais de 160.000km².

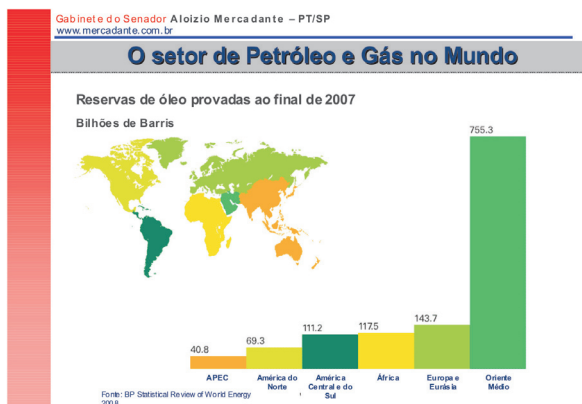
Embora ainda não se saiba com exatidão a real dimensão e conformação do pré-sal, tudo indica que se trata de grandes “ilhas” esparsas nessa área gigantesca, tal como assinaladas no mapa do Quadro I, conformando extensos megacampos com muito gás óleo leve de boa qualidade.

Fazendo-se projeções tomando como referência as estimativas baseadas apenas na área mais estudada, o chamado Polo de Tupi (na hipótese mais otimista de 80 bilhões de barris), podemos chegar à conclusão que o Brasil poderia produzir entre dois e três milhões de barris/dia, no prazo de cerca de seis anos, o que elevaria substancialmente o patamar do desenvolvimento brasileiro. No entanto, é preciso levar em consideração também a hipótese, perfeitamente exequível, de que haja outros megacampos semelhantes nas áreas da mesma formação geológica que ainda não foram prospectadas.

Contudo, independentemente de qual hipótese se confirme, o fato concreto e inexorável é que o Brasil se tornará potência petrolífera tardia, num mundo que ainda dependerá de petróleo por muito tempo, pois apesar dos recentes investimentos em energias alternativas, a matriz energética mundial é dependente dos hidrocarbonetos em 65%.

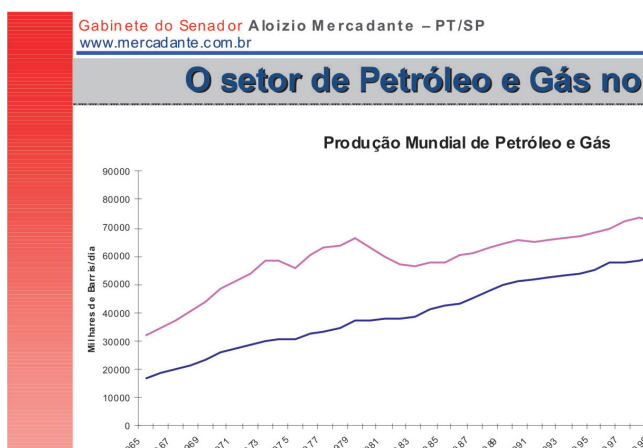
No quadro a seguir, pode-se observar o volume das reservas provadas de petróleo até o ano passado (2007). Note-se que, levando em conta as estimativas mais otimistas para o Polo de Tupi, o Brasil passaria a ter cerca de 6,5% das reservas mundiais (1.235 bilhões de barris), um número bastante significativo. De qualquer forma, o pré-sal ampliará de forma substancial as reservas provadas do Brasil, que hoje ascendem a 14 bilhões de barris.

QUADRO II



Deve-se ter em mente que as descobertas de novas reservas de hidrocarbonetos não têm ocorrido num bom ritmo nas últimas décadas. Assim, entre 1987 e 1997 as reservas de óleo cresceram somente 18, 6%, ao passo que, no período decorrido entre 1997 e 2007, essa cifra foi de apenas 15,7%. Ademais, a produção mundial de hidrocarbonetos, especialmente a de petróleo, não tem aumentado de modo a satisfazer o grande crescimento da demanda mundial por energia.

QUADRO III



Em contraste, o consumo mundial de hidrocarbonetos vem aumentando extraordinariamente, notadamente na Ásia, em função do crescimento econômico vertiginoso dos gigantes China e Índia. A APEC (Asia-Pacific Economic Cooperation), excluídos os países que estão fora

do continente asiático, já consome cerca de 25 milhões de barris de petróleo por dia, o mesmo consumo apresentado pela América do Norte. A China, tomada isoladamente, foi responsável por 50% do aumento da demanda por petróleo nos últimos cinco anos. Há, por conseguinte, um desequilíbrio estrutural entre demanda e oferta de hidrocarbonetos, que poderá ser mitigado, mas não resolvido, pela crise atual.

Assim sendo, fica evidente a importância estratégica dessa grande descoberta de petróleo no nosso subsolo marinho. Ela é importante não apenas para o Brasil, mas também para a economia mundial e, em especial, para os países importadores de petróleo.

A produção comercial do pré-sal implica, sem dúvida, grandes desafios logísticos e técnicos que não devem ser subestimados. Porém, tais desafios não alteram esse cenário promissor. As dificuldades e o ceticismo dos que nunca tiveram visão estratégica do Brasil não impediram que o país e a Petrobras conseguissem a autossuficiência em petróleo em termos de volume de produção, contrariando os vaticínios “técnicos” dos que apostavam na inviabilidade da indústria de petróleo brasileira. Não impediram ontem e não impedirão hoje. A sociedade brasileira está tomando consciência de que o pré-sal representa oportunidade histórica única para que o Brasil dê salto de qualidade em seu desenvolvimento. Também está crescendo a consciência de que, para que essa oportunidade não venha a ser desperdiçada, é necessário modificar o atual marco regulatório do petróleo no Brasil.

O MARCO REGULATÓRIO

O atual marco regulatório, dado basicamente pela Lei do Petróleo (Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997), desempenhou papel positivo no desenvolvimento da indústria de hidrocarbonetos brasileira. Graças a ele, a produção brasileira de gás e petróleo praticamente duplicou, no período compreendido entre 1998 e 2007.

Porém, é forçoso reconhecer que as condições do País à época de sua constituição eram bem diferentes das prevalentes hoje. Naquele tempo, o País não tinha crédito, a economia estava muito fragilizada, o risco exploratório era altíssimo, os campos eram muito pequenos e o preço do barril de petróleo estava em cerca de US\$10.00. Acertada-

mente, transferiu-se o risco para as empresas, mediante contratos de concessão. Hoje, entretanto, o Brasil tem contas públicas em equilíbrio, a economia, apesar da crise, ainda cresce de forma sustentada, as novas jazidas têm enorme potencial, o preço do barril é seis vezes maior e as áreas prospectadas têm risco muito baixo. Mudou-se da água para o vinho, ou da água para o óleo.

QUADRO IV

Gabinete do Senador Aloizio Mercadante – PT/SP
www.mercadante.com.br

O pré-sal e as novas perspectivas

✓ Ajuste no marco regulatório

	1998	2008 (Pré Sal)
Risco Exploratório	Alto	Baixo
Potencial de descoberta de Petróleo	Campos de tamanho médio	Grandes Campos
Capacidade de financiamento	Baixa	Alta (no médio e longo prazos)
Preço do Petróleo	<20 US\$/bbl	>60 US\$/bbl

A crise financeira internacional, apesar de muito grave, não deverá alterar substancialmente esse quadro, no médio e longo prazos. Sem dúvida, a crise manterá o preço do petróleo em níveis mais baixos do que os que predominavam até meados deste ano. Não obstante, parece pouco provável que os preços internacionais do óleo voltem aos patamares de uma década atrás. As projeções de crescimento para os países emergentes, especialmente os do leste da Ásia, apontam para uma dinâmica econômica ainda significativa no médio prazo, que deverá incidir positivamente na demanda por energia. Além disso, a Opep já vem tomando medidas de contenção da produção.

Agregue-se que os países centrais estão tomando medidas bastante fortes para reverter o quadro de incerteza, de empocamento da liquidez e de contaminação da economia real pela crise do sistema financeiro internacional. Desse modo, assim que a economia desses países começar a recuperar-se, os preços do petróleo deverão voltar a subir, já que há, como assinalamos, um desequilíbrio estrutural entre produção e demanda de hidrocarbonetos.

Mas ainda na eventualidade de uma queda maior e prolongada do preço do petróleo, a produção comercial do pré-sal poderá viabilizar-se. Especialistas consideram que essa produção pode tornar-se viável mesmo com o preço internacional do óleo em torno de US\$35.00.

O cenário é, pois, definitivamente promissor e o quadro atual do petróleo no Brasil mudou radicalmente. Pois bem, ante mudança de tal magnitude, é preciso refletir sobre se vale a pena manter o marco regulatório do petróleo, ou se ele deve ser alterado, estabelecendo-se para as novas áreas regimes exploratórios baseados em partilhas ou *joint ventures*. A diferença não é banal. Ela implica escolha estratégica de profundas consequências. No regime de concessões, o óleo, uma vez começado o processo de retirada do subsolo, passa a pertencer à empresa concessionária. No regime de partilha, a União mantém a propriedade das reservas e do petróleo. Nesse último caso, o Estado tem flexibilidade muito maior para planejar e efetuar os investimentos que considere prioritários ao desenvolvimento sustentado, assim como para estabelecer o ritmo da exploração. Foi por isso que o Governo, de forma correta, suspendeu a 9ª rodada de concessões. Percebeu-se que era preciso rediscutir o modelo atual.

Infelizmente, esse debate estratégico vem sendo apequenado. Tentam transformar uma questão acessória, qual seja, a de que se o Brasil deve ou não criar estatal para gerir as novas reservas, no cerne da discussão. Ademais, tentam contrapor a possível criação dessa estatal aos interesses da Petrobras. Ora, a estatal proposta não passaria de mero escritório de representação, a exemplo da Petoro da Noruega que, por lei, não pode ter mais do que 60 empregados. A Petrobras foi, é e será a grande parceira estratégica do Estado brasileiro na exploração e refino do petróleo.

Mais: considero que a Petrobras tem de ser fortalecida para que possa enfrentar os desafios do pré-sal, juntamente com os desafios relativos ao aumento da nossa capacidade de refino, fundamental para o equilíbrio da balança comercial brasileira de hidrocarbonetos, ao

processo de substituição de importações de equipamentos destinados à produção de petróleo, como as caras e sofisticadas plataformas marítimas, bem como aos investimentos em gasodutos e na produção nas áreas pós-sal. Uma das alternativas seria destinar a área contínua às jazidas do pré-sal já concessionadas, necessária à unitização das reservas, à Petrobras. Dessa forma, o óleo quantificado e precificado capitalizaria a empresa e a permitiria manter o seu ambicioso plano de investimentos e desenvolver novos investimentos para o pré-sal. Em sentido inverso, a disputa por contratos de concessão a descapitalizaria.

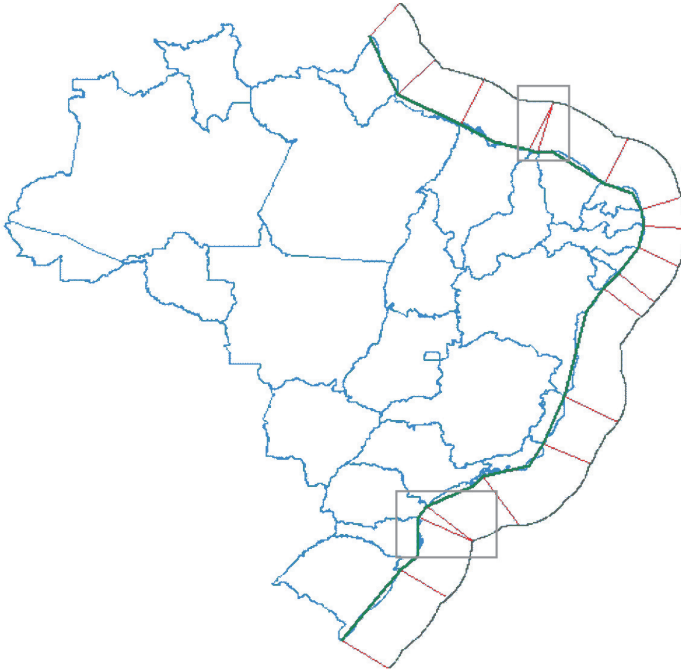
Considere-se que os investimentos que a Petrobras terá de fazer para viabilizar o pré-sal (plataformas, navios, novos portos, gasodutos etc.) terão enorme impacto positivo na indústria nacional, especialmente a naval, assim como na geração de tecnologia de ponta em várias áreas estratégicas.

A HIPERCONCENTRAÇÃO DOS *ROYALTIES*

Outra questão que a sociedade terá de enfrentar é a relativa à distribuição dos *royalties* do petróleo.

A grande maioria de especialistas da matéria concorda que a atual legislação brasileira sobre distribuição dos *royalties* do petróleo é, no mínimo, confusa e anacrônica. De início, os critérios de repartição da receita foram estabelecidos privilegiando o território do qual era extraído o petróleo, como forma de indenizar o estado e o município pela perda do bem finito e como compensação pelo risco ambiental inerente à atividade. Nada mais justo. Porém, tais critérios foram estabelecidos numa época em que só havia lavras em terra, em territórios pertencentes a estados e municípios. Ninguém ainda falava de petróleo em plataforma continental, que é área pertencente à União. Posteriormente, quando se começou a prospectar o petróleo oceânico, manteve-se o critério da territorialidade por vias transversas: os municípios e estados “confrontantes” às jazidas da plataforma continental receberiam o grosso dos *royalties* e das participações especiais.

QUADRO V– Aplicação do critério das ortogonais



Fonte: IBGE

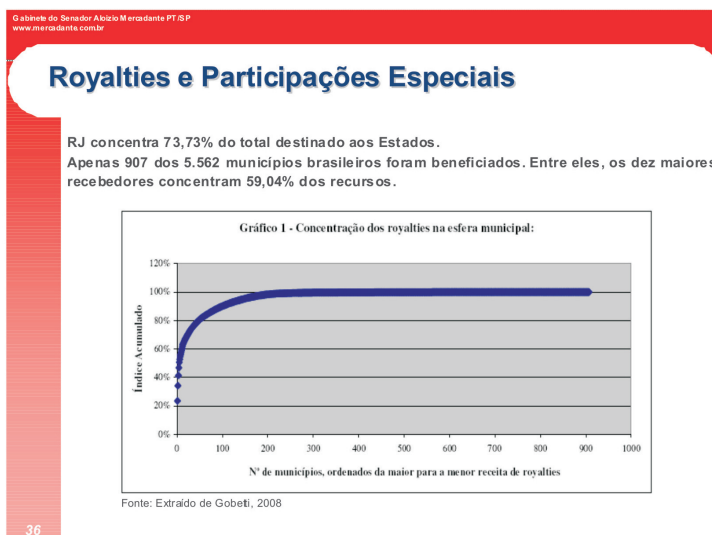
Tal critério é uma espécie de loteria geográfica sem sentido. Com efeito, por que razão um município, às vezes distante mais de uma centena de quilômetros da jazida, situada em área da União, tem de receber boa parte dos *royalties* e das participações especiais? Saliente-se, além disso, que o critério que o IBGE atualmente usa para definir estados e municípios “confrontantes”, as linhas ortogonais que se projetam para o oceano, cria situações esdrúxulas. Muitas vezes, municípios que estão ao lado do município “confrontante” e mais próximos da jazida ficam excluídos das benesses distribuídas. Entes federados que têm costa convexa são grandemente beneficiados, ao passo que os que têm costa côncava ficam muito prejudicados (vide Quadro V).

Com esse critério básico atual de distribuição de *royalties* geram-se graves distorções e injustiças. Tais injustiças não se dão apenas na distribuição dos *royalties* entre os estados que compõem a União, mas também na distribuição dentro dos estados. No Rio de Janeiro, por

exemplo, os habitantes do Município de Quissamã recebem, ao ano, quase R\$7.000,00 *per capita* de *royalties*, ao passo que os habitantes de Belford Roxo, um município com graves problemas sociais, recebem apenas R\$13,00. A bela e populosa capital fluminense auferê apenas 1,8% da receita, ao passo que Campos recebe 25%.

Há, na realidade, uma hiperconcentração de privilégios reais (*royalties*) do petróleo em apenas dez municípios que cria reais privilégios para uma pequena minoria e prejudica as populações do Rio de Janeiro e do Brasil. Com efeito, essa casta municipal recebe quase 60% dos *royalties*, ao passo que os outros 83 municípios do Rio de Janeiro e os mais de 5.000 municípios brasileiros pouco ou nada recebem. Observe-se que aquela participação marginal da cidade do Rio de Janeiro nos *royalties* só foi assegurada após decisão do STJ.

QUADRO VI



36

A questão da hiperconcentração, no entanto, não se limita à mera e evidente injustiça na distribuição dos recursos. Ela também tem implicações negativas na gestão dos gastos públicos nos municípios beneficiados, assim como em seu crescimento econômico. De um modo geral, os municípios mais bem-aquinhoados com *royalties* apresentam crescimento econômico abaixo da média nacional, têm dificuldades em arrecadar fora da atividade extrativista, e multipli-

cam gastos sem melhorar a qualidade dos serviços públicos. Parecem crescentemente presos à “maldição dos recursos naturais”.

QUADRO VII



Obviamente, tais efeitos negativos tenderão a aprofundar-se na medida em que o volume de *royalties* e participações especiais aumente. Com o pré-sal, o desperdício e malversação dos recursos públicos, que já são preocupantes, poderão tornar-se dramáticos.

Torna-se imprescindível, portanto, rever os critérios para a distribuição de *royalties* e participações especiais, de modo a propiciar melhor alocação dos recursos e seu bom aproveitamento, sob o prisma do interesse público.

É preciso enfatizar que, nesse processo, os entes federados não serão prejudicados e o pacto federativo será respeitado. Estimativas preliminares indicam que a produção inicial dos novos campos, excluindo Tupi e outros megacampos do pré-sal, poderá, no curto e médio prazos, duplicar a receita atual de *royalties* e participações especiais. Observe-se, ademais, que apenas 14 dos 74 campos em alto-mar vêm recolhendo as chamadas participações especiais, espécie de *royalties* cobrados de áreas de grande produção, para os Governos Federal, estaduais e municipais. Por conseguinte, pode-se redistribuir e realocar os recursos sem prejudicar nenhum ente federado, mesmo o mais privilegiado.

Não obstante, essa discussão gera, compreensivelmente, grandes resistências. Além disso, em muitos foros o debate é colocado de forma distorcida, como se tratasse de disputas provincianas de entes federados que competem por recursos públicos. A bem da verdade, esse é um debate que diz respeito aos interesses nacionais e ao futuro do Brasil. De fato, a discussão pertinente não é aquela que contrapõe São Paulo e Rio num embate provinciano sobre quem tem mais direitos aos recursos do pré-sal, mas sim aquela que deve unir o País na perspectiva do uso correto, com critérios intergeracionais, da riqueza finita do petróleo para financiar o desenvolvimento harmônico e sustentado do Brasil.

Portanto, é necessário rediscutir, sim, e com urgência, os critérios e princípios que são hoje utilizados para distribuir tais recursos. E não podemos parar por aí. Devemos também redefinir, com rigor, áreas estratégicas para a aplicação desses benefícios e mecanismos eficientes para o controle da utilização dos recursos, hoje muito frouxos.

Há de se pensar também numa revisão da estrutura tributária do petróleo. Apesar do enorme crescimento da rentabilidade do setor, que já representa mais de 10% do PIB, a arrecadação diminui proporcionalmente. Pouquíssimos poços pagam as participações especiais e, no que se refere aos bônus que as vencedoras dos leilões têm de pagar, a arrecadação obtida com os poços do pré-sal foi irrisória, um total de R\$345 milhões, muito aquém do valor entre 5 e 15 dólares por barril que deveria ter sido pago. Há uma elisão fiscal gigantesca que precisa ser corrigida.

PETRÓLEO, DEMOCRACIA E O INTERESSE NACIONAL

Destoando do monocórdio enredo trágico das economias sujeitas à maldição dos recursos naturais e à dependência do petróleo, destaca-se a exceção da Noruega. Lá, criou-se um fundo soberano com critérios intergeracionais que é muito bem administrado. Tal fundo, que já ultrapassa os US\$400 bilhões, é usado parcimoniosamente para financiar educação, seguridade social e ciência e tecnologia. Também criou-se uma estatal enxuta, a Petoro, com o objetivo de assegurar que os recursos do petróleo fossem investidos com critérios públicos

de longo prazo. Claro está que as condições norueguesas preexistentes à exploração de petróleo facilitaram. De fato, a Noruega já era um país econômica e socialmente desenvolvido antes de começar a exportar petróleo em grande quantidade. Mas o fator decisivo foi a democracia, que permitiu que o Parlamento e a sociedade civil noruegueses discutissem a fundo como administrar e investir os recursos finitos do petróleo.

O nosso País também tem algumas vantagens comparativas. O Brasil já possui a décima economia mundial, razoavelmente diversificada e com um mercado interno forte e de renovado dinamismo. Temos também um *agrobusiness* de destaque mundial, grande área para expansão da fronteira agrícola, vastos recursos naturais ainda inexplorados, água em abundância e enorme biodiversidade. A economia, com seus fundamentos agora equilibrados, cresce distribuindo renda. Estamos sendo afetados, sem dúvida, pela grave crise internacional. Contudo, a depender das decisões que tomarmos, poderemos dela sair mais fortalecidos para enfrentar os desafios da inserção internacional, num mundo que deverá tornar-se mais multipolar e numa economia mundial que sofrerá rearranjos profundos.

Entretanto, ainda temos três grandes entraves que nos impedem de alçar voos maiores no desenvolvimento sustentado: o entrave da educação de baixa qualidade, que repercute na ausência de inovação e pesquisa mais robustas, o entrave da infraestrutura e logística precárias, que inibe investimentos e eleva custos, e o entrave da desigualdade social que, apesar dos avanços recentes, limita o dinamismo do mercado interno e gera tensões sociais e políticas.

É aí que o petróleo recém-descoberto pode fazer diferença. Grande diferença. Se os recursos do pré-sal forem bem investidos e distribuídos com o objetivo estratégico de superar esses obstáculos, o Brasil poderá acelerar o tempo histórico do seu crescimento e dar grande salto de qualidade no desenvolvimento econômico e social.

Para alcançar esse objetivo, precisamos, porém, tomar as decisões corretas no momento adequado. E o momento adequado é agora. Uma coisa é certa: não discutir o arcaico marco regulatório dos hidrocarbonetos significa, muito provavelmente, condenar o País à

doença holandesa e à maldição do petróleo. Tal paralisia antidemocrática não é, por conseguinte, uma opção.

Em 2022, o Brasil cumprirá 200 anos de independência. Se tivermos algo relevante e positivo a celebrar naquela data dependerá, em boa parte, da decisão que tomarmos hoje sobre o que fazer com os novos recursos do petróleo. O dilema é claro: ou enfrentamos essa discussão estratégica com maturidade e espírito público, buscando o consenso possível, ou sucumbimos à desunião dos interesses paroquiais e políticos mesquinhos. A primeira opção deverá resultar na superação dos gargalos ao desenvolvimento sustentado e a mais independência. Já a segunda opção nos conduzirá inexoravelmente a uma nova e doentia dependência que poderá marcar profundamente as futuras gerações de brasileiros.

Os megacampos do pré-sal ampliaram o nosso campo do possível. Eles tornam possível o Brasil com educação de qualidade, logística apropriada e inclusão social. Mas, para tanto, é necessário, como advertia Furtado, que o Estado não se omita. Mais: é preciso que a sociedade não se omita. Nesse sentido, temos grande diferencial: democracia. Esse debate tem de tomar as ruas do Brasil. Assim, todos são bem-vindos a essa discussão estratégica. E não precisa ser geólogo. Basta ter espírito público.



João Bittar

Inclusão digital

Todos no século XXI

Gazeta Mercantil, 25-4-2007

Somos um país de capitalismo tardio que carrega como parte de sua formação histórica um longo passado colonial e escravista. Nossa industrialização foi retardatária e só emergiu com maior intensidade a partir dos anos 30. O caráter tardio tem, no entanto, uma dupla conotação: se, por um lado, significou historicamente, como característica estrutural, a dependência tecnológica e financeira dos centros capitalistas mais avançados, por outro embute a possibilidade de queimar etapas no processo de modernização da economia e da sociedade.

O Brasil de hoje é uma nação de extremos contrastes. O símile da “Belíndia”, o país que contém em si uma Bélgica e uma Índia, ainda é, de forma alarmante, atual para o Brasil, embora não faça mais justiça à Índia. Com efeito, embora tenhamos uma economia em muitos aspectos bastante moderna e diversificada, ainda convivemos com indicadores econômicos, sociais, culturais e educacionais que são próprios de países que ainda estão no século passado.

Entre os vários indicadores que expressam o nosso relativo atraso, os mais preocupantes referem-se à educação pública de baixa qualidade, às taxas insuficientes de investimento em ciência e tecnologia e à falta de disseminação de tecnologias essenciais à con-

formação da “economia do conhecimento” e da “sociedade digital”. Na época da segunda revolução industrial, o fundamental era dominar as tecnologias da produção do aço e construir ferrovias e a infraestrutura de energia com uma mão de obra que não precisava de qualificação.

Hoje em dia, como demonstram as experiências dos Tigres Asiáticos, da China e da Índia, é vital investir em educação de qualidade e dominar e disseminar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), especialmente a internet. Essa combinação de educação de qualidade com o domínio das TIC aumenta sobremaneira a produtividade geral das economias, como mostram os estudos da OCDE, e promove a inclusão digital, uma das bases do exercício pleno da cidadania no mundo moderno.

Entretanto, no Brasil, onde se fala muito em reformas previdenciária, trabalhista e tributária e nos investimentos em infraestrutura, fala-se pouco, perigosamente pouco, nessas mudanças que podem nos dar competitividade econômica de longo prazo e a tão desejada inclusão social, educacional e cultural. Sem desconsiderar a oportunidade e importância do Programa de Aceleração do Crescimento, é forçoso reconhecer que precisamos realmente de uma autêntica revolução educacional e tecnológica, caso queiramos ter sucesso nos desafios do século XXI.

Por tais razões, apresentei no Senado projeto de lei no qual proponho que os recursos do Fundo da Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) sejam usados para prover todas as escolas públicas com internet de banda larga. Trata-se de conectar os mais de 2.500 municípios brasileiros que ainda não têm internet e de prover o acesso a essa tecnologia-chave para 170 mil escolas, dois milhões e meio de professores e mais de 42 milhões de alunos espalhados pelo Brasil.

É um projeto ambicioso que demandará investimentos da ordem de R\$6 bilhões ao longo de cinco anos e que enfrentará situações complicadas, como a ocasionada pela inexistência de rede de energia elétrica em algumas áreas da nossa zona rural. No Brasil, os desafios do século XXI têm de ser enfrentados conjuntamente com os desafios do século XX.

Apesar das dificuldades inerentes a um projeto de tal envergadura, a implantação da internet de banda larga nas escolas públicas

provocaria uma verdadeira revolução, não apenas nas escolas, com a inevitável melhoria e uniformização da qualidade de ensino, mas também nas economias dos municípios mais pobres, que seria estimulada com os investimentos e os serviços de manutenção das redes implantadas, e, acima de tudo, na vida dos estudantes e dos demais membros das comunidades.

Se o computador pessoal revolucionou a maneira como estudamos e trabalhamos, a internet, especialmente a de banda larga, significou a revolução dentro da revolução, ampliando exponencialmente o conteúdo das informações processadas, conectando-nos em tempo real com o planeta e mudando radicalmente a maneira como percebemos a realidade e atuamos sobre ela. Hoje em dia, não dá mais para estudar, pesquisar, trabalhar, se comunicar e até mesmo se divertir sem o auxílio de um computador ligado à rede mundial. A tendência inexorável é que a importância da internet se amplie cada vez mais, pois ela é o foco da chamada “convergência digital”, fenômeno que tende a concentrar as telecomunicações (rádio, televisão, telefonia etc.) num único veículo.

Assim, as pessoas que forem dela excluídas se tornarão, cada vez mais, cidadãos de segunda classe, ao passo que os indivíduos nela incluídos terão ampliadas as suas oportunidades de crescimento pessoal e profissional. O Brasil já mostrou que é capaz de gerar “ilhas de excelência” no que tange às TIC, como exemplificam o nosso sistema bancário, o uso da urna eletrônica nas eleições e a agilidade proporcionada pelas declarações do Imposto de Renda via internet.

Porém, se quisermos alcançar o desenvolvimento sustentado com inclusão social, nas condições impostas pelo capitalismo tardio e pela globalização assimétrica e competitiva nesse início de século, não podemos ter apenas ilhas de excelência, precisamos de um país de excelência. Precisamos de todos os brasileiros no século XXI.



Apartheid digital

Gazeta Mercantil, 18-6-2007

Nós todos vivemos sob o mesmo céu, mas não temos os mesmos horizontes. Konrad Adenauer. A cidade de Seul tem mais usuários de internet do que quase toda a África Subsaariana. Londres tem mais conectados à rede mundial do que o Paquistão, país de 170 milhões de habitantes. A Dinamarca, com uma população de 5,5 milhões, tinha, em 2004, mais usuários de banda larga que a América Latina e o Caribe juntos. Os países do G8 têm apenas 15% da população mundial, mas possuem praticamente o mesmo número de usuários de internet que o resto do mundo.

Esses números que a União Internacional das Telecomunicações (UIT) divulgou em 2005 dão a dimensão do *apartheid* digital que há no planeta. Embora os últimos dados indiquem que o *apartheid* digital vem se reduzindo em certas áreas, eles mostram, por outro lado, que a disparidade está se acentuando em setores mais avançados, como a internet por banda larga. Com efeito, as economias de alta renda têm cerca de 75% dos usuários de banda larga, embora possuam apenas 15,7% da população mundial.

No Brasil, foram feitos avanços importantes na difusão das tecnologias de informação (TIC). Contudo, esses avanços concentraram-se em áreas urbanas de alta renda. O mapa da exclusão digital da FGV mostra que em apenas 367, entre os 5,5 mil municípios brasileiros, a internet é acessível a mais de 10% da população. Mais da metade dos usuários de internet brasileiros ganha acima de R\$1.800, enquanto que, entre os que ganham até R\$500, há apenas 3% de conectados à rede mundial. Na grande maioria dos municípios, o acesso à rede mundial, especialmente por banda larga, ainda é luxo para poucos.

Temos, dessa forma, enorme *apartheid* digital dentro do Brasil, no qual uma Bélgica *on-line* convive com uma Índia desconectada das tecnologias capazes de desenvolvê-la. Tais dados são alarmantes quando consideramos que o acesso às TIC, no contexto da economia do conhecimento, é fundamental para a inserção de cidadãos no mercado de trabalho e estratégico para a competitividade dos países. Por isso, as nações industrializadas investem muito na difusão das TIC em vários campos, como forma de promover a inclusão social de seus habitantes e a eficiência de suas economias.

Na educação, por exemplo, a União Européia traçou como objetivo estratégico prover todas as escolas públicas com banda larga, pois as pesquisas lá feitas demonstram que a introdução apropriada de TIC nos colégios melhora sensivelmente a qualidade do processo pedagógico. No nosso País, por força da falta de massificação das TIC, ainda estamos engatinhando na inclusão digital. Urge, portanto, fazer a difusão em grande escala das TIC.

Com esse objetivo, consegui aprovar, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, projeto que destina recursos do Fust para a implantação da internet de banda larga em todas as 170 mil escolas públicas, no prazo de cinco anos. Não se trata apenas de prover os meios tecnológicos para que os alunos das escolas públicas possam dar salto de qualidade pedagógico, mas de inserir os municípios mais longínquos no século XXI, estimulando a economia local e promovendo a inclusão de todos.

Hoje em dia, a inclusão digital é condição *sine qua non* para a inclusão social e econômica. Assim, lutar contra o *apartheid* digital é forma eficaz de acabarmos com as chagas seculares da desigualdade

social e do atraso econômico. Precisamos entender que o Brasil só terá a perspectiva de se converter em nação justa e competitiva quando der oportunidades à sua população, transformando indivíduos em cidadãos com acesso aos novos meios tecnológicos essenciais para realizar as suas potencialidades. Só dando horizontes a todos é que a Nação terá seu horizonte.

Só no Brasil

Folha de S.Paulo, 3-7-2007

Há muito fala-se da necessidade de se construir sociedades modernas com base na inclusão digital. Argumenta-se, com razão, que as condições impostas pela globalização demandam que os países se esforcem para incorporar as TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) no trabalho e no ensino, de forma a se tornarem mais eficientes e justos. Essa preocupação com a inclusão digital me levou a apresentar projeto pelo qual o Fust financiaria internet de banda larga para todas as escolas públicas brasileiras. Pretendemos conectar os mais de 2.500 municípios que não têm internet e prover o acesso a essa tecnologia-chave para 170 mil escolas, dois milhões e meio de professores e mais de 42 milhões de alunos espalhados pelo Brasil. Trata-se de projeto que, se implantado, colocará os nossos estudantes no século XXI, modernizará os serviços públicos e dinamizará as economias dos municípios mais pobres.

Porém, foram divulgadas há pouco tempo pesquisas brasileiras sobre qualidade de ensino e sua relação com o uso de computador nas escolas. Contrariando o senso comum, a qualidade do ensino, conforme essas avaliações, não tem correlação com o uso do computador e o acesso à internet. Todavia, além de contrariar o senso comum, as pesquisas contradizem vasta experiência internacional.

Relatório da Comissão Européia de 2006 sobre o impacto da introdução de TIC nas escolas da Europa, intitulado *The ICT Impact Report*, mostra que as pesquisas brasileiras refletem realidade distinta da observada no continente europeu. Esse relatório, elaborado com base em 17 estudos conduzidos ao longo de anos em vários países, chega à conclusão que as TIC produzem impactos positivos no ensino.

De fato, tais estudos apresentaram os seguintes resultados: o uso das TIC melhora o desempenho dos alunos das escolas primárias no aprendizado do inglês e de ciências; o acesso às TIC aumenta a *performance* dos alunos entre sete e 16 anos nos testes nacionais do Reino Unido de inglês, ciências e *design*; as escolas com maior nível de acesso às TIC apresentam grau mais elevado de aumento do de-

sempenho de seus alunos; a introdução da banda larga nas escolas aumenta substancialmente a *performance* dos alunos nos testes nacionais do Reino Unido; e, nos países da OCDE, há uma associação positiva entre o tempo de uso de TIC nas escolas e as notas obtidas pelos alunos nos testes de matemática do Pisa.

Essas diferenças entre as pesquisas brasileiras e européias provavelmente se relacionam à maneira distinta como a internet e o computador são incorporados à escola. Aqui, parece que o computador é uma espécie de totem tecnológico que é jogado em laboratórios para que os alunos os acessem em seus horários extra-aula. Na Europa, ao contrário, as TIC são instrumentos centrais do ensino em sala de aula, com conteúdos especificamente concebidos para tal fim. Claro está que a mera introdução das TIC não é panacéia. Ela tem de ser acompanhada por política educacional consistente que valorize professores, modernize currículos e transforme a escola em agente de produção e difusão de conhecimentos de qualidade. Nesse contexto, as TIC podem ser instrumentos pedagógicos valiosos. A simples presença do computador na escola pode não melhorar nota, mas o computador devidamente incorporado ao processo educativo melhora sim.

Os resultados eloquentes obtidos na Europa talvez expliquem por que lá leva-se a sério a inclusão digital. A União Européia estabeleceu como objetivo estratégico para este milênio “tornar-se a economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento econômico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social”. Para atingir esse objetivo, o Conselho da UE determinou que uma das diretrizes prioritárias é a de integrar as TIC na educação e no treinamento. Por isso, o Reino Unido vem gastando 500 milhões de euros ao ano com a introdução de TIC em escolas e Portugal conseguiu a proeza de colocar internet de banda larga em todos os seus colégios.

Entretanto, nestas paragens tropicais os alunos ficam cada vez mais atrás nos testes internacionais de avaliação e o País perde competitividade no cenário mundial. Abandonados por uma educação arcaica e de baixa qualidade, os estudantes brasileiros de escolas públicas estão desamparados num mundo crescentemente competitivo. Sós no Brasil. Só no Brasil.



João Bittar

Lápis, borracha e exclusão

Gazeta Mercantil, 12-7-2007

O acesso ao computador e à internet é fator decisivo para a competitividade dos países na economia internacional e dos indivíduos no mercado de trabalho. Lá fora isso não é mais discutido, como aqui. É fato. Por isso, a União Européia traçou como seu objetivo estratégico para este século tornar-se a “economia do conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo”. Da mesma forma, a OCDE, organização que congrega países desenvolvidos, recomenda que os estudantes devam ter acesso à internet desde a primeira infância e que todos os cidadãos, lares, escolas e empresas têm de ser incorporados à era digital.

Pois bem, apesar dos grandes avanços verificados nos últimos anos em suas redes de telecomunicações, o Brasil ainda ocupava, em 2005, apenas a 76ª posição, entre 193, na lista da UIT (União Internacional de Telecomunicações) de países por percentagem da população com acesso à internet (17,2%). Para se ter uma idéia, países como Austrália, Holanda, Suécia e Islândia têm entre 70% e 90%

da sua população com acesso à internet. Saliente-se que, mesmo na América do Sul, o Brasil não está bem posicionado, pois estamos atrás do Chile (28,9%), Uruguai (20,6%) e Argentina (17,8%).

O pior é que essa média baixa de inclusão digital encobre desigualdades extremas. Com efeito, estudo recente (2007) feito pelo pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz, intitulado “Lápis, Borracha e Teclado”, revelou realidade vergonhosa. Enquanto que, entre os 10% mais pobres, apenas 0,6% tem acesso a computador com internet, entre os 10% mais ricos esse número é de 56,3%. Constatou-se também que somente 13,3% dos indivíduos de raça negra usam a internet, mais de duas vezes menos que os de raça branca (28,3%), o que demonstra que a exclusão digital tende a reproduzir as condições que perpetuam o racismo no Brasil. As discrepâncias regionais são também enormes. Os índices de acesso à internet das regiões Sul (25,6%) e Sudeste (26,6%) são mais de duas vezes superiores aos constatados nas regiões Norte (12%) e Nordeste (11,9%). No Distrito Federal, 41% da população usam a internet, ao passo que, em Alagoas, apenas 7,7% o fazem.

Entretanto, os dados mais preocupantes sobre esse *apartheid* digital do Brasil dizem respeito ao acesso à internet nas escolas, pois é nelas que essa tecnologia pode fazer diferença. O estudo mostrou profundas disparidades entre as escolas públicas e privadas. No ensino fundamental, apenas 17,2% dos alunos das escolas públicas usam a internet, ao passo que, nas escolas particulares, esse número sobe para 74,3%. Mesmo no ensino médio, o percentual de estudantes das escolas públicas com acesso à internet ainda é muito baixo (37,3%), bem inferior ao constatado nas escolas privadas (83,6%), o que comprova que o sistema educativo brasileiro mantém o *apartheid* digital. Deve-se assinalar que é justamente no ensino médio que começa a formação técnica do jovem e onde se decidem as suas chances de ingressar no mercado de trabalho, de modo que a ausência da internet nessa fase diminui muito suas chances de profissionalizar-se.

Tal situação vexaminosa, que compromete nosso futuro como nação, não pode continuar. Felizmente, temos os meios técnicos e financeiros para promover verdadeira revolução na educação e acabar com o triste *apartheid* digital brasileiro. Já apresentei, no Senado, pro-

jeto para colocar, com recursos do Fust, internet de banda larga em todas as 170 mil escolas públicas do Brasil. Trata-se de projeto plenamente viável que beneficiará 49 milhões de alunos e a população de 3.600 municípios.

Temos de ter a ousadia de fazê-lo. É com projetos como esse que passaremos uma borracha em nossas desigualdades e reescreveremos, nos modernos teclados das novas tecnologias, o futuro do Brasil.

O novo caminho

Gazeta Mercantil, 11-10-2007

“Viver não é necessário; o que é necessário é criar.”

Fernando Pessoa

A União Européia adotou, em 2000, na cidade de Lisboa, uma agenda de desenvolvimento estratégico com o objetivo de transformar-se na “economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento econômico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social”. Para a UE, o conhecimento tornou-se a “maior riqueza das nações, companhias e pessoas”. Assim sendo, o desenvolvimento em pesquisa, inovação e educação, o tripé da economia baseada no conhecimento, bem como em tecnologias que promovem a inclusão digital, é lá considerado primordial.

Pois bem, foi realizado seminário sobre a “Agenda de Lisboa”, que traçou cenário interessante sobre a tendência à mundialização das políticas destinadas à inclusão digital e à criação de economias e sociedades intensivas em conhecimento. Nesse evento, destacou-se que estratégias de desenvolvimento semelhantes à da UE vêm sendo implementadas em países emergentes, como Índia e China. Entretanto, o Brasil foi mencionado com grande destaque, já que o nosso País elaborou, através do Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência da República, um projeto de planejamento estratégico, o “Brasil Três Tempos”, de “antevisão ambiciosa”. Tal projeto, ao contrário dos antigos projetos de planejamento, que colocavam ênfase em indústrias pesadas e na estabilização econômica, adota como eixo motor dos objetivos estratégicos o conhecimento.

Com efeito, se quisermos nos inserir exitosamente num mundo cada vez mais competitivo, temos de gerar uma economia do conhecimento e dar prioridade absoluta a programas que revolucionem a educação brasileira e deem acesso às modernas tecnologias de disseminação de informações, especialmente a internet, a todos

os cidadãos. Porém, o número de domicílios brasileiros conectados à rede mundial ainda é muito baixo (14,5%). Pior: o acesso à internet é muito concentrado nas faixas mais altas de renda. Enquanto nos domicílios com rendimento familiar acima de R\$1.800,00 esse acesso é superior a 50%, nos domicílios com rendimento inferior a R\$500,00 tal índice é inferior a 2%. Esse *apartheid* digital se reproduz nas escolas, com enorme desvantagem para as públicas, em relação às privadas.

Preocupado com essa realidade, apresentei projeto de lei, aprovado por unanimidade no Senado, pelo qual proponho que os recursos do Fundo da Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) sejam usados para prover as 170 mil escolas públicas com internet de banda larga, dando acesso a essa tecnologia-chave a mais de 49 milhões de alunos de baixa renda. Trata-se de revolucionar a educação brasileira e colocar todos os nossos cidadãos no século XXI. Esse projeto poderá contar também com o apoio das empresas de telecomunicações, as quais se encarregariam de prover as redes de fibra ótica necessárias, entre outras tecnologias, para conectar 80% dos municípios brasileiros com banda larga em três anos. Para tanto, é necessário substituir as condicionalidades das concessões públicas, que tornaram-se anacrônicas.

O desafio de nos convertermos num País próspero é histórico. Mas hoje as avançadas tecnologias, como a da internet, geram novas condições para que possamos queimar etapas em nosso desenvolvimento econômico e social. Precisamos enfrentar, ao mesmo tempo, os desafios do século XX e os do século XXI. Fernando Pessoa escreveu, no começo do século passado, que o necessário é criar. A UE, reunida na sua querida Lisboa, lhe deu toda razão, em 2000. Não há alternativa: temos de ser ambiciosos em objetivos estratégicos de pesquisa, educação e inovação, e reconhecer que o nosso caminho rumo ao desenvolvimento sustentável passa por Lisboa.



Teu nome é hoje

O Globo, 11-11-2007

“Muitas das coisas de que necessitamos podem esperar, as crianças não podem, agora é o momento, seus ossos estão em formação, seu sangue também, e seus sentidos estão se desenvolvendo; a elas nós não podemos responder amanhã, seu nome é hoje.”

Gabriela Mistral

Na última terça-feira, a Anatel tomou decisão que já deveria ter sido tomada pelo Congresso Nacional: aprovou alteração no Plano Geral de Metas e Universalização das Comunicações, de forma a

trocar instalação de postos de serviço de telefonia fixa por redes de banda larga. Com isso, cambiou-se uma tecnologia velha, a telefonia fixa, cujo uso está estagnado, por uma nova tecnologia, a internet por banda larga, de vital sentido estratégico para o desenvolvimento de países, empresas e indivíduos.

Não fosse a lentidão do Legislativo, essa iniciativa poderia ter tido maior amplitude e consistência, pois tenho projeto, já aprovado no Senado, que visa colocar banda larga em todas as escolas. De qualquer maneira, o impacto dessa decisão será enorme. Até 2010, todos os 3.570 municípios do País que ainda não estão conectados à rede mundial terão acesso a essa tecnologia.

Trata-se de passo significativo para o futuro do Brasil, pois, se não combatermos o *apartheid* digital que há no País e no mundo, teremos poucas chances de nos inserirmos exitosamente no processo de globalização assimétrica.

Com efeito, os dados da União Internacional das Telecomunicações (UIT) sobre essa nova forma de *apartheid* assustam. Só a cidade de Seul tem mais usuários de internet do que toda a África subsaariana, à exceção da África do Sul. Londres, por sua vez, tem mais gente conectada à rede mundial que o Paquistão, país de 170 milhões de habitantes. Os países do G8, que têm somente 15% da população mundial, possuem o mesmo número de usuários de internet que as demais nações, excluindo a China.

Apesar de avanços recentes, o Brasil está mal situado nesse quadro internacional.

Ocupamos a 76ª posição na lista da UIT de países por porcentagem da população com acesso à rede mundial (17,2%). Em nível regional, estamos atrás do Chile (28,9%), Uruguai (20,6%) e Argentina (17,8%). Em relação à banda larga, temos apenas 3% da população com acesso a essa tecnologia revolucionária, ao passo que os países mais desenvolvidos têm entre 25% e 32%.

Entretanto, os dados sobre o *apartheid* interno assustam ainda mais. Estudo recente mostra que, no Brasil, entre os 10% mais pobres, apenas 0,6% têm acesso à rede mundial, ao passo que, entre os 10% mais ricos, esse índice é de 56,3%. O pior, contudo, é o *apartheid* digital no nosso sistema educacional.

No ensino fundamental, apenas 17,2% dos alunos das escolas públicas usam a internet, ao passo que, nas escolas particulares, este número sobe para 74,3%. No ensino médio, o percentual de estudantes das escolas públicas com acesso à internet é também muito baixo (37,3%), bem inferior ao das particulares (83,6%).

Ante esse quadro, considero que a instalação de redes de banda larga nos municípios, embora fundamental, não basta. É necessário levar a inclusão digital até as escolas públicas, onde essa tecnologia vai fazer a diferença entre ter ou não ter futuro como cidadão produtivo.

Mais: vai fazer a diferença entre termos ou não futuro como nação desenvolvida.

Na União Européia, sabe-se disso há tempos. Por isso, ela adotou como grande objetivo estratégico se transformar na economia do conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo. Para tanto, os seus membros vêm investindo pesadamente em pesquisa, educação e inclusão digital. Portugal, por exemplo, colocou, em apenas um ano, banda larga em todas as suas escolas, tendo partido de um índice de inclusão digital escolar bastante baixo (18%). Os resultados já aparecem. Dezesete estudos distintos feitos na UE comprovam que a internet nas escolas vem aumentando o desempenho dos alunos e diminuindo as diferenças entre estratos sociais no processo educativo.

Por esses motivos, apresentei o projeto de lei para levar, com recursos do Fust, internet de banda larga a todas as escolas públicas. Trata-se de colocar 170 mil escolas e 44 milhões de alunos no século XXI, possibilitando-lhes superar o *apartheid* digital e, com ele, o *apartheid* socioeconômico que marca profunda e historicamente a nossa estrutura social.

A conjugação da decisão da Anatel com esse meu projeto cria oportunidade única para que o Brasil possa dar um salto de qualidade educacional estratégico para o seu desenvolvimento. Mas temos de ter pressa. As oportunidades históricas passam, e o potencial das nossas crianças poderá ser, de novo, criminosamente desperdiçado. Como disse Mistral, o nome da criança é hoje.

O do futuro brasileiro, também.

Há um novo muro no mundo. Não se trata mais dos muros materiais, como o Muro de Berlin, que separava comunismo e capitalismo, ou como o muro da fronteira do México com os EUA, que segrega a pobreza da afluência. Desta vez, é um muro virtual que separa aqueles que terão competitividade e futuro daqueles que ficarão excluídos dos benefícios da globalização assimétrica.

Refiro-me ao verdadeiro *apartheid* digital que há no cenário internacional. Com efeito, os números da União Internacional das Telecomunicações (UIT) impressionam. Só a cidade de Seul tem mais usuários de internet do que toda a África Subsaariana, excluindo a África do Sul. O G8, que tem 15% da população mundial, possui mais gente conectada à rede mundial do que o resto do mundo.

Esses números seriam mera curiosidade não fosse o acesso às novas tecnologias de informação fator decisivo para a competitividade de indivíduos, empresas e países. Por isso, a UE definiu como seu grande objetivo estratégico para este milênio tornar-se a economia baseada no conhecimento mais competitiva do mundo. Para tanto, os países europeus vêm investindo muito na inclusão digital, especialmente onde ela faz grande diferença: nas escolas. Esse esforço vem sendo recompensado. Estudos feitos na UE demonstram que o acesso à internet nos estabelecimentos escolares aumenta o rendimento dos alunos, além de diminuir as diferenças pedagógicas entre os estratos sociais.

O Brasil, além de estar mal posicionado no *ranking* mundial da inclusão digital (ocupamos a 76ª posição), tem um imenso *apartheid* digital interno: entre os 10% mais pobres, apenas 0,6% têm acesso à rede mundial, ao passo que, entre os 10% mais ricos, esse índice é de 56,3%. Preocupado com isso, apresentei projeto, já aprovado no Senado, para levar internet de banda larga a todas as escolas públicas, o que permitirá que 45 milhões de alunos entrem no século XXI com a perspectiva de se converterem em cidadãos produtivos.

Precisamos dar esse salto de qualidade educacional e queimar etapas no nosso desenvolvimento. Mas, para tanto, temos de derrubar esse muro que impede a passagem do futuro do Brasil.



Ricardo e sua banda

O Estado de S. Paulo, 27-5-2008

Ricardo Oliveira da Silva, de 19 anos, é uma dessas figuras fantásticas e improváveis que o Brasil produz de forma recorrente. Filho de agricultores muito pobres do interior do Ceará, portador de doença neurológica que o impede de se locomover, Ricardo foi alfabetizado pela mãe, dona Francisca, e recebe a assistência de professores da escola mais próxima há apenas três anos. Muitas vezes, o pai, seu Joaquim, teve de levá-lo à escola num carrinho de mão improvisado para que ele pudesse fazer as provas.

Mas, superando o aparentemente insuperável, Ricardo surpreendeu: já ganhou duas medalhas de ouro nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas, concorrendo com 17 milhões de alunos, além de uma medalha de ouro nas Olimpíadas Brasileiras de Astronomia e Astrologia.

Condecorado pelo Presidente Lula no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, onde foi ovacionado pelo público, Ricardo não conseguiu falar. “Fiquei nervoso”, disse. Na Comissão de Assuntos Sociais do

Senado, na qual também foi homenageado, Ricardo, um garoto simples e tímido, foi igualmente econômico nas palavras. Indagado se precisava de alguma coisa, disse que não era pessoa de ficar pedindo.

Contudo, Ricardo, muito inteligente, sabe bem o que quer. Embora diga não precisar de nada, afirma que, se querem dar-lhe presentes, que tragam livros. Ele quer conhecimentos e informações. Sabe que é isso que faz a diferença na vida das pessoas e das sociedades.

Pois bem, Ricardo ganhou dois presentes: um *desktop* e um *notebook*. Ótimo, o acesso à informática é importante. Mas há um grave problema: Ricardo, que mora num lugar onde nem sequer há sinal de telefonia, não tem internet. Deram-lhe as asas, mas ele não tem o céu de conhecimentos da internet para voar. Por isso ele sonha com o acesso à rede mundial de computadores. “Acho”, diz ele, “que com a internet vai ser mais fácil estudar e me comunicar com os professores”.

Assim como Ricardo, há milhões de jovens brasileiros que sonham com as informações e as oportunidades que a internet disponibiliza. São cidadãos hoje submetidos à iniquidade do *apartheid* digital e que enfrentarão grandes dificuldades para estudar, comunicar-se e adquirir os conhecimentos necessários para se tornarem produtivos e bem-sucedidos no futuro. De fato, enquanto entre os 10% mais pobres da população brasileira apenas 0,6% têm acesso a computador com internet, entre os 10% mais ricos esse índice é de 56,3%. O pior, porém, é que esse *apartheid* se reproduz nas escolas: no ensino fundamental, apenas 17,2% dos alunos das escolas públicas usam a internet, ao passo que nas escolas particulares esse número sobe para 74,3%.

Entre esses milhões de jovens brasileiros atualmente excluídos dos benefícios da era digital, há, com certeza, muitos “Ricardos” esperando pelas oportunidades que a rede mundial de computadores fornece para poderem desenvolver todo o seu potencial. O Brasil precisa dar um salto de qualidade em sua educação e colocar esses jovens no século XXI, em condições de competirem no mercado de trabalho por um futuro melhor. Se nada for feito, esse imenso potencial humano, estratégico para a competitividade do País, será criminosamente desperdiçado.

Por isso, o Governo já começou a implementar o programa que vai colocar internet de banda larga nas escolas públicas urbanas do

Brasil. Mediante um acordo com as empresas de telecomunicações que vinha defendendo desde o início do ano passado, qual seja o de trocar a instalação de arcaicos “postos de serviço” com orelhões e fax por modernas linhas de internet de banda larga, cerca de 55 mil escolas e 83% dos alunos da rede pública estarão conectados à rede mundial, no prazo de três anos. Esse programa, financiado com recursos do Ministério da Educação (MEC), representa passo importante para modernizar a educação e contribuirá para melhorar o sofrível resultado de nossos alunos nos testes internacionais de desempenho.

Mas não basta. Não basta para o Ricardo e não basta para o Brasil. Ricardo, que mora na zona rural do interior do Ceará, não será beneficiado por esse programa. E, assim como ele, milhões de estudantes carentes do interior de todo o Brasil continuarão a ser vítimas do *apartheid* digital.

Tenho projeto, aprovado por unanimidade no Senado e atualmente tramitando na Câmara dos Deputados, que prevê o descontingenciamento de 75% dos recursos do Fust, fundo criado justamente para universalizar as telecomunicações, com o objetivo de viabilizar a implantação de banda larga em todas as 137 mil escolas públicas, urbanas e rurais, e promover a inclusão digital de 47 milhões de alunos. Ninguém ficaria de fora e ainda haveria dinheiro suficiente também para treinar professores e desenvolver conteúdo adequado ao ensino pela rede digital. Tenho certeza que o Deputado Marcelo Ortiz (PV – SP), presidente da comissão especial da Câmara que trata do projeto, e o Deputado Paulo Henrique Lustosa (PMDB – CE), relator da mesma comissão, conscientes da importância dessa iniciativa e parlamentares competentes, farão todo o possível para aprová-lo com celeridade.

Assim, creio que o melhor presente que poderíamos dar ao Ricardo e a outros milhões como ele, que sonham com o século XXI, seria a aprovação desse projeto. Ricardo, embora não tenha o hábito de pedir, agradecerá. O País, entretanto, agradecerá ainda mais. Afinal, quando a banda larga, a banda que toca a música do conhecimento e da competitividade, tocar para todos, inclusive para o Ricardo, o Brasil ganhará também uma olimpíada: a olimpíada dos países prósperos e justos.

Novo mundo, nova lei

O Globo, 3-8-2008

“Quando cheguei à presidência, somente físicos especializados tinham ouvido falar na Rede Mundial de Computadores. Hoje, até o meu gato tem uma página na internet.”

Bill Clinton

A internet criou um novo mundo. Um mundo que, embora virtual, frequentemente é mais importante para o trabalho e a vida pessoal do que o mundo real. Com efeito, hoje é praticamente impossível trabalhar, estudar, se comunicar e mesmo se divertir sem o acesso à rede mundial. É difícil imaginar o planeta sem internet. A vida, agora, é *on-line*.

Esse bravo novo mundo, ao contrário do brave new world de Aldous Huxley, é o território da liberdade. Viajamos nele para todos os rincões da Terra sem passaportes. Pela internet, tornamo-nos cidadãos do mundo e membros da estratégica sociedade do conhecimento. O novo mundo virtual torna real o direito à informação e nos liberta. A liberdade, agora, é *on-line*.

Entretanto, esse novo mundo, para continuar a ser livre, precisa também ser seguro. Temos de nele proteger o direito à confidencialidade das informações pessoais e o direito à proteção contra o vírus, o estelionato eletrônico, o furto cibernético, a pedofilia. Esses direitos, que prezamos tanto quanto a liberdade, precisam também ser *on-line*. Não podemos mais conviver com a ambivalência esquizofrênica que pune crimes *off-line*, mas os permite *on-line*.

Foi por tal razão que o Senado aprovou projeto de lei que dita regras para coibir os crimes de informática. Esse projeto foi amplamente discutido desde quando foi apresentado, em 1999, na Câmara dos Deputados. No Senado, foram realizadas audiências públicas com entidades da sociedade civil e órgãos governamentais, como universidades, Ministério Público, Ministério da Justiça, Comitê Gestor da Internet, entre outros.

O fruto desse esforço democrático é um projeto que busca o equilíbrio entre a necessidade de prover segurança aos milhões de usuários da internet e o direito de toda pessoa de obter e difundir informações de forma livre, como preconiza o Pacto das Nações Unidas sobre Direitos Civis e Políticos.

De fato, o parecer aprovado do relator, Senador Eduardo Azevedo, incorporou 33 emendas, sendo 10 em plenário, que aperfeiçoaram consideravelmente o texto original. Ele não possibilita a criminalização do intercâmbio de músicas, filmes e fotos pela internet, uma vez que suas cláusulas não incidem sobre direitos autorais. A chamada “pirataria” não é o seu objeto. Prevê-se a punição apenas a quem viola a segurança de rede de computadores ou sistema informatizado de acesso restrito ou a quem acessa maliciosamente informações protegidas, como as contidas em computadores pessoais.

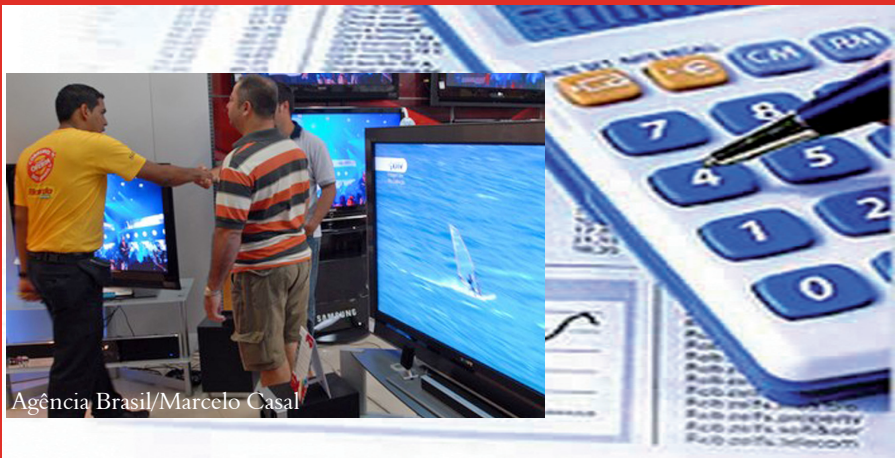
No texto original, não se esclarecia que a punição recairia somente sobre quem acessasse informações protegidas violando expressamente dispositivo de segurança. Ademais, o projeto não proíbe, como divulgaram equivocadamente, o desbloqueio de celulares, já permitido pela Anatel. As críticas ao projeto baseiam-se, em geral, em interpretações improcedentes, como a referente à criação do “provedor delator” na rede mundial. Na realidade, foi eliminado do texto a vigilância eletrônica do provedor. A sua única responsabilidade será encaminhar denúncias às autoridades referentes a crimes de acionamento penal incondicionado, função consentânea com qualquer empresa prestadora de serviço público.

A ênfase do projeto está na punição da difusão de vírus, do estelionato eletrônico, da falsificação de documentos, dos danos aos dados de terceiros e às redes. Introduzimos também, no artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente que dispõe sobre a pedofilia, a receptação e o armazenamento eletrônico de pornografia infantil.

Outro ponto importante diz respeito à responsabilidade dos provedores de internet, que só terão de manter, pelo prazo de três anos, o registro do *log* de acesso às redes por eles operadas. Isso facilitará muito as investigações de crimes que hoje são de difícil elucidação, a um custo mínimo para os provedores. Note-se que ficam

excluídas dessa responsabilidade as redes não comerciais, como as de ONG e residências.

Caso o projeto seja aprovado na Câmara, que poderá aperfeiçoá-lo ainda mais, o Brasil será incluído no rol das modernas nações que têm legislação sobre delitos cibernéticos. Com ele, os usuários de internet continuarão a trocar informações livremente, mas protegidos por legislação consistente que coibirá os crimes cibernéticos que tanto dano causam à vida *on-line*. Será grande passo à frente, *on* e *off-line*.



Agência Brasil/Marcelo Casal



Helder de Souza



Rodrigues
PO zzebon/ABr

Embrapa

Economia

Por um planejamento estratégico

O Globo, 26-3-2003

Planejamento *versus* mercado tem sido tema recorrente nos debates sobre as opções administrativas dos governos dos países capitalistas no pós-guerra, particularmente nos países em desenvolvimento. Nas últimas duas décadas, o predomínio da ideologia do livre mercado relegou o planejamento a um papel de menor importância. Mesmo assim, os governos, a exemplo das grandes corporações – que jamais abandonaram esta ferramenta não puderam deixar de realizar algum tipo de planejamento estratégico, por exemplo, nas áreas de tecnologia, energia e transporte, nas quais a perspectiva de longo prazo é fundamental. Ao pensar neste tema, vêm à mente os ensinamentos do grande economista polonês Oscar Lange, ao tratar da necessidade do planejamento nas economias capitalistas. Ele afirmava: o mercado funciona na orientação das decisões econômicas de curto prazo (equilíbrio entre oferta e demanda).

Nas decisões de investimento, que envolvem a consideração de horizontes temporais mais longos, os preços, devido a seu caráter estático, praticamente nada dizem. Um outro economista da mesma época, Hollis Chenery, ampliava o argumento. Segundo ele, os preços de mercado, além de refletirem a distribuição da renda existente, no caso dos bens públicos não guardam relação

com os custos de produção. Em consequência, tem escasso valor como referência para decisões de investimento nestas esferas. Ou seja, ao contrário do pensamento ortodoxo, faz mais sentido admitir que são as decisões de investimento que explicam os preços e não vice-versa.

Em síntese, ambos ressaltavam as limitações do mercado frente às decisões econômicas de médio e longo prazo. O planejamento estratégico já teve importância fundamental no Brasil durante o Governo Juscelino Kubitschek (1956-60) e por ocasião do primeiro e, principalmente, do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), nos governos militares na década de 70. Nesses períodos, o planejamento foi fundamental para orientar as transformações na estrutura econômica do País, evidenciadas no elevado crescimento econômico, nunca inferior a 7% ao ano.

O Plano de Metas de JK constituiu-se no instrumento básico de coordenação das ações governamentais e de mobilização e articulação dos atores privados nacionais e estrangeiros. Foi um período de grandes realizações na infraestrutura, como a construção de Brasília, a substituição de importações industriais, a implantação da indústria automobilística e a instalação de segmentos produtores de insumos básicos e de diversos bens de consumo durável e de capital. Esse período fundou as bases da fase moderna de industrialização do Brasil. O financiamento inflacionário do esforço de desenvolvimento, no entanto, gerou desequilíbrios que culminaram na crise do início dos anos 60 e que serviriam de pano de fundo para o golpe militar de 1964.

No âmbito dos PND, especialmente no segundo, o País tentou completar seu processo de industrialização. Houve grandes avanços na substituição de importações de vários insumos básicos (aço, papel e celulose, produtos petroquímicos, não ferrosos e fertilizantes) e de bens de capital seriados e sob encomenda. O caráter autoritário do regime e o voluntarismo dos militares, contudo, contribuíram para frustrar o aprofundamento desse processo. A política econômica adotada subestimou a crise internacional (os sucessivos choques do petróleo e de juros no início e no final dos anos 70) e conduziu o

País a uma crise de endividamento externo, que, por sua vez, viria a comprometer decisivamente o crescimento na década de 80.

O planejamento no Brasil, a partir dos anos 90, tornou-se mera formalidade legal. Os custos dessa opção aberta pela filosofia do livre mercado são muito altos e conhecidos: aumentou a pobreza e a desigualdade social, a dependência externa foi exacerbada (e continuou estrangulando nosso crescimento), o endividamento público atingiu níveis sem precedentes e o desemprego aumentou. Acrescente-se a isto a crise recente de oferta de energia elétrica e o estado precário de nosso sistema de transportes.

Para o atual Governo, comprometido com mudanças sociais profundas no País e com a construção de um novo padrão de inserção internacional, é essencial a retomada do planejamento como instrumento de coordenação da intervenção governamental na economia, e de articulação das decisões privadas voltadas para o desenvolvimento no longo prazo. Não se trata de reeditar métodos de planejamento do passado. O planejamento hoje precisa ser mais dinâmico, flexível e participativo. Não só para adaptar-se às frequentes mudanças que caracterizam a economia moderna e possibilitar uma ação sinérgica com o mercado, mas também para incorporar, dentro de uma perspectiva de aperfeiçoamento democrático, as demandas e aspirações da sociedade. No passado, o planejamento serviu à sociedade brasileira para viabilizar sua industrialização.

Agora, o desafio é outro, muito mais complexo: a construção de um novo modelo de desenvolvimento, que elimine as injustiças sociais acumuladas. Hoje, também é preciso crescer, mas como um meio para as profundas transformações sociais que o País necessita. É nesse contexto que se insere o Programa Plurianual de Investimentos (2004-2007), o PPA, em fase de elaboração pelo Ministério do Planejamento. Em resumo, o mercado, pela natureza estática e conservadora de seus sinais e por sua impossibilidade de orientar decisões em relação a bens públicos, não pode substituir o papel orientador do Estado no desenvolvimento de longo prazo. Portanto, a defesa do planejamento estratégico não se confunde com a apologia do regime

militar, como insinuaram algumas análises simplificatórias publicadas na imprensa.

O que se necessita é de um estado que não se limite a zelar pelos equilíbrios monetário-financeiros e fiscais de curto prazo, mas que seja igualmente atuante na definição dos rumos do desenvolvimento nacional e na promoção da justiça social, propósitos que se situam fora da lógica e dos objetivos do mercado. É por isso que o planejamento estratégico faz-se indispensável.

A esperança com pés no chão

Folha de S.Paulo, 6-4-2003

O Governo Lula assumiu a administração do País dentro de uma crise grave e complexa, com fortes desequilíbrios tanto no cenário internacional – a retração da economia mundial e dos fluxos de investimentos externos, a instabilidade dos mercados financeiros e as incertezas da guerra contra o Iraque – quanto no plano interno, onde as tensões e desequilíbrios acumulados em diversas frentes ao longo dos oito anos precedentes deixaram uma herança extraordinariamente pesada: uma economia em situação de extrema vulnerabilidade externa e semiparalisada, um estado debilitado pelo crescimento da dívida pública, e um nível de desemprego aberto crescente.

Agregue-se a isso o desmonte da capacidade operacional do estado, os desequilíbrios patrimoniais associados à privatização, do qual o episódio da AES é só um exemplo, o desmantelamento de segmentos estratégicos da indústria pesada – como a construção naval –, e o estrangulamento financeiro de alguns setores com custos ou financiamentos indexados ao câmbio. A combinação desses fatores, somada ao terrorismo econômico praticado no marco da disputa eleitoral, gerou um quadro crítico em 2002, com o risco Brasil superando a casa dos 2.400 pontos, a taxa de câmbio chegando próxima aos R\$4,00/US\$, os preços internos ameaçando disparar e a rolagem da dívida externa – inclusive a renovação das linhas de crédito comercial – caindo a níveis sem precedentes.

Naqueles momentos, em que se decidiam as eleições, a tese dos governistas era de que Lula seria um misto de Chavez – de quem reproduziria o populismo voluntarista, embora sem o apoio militar e parlamentar do líder venezuelano – e de De La Rúa, cuja incapacidade de governar levou a Argentina a uma das piores crises de sua história. A declaração do megainvestidor George Soros – “Serra ou o caos” –, expressão da aliança do candidato do governo com o capital financeiro especulativo, resumia, em seu simplismo, esta visão. A resposta a estas profecias enviesadas foi demolidora.

A transição negociada foi um exemplo de maturidade política que, ancorada na clareza e transparência das atitudes e propostas programáticas do novo governo, permitiu reverter as expectativas mais pessimistas e conter as manobras especulativas do mercado. A posse do Presidente Lula foi um encontro jamais visto entre as ruas e o palácio, numa expressão jubilosa da vitória da esperança sobre o medo. O Governo ampliou as alianças políticas e sua base de sustentação parlamentar, formou um ministério amplo e consistente, iniciou a implantação de um novo padrão de participação da sociedade civil com a montagem do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e realizou uma reunião com os governadores da qual, pela primeira vez, saem compromissos concretos.

Todos estes aspectos foram fundamentais para sentar as bases da governabilidade e reverter o quadro de desconfiança e deterioração da situação econômica gerado nos meses precedentes. Derrotada a tese do catastrofismo, a crítica tucano e pefelista deu uma guinada: agora o Governo Lula é acusado de continuísmo... Esta crítica, tão vazia e oportunista quanto a anterior, deixa de lado o fato de que, ao contrário do que ocorria no Governo FHC, a atual política econômica não está orientada a consolidar a lógica do modelo econômico neoliberal, fundada no binômio déficit nas transações correntes do balanço de pagamentos/aumento cumulativo do passivo externo dolarizado, que levou à desnacionalização, privatização e fragilização da economia.

Pelo contrário, a política de ajustes graduais – expressão da pequena margem de manobra do novo governo – objetiva criar as condições de retomada do crescimento econômico e mudança do modelo de desenvolvimento. Para isso é essencial não somente superar a vulnerabilidade externa – recuperando de maneira sustentável o saldo da balança comercial e reduzindo o déficit nas transações correntes – mas também desenvolver novas frentes de ação na esfera real da economia. Apesar do pouco tempo decorrido desde a posse do Presidente Lula, passos concretos estão sendo dados neste sentido, paralelamente à normalização progressiva dos indicadores conjunturais – a estabilização da taxa de câmbio, a queda acentuada do risco Brasil, a reabertura das linhas de financiamento externo e a contenção da

pressão inflacionária. A ofensiva diplomática deflagrada nos últimos meses, além de revalorizar o papel e a imagem do País no cenário internacional, deu uma nova dimensão à política comercial brasileira, mais firme e aguerrida na defesa dos nossos interesses. O sistema de financiamento público, bastante fragilizado, está sendo reestruturado e as instituições de fomento – o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica – já iniciaram programas de investimento e apoio em diversos setores da economia. O Governo está promovendo um amplo debate com a sociedade sobre as reformas tributária e previdenciária, que terão um papel importante na consolidação, em longo prazo, do equilíbrio das contas públicas, e no estabelecimento de padrões mais adequados de justiça fiscal e social. Foi iniciada a reconstrução do sistema de planejamento estratégico, essencial para a orientação das ações públicas e privadas de desenvolvimento a médio e longo prazo, cuja primeira fase se materializará no Plano Plurianual (PPA), atualmente em elaboração. A recente renegociação das dívidas dos pequenos produtores rurais, produto de um amplo acordo no Senado Federal, pela primeira vez colocada como prioridade na agenda do País, representará um forte impulso à produção e fortalecimento da agricultura familiar, beneficiando cerca de 320.000 famílias.

O Fome Zero, apesar das dificuldades inerentes a sua complexa natureza, começa a estruturar-se como programa articulado de produção, distribuição e consumo de alimentos. Estas ações e iniciativas sinalizam claramente a direção e prioridades do processo de mudança. A opção por uma estratégia gradual não se confunde, neste contexto, com o continuísmo. Somente reflete a decisão de, no marco das restrições estruturais existentes, avançar em direção ao futuro com os pés no chão, de maneira a minimizar os custos da transição para o novo padrão de desenvolvimento e não frustrar as esperanças do povo brasileiro.



Câmbio, inflação e crescimento

Folha de S.Paulo, 4-5-2003

A política monetária em um regime pleno de metas de inflação, adotado hoje por 18 países no mundo, tem apenas um objetivo explícito: a desinflação gradual da economia. Não busca manter o câmbio dentro de determinados limites e tampouco garantir o máximo de crescimento econômico com o mínimo de inflação. No entanto, os bancos centrais consideram que essas variáveis devem ser monitoradas e preservadas sempre que não colidam com os limites do objetivo principal e explícito.

O Banco Central brasileiro (BC) adotou o regime pleno de metas de inflação num único lance em junho de 1999, em um esforço de conter os efeitos inflacionários do colapso da política de sobrea-

lorização do real, adotada de julho de 1994 a janeiro de 1999 e que acabou em uma maxidesvalorização imposta pelo mercado. A política de sobrevalorização do real teve efeitos profundos e disruptivos sobre a economia brasileira. Naquele período, os saldos comerciais anuais do País se deterioraram rapidamente, passando de um superávit de US\$10,4 bilhões em 1994 para um déficit de US\$6,6 bilhões em 1998, enquanto o déficit de transações correntes escalava de US\$1,7 bilhão para US\$33,4 bilhões. Isso significou imensa exportação de empregos para nossos parceiros comerciais e também quebra de vários elos das cadeias produtivas da indústria.

O aumento das necessidades de financiamento externo da economia e a manutenção do câmbio sobrevalorizado favoreceram o ingresso de capitais voláteis, que entravam no País sob o porto seguro do câmbio semifixo para arbitrar as significativas diferenças entre os juros reais internos e externos. Em um contexto de instabilidade financeira internacional, isso exigiu sucessivos choques de juros a cada crise de países emergentes que contaminava nossa economia, dada a fragilização externa inerente a essa abordagem. Esta é uma lição que não se deve perder de vista: a apreciação da moeda pode ser muito efetiva na redução da inflação, mas desastrosa se perdurar por muito tempo.

Esse é o monitoramento necessário na situação atual da economia brasileira. O fascínio da desinflação via sobrevalorização custou ao país uma pesada herança de baixo crescimento, desnacionalização da economia e vulnerabilidade externa. E tal vulnerabilidade ainda é o principal problema a ser superado para realizarmos uma transição de um regime de baixo crescimento para outro de crescimento sustentado. A economia brasileira tem realizado um notável esforço de ajuste externo, conseguindo expandir o saldo da balança comercial ainda dentro das condições de financiamento extremamente restritivas que prevaleceram no ano passado, quando a taxa de rolagem dos débitos contraídos no exterior, inclusive a renovação de créditos comerciais, caiu a níveis sem precedentes. E, ao contrário do que sucedeu na maior parte de 2002, o superávit comercial obtido até abril deve-se basicamente à expansão das exportações, que aumentaram 24,7%, enquanto as importações praticamente não se alteraram.

O aumento do superávit comercial permitiu reduzir o déficit nas transações correntes do balanço de pagamentos, que caiu para US\$4,3 bilhões nos 12 meses fechados em março passado, acentuando sua trajetória de queda durante o primeiro trimestre do corrente ano. Esse é o caminho para a redução da vulnerabilidade externa, o ponto crucial a ser equacionado para permitir a volta ao crescimento econômico e à geração de empregos. A seriedade com a qual o novo governo tem conduzido o processo de transição – desarmando progressiva e cuidadosamente a crise econômico-financeira herdada com uma gestão competente da equipe econômica e assegurando a governabilidade mediante a ampliação de sua base de sustentação parlamentar e a adoção de uma política de participação dos diversos segmentos da sociedade brasileira – tem sido fundamental para permitir a queda do dólar e do risco país, que já voltou aos patamares do primeiro trimestre de 2002.

A diminuição da cotação do dólar foi importante para reduzir a pressão sobre as dívidas das empresas e, em especial, sobre a dívida pública, fortemente afetada, em 2002, por sua crescente indexação ao dólar e pela escalada da taxa de câmbio. Também possibilitou a inversão da trajetória inflacionária, cuja aceleração nos últimos meses de 2002 e no início de 2003 também deveu-se fundamentalmente aos impactos da desvalorização cambial. A inflação já começou a cair e agora, com a redução de alguns preços públicos ligados aos preços externos do petróleo, tende a se consolidar essa tendência. Assim como atuou nos momentos de alta especulativa do dólar, o BC dispõe de meios para corrigir a excessiva valorização e a volatilidade do câmbio, principalmente quando provocadas pela repentina entrada ou saída de capitais de curto prazo.

De acordo com as circunstâncias, pode, por exemplo, comprar divisas com fins de estabilização do mercado cambial e recompor reservas, mesmo que com fluxos de curto prazo, para poder agir mais adiante, reduzindo a volatilidade da taxa de câmbio; ou utilizar instrumentos tributários para melhorar a qualidade dos fluxos de capital e ampliar a entrada do investimento produtivo; ou, principalmente, reduzir progressiva e consistentemente as taxas de juros, para estancar a raiz desse surto de sobrevalorização. Não está demais insistir em

que a expansão do superávit comercial é fundamental em toda essa estratégia de descolamento da economia brasileira da roleta das instabilidades dos fluxos financeiros internacionais. Para isso é preciso implantar uma política firme de promoção de exportações, articulando as centenas de instituições que têm interface nessa questão.

Também é essencial recuperar a capacidade de formulação e implementação de políticas industriais, principalmente realizando uma substituição focalizada de importações, para reduzir déficits comerciais em setores chave da economia. Vale ressaltar que instaurar um regime de crescimento sustentado, no marco de um processo que tem no social o eixo estruturante do desenvolvimento, é, afinal, a meta mais substantiva da política econômica do Governo Lula.



A questão do investimento

Folha de S.Paulo, 1º-6-2003

O aumento do investimento é condição necessária para a elevação da taxa de crescimento da economia, pois é por meio dele que se amplia a capacidade de produção e se incorpora o progresso técnico via introdução de novos produtos e métodos de produção. As baixas taxas de crescimento do PIB observadas nos últimos anos (2,4% anuais entre 1990-2002) expressam a incapacidade do modelo de política econômica adotado para expandir o investimento.

A política econômica falhou em propiciar ao setor privado uma relação entre a taxa esperada de retorno do capital e a taxa de juros suficientemente elevada para estimular o investimento produtivo. Em realidade, ao restringir e encarecer o crédito e financeirizar a economia, fez exatamente o oposto, proporcionando uma elevada rentabilidade diferencial ao investimento financeiro. Além disso, o quadro de crise fiscal permanente produzido pelo endividamento público,

associado às políticas de câmbio e juros, e às limitações impostas às empresas estatais, restringiram fortemente o investimento público, neutralizando um dos principais vetores, na nossa experiência histórica, da expansão e indução do investimento total.

A preços constantes de 1980 a taxa bruta de investimento da economia, que na década de 70 tinha atingido, em média, mais de 23% ao ano, caiu, no período 1990/2002, para um patamar inferior a 15%, abaixo, inclusive, da média dos anos 80 (18,5%). Note-se adicionalmente que, como mostra o gráfico anexo, desde 1998 a variação real do nível de investimentos não somente foi negativa na maior parte do período como se situou abaixo da variação real do PIB, sinalizando um processo de relativa descapitalização da economia brasileira.

A abertura ao capital estrangeiro e a privatização das empresas estatais não gerou alterações significativas neste processo. O grande afluxo de investimento direto estrangeiro ocorrido no período, ao dirigir-se em grande medida à aquisição de empresas já existentes, públicas e privadas, não contribuiu diretamente para o aumento da taxa de investimento. Por seu turno, a privatização da maior parte das empresas estatais reduziu praticamente à metade sua contribuição para o investimento total. Este quadro de escasso dinamismo do investimento coloca para o futuro do País dois grandes desafios.

O primeiro é aumentar substancialmente a taxa de investimento, de modo a criar as bases produtivas para uma expansão sustentada do PIB da ordem de 5% ou 6% anuais, o que possibilitaria gerar os empregos necessários para a absorção dos aumentos na força de trabalho e redução progressiva dos atuais níveis de desemprego e precarização do mercado de trabalho. O segundo é alocar melhor os investimentos de modo a expandir a capacidade de produção de bens e serviços de consumo massivo, corrigir as fragilidades da estrutura industrial, que vêm impedindo uma inserção mais dinâmica das exportações nos mercados internacionais, e reduzir o coeficiente de importações em segmentos em que o País tornou-se muito dependente do exterior e para os quais possui competitividade efetiva ou potencial.

O primeiro desafio envolve várias dificuldades que o País não tem conseguido superar ao longo das últimas duas décadas. Em primeiro lugar, caberá criar um ambiente favorável aos investimentos, o que implica duas coisas: gerar expectativas econômicas favoráveis em relação ao futuro e mobilizar fundos de longo prazo a taxas de juros compatíveis com o retorno adequado dos investimentos. O sucesso da atual política macroeconômica em estabilizar a economia e baixar as taxas reais de juros, complementado com o bom encaminhamento das reformas tributária, previdenciária e financeira, será decisivo para propiciar a expansão do crédito bancário, atualmente muito contraído em relação à dimensão do PIB, e a acumulação de fundos de longo prazo nas empresas e no sistema financeiro. Em segundo lugar, será necessário elevar o investimento público, que alcançou níveis extremamente baixos nos últimos anos, através da geração de receitas próprias e dos financiamentos dos bancos oficiais, no caso das empresas estatais, e via ampliação e remanejamento dos recursos fiscais no caso do Governo.

As dificuldades para expandir rapidamente a formação de capital nos próximos anos reforçam a necessidade de melhorar simultaneamente a eficiência na alocação dos investimentos, o que implica priorizar opções que permitam complementar e potencializar a utilização das capacidades existentes tenham baixa dependência de recursos externos, ampliem a disponibilidade de serviços de infraestrutura e criem condições favoráveis para expansão futura dos mercados. Por último, não está demais recordar que, na boa teoria econômica, o problema central do aumento da taxa de investimento não é a escassez de poupança interna prévia, como tem sido frequente escutar de economistas que aplicam, na macroeconomia, as noções comuns retiradas da economia doméstica. A elevação do patamar de investimentos necessariamente requer que os capitalistas gastem um volume de recursos superior a sua poupança prévia.

Por isto, materializar esta elevação supõe o aumento do endividamento dos agentes envolvidos, como contrapartida da correspondente expansão do crédito. Nesta perspectiva, a funcionalidade das políticas de diminuição do déficit fiscal está relacionada com sua eficácia para reduzir as taxas de juros e estimular o acesso ao crédito

de investimento e, em consequência, desencadear um ciclo virtuoso de crescimento do PIB e da receita fiscal. Sem a redução dos juros e o aumento dos gastos privados, via maior endividamento, as políticas de contenção do gasto público apenas reduziriam a demanda efetiva e a arrecadação, acentuando, recorrentemente, o próprio desequilíbrio fiscal.



Não à recessão

Época, 23-6-2003

O Brasil conseguiu reverter a crise que, ao longo de 2002, colocou o País à beira do colapso. Apesar das restrições ainda existentes, há melhoras evidentes no marco macroeconômico: a cotação do dólar caiu quase 30% e tende a estabilizar-se; o risco país despencou de 2.400 para 700 pontos; restabeleceram-se os fluxos de financiamento externo às empresas e ao País, que voltou a colocar títulos soberanos, alongando o perfil da dívida; o déficit nas transações correntes caiu de um patamar de US\$19,8 bilhões para US\$3,4 bilhões nos últimos 12 meses, mercê do aumento recorde do saldo da balança comercial; a dívida pública líquida caiu de 62,2% para 52,2% do PIB nos últimos oito meses; e a inflação, que se acelerara fortemente, já mostra quedas consistentes em todos seus índices.

Mas, como ensina a experiência, não há saída fácil para crises dessa natureza e magnitude. A economia começa a dar sinais de desaceleração, consequência do cenário internacional – dominado pelas tendências re-

cessivas e deflacionárias em curso nas principais economias do mundo – e das políticas fiscal e monetária adotadas para enfrentar a crise cambial. A redução do ritmo de crescimento da economia e a queda geral de produção na indústria, mais intensa em alguns setores predominantemente voltados para o mercado interno – como automóveis, eletrodomésticos, móveis, vestuário e calçados, insumos para a construção civil – refletem o impacto, sobre a demanda agregada e sobre as expectativas dos agentes econômicos, das sucessivas elevações da taxa de juros (sete pontos entre outubro e dezembro de 2002 e mais um ponto e meio em janeiro e fevereiro de 2003) e da forte redução no gasto público.

Apesar dos indicadores de desaceleração da economia, o País dispõe de recursos e instrumentos para enfrentar a ameaça da recessão. A superação da meta de superávit primário permite ampliar os investimentos das empresas estatais e canalizar recursos fiscais para programas de impacto imediato na expansão da produção e do emprego. A queda dos índices de inflação possibilita a redução da taxa básica de juros, que já se iniciou, o que, combinado com medidas para diminuir os juros na ponta – estímulo às cooperativas de crédito, ampliação do Banco do Povo, ação ativa dos bancos públicos para o aumento da concorrência e redução das tarifas e *spreads* – permite ampliar e baratear o crédito ao setor privado. A correção da excessiva valorização do câmbio pode ajudar a preservar a competitividade da produção nacional e, o que é essencial, consolidar a trajetória de expansão do nosso saldo comercial.

O BNDES já vem liberando recursos para alavancar as exportações, expandir a produção em diversos setores industriais e apoiar os programas de inclusão social. O Governo vai liberar para a agricultura deste ano 32,6 bilhões de reais, um aumento de 25,6% em relação à safra anterior, onde foram desembolsados 25,9 bilhões de reais. E o debate e aprovação do PPA permitirão impulsionar os investimentos estruturantes do desenvolvimento setorial e regional. A melhora significativa dos indicadores macroeconômicos permite impedir as tendências recessivas e criar condições para a retomada do crescimento e do emprego. É assim que vamos evitar a armadilha do ajuste fiscal permanente e da submissão aos ditames do mercado financeiro, de cujas consequências temos exemplos dramáticos no passado recente, nosso e da América Latina.



O desafio de ampliar e baratear o crédito

Valor Econômico, 1º-7-2003

O Governo Lula vem sendo bem sucedido em desarmar a armadilha macroeconômica deixada pelo seu antecessor. Mas esse é apenas um dos desafios a serem superados para que se promova um novo ciclo de crescimento de longo prazo na economia brasileira. Não menos relevante é o aperfeiçoamento dos aspectos microeconômicos, indispensáveis para que os novos investimentos gerem o máximo de retorno social em termos de emprego e renda. A tarefa mais urgente no campo da microeconomia é reduzir o absurdo *spread* bancário hoje vigente. Em decorrência da complacência do Governo anterior nessa questão, os bancos foram os setores mais rentáveis da economia nos últimos anos. Na média, o rendimento anual sobre o patrimônio saltou de 8,7%, em 1995, para 16,5%, em 2002.

Em contrapartida a essa espantosa lucratividade, os demais ramos de atividade, como a indústria, o comércio e a agropecuária, tiveram que transferir renda para o setor financeiro, reduzindo sua rentabilidade e seu nível de emprego. Para mensurar o efeito dessa

distorção, basta lembrar que uma rentabilidade de 16,5% ao ano, significa dobrar o capital a cada quatro anos e meio. Mantido esse ritmo, em quinze anos os bancos multiplicariam o seu tamanho por dez. A situação piora quando se recorda que o *spread* é apenas uma das faces dos custos imputados à sociedade pelos bancos.

Além das receitas diretamente obtidas nos empréstimos pelas diferenças entre as taxas de captação e de aplicação, essas instituições têm elevado sistematicamente sua receita de tarifas. Só entre os dez maiores bancos brasileiros ocorreu uma elevação de receitas de serviços entre 1994 e 2002 de mais de 400%, saindo de R\$3,869 bilhões para R\$20,477 bilhões! Essa realidade contrasta com a insistente alegação dos bancos de que a responsável pelos altos *spreads* é a inadimplência, discurso sempre corroborado pelas gestões anteriores do Banco Central. Por essa razão, foi comum justificar a necessária modernização da Lei de Falências como sendo uma espécie de panacéia que reduziria o alto custo dos empréstimos para empresas e pessoas físicas.

De fato, uma nova lei para regular as falências e o concurso de credores é uma necessidade premente, menos pelo seu efeito sobre a inadimplência – que sem dúvida será significativo – mas principalmente para corrigir duas falhas graves da legislação atual. Em primeiro lugar, a nova legislação deve facilitar a recuperação da empresa em dificuldades, retirando o controle acionário dos antigos controladores e a gestão dos antigos administradores, preservando, desse modo, o interesse dos trabalhadores, dos fornecedores e dos consumidores.

Em segundo, vedar a possibilidade atual de que os ex-administradores obtenham verdadeiras fortunas, usando o artifício de solicitar vultosas indenizações trabalhistas por meio de liminares, prejudicando ainda mais os trabalhadores e fornecedores. A lei atual permite esse prêmio aos responsáveis pela insolvência de empresas e destruição de empregos. Apesar de seus méritos, é importante relativizar os efeitos de uma nova lei de falências sobre o *spread* bancário, pois todos os dados disponíveis permitem concluir que a grande causa dessa distorção é a estrutura oligopolizada do segmento e o alto poder de imposição de preços que possuem os bancos, ambas as causas derivadas da omissão do Banco Central, durante o Governo passado,

em atuar como autoridade reguladora dos aspectos concorrenciais do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

As duas tabelas seguintes, extraídas do documento Sistema Judicial e Mercado de Crédito no Brasil, de autoria de técnicos do Banco Central, demonstram que a inadimplência tem tido, no período recente, pouca relação com o nível dos *spreads* bancários. Na tabela 1, observa-se ligeiro declínio no *spread* no segmento de pessoas físicas, de aproximadamente 59% para 55%. Contrariamente, no segmento de pessoas jurídicas, percebe-se uma elevação do *spread* – também modesta, mas mais representativa –, de 13% para 17% no período de julho de 2000 a dezembro de 2002. Por outro lado, quando se observa o comportamento da inadimplência, na Tabela 2, os resultados são opostos.

A inadimplência aumentou no segmento de pessoas físicas, saltando de 5,5% para 8%, no mesmo período, sendo que se reduziu dramaticamente no segmento de pessoas jurídicas, caindo de 6% para 2%. Nesse último caso, a queda em dois anos e meio foi de 2/3! A conclusão é quase óbvia. A inadimplência teve um papel secundário na explicação dos *spreads* bancários. Caso contrário, o que explicaria a elevação do *spread* para pessoas jurídicas, em meio a uma queda de 2/3 nos níveis de inadimplência? A verdadeira causa do problema está na estrutura oligopolizada e no ambiente de baixa concorrência determinado pela frouxa regulação exercida pelo Banco Central nesse período.

O atual Governo está empenhado em reduzir os custos e ampliar o volume de crédito. A nova Diretoria do Banco Central tem agora a oportunidade de reverter a situação herdada e construir um ambiente efetivamente competitivo e desconcentrado. Além da expansão das cooperativas de crédito, que tem sido uma orientação constante do Presidente Lula, da utilização do depósito compulsório para abertura de linhas especiais de microcrédito e do aproveitamento da posição dos bancos públicos para estimular a concorrência, existem algumas medidas simples e de rápido efeito que poderiam ser consideradas com esse propósito: 1) a proibição de venda casada de serviços, prática unânime entre os bancos e que resulta nos chamados “pacotes de tarifas”; 2) a adoção de um cadastro único de correntistas bancários; 3) a eliminação da cobrança de tarifas nas transferências de valores entre contas de mesmos correntistas; e 4) eliminação das tarifas de

manutenção de contas correntes. O efeito associado de todas essas medidas permitirá reduzir as práticas oligopolistas que os bancos vêm impondo ao País simultaneamente à expansão e barateamento do crédito, com impactos positivos no crescimento da economia e na elevação da sua competitividade.



Mais agricultura familiar

Diário de São Paulo, 22-7-2003

O Governo do Presidente Lula tem sido criticado por repetir a política econômica de seu antecessor. Na verdade, o esmero do novo Governo, de recém-novíssimos seis meses, é o de garantir a estabilidade da economia, atitude responsável antecipada ainda na campanha eleitoral. Para isso, concentrou sua atenção em consertar os estragos do Governo anterior e em sedimentar bases para o crescimento sustentável e permanente do País.

Dentre os segmentos basilares da nova economia, a agricultura e a pecuária mereceram atenção sem precedentes. Diante dos números abundantes que se antevêm com as perspectivas otimistas de sucessivas safras recordes, não é difícil compreender o peso que se confere ao setor. Num curto período de reorganização da máquina administrativa, o Governo ampliou em 25,8% o volume de recursos disponíveis para o crédito para a safra 2003/2004. Com isso, o campo terá, agora em julho, R\$32,4 bilhões para financiar as lavouras. Ao mesmo tempo em que ampliou significativamente o custeio, o

Governo preservou o valor nominal dos juros cobrados dos produtores – apesar da variação positiva da Taxa Selic – e, em alguns casos, reduziu o índice.

É nesse montante bilionário que se encontra, talvez, a mais aguda demonstração da nova cara da economia brasileira. Junto com o micro-crédito, financiamento subsidiado patrocinado pelos bancos oficiais à população menos privilegiada, a ampliação do crédito à Agricultura Familiar (PRONAF) começa a moldar a cara social que o Presidente Lula imprime ao novo Governo. Não será desmesurado afirmar que nunca um governo federal dispensou tratamento tão destacado para as famílias de produtores rurais na história recente do País. Não se trata apenas de comparar os valores, que cresceram de R\$4,2 bilhões para R\$5,4 bilhões.

O mais relevante é o patamar a que foi alçada a agricultura familiar que, como sintetizou o Presidente Lula, “precisa ser vista como um novo conceito”. O novo conceito elege o setor primário como decisivo para a economia nacional mas, ao mesmo tempo, considera-o imprescindível para a justiça social, sempre entronizada como princípio inalienável nas definições de desenvolvimento econômico e social do PT. Nos planos do novo Governo, que vão pontuando aos poucos a diferença com os predecessores, nenhum centavo do valor ofertado deve ficar depositado nos cofres dos bancos.

Na safra anterior mais de um bilhão ficou parado nos cofres públicos. Para garantir que o dinheiro transforme-se em grãos, o Governo desburocratizou drasticamente o acesso ao crédito. Dos dez documentos antes necessários para pleitear um empréstimo, agora basta ao produtor preencher um único documento para ter direito ao pleito. Para facilitar ainda mais o acesso ao crédito o Governo criou o Cartão Pronaf, que agilizará a obtenção de financiamentos tornando o processo mais rápido e simples. A renovação do crédito será facilitada para os produtores adimplentes e o horizonte de beneficiários foi ampliado.

Doravante, as mulheres, os jovens, a agroecologia, a pesca, o turismo rural, o manejo florestal, os povos indígenas e os quilombolas serão agregados ao sistema de crédito oficial. Mais: o agricultor terá garantia mínima de retorno do que plantou já que o Governo criou um fundo para adquirir a produção. Integrado a outros programas

governamentais, o crédito para a agricultura familiar privilegiará alimentos da cesta básica – arroz, feijão, mandioca, milho e trigo.

A agricultura familiar, assim, representa aumento da produção no campo, mais justiça social e dignidade para os agricultores, desconcentração da renda rural, ocupação ordenada e soberana do território nacional, geração de empregos, melhor qualidade nos alimentos, melhoria da preservação do meio ambiente e menos fome. Justo para um segmento que representa 84% das propriedades agrícolas do País, 77% dos produtores rurais e 40% do valor da produção do campo.

É dali que saem 70% do feijão consumido no Brasil, 84% da mandioca, 49% do milho, 40% das aves e 54% do gado leiteiro. Numa demonstração de planejamento, o Governo, simultaneamente à ampliação substancial do crédito familiar, renegociou as dívidas de produtores rurais e permitiu maior acesso aos recursos públicos. No total, 825 mil famílias beneficiadas pela renegociação das dívidas e, conseqüentemente, com acesso ao crédito – com privilégios para o Semi-Árido. O compromisso do novo Governo, que se solidifica gradativamente com iniciativas como esta, é com o combate à fome, com a distribuição de renda e riqueza, com a reforma agrária, com a geração de ocupação e cidadania.

Renegociar as dívidas, disponibilizar mais recursos para o plantio e comercialização, além de garantir medidas efetivas que garantam a compra dos produtos gerados pela agricultura familiar e os assentamentos da reforma agrária são demonstrações concretas da prioridade do Governo Lula com a parte do setor produtivo historicamente alijada das políticas públicas.

A retomada do crescimento

Folha de S.Paulo, 24-8-2003

O Governo do Presidente Lula assumiu a direção do País dentro de um quadro extremamente complexo e difícil, devido ao agravamento dos desequilíbrios estruturais acumulados nas áreas externa e fiscal ao longo dos últimos anos, que foram levados a níveis extremos pela crise cambial, deflagrada a partir de abril de 2002, e as incertezas do período eleitoral.

Esse legado do Governo anterior reduziu fortemente as opções de política e o raio de manobra da nova administração. Como ensina a experiência, não há saída fácil para crises dessa natureza e magnitude. Foi necessário adotar, com grandes sacrifícios para a população, medidas duras direcionadas a reverter a crise cambial, controlar a inflação, reorganizar as finanças públicas e restaurar a credibilidade externa do País.

Apesar das fragilidades ainda existentes, os avanços realizados são notáveis: a cotação do dólar diminuiu acentuadamente, estabilizando-se em torno de três reais; o risco país despencou de 2.400 para menos de 800 pontos; restabeleceram-se os fluxos de financiamento externo às empresas – o coeficiente de rolagem das dívidas, que tinha caído abaixo dos 20% em fins de 2002, nos últimos meses tem sido superior a 100%; o País voltou a colocar títulos soberanos, alongando o perfil da dívida externa; o déficit nas transações correntes caiu de um patamar de US\$17 bilhões para um saldo positivo de US\$1,3 bilhão nos últimos 12 meses, mercê do aumento recorde do saldo da balança comercial propiciado pelo crescimento de 24% nas exportações nos oito primeiros meses de 2003; a dívida pública líquida caiu de 62,2% em outubro de 2002 para 55,4% do PIB em junho passado; e a inflação, que havia superado a casa dos 30% no final do ano passado, mostra quedas consistentes em todos seus índices, com valores inferiores a 7% numa projeção a 12 meses. O controle das variáveis críticas – a taxa de inflação e o coeficiente de rolagem da dívida externa – permitiu três reduções consecutivas da taxa básica de juros, a última delas de 2,5 pontos, a maior desde 1999, sinalizando o início

de uma nova política econômica voltada para a reativação da economia e a expansão do emprego.

Além dos programas sociais inovadores e das políticas implementadas em outras esferas – como a renegociação das dívidas dos assentados da reforma agrária e dos produtores familiares, que beneficiou mais de 825 famílias, a disponibilização de R\$5,4 bilhões para o financiamento da agricultura familiar, a expansão de 26% no crédito para a agricultura comercial – isto envolve ações, várias delas já em execução, em vários planos interligados.

O primeiro deles é o barateamento e ampliação do crédito à produção e ao consumo, não só pela redução dos juros básicos e do *spread* bancário, como mediante um conjunto de outros mecanismos como o microcrédito, a criação de linhas de financiamento para os aposentados a taxas reduzidas, o estímulo à formação de cooperativas de crédito, a abertura de linhas especiais no BNDES para as pequenas e médias empresas. Um segundo plano de atuação é a desoneração, temporária e condicionada à sustentação do emprego e repasse para os preços, da produção de setores com alto grau de complexidade e integração da cadeia produtiva, como a indústria automobilística, e das linhas de produção de bens populares de consumo massivo, por exemplo, eletrodomésticos, móveis, material de construção, entre outras.

Igualmente importante é a gestão da política cambial com vistas à preservação da competitividade da produção nacional e consolidação da trajetória de expansão das exportações, essenciais para a redução da vulnerabilidade externa e estabilização da economia a médio prazo. O País conseguiu acelerar notavelmente suas exportações em 2003 dentro de um cenário internacional marcado pela retração econômica, o que é indicativo da magnitude do esforço que vem sendo realizado.

Sua continuidade, no entanto, poderia ser ameaçada por uma valorização excessiva do Real. Por último, o crescimento sustentável da economia brasileira, em condições de permitir o equacionamento dos seus graves problemas sociais, depende essencialmente da retomada do processo de investimento, de modo a sair dos baixos níveis atuais, da ordem de 14% do PIB (a preços de 1980), para patamares de pelo menos 20%. Os projetos estruturantes incluídos no PPA e na programação do BNDES, o Programa de Parceria com o Setor

Privado e as ações de coordenação de investimentos à escala regional (Mercosul e Grupo Andino, por exemplo) são peças essenciais para avançar em direção a esse objetivo.

Mas existem outros fatores relevantes que podem limitar ou avançar este esforço. Um deles é a eventual renovação do acordo com o FMI. O Brasil deu, ao longo de 2003, uma demonstração de capacidade e responsabilidade na gestão de uma situação de extrema dificuldade. Superada a crise, o País tem todas as condições para se transformar em um caso exemplar para os países em desenvolvimento.

O momento é, portanto, oportuno para que o FMI, que vem de uma experiência de fracassos recorrentes na aplicação de políticas restritivas do crescimento, possa, através de uma parceria com o Governo brasileiro, dar uma nova dimensão a sua missão institucional. O Brasil quer mudar e seu êxito pode ser também o êxito do FMI. Mas para isso, é necessário flexibilizar as condicionalidades que limitam o investimento.

É essencial para o Brasil, dispor de maior flexibilidade em pelo menos quatro aspectos principais: a exclusão dos investimentos das empresas estatais da contabilidade do gasto fiscal, o rebaixamento dos tetos impostos ao sistema público de financiamento para a implementação de programas de infraestrutura e outras atividades básicas nos estados e municípios, a diminuição das restrições à expansão do crédito interno global e o aumento da capacidade de endividamento dos entes federativos adimplentes. Esses aspectos são vitais para viabilizar a convergência entre as políticas de preservação da estabilidade e de retomada do crescimento econômico, sem o que não há solução sustentável para os problemas do País.

2004, o ano da virada

Folha de S.Paulo, 14-12-2003

O Brasil sofreu, ao longo dos últimos anos, um processo de fragilização estrutural que nos expôs a sucessivas crises. Na raiz desse processo está a aventura do “populismo cambial” do período 1995/98. Quatro anos de ajuste fiscal recessivo financiado por um aumento sem precedentes da carga tributária (20% de 1999 a 2002) e pela compressão da renda dos trabalhadores, via aumento do desemprego e queda dos salários reais, foram insuficientes para reverter os desequilíbrios gerados naquele período.

Pelo contrário, como a política monetária ortodoxa esterilizava o esforço fiscal, o endividamento público continuou se expandindo aceleradamente. A relação dívida líquida – PIB, que tinha alcançado 41,7% em 1998, fechou 2002 em 56,5%. A exacerbação dos desequilíbrios cambial e fiscal ao longo de 2002 fragilizou ainda mais a economia brasileira e “blindou” o modelo de política econômica até então adotado, impondo severas restrições ao novo governo. Este foi obrigado a priorizar, em uma primeira fase, o controle da inflação, que havia batido a casa dos 30% (acumulado em 12 meses) ao final de 2002, e o restabelecimento das linhas de financiamento externo do País, que praticamente tinham sido interrompidas.

As medidas adotadas pelo Governo do Presidente Lula possibilitaram o refluxo do chamado risco-país, que de um patamar de 2.400 pontos em setembro/outubro do ano passado caiu para menos de 500 pontos na atualidade, e o restabelecimento do crédito externo, com a rolagem das dívidas das empresas alcançando níveis confortáveis e prazos mais longos. O dólar recuou de R\$3,95 em outubro de 2002 para cerca de R\$2,90, e a taxa de inflação projetada para 12 meses caiu consistentemente, situando-se atualmente em torno de 6% ao ano.

Os avanços na reversão da crise cambial abriram caminho para a diminuição da taxa básica de juros em nove pontos percentuais de junho até novembro passado, reduzindo-se consequentemente o custo de rolagem da dívida pública. Mas a taxa de 17,5% ainda é muito elevada – equivale a cerca de 11,5% em termos reais –, situando-se

muito acima dos padrões aceitáveis para uma economia em desenvolvimento. O Governo adotou também uma série de medidas para a redução dos juros na ponta, incluindo programas de microcrédito e de crédito cooperativo, juros baixos para crédito com garantia salarial, linhas especiais de crédito para os aposentados e financiamento em condições mais favoráveis para os pequenos produtores rurais, para os assentamentos da reforma agrária e para as pequenas e as microempresas.

A forte expansão das exportações – 20% até novembro de 2003 ante só 1% de crescimento das importações, resultante de uma política comercial mais agressiva e centrada na defesa dos interesses nacionais –, possibilitou um saldo comercial superior a US\$22 bilhões, o que permitiu aliviar a pressão sobre as contas externas e gerar um excedente nas transações correntes com o exterior – passamos de um déficit de US\$ 8 bilhões em 2002 para um superávit de cerca de US\$3 bilhões em novembro passado – que está lastreando o aumento das nossas reservas líquidas.

Estabilizado em termos globais o quadro macroeconômico, a grande questão que se coloca para o País é a retomada do crescimento. Crescer e combinar o crescimento com políticas de renda, de emprego e de universalização dos serviços básicos é essencial para viabilizar a superação das fragilidades estruturais que herdamos e avançar na construção de um novo padrão de desenvolvimento com justiça social, que é um compromisso fundamental do Governo do Presidente Lula. Não há crescimento econômico sem investimento. E, embora o capital estrangeiro possa ser um complemento importante, o esforço de investimento, em um país como o nosso, tem de ser fundamentalmente endógeno.

Alguns passos nessa direção já foram dados: o BNDES reorientou suas atividades para dar suporte à expansão da capacidade produtiva industrial e das exportações; o programa de habitação, financiado pela Caixa Econômica Federal, contribuirá para a revitalização da indústria da construção e do emprego; a reforma tributária permitirá desonerar os bens de capital e os bens de consumo popular e também simplificar e reduzir a cumulatividade do sistema tributário; o Governo está definindo regras estáveis e transparentes para os serviços

produtivos básicos e está propondo um novo esquema de parceria com o setor privado para alavancar investimentos em infraestrutura.

Paralelamente, ampliaram-se os alcances da política social com diversas ações e programas, como o Brasil Alfabetizado, o Bolsa-Família, que beneficiará 3,6 milhões de famílias ainda neste ano, e o Luz Para Todos, que até 2008 atingirá 11,5 milhões de famílias. Apesar das muitas dificuldades que ainda enfrentamos, os avanços realizados permitem projetar para 2004 uma perspectiva bastante positiva. Estamos virando o jogo e reconstruindo o equilíbrio fiscal, agora a partir do crescimento, e não da recessão.

Agenda para o crescimento sustentável

Folha de S.Paulo, 11-1-2004

O Governo Lula recebeu uma pesada herança da administração anterior, cujos indicadores negativos foram invertidos como resultado de um intenso esforço realizado em 2003. O aumento dos preços (IGP-M) que alcançou 25,3% no ano de 2002, ameaçando fugir ao controle da política econômica, reduziu-se para 8,7%. A carga tributária total, que em 2002 atingiu 35,9% do PIB, manteve-se em 2003, após ter-se elevado substancialmente ao longo dos últimos nove anos.

A relação crédito interno/PIB, que veio encolhendo desde 1994, quando foi de 55% e chegou a apenas 24,3% em 2002, começa a ser invertida. A relação dívida pública líquida/PIB de 56,3% em 2002, que vinha crescendo 7,3% ao ano nos oito anos passados, aumentou apenas 1,3% em 2003. Tivemos em 2003 o primeiro saldo positivo em transações correntes, da ordem de US\$3,7 bilhões, após oito anos de resultados negativos.

Por último, o acesso a fontes de crédito externo, que praticamente secara no segundo semestre de 2002, acha-se plenamente restabelecido, com o risco Brasil, que atingiu 2.400 pontos percentuais em fins de 2002, caindo significativamente para 410, com ritmo de queda mais rápido que a média dos emergentes. A materialização das ações que garantirão a retomada e a continuidade do crescimento requer, entretanto, outras condições relacionadas com a situação econômico-financeira dos agentes econômicos, o contexto institucional em que atuarão e as expectativas em relação ao futuro.

Também nesses aspectos os resultados já alcançados são muito promissores. As grandes empresas brasileiras têm aumentado seus lucros, inclusive em virtude de aplicações financeiras. As empresas endividadas em moeda estrangeira, com a valorização da taxa de câmbio, fortaleceram sua situação patrimonial. As empresas exportadoras melhoraram seus índices de capitalização, graças ao excelente desempenho exportador do País.

Em oposição, as pequenas e médias empresas se defrontaram com uma demanda doméstica declinante e altos custos financeiros. A redução em marcha da taxa de juros nominal (sete reduções consecutivas) e a recuperação previsível do poder aquisitivo dos salários, uma vez retomado o crescimento, levarão ao aumento dos lucros desse estrato produtivo.

As medidas governamentais em favor da expansão do microcrédito, assim como do crédito garantido pelos salários, já vêm atuando na mesma direção. A redução do IPI sobre veículos automotores, recentemente renovada por mais três meses, vem aumentando o nível de atividade da indústria automotiva e da vasta cadeia produtiva a ela ligada. O BNDES, após profunda reestruturação, reassumiu seu papel de banco de desenvolvimento e, vencida a inércia inicial, já assume uma dinâmica apropriada à aceleração dos investimentos na infraestrutura e na indústria, tendo já reduzido a TJLP de 12% para 11%.

Com a conclusão da reestruturação de seu capital, será ampliada sua capacidade de concessão de empréstimos. No plano institucional, com destaque para as reformas tributária e previdenciária, fez-se importante esforço na criação dos marcos legais requeridos para os investimentos produtivos. Acha-se no Congresso a MP do novo modelo do setor elétrico, com dois objetivos principais: redução dos riscos para os investidores na geração de energia e modicidade das tarifas.

O novo modelo das agências regulatórias, fundamental para a retomada dos investimentos nos serviços públicos, diferencia funcionalmente as agências, delimitando suas competências e criando mecanismos de controle de sua atuação por parte dos ministérios, sem prejudicar o grau de autonomia indispensável para que regulem e fiscalizem os mercados pertinentes. A política industrial, recém-lançada, com foco central no aumento das exportações, visa a reproduzir desempenhos exportadores como o de 2003, contribuindo para a redução da vulnerabilidade externa.

São méritos da nova política: a promoção da capacitação tecnológica como fator de diferenciação e de agregação de valor aos produtos, o tratamento articulado dos aspectos tecnológicos, comerciais e produtivos, assim como a promoção do desenvolvimento regional. Propõe-se também o apoio governamental aos segmentos produti-

vos intensivos em conhecimento: fármacos, *softwares*, semicondutores e bens de capital. Com isso, rompe-se com o comportamento dos últimos governos de não definir políticas industriais seletivas, cuja ausência resultou na fragilização do tecido industrial, prejudicou o desenvolvimento tecnológico e acarretou alta propensão à realização de déficits na balança comercial.

Para atrair investimentos privados aos serviços públicos essenciais, a exemplo de saneamento básico e rodovias, acha-se no Poder Legislativo projeto de lei que disciplina as parcerias público-privadas (PPP), destinado a assegurar aos investidores garantias e taxas de retorno adequados. A reforma tributária vai desonerar as exportações, a cesta básica e os investimentos produtivos. A substituição da tributação em cascata por impostos sobre o valor adicionado (Cofins, PIS-Pasep) e a redução da contribuição das empresas sobre a folha de pagamento desonerarão as exportações.

A cesta básica e os bens de capital serão desonerados do ICMS e a alíquota da CPMF será reduzida gradativamente à medida que diminua a relação dívida pública/PIB. É pertinente, portanto, alimentar expectativas otimistas. A sustentabilidade e a aceleração do crescimento estarão, no entanto, a depender do aprimoramento e do aprofundamento das ações já adotadas. É indispensável manter uma política cambial que assegure a estabilidade do câmbio e a competitividade das exportações, prosseguir com a redução da taxa real de juros, inclusive com a diminuição do *spread* bancário, assim como aumentar os investimentos públicos.

A atenuação dos déficits sociais é parte essencial da etapa que agora se inicia, a começar com a redução do desemprego e da informalidade e a implementação de políticas sociais com a construção de um mercado de massa e a redução das desigualdades regionais e sociais na distribuição da renda.



A hora é de crescer e gerar empregos

site PT Notícias, 3-5-2004

Nosso Governo assumiu a administração do País dentro de uma crise grave e complexa, produto de desequilíbrios estruturais acumulados em diversas frentes durante o Governo FHC e de tensões conjunturais que deixaram como herança um estado endividado e fragilizado em sua capacidade de formular e operacionalizar políticas públicas, além de um elevado nível de desemprego e precarização das condições de trabalho.

A crise de 2002 impôs restrições adicionais ao novo Governo. Por isso, o esforço em 2003 voltou-se principalmente para trazer os indicadores econômico-financeiros a patamares menores e trajetórias descendentes. Depois de níveis excessivos em 2002, o risco-Brasil está em torno de 600 pontos, o dólar em R\$2,90, a inflação em queda, para 5,5% ao ano, e o crédito externo restabelecido, permitindo desde julho de 2003 a diminuição da taxa básica de juros em 10,50 pontos percentuais.

O combate à instabilidade custou o crescimento do PIB em 2003. No entanto, os indicadores de fins de 2003 e início de 2004 – vendas no comércio, safra 2003/4, evolução do PIB e do investimento – já mostram a reativação. O mercado de trabalho dá sinais ainda tímidos de recuperação, mas que tendem a se consolidar nos próximos meses. No comércio exterior, os resultados também são positivos.

O saldo comercial em 2003 atingiu quase US\$25 bilhões e este ano já está em US\$7 bilhões, consequência do crescimento das exportações, que projetam para 2004 o recorde de US\$82 bilhões. Isto não se deve somente à desvalorização do real, mas também às medidas nas áreas de promoção comercial, conquista de novos mercados, desoneração tributária, entre outras. O saldo comercial permitiu a reversão dos déficits nas transações correntes do balanço de pagamentos – em 2003, o superávit foi de US\$4,0 bilhões – e a recomposição das reservas internacionais do País, diminuindo a vulnerabilidade externa da economia. No âmbito fiscal, o superávit primário elevado reduziu o impacto dos juros sobre o endividamento público.

A dívida líquida, que em 2002 subiu 7,86%, desacelerou-se em 2003, fechando o ano em 58,2% do PIB (crescimento de 2,6%) e caindo em fevereiro de 2004 para 57,6% do PIB. A estabilização econômica foi complementada por importantes medidas para a retomada do crescimento e do emprego. Vale destacar o fortalecimento e reorientação do BNDES, que voltou a ser um banco de desenvolvimento, financiando e apoiando setores fundamentais, como construção naval, infraestrutura e agropecuária. Os desembolsos com recursos próprios, em 2003, cresceram 6%.

A reforma tributária também se destaca. Embora as mudanças aprovadas se distribuam em três etapas, muitas das medidas têm incidência imediata e positiva – como a desoneração dos bens de capital –, tanto em termos de justiça fiscal e consolidação do pacto federativo, quanto de estímulo aos investimentos e à produção. Além disso, outras medidas em exame no Congresso Nacional, como a nova Lei de Falências, o novo marco regulatório e as Parcerias Público Privada (PPP), tornarão o ambiente econômico mais propício ao crescimento.

Uma mudança adicional fundamental para favorecer a expansão econômica é manter a atual meta de inflação, fixada em 5,5%, pelos

próximos dois anos. Isto permitirá uma redução maior nos juros, aliviando as finanças públicas, estimulando o crédito e o investimento na economia, fatores fundamentais para ampliar o crescimento, sem perder a estabilidade. Tais ações apontam no sentido de inaugurar um novo ciclo de crescimento sustentado da economia brasileira, dentro e como parte do qual avançar na solução dos nossos crônicos problemas sociais e na implantação de um novo padrão de inserção do Brasil na economia e no cenário internacional.



Real: 10 anos

Diário do Grande ABC, 27-6-2004

O Plano Real foi concebido no Brasil a partir do mesmo padrão dos programas de estabilização e ajuste implantados na América Latina a partir da primeira metade dos anos 90, após longo período de instabilidade econômica nos países da região. Inserida em um cenário internacional extremamente favorável, a política econômica brasileira fundamentou-se na articulação entre aumento acelerado das importações e absorção de recursos externos.

A âncora cambial, associada aos juros altos e ao achatamento dos salários, foi o eixo dessa política. O inovador mecanismo da URV, com o objetivo de alinhar os preços, na verdade acelerou intencionalmente a inflação, reduzindo os salários reais. Mas, ao mesmo tempo, criou condições favoráveis para a reforma monetária, que se concretizou em julho de 1994 com a criação do Real. Desde então, a política econômica passou por três fases. A primeira, no período 1994/98, apoiou-se na sobrevalorização da taxa de câmbio, com um real valendo, artificialmente, um dólar.

Isto provocou uma redução imediata na taxa de inflação e, em contrapartida, uma explosão das importações. A produção nacional foi gravemente prejudicada e a balança comercial entrou numa trajetória de crescentes saldos negativos. A abertura comercial, a sobrevalorização cambial e a política de atração de capitais externos elevaram

o déficit nas transações correntes conjunto das transações comerciais e de serviços do Brasil com o exterior do Balanço de Pagamentos de US\$1,7 bilhão em 1994 para US\$35,2 bilhões em 1998. Esses déficits e o encarecimento do crédito interno pela taxa de juros alta produziram um rápido crescimento da dívida externa do País.

Por sua vez, a elevação da taxa de juros fez a dívida pública disparar. Somente a dívida interna em títulos, que era de R\$61,8 bilhões em 1994, saltou para R\$323,9 bilhões em dezembro de 1998. Além disso, para manter um dólar em torno de um real, o Governo assumiu parcela crescente do risco cambial dos compradores de títulos públicos, aumentando a venda de títulos vinculados ao câmbio. Ou seja, o Plano Real, embora bem-sucedido no controle da inflação, agravou a “restrição externa, desorganizando a economia, engessando seu crescimento e tornando-a extremamente frágil e vulnerável a crises”.

Em 1999, a economia não aguentou a turbulência financeira, e o real foi forçado a sair do regime de câmbio fixo para o flutuante. Os efeitos daquela crise foram amplificados pela decisão do Governo de manter a aparência de estabilidade no período pré-eleitoral, apesar da evidente insustentabilidade do regime cambial anterior. O acordo com o FMI e a adoção do câmbio flutuante e do sistema de metas de inflação inauguraram, em 1999, uma nova fase na política macroeconômica, que se estenderia até 2002. Apesar da desvalorização cambial, que levou à reversão do déficit comercial, os problemas de fundo continuaram se agravando.

A vulnerabilidade externa pouco se modificou. A situação fiscal piorou, com a dívida pública continuando a crescer, apesar do grande aumento da carga tributária e dos crescentes superávits primários. A economia continuou se arrastando, o desemprego subindo, embora em velocidade menor, e a renda dos trabalhadores caindo. Pressionado pela inflação em alta, o Governo Lula assumiu e implantou um novo padrão de política cambial e fiscal. As exportações dispararam, apesar da revalorização do câmbio, levando a superávits comerciais recordes e revertendo o déficit das transações correntes do balanço de pagamentos.

A relação dívida/PIB estabilizou-se. As reservas aumentaram e o peso dos títulos cambiais na dívida caiu. A inflação foi controlada

e, após um período recessivo inicial, a economia retomou o crescimento, que agora se mostra vigoroso, apoiado no dinamismo das exportações, nos efeitos internos do aumento da renda agrícola e na expansão do setor de bens de capital. O País pagou e ainda paga um custo econômico e social muito alto pela estabilidade.

Fazer este sacrifício valer a pena depende de se ampliar e sustentar o crescimento econômico e a geração de empregos. Além disso, supõe enfrentar a absurda desigualdade social existente, por meio da universalização das políticas sociais e da incorporação de milhões de brasileiros ao mercado consumidor, fazendo do social o eixo do nosso desenvolvimento econômico.

Sustentar o crescimento

Folha de S.Paulo, 22-8-2004

A nova política comercial praticada pelo Governo do Presidente Lula, no marco do processo de afirmação dos interesses nacionais e projeção da presença do Brasil no cenário internacional, produziu, em um período relativamente curto de tempo, resultados notáveis. As exportações, que no ano passado tinham crescido 21,1%, aumentaram 33,7% de janeiro a julho de 2004 com relação a igual período de 2003, puxadas principalmente pelos produtos básicos e manufaturados cujo crescimento atingiu 45,3% e 31,7% respectivamente.

O Mercosul, a China e outros destinos não tradicionais respondem pela maior parte desse crescimento das exportações, que permitiu acumular, nos últimos doze meses, um saldo recorde de US\$30,9 bilhões na nossa balança comercial. Esta expansão, além de suas óbvias implicações sobre a redução das necessidades de financiamento externo – e portanto sobre o endividamento externo do País – teve um impacto determinante sobre a retomada do crescimento da economia. Nos últimos 12 meses o PIB cresceu cerca de 4,7%, mais do que em qualquer ano do Governo anterior.

As vendas do comércio se expandiram a taxas elevadas, reverteu-se a tendência de queda nos rendimentos dos assalariados e, com a criação de mais de um milhão e duzentos mil empregos formais, um recorde histórico desde 1992, a taxa de desemprego caiu significativamente nos últimos dois meses. A recuperação industrial tem um papel importante nesse processo. De janeiro a junho de 2004 a indústria acumulou um crescimento de 7,7% (4,0% nos últimos 12 meses), com os segmentos de bens de capital e de bens de consumo duráveis mostrando incrementos de 25,2% e 23,9% respectivamente.

Os melhores desempenhos setoriais ficaram por conta de material eletrônico e comunicações, veículos, máquinas e equipamentos e outros produtos químicos. A questão central que o País deve enfrentar no momento atual é a sustentação desse processo de reativação da economia e de expansão do emprego e da renda. Não há crescimento

sustentável sem investimentos que permitam remover os gargalos infraestruturais existentes, particularmente nos setores de energia e logística, e aumentem a capacidade produtiva nacional. E o aumento dos investimentos requer a expansão do crédito de longo prazo, a custos razoáveis para as empresas.

Requer também o direcionamento de maiores recursos do Estado para a implantação e viabilização de setores estratégicos e a coordenação dos esforços dos agentes públicos e privados, inclusive através de programas específicos – como o projeto de lei de Parceria Público Privada (PPP), proposto pelo Governo, atualmente em discussão no Congresso Nacional – e de uma política seletiva de estímulos aos investimentos, à produção e ao emprego. Algumas das ações recentes desenvolvidas pelo Governo são particularmente relevantes nessa esfera.

É o caso, por exemplo, da regulamentação do setor elétrico e a recuperação do papel do Estado no planejamento e na formulação da política do setor; da política industrial, que prevê tratamento seletivo a algumas áreas estratégicas com elevados efeitos difusores do progresso técnico (fármacos, semicondutores, bens de capital e *software*, estimando-se em R\$14,5 bilhões, em 2004, os recursos destinados ao financiamento da nova política industrial pelos bancos oficiais); e do pacote fiscal recentemente lançado pelo Governo, com vista a desonerar a produção e os investimentos e atrair para o sistema produtivo os recursos hoje aplicados no *overnight*.

Na mesma direção apontam os dados relativos ao crescimento dos desembolsos do BNDES (um aumento de 39% em relação ao primeiro semestre de 2003) e da aprovação e consulta de novos financiamentos, da ordem de 85% e 144% respectivamente. A consolidação do processo de crescimento supõe, juntamente com a continuidade da expansão das exportações, a revitalização do mercado interno.

É difícil que as empresas optem por aumentar sua capacidade produtiva se sua percepção das perspectivas econômicas é a de um quadro de insuficiente dinamismo da demanda interna. As incertezas com relação à evolução do cenário externo reforçam o caráter estratégico das políticas direcionadas a este propósito. Em efeito, com o possível esgotamento do ciclo de preços das *commodities* (até pou-

co favorável ao Brasil), a previsível desaceleração do crescimento da China, que já é nosso segundo parceiro comercial, e a elevação da taxa de juros nos EUA, poderemos ter dificuldades em manter, em 2005, uma elevada taxa de expansão das exportações.

Isso significa que será necessário reforçar os vetores internos de sustentação do crescimento e ampliar e integrar a capacidade produtiva industrial – cuja utilização média está em 84% –, expandir a oferta energética e criar novas externalidades que contribuam ao aumento dos investimentos e da produtividade. O País tem hoje todas as condições para avançar nessas duas frentes e construir uma trajetória social, econômica e ecologicamente sustentável, que o conduza a um novo patamar de progresso material e bem-estar para nosso povo.



Marcelo Casol Jr./ABr

República da Inclusão: crescimento para todos

Folha de S.Paulo, 12-9-2004

O século XX às vezes parece já ir longe, com toda sua turbulência transformadora: o padrão libra-ouro foi engolido pela crise da I Guerra Mundial e voltou como um espectro tateante no entre-guerras, para ser abandonado na depressão dos anos 30.

A vitória dos aliados na II Guerra redefine a geopolítica e desloca a hegemonia britânica para os EUA, que passam a ancorar o mundo ocidental a partir das instituições criadas em Bretton Woods, o padrão dólar-ouro, o GATT, o Banco Mundial, FMI, entre outras. A Guerra Fria de EUA e União Soviética lança a disputa por corações e mentes e influência política concreta em nível global.

É fabuloso o crescimento econômico nos anos gloriosos do chamado Ocidente, como também no mundo socialista, que posteriormente não acompanhou e acabou por sucumbir às mudanças do padrão de acumulação mundial ocorridas a partir dos anos 80. O

Brasil passou por esses anos também em profunda mudança. Saiu de uma economia agrário-exportadora, que girava em torno dos humores dos preços do café no mercado internacional e construiu uma economia industrial e diversificada, em meio a um grande debate sobre as vocações do País.

Nos primeiros cinquenta anos do século, o Brasil cresceu em média 4,7%. Mas muito mais cresceríamos após os anos cinquenta. A reconstrução do pós-guerra teve efeito vigoroso sobre a economia mundial. A Europa é revitalizada pelo Plano Marshall; o Japão, que parecia fadado à decadência, muda de rumo após os novos cálculos geopolíticos gerados pela Revolução Chinesa de 1949, que levou os americanos a estimular a economia daquele país.

A economia norte-americana entra em um período de crescimento vigoroso e puxa o resto do mundo. Nossos anos dourados de crescimento econômico duram também trinta anos: de 1951 a 1980. Nesse período, o PIB avança a um ritmo de 7,4% ao ano, dobrando a cada dez anos. A riqueza do País cresce de forma avassaladora, mas, ao contrário do que ocorreu nos EUA e Europa naqueles anos, não houve desenvolvimento com distribuição de renda e riqueza por aqui. A ausência das reformas estruturais, principalmente a agrária, em um país ainda com a população predominantemente rural, revelou a resistência das elites brasileiras em distribuir sua prosperidade.

A ditadura militar viria para consolidar essa opção pela exclusão social. O colapso do modelo de crescimento do período militar joga o País em sua mais longa crise. São mais de vinte anos de estagnação: nos primeiros dez, em função da crise da dívida externa, que deu início ao processo hiperinflacionário e à cultura da inflação, e os últimos dez anos, em função das opções de política de estabilização, principalmente da aventura de Collor e do populismo cambial do primeiro FHC, que lançaram o País em uma estagnação tão grande como a da década perdida.

Após 30 anos crescendo a 7,4%, vivemos 20 anos crescendo a 2% ao ano. Esse período prolongado de estagnação relativa afetou as mentalidades. Nós, que tivemos 15 anos no século XX com a economia em ritmo superior a 10% e uma média anual em 100 anos de 5%, passamos a nos assustar com a possibilidade de crescer acima de 3,5%. Houve épocas em que ministros foram forçados à renúncia por desacelerar o

crescimento de 10% para 5% ao ano. Saiu do imaginário da sociedade o espírito do crescimento, o entusiasmo com um futuro brilhante.

Predomina a anemia *blasé*, exangue, principalmente dos que se acostumaram a viver das rendas dos hiperjuros brasileiros. Investir para quê, se é possível remunerar o capital, sem esforço e criatividade, através do rentismo? – parece ser este o pensamento predominante no mundo do dinheiro. Criou-se, assim, uma cultura da estagnação, que aprofunda a exclusão estrutural preexistente. O nosso Governo busca recuperar esse ânimo perdido em um povo com capacidade notável de criar, empreender e trabalhar.

Não faltam aos brasileiros a fibra, o ímpeto, faltam sim as oportunidades, os meios. Esses têm que ser criados pelos esforços de todos e é obrigação de governo. Colocar na agenda do País o esforço para um novo contrato social, que está sendo proposto pela CUT e pela Fiesp, é fundamental nesse momento em que começamos a encontrar o caminho do crescimento. Não para tratar da política de curto prazo, dado que a estabilidade monetária está praticamente consolidada há uma década, mas para abrir as fronteiras do desenvolvimento econômico e social.

É preciso identificar de forma concreta as necessidades da sustentação do crescimento, para além das premissas básicas da estabilidade monetária e responsabilidade fiscal. É central nessa agenda o tema da produtividade sistêmica. Os países que cresceram com inclusão, o fizeram a partir de um aumento sustentado da produtividade, distribuído através do mercado de trabalho e das políticas sociais do Estado. Crescer com distribuição de renda e com estabilidade do custo de vida exige um esforço produtivista. A agenda para o desenvolvimento deveria partir dessas premissas, que podem gerar um jogo construtivo entre os interesses dos diversos setores da sociedade.

Devemos começar a recriar a cultura do crescimento, e rejeitar o olhar que vê o crescimento econômico como uma forma de problema, como se tornou hábito ao longo das últimas duas décadas. A recuperação em andamento, uma vez sustentada pelas iniciativas da sociedade e do Governo, é uma grande oportunidade para construirmos uma nova etapa de nossa história republicana, a República da inclusão, com crescimento para todos.

Vive la difference

Folha de S.Paulo 10-10-2004

Ainda embalado pela nostalgia do real e sentindo as mesmas dores do isolamento por que fez passar seu antecessor, já que não foi acionado por seus antigos correligionários para contribuir na atual campanha, Fernando Henrique Cardoso reaparece no cenário eleitoral de 2004 declarando seu voto no dia da eleição e também lançando um desafio ao atual governo, veiculado pela mídia.

Quer o ex-Presidente uma comparação entre o período inicial de seu governo e o do Governo Lula. Não há por que não fazê-la, apesar do tom rancoroso e agressivo adotado por FHC contra o PT e o nosso governo. FHC foi eleito presidente em 1994 na esteira do sucesso do Plano Real. Menos lembrado – ingratidão histórica – é que o responsável político por esse divisor de águas foi o Presidente Itamar Franco. Mas não se pode retirar dos seus ministros da Fazenda, antes e depois do lançamento da nova moeda, o mérito de terem preparado a economia para a reforma monetária e a implementado com diligência e favorecidos pela desinflação em escala planetária que, de uma média de 30% em 1994, cai para 4% em 2003, conforme estudos realizados por Kenneth Rogoff com base em dados de 134 países.

Os primeiros 18 meses de FHC foram marcados por uma guinada na trajetória inicial do Plano Real. Itamar Franco entrega a administração com um PIB crescendo 10,7% no último trimestre de 1994 (IBGE), taxa de desemprego em queda e forte geração de empregos no comércio e nos serviços. Em março de 1995, o governo FHC, já sofrendo os primeiros sinais da vulnerabilidade externa provocada pela âncora cambial, reage à crise do México corrigindo levemente o câmbio, cortando o crédito e iniciando uma escalada nas taxas de juros reais.

Já no final de 1995, o PIB trimestral caía 1,7% e assim permaneceu por dois períodos. No mês seguinte tem início o mais longo processo de queima de postos de trabalho industriais da história do País. O emprego industrial caiu 10,5% até junho de 1996 e 30,67% até dezembro de 2002 (FIESP). As taxas de desemprego na Grande

São Paulo subiram 28,6% nos primeiros 18 meses e 46,8% em oito anos (Dieese/Seade). O ponto positivo no período foi a recuperação dos rendimentos reais e do salário mínimo propiciada pelo crescimento inicial da economia e pela desinflação.

No entanto, após 1996, inicia-se uma queda contínua dos rendimentos que cancelaram os ganhos iniciais do Plano Real. Houve um ajuste brutal de preços relativos na economia do Real, impulsionado pela intensa desnacionalização dos serviços públicos. Enquanto o IPCA/IBGE subia 30,4% (janeiro de 95 a junho de 96), as tarifas de telefone subiam 114,74%, e os aluguéis, 177,33%. Naquele momento, as tarifas de luz e gás ainda não haviam disparado, o que ocorreu posteriormente. O IPCA subiu 100,72%, e o salário mínimo, 85,70%; a conta de luz básica subiu 173,2%, o gás de botijão, 522,02%, e as contas de telefone, 603,9% em oito anos (Dieese).

O Governo Lula não assumiu com um quadro de expansão econômica, de empregos e de rendimentos. Pelo contrário, o crescimento do PIB em 2002 foi de 1,9% e, no último trimestre, estava em 0,2%. O desemprego continuava crescendo e o emprego industrial e os rendimentos reais caindo desde o final de 1996. Enquanto FHC gerou um déficit em transações correntes de US\$26 bilhões nos 18 meses iniciais (US\$186 bilhões em oito anos), o Governo Lula gerou um superávit de US\$8,5 bilhões.

Enquanto FHC aumentou as exportações em 10% no período em questão (38,6% em 96 meses, ou oito anos), Lula aumentou 38,15% em 18 meses. Enquanto FHC aumentou a dívida líquida/PIB em 7,8% (85% em oito anos), Lula praticamente estabilizou esse indicador – crescimento de 0,58% em 18 meses. Com Lula, o mercado de trabalho começa a mostrar recuperação após anos de regressão. Foi gerado 1,466 milhão de postos formais de trabalho (Caged/MTE). Mais de 79% das categorias profissionais, segundo o Dieese, conseguiram reajustes iguais ou superiores ao INPC no primeiro semestre de 2004 e os rendimentos reais cresceram 5% na região metropolitana de São Paulo após anos em queda (Dieese/Seade). Esses são alguns elementos de comparação que atendem ao desafio proposto por FHC.

Este espaço é insuficiente para avaliações mais amplas, no entanto estamos dispostos a realizá-las, neste ou em qualquer outro fórum, pois nossa postura não é a de interditar a reflexão pública sobre as grandes questões nacionais nem a de difundir um pensamento único, como foi a atitude constante nos mandatos de FHC.

Transição e mudança

Folha de S.Paulo, 7-11-2004

Tornou-se lugar comum afirmar que a política econômica do Governo Lula representa a continuidade daquela implementada pela administração Fernando Henrique Cardoso. Essa avaliação, a meu juízo, envolve um duplo equívoco. Primeiro, passa por alto as mudanças introduzidas em aspectos relevantes da gestão econômica, que se refletem na evolução dos indicadores de desempenho da economia brasileira. As tendências estruturais sedimentadas ao longo do período 1995-2002 apontavam para uma trajetória de ruptura econômica, social e financeira.

Essa ruptura não se materializou porque alguns de seus vetores foram neutralizados ou revertidos pelo Governo Lula, em pouco mais de um ano e meio. Se não, vejamos: Estagnação da economia: na média do período 1995-2002, a formação bruta de capital caiu 11% e o PIB cresceu 2,3% a.a., sendo que em quatro dos últimos cinco anos da era FHC o PIB por habitante teve um crescimento praticamente nulo ou negativo. Hoje o PIB está crescendo em torno de 4,7% e a produção industrial já acumula até agosto um crescimento de 8,8%, com o segmento de bens de capital atingindo a marca 26,2%. Desemprego crescente: a taxa de desemprego aberto aumentou em 35,4% entre 1995-2002, paralelamente à precarização do emprego e à redução do número de assalariados.

Em 2004, de janeiro a setembro foram gerados um milhão e seiscentos mil empregos formais, paralelamente à redução, nos últimos seis meses, da taxa de desemprego aberto. Redução de salários e aumento da desigualdade social: o rendimento médio real dos ocupados diminuiu no Governo FHC, particularmente no quadriênio 1999-2002 (menos 6,3% por ano). Essa trajetória foi interrompida a partir de novembro de 2003, com a recuperação progressiva dos rendimentos. Insustentabilidade do processo de endividamento externo: entre 1995-2002 os encargos totais do passivo externo (amortizações + juros + lucros e dividendos), como porcentagem das exportações, passaram de 50,6% para 86,8% e a relação dívida externa/PIB saltou de 27,3% para 50,5%.

Hoje estão sendo gerados saldos comerciais recordes (US\$28 bilhões até outubro do corrente ano) e o risco país caiu a menos de 500 pontos. Insustentabilidade do processo de endividamento público: os juros da dívida pública representaram, na média do período 1995-2002, 8,9% do PIB, com o que esta praticamente dobrou em termos líquidos. O Governo Lula estabilizou a relação dívida/PIB sem vender patrimônio público e aumentar a carga tributária. O segundo equívoco é a redução, simplista, da política econômica à dimensão monetário-financeira, área na qual a situação de endividamento externo e de extrema vulnerabilidade a que foi conduzido o País pelo Governo anterior limita o raio de manobra do Estado brasileiro.

Isso, no entanto, não impediu o Governo Lula de adotar uma série de medidas – na área externa, na reconstrução do sistema interno de financiamento público, na formulação de uma política industrial voltada para setores de alta tecnologia, na reformulação do sistema tributário, para citar só alguns exemplos – que se inserem no processo de transição em direção a um novo padrão de inserção internacional e de desenvolvimento econômico e social, que tem muito pouco a ver com o modelo adotado pelo Governo anterior.

O grande desafio do momento atual é deslanchar os investimentos nas áreas de infraestrutura e logística e os projetos de ampliação e diversificação da capacidade produtiva que darão sustentabilidade, a médio e longo prazo, ao processo de crescimento econômico. Avançar nessa direção supõe, entre outras coisas, o desenho de uma arquitetura institucional que delimite as funções e responsabilidades dos setores público e privado, de maneira a coordenar os investimentos em ambas esferas, distribuir equitativamente os riscos envolvidos, assegurar a estabilidade das normas acordadas e tornar mais eficiente a ação estatal de regulação e apoio.

O atraso na votação de iniciativas importantes para tal finalidade, como o projeto de Parcerias Público Privadas, é extremamente prejudicial para o País. Cabe, então, ao Governo e à Oposição buscarem, no Congresso, convergências nesta e em outras matérias, que ajudem o país a superar as restrições existentes ao seu desenvolvimento e viabilizem as mudanças que a sociedade reclama.



A sustentabilidade do crescimento

Folha de S.Paulo, 5-12-2004

“Ora, essa metamorfose (de crescimento em desenvolvimento) não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política.” Celso Furtado, maio de 2004. Em artigo publicado nesta coluna há aproximadamente um ano, eu dizia que, apesar das dificuldades e restrições então existentes, as perspectivas econômicas para 2004 eram positivas e estávamos “virando o jogo e reconstruindo o equilíbrio fiscal, agora a partir do crescimento, e não da recessão”.

A evolução dos indicadores econômicos e financeiros ao longo de 2004 viria confirmar esse prognóstico. A economia, até o terceiro trimestre, mostra seu melhor desempenho desde 1994, com taxa de crescimento de 5,3%, puxada principalmente pelas exportações – que, até novembro, aumentaram 32,7%, propiciando a obtenção de

saldo comercial recorde de US\$30,2 bilhões – e pelos investimentos, cujo crescimento alcançou a marca de 11,8%.

O consumo das famílias, refletindo a expansão do emprego e a recuperação dos rendimentos médios reais dos ocupados, também contribuiu para esse resultado, particularmente a partir do segundo trimestre deste ano: seu crescimento foi de 3,9%, mais do que o dobro da média anual do período 1995/2003. É importante destacar que, ao contrário da tendência dominante nos anos 90, a indústria teve papel central na reativação da economia.

Seu crescimento médio, que no período 1995/2003 fora de apenas 1,5%, atingiu 6,3%, patamar somente superado, depois de 1986, no biênio 1993/94. A retomada do crescimento permitiu aumentar a arrecadação sem alterar a carga tributária e moderar o esforço fiscal necessário para controlar o endividamento público, em persistente alta desde 1995. Em consequência, a relação dívida líquida/PIB caiu quase quatro pontos em comparação com dezembro de 2003. Quais os fatores que viabilizaram esse processo? Que lições podemos extrair da experiência desses quase dois anos de gestão da economia? Quais são as questões fundamentais que se colocam na atual conjuntura?

Os dados disponíveis sugerem que a reativação da economia se apoiou, basicamente, em três vetores: a redução da taxa real de juros ao longo de 2003, cujos efeitos começaram a ser sentidos no final daquele ano, a forte expansão do intercâmbio externo, estimulada pela desvalorização do real e por uma política ativa de promoção das exportações e diversificação de mercados, e a reconstrução do sistema público de crédito interno, que estimulou a expansão dos investimentos industriais e alavancou a produção agroindustrial e a revitalização da indústria da construção civil.

As políticas de controle inflacionário e de saneamento das finanças públicas foram relevantes para a superação dos efeitos da crise cambial de 2002 e da crise argentina, bem como para a posterior neutralização dos choques de preços externos, particularmente os das cadeias do petróleo e do aço. As pressões inflacionárias derivadas desses choques – e amplificadas pela elevação dos preços administrados nos segmentos privatizados – foram controladas através do mecanismo de juros/câmbio: a elevação da taxa de juros provocou a apreciação do

real, favorecendo o aumento das importações, com o que se limitou a expansão dos preços internos.

Superadas essas pressões, estão dadas as condições para a retomada da trajetória de redução da taxa de juros, cuja manutenção em níveis elevados produz efeitos fiscais deletérios, e para o aumento das reservas, evitando-se uma excessiva valorização do real, que poderia inviabilizar a obtenção de saldos comerciais expressivos, o vetor central de dinamização da economia. É igualmente importante fixar metas de inflação realistas e compatíveis com os objetivos de crescimento da produção e do emprego.

A meta de 4,5% para 2005 – nossa proposta era mantê-la em 5,5% – revelou-se inconsistente, podendo induzir uma elevação da taxa de juros acima da necessária. Não por acaso o Copom, recentemente, teve de ajustar o centro da meta para 5,1%. A questão central hoje é a sustentabilidade do crescimento econômico e sua articulação com as políticas de emprego e de redistribuição da renda e da riqueza. Isso supõe uma visão estratégica dos caminhos do nosso desenvolvimento; supõe também a avaliação dos alcances e impactos das políticas monetária e fiscal, para evitar que elas operem como mecanismos autônomos de reprodução das restrições que limitam a expansão da economia.

2005: consolidar o crescimento

Folha de S.Paulo, 2-1-2005

Depois de um longo inverno, a economia dá sinais de que voltou a florescer. As restrições são ainda grandes, pois é difícil superar, em um curto período de tempo, as consequências de mais de duas décadas perdidas em termos de crescimento e progresso social. Apesar das dificuldades, os resultados alcançados em 2004 sinalizam a perspectiva de que a economia possa, finalmente, reingressar em um novo ciclo de expansão sustentada.

Mais do que isso, dado o caráter do atual Governo, abre-se a possibilidade política de, desta vez, não reproduzir os padrões excludentes e concentradores que caracterizaram ciclos anteriores de crescimento da economia brasileira. Muitos fatores nos permitem olhar com otimismo essa possibilidade. Destaco três deles. O primeiro é a mudança na dinâmica do setor externo. A balança comercial, que já havia apresentado em 2003 um saldo positivo de US\$24,8 bilhões, registrou em 2004 um superávit acima de US\$33 bilhões, apesar da significativa expansão das importações (mais 28%), decorrente da aceleração do ritmo de crescimento da economia e da valorização do real no segundo semestre do ano.

A obtenção de superávits dessa magnitude em paralelo à expansão do PIB é um fato novo e auspicioso, revelador da vitalidade das exportações, que aumentaram 50% no biênio 2003/4. Hoje, as exportações para os países em desenvolvimento já representam 49% das exportações totais. Isso contrasta com o desempenho dos oito anos precedentes, nos quais as exportações cresceram, em média, apenas 4,2% ao ano e a geração de superávits comerciais, quando houve, deveu-se à redução do ritmo de crescimento da economia.

Essas mudanças refletem o novo rumo dado à política externa brasileira, com a ampliação e a diversificação de mercados e o aproveitamento das oportunidades oferecidas pela consolidação da China como núcleo expansivo da economia mundial, a construção de alianças estratégicas com outros países em desenvolvimento, o fortaleci-

mento dos esquemas de integração regional sul-americana e a defesa mais consistente dos nossos interesses nas negociações multilaterais.

Em segundo lugar, o aumento do superávit comercial, ao gerar um saldo positivo nas transações correntes do balanço de pagamentos – são cerca de US\$14 bilhões no biênio 2003/2004, contra o déficit acumulado de US\$ 186 bilhões no período 1995/2002 – permitiu romper o círculo vicioso de endividamento associado ao modelo anterior de financiamento da economia, baseado na absorção de recursos externos e consequente expansão do passivo externo e de seus encargos financeiros. Isso, junto com as medidas adotadas nas áreas fiscal e monetária em 2003 – que reduziram o impacto do câmbio e dos juros sobre a dívida pública –, permitiu iniciar um saudável processo de redução da dívida externa do País e do Estado brasileiro.

Porém o fato de que a economia brasileira apresente um coeficiente crescente de abertura comercial – o fluxo de comércio hoje já equivale a 26,1% do PIB, contra algo em torno de 13% no início dos anos 90 – não deve levar a um sobre dimensionamento da importância do intercâmbio externo, cujo dinamismo não necessariamente se traduz em taxas elevadas de crescimento. Entre 1990 e 2004, por exemplo, o fluxo de comércio aumentou 188%, enquanto o PIB acumulou crescimento real de apenas 35%.

Mesmo em países em que o comércio externo é muito importante, como a China, o que sustenta as altas taxas de crescimento não é a dinâmica do setor externo, mas a elevada taxa de investimento interno, superior a 40% do PIB no caso daquele país. Isso nos leva a um terceiro aspecto relevante da atual fase de crescimento da economia brasileira. Ao longo dos últimos anos, a taxa de investimento manteve-se em um patamar relativamente baixo e tendencialmente decrescente.

Essa trajetória começa a reverter a partir do quarto trimestre de 2003, aprofundando-se em 2004, quando, de janeiro a setembro, o aumento acumulado da formação bruta de capital atinge 11,8%, mais do que o dobro do crescimento do PIB no mesmo período (5,3%). A sustentação dessa tendência – que marca uma mudança de padrão que não ocorria desde o início dos anos 90 – mediante a expansão dos investimentos públicos e privados é vital para a continuidade do

processo de crescimento. Em síntese, há uma combinação favorável de condições para, em 2005, consolidar e ampliar o processo de reativação da economia.

Materializar essa possibilidade, entretanto, supõe adotar políticas “pró-crescimento” nas áreas fiscal, monetária e cambial, que não frustrem, uma vez mais, as esperanças e as expectativas do nosso povo.

Metas de desinflação

Folha de S.Paulo, em 22-5-2005

Nos últimos 15 anos, houve uma desinflação em escala planetária. Na maioria dos países, o corte drástico da inflação foi realizado com o auxílio de âncoras cambiais de vários tipos. Elas mostraram ser efetivas para enfrentar descontroles hiperinflacionários, mas foram um desastre para as contas externas, a estrutura produtiva e o emprego. A partir de meados da década de 90, em particular com as mudanças para o regime de câmbio flutuante, vários países começaram a adotar a política monetária de metas de inflação.

No caso brasileiro, a política de metas foi iniciada em junho de 1999, após o colapso do populismo cambial, no marco de um ajuste monetário e fiscal de caráter recessivo. A meta de inflação foi fixada inicialmente em 8%, permitindo a recuperação da economia no ano seguinte, quando a meta foi reduzida para 6%. As políticas de ajuste prosseguiram, daí em diante, com metas de inflação significativamente mais baixas. Coincidentemente, as metas deixaram de ser cumpridas – como ocorreu em 2001 e em 2002 – ou tiveram de ser ajustadas sobre a marcha nos anos seguintes.

A desinflação progressiva obtida pelas políticas macroeconômicas desde 2003 parece ter influenciado na decisão de fixar para 2005 e 2006 metas novamente ambiciosas, de 5,1% (ajustada) e 4,5%, respectivamente, o que reflete um posicionamento excessivamente otimista diante da instabilidade dos principais preços internacionais, em particular em relação aos choques externos de *commodities*. Reflete também a possível opção das autoridades monetárias por voltar a utilizar a âncora cambial no combate à inflação de custos e para neutralizar a herança inflacionária do governo passado, embutida nos indexadores dos contratos de privatização dos serviços públicos.

Devemos continuar no esforço de consolidar a estabilidade, mas com discernimento. A meta central de 4,5% obriga as autoridades monetárias a praticar taxas de juros básicas excessivamente elevadas diante das taxas de juros internacionais e da taxa de risco do País. Uma

política de juros dessa natureza envolve o perigo de induzir processos de retração econômica e de apreciação cambial que inviabilizem os esforços de conversão do atual ciclo de expansão em uma trajetória de crescimento sustentado e prejudiquem as conquistas obtidas no saldo da balança comercial.

Até que se tenha claro, através do debate técnico, qual é a meta de inflação de longo prazo factível, é aconselhável que o centro da meta para 2006 e 2007 seja de 5,5% e que as autoridades monetárias tenham o intervalo entre o piso e o teto da meta como referência operacional, mantida a trajetória cadente da inflação.

Quando a inflação média dos nossos parceiros comerciais cair abaixo de 4%, quando a produtividade da economia se sustentar em valores bem superiores aos atuais, quando o sistema de indexação for revisto no sentido do uso de deflatores razoáveis e quando soubermos de forma mais precisa qual é a medida de inflação que indica estabilidade efetiva do nosso sistema de preços, poderemos, enfim, fixar, com realismo, a meta de inflação de longo prazo. Até lá, não há por que impor ao País e aos trabalhadores sacrifícios desnecessários.



Aumento do emprego formal

Folha de S.Paulo, 11-9-2005

O Governo do Presidente Lula, com as mudanças realizadas na dinâmica da economia, criou muito mais empregos formais do que o Governo Fernando Henrique Cardoso. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho, que registram o saldo líquido das admissões e demissões em cada período, apesar de suas conhecidas limitações, deixam poucas dúvidas a esse respeito. O Governo Lula, em dois anos e meio, gerou 3.134.000 novos postos de trabalho formais, quase quatro vezes mais do que o Governo FHC em oito anos.

É provável que esses dados estejam afetados tanto pelo movimento de precarização do emprego, particularmente intenso no quadriênio 1995/98, quanto pela tendência à formalização, associada à

expansão do setor exportador e à intensificação da fiscalização do Ministério do Trabalho durante o Governo Lula. Diferenças na geração líquida de empregos formais, embora menos acentuadas, são também constatadas quando se utilizam os dados coletados pela Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar – PNAD, e pela Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

Comparando 2003, um ano difícil e o último para o qual se dispõe de informações, com o período FHC, a média mensal do Governo Lula é 65% e 49% mais alta, respectivamente. As mudanças metodológicas introduzidas em 2002 no Caged podem – como aconteceu com a pesquisa mensal de emprego do IBGE – dificultar a comparação entre os diferentes períodos da série histórica. Uma avaliação mais precisa dos dados requer, conseqüentemente, elaborações adicionais. No entanto, isso não altera o quadro de deterioração do emprego formal durante a administração FHC.

Esta foi consequência das políticas de abertura comercial, sobrevalorização cambial e elevação da taxa de juros adotada no período 1995/98, que provocaram um crescimento espetacular das importações e desorganizaram a base produtiva interna, levando à destruição líquida de mais de um milhão e duzentos mil de postos de trabalho formais. Essa trajetória somente seria revertida a partir do ano 2000, com a recuperação da economia e, posteriormente, com o reequilíbrio da balança comercial, que possibilitaram a criação, no triênio 2000/2002, de 2.010.000 novos postos, o que deixa um saldo de 796.000 postos criados entre 1995 e 2002 (uma média de 8.292 postos por mês).

Excluindo 2002, o ano da mudança metodológica, o Governo FHC gerou, em sete anos, apenas 34.000 novos postos (uma média mensal de 405 postos). A média do Governo Lula, em 30 meses, é de 104.467 postos. Uma diferença dessa ordem dificilmente pode ser explicada por eventuais alterações na metodologia de obtenção e registro da informação. Em síntese, o padrão de financiamento e crescimento da economia implantado pelo Governo Lula possibilitou, apesar da crise herdada da administração passada, uma expansão maior do PIB (2,70% em média no biênio 2003/2004 contra 2,32% anuais no período 1995/2002) e um crescimento muito maior do emprego formal, qual quer que seja o indicador ou período considerado.

Tempo de crescer

Folha de S.Paulo, 9-10-2005

Desde a crise da dívida externa, foram poucos os momentos em que a economia brasileira mostrou um dinamismo elevado e superior ao da economia mundial. Durante a década de 70, tínhamos crescido a uma taxa anual de 8,8%, muito acima da média mundial (4,43%). Mas daí para frente, até 2003, nossa trajetória foi tendencialmente declinante, interrompida por ciclos curtos de expansão nos triênios 84/86 e 93/95.

Esse período caracterizou-se por um grande dinamismo do comércio internacional, que aproveitamos relativamente bem nos anos 70 e em parte dos anos 80, mas não na década de 90, quando a média anual de crescimento de nossas exportações caiu a 3,40% anuais, diminuindo nossa participação no total mundial. A partir de 2003, restabeleceu-se o dinamismo das exportações, com crescimento médio de 26,4% ao ano, bem acima dos 7,37% registrados pelas exportações mundiais.

Em 2004, a economia brasileira voltou a crescer bastante acima da média dos últimos dez anos, reabrindo o debate sobre as possibilidades de aceleração e sustentação do ritmo de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). Consolidar um novo padrão de crescimento do mercado interno com inserção internacional dinâmica é fundamental para expandir o emprego e a renda. Isso não se conseguirá engessando a economia com políticas monetárias desnecessariamente rígidas adotando como teto do produto potencial 3,5% de crescimento do PIB.

Com essa taxa e um crescimento demográfico de 1,1% anuais, chegaríamos a 2022 com uma renda *per capita* de US\$12.290 (paridade de poder de compra), com aumento de apenas 53% em 18 anos. Enquanto isso, o Chile, mantendo a média do período 1990/2003 (5,6% anuais de crescimento do PIB) e um crescimento demográfico similar ao nosso, teria em 2022 uma renda *per capita* de US\$23.591; a Coreia, mantendo sua média de 5,5% anuais e com 0,4% de aumento da população, chegaria naquele mesmo ano a US\$49.943; e a

Espanha, com sua população praticamente estabilizada e crescimento médio de 2,8%, alcançaria US\$40.496.

A situação econômica hoje é propícia à aceleração do crescimento. O quadro internacional continua positivo, a inflação está sob controle, estamos gerando superávits comerciais recordes, o Risco País caiu abaixo de 380 pontos e a dívida pública interna foi estabilizada e desdolarizada. Temos condições e potencialidades para crescer muito mais do que 3,5% ao ano e ampliar o espaço para a redução do desemprego e a adoção de políticas de combate à desigualdade social.

Porém, a manutenção de taxas reais de juros elevadas – indutoras da valorização do real e do aumento de operações especulativas, potencialmente desestabilizadoras, nos mercados futuros, que reforçam a tendência à apreciação do câmbio –, ao limitar o investimento público e privado, não contribui para o aproveitamento desse cenário favorável, construído com seriedade e sacrifício pelo atual Governo e pela sociedade brasileira.

Aprofundar as mudanças

Folha de S.Paulo, 1º-1-2006

O início de um novo ano é sempre um momento oportuno para refletir sobre o que se fez – ou se deixou de fazer – e avaliar as perspectivas e possibilidades do futuro. Nos últimos três anos alcançamos algumas vitórias muito importantes. Apesar das restrições herdadas da administração passada, conseguimos evitar a quebra da economia, que parecia iminente em 2002.

Conseguimos também reverter o ciclo de semiestagnação que se havia iniciado em 2001, expandindo, embora aquém da nossa expectativa, a produção e o investimento, e diminuindo significativamente o desemprego. Interrompemos a trajetória de queda nos rendimentos dos trabalhadores e revertermos a tendência à precarização do emprego, que vinha se acentuando há vários anos, e criamos cerca de quatro milhões de empregos formais. Expandimos e racionalizamos a política social do Governo, obtendo resultados importantes na melhoria da distribuição de renda e na redução da miséria, beneficiando milhões de famílias carentes.

Modificamos o padrão de financiamento externo da economia e reduzimos substancialmente sua vulnerabilidade. Duplicamos as exportações, acumulando, nesses três anos, um saldo comercial de mais de US\$100 bilhões – tínhamos herdado um déficit acumulado de US\$10 bilhões – e diminuimos em 22,3% nossa dívida externa líquida, abatendo seu estoque e aumentando as reservas líquidas em 240%. Sustamos o processo de endividamento do Estado, que se havia intensificado extraordinariamente no período 1995-2002, e reduzimos o déficit nominal do setor público a 2,4% do PIB, o menor nível dos últimos dez anos.

Em síntese, revertermos, nesse período, tendências estruturais que se vinham consolidando nas últimas décadas e criamos condições para viabilizar um novo ciclo de crescimento sustentável da economia brasileira. Mas há ainda um longo caminho a recorrer para expandir e integrar a base produtiva da economia e elevar sua produtividade sistêmica, fortalecer a capacidade de investimento e

regulação do Estado, ampliar os espaços de autonomia na gestão dos recursos, do território e das políticas nacionais, e tornar mais homogênea a sociedade, eliminando a miséria, reduzindo a desigualdade e universalizando os direitos sociais.

O maior desafio, agora, é acelerar o crescimento econômico e adequar o manejo das políticas monetária, fiscal e cambial a esse objetivo, preservando a estabilidade dos preços internos. Mas também é preciso elevar a eficácia das ações e dos recursos públicos, mediante a reorganização administrativa e melhoramento da capacidade de gestão dos órgãos do Estado; concluir a reforma tributária e implementar a política de desenvolvimento regional; implantar o Fundeb, elevando os salários dos professores e ampliando a cobertura das ações a todo o ensino básico; estabelecer a lei geral da micro e pequena empresa, inclusive regulamentando a pré-empresa; e pautar a reforma política e eleitoral, essencial para superar a atual crise. É fundamental que o Congresso, apesar do ano eleitoral, possa encaminhar essas matérias, que são extremamente relevantes para o País.

Conquista

Folha de S.Paulo, 29-1-2006

A crise política vem impedindo a análise isenta das realizações do Governo Lula. Sob o manto do denunciamento, desaparecem fatos positivos de grande relevância, frutos do trabalho árduo do Governo e do País. Esse descompasso entre a realização e o seu devido reconhecimento é especialmente evidente no campo da política externa. No plano mundial, o claro salto qualitativo do protagonismo internacional do Brasil é saudado como fato promissor na luta contra as assimetrias da globalização.

Porém, no plano interno, alguns teimam em não reconhecer as realizações dessa política, como o extraordinário crescimento das exportações e a conquista de novos mercados para produtores brasileiros. Com efeito, em apenas três anos o atual Governo praticamente dobrou as exportações, as quais passaram de US\$60 bilhões, em 2002, para US\$118 bilhões, em 2005, gerando superávit comercial de US\$103 bilhões em três anos. Esse desempenho contribuiu para dinamizar cadeias produtivas, gerar empregos e reduzir a vulnerabilidade externa da economia.

Saliente-se que, nos oito anos do Governo passado, as exportações cresceram somente 38,6%, o que, somado ao grande aumento das importações, resultou num déficit de US\$8,6 bilhões. Um ponto positivo a ser destacado refere-se às exportações de manufaturados, que aumentaram ligeiramente acima da média, demonstrando que essa *performance* comercial baseia-se não apenas em *commodities*, mas também em produtos de média e alta tecnologia. Alguns críticos argumentam que o Governo está aproveitando a conjuntura internacional favorável. É verdade.

Contudo, as exportações brasileiras vêm crescendo num ritmo bem superior à média global. Nesses três anos do Governo Lula, estima-se que as exportações mundiais tenham crescido cerca de 60%, ao passo que as exportações brasileiras aumentaram 96%. Já no biênio 2003-2004, nossas exportações cresceram ao redor de 60%, tendo ficado, conforme dados da OMC, acima da média mundial

(40%) e das exportações de México (17,7%), EUA (18,1%), Argentina (34,1%), Japão (35,8%), Mercosul (37,1%), Comunidade Andina (40,2%), UE (41,8%) e até mesmo da Índia (53,5%). Em comparação, no biênio 1995-1996, auge do Plano Real, as exportações brasileiras cresceram somente 9,6%, mesmo numa conjuntura internacional na qual as exportações aumentaram 26%.

Aproveitar cenários favoráveis não é, pois, algo fácil e automático. Outros críticos alegam que, embora nosso comércio venha crescendo nos mercados novos, temos perdido terreno nos mercados de parceiros tradicionais. Ora, o aumento das exportações brasileiras para os EUA, UE, Canadá e Japão foi de mais de 60% nos últimos três anos, cifra expressiva, qualquer que seja o parâmetro considerado.

Na realidade, o Brasil está desbravando mercados em todas as frentes, sem, no entanto, ceder às pressões para assinar acordos que, com a promessa de ganhos setoriais de curto prazo, comprometeriam, no longo prazo, nossas autonomia e soberania. Não há crise política que possa deslustrar essa grande conquista do Governo e do País.

Vulnerabilidade em queda

Folha de S.Paulo, 26-2-2006

A abordagem do equilíbrio externo da economia desde uma perspectiva que privilegia a estabilidade econômica e a redução da vulnerabilidade do País é uma das marcas que se sobressaem no atual Governo. Essa visão, que representa uma mudança de 180 graus com relação às políticas implementadas a partir do Plano Real, está fundada em três vetores interrelacionados: a geração de saldos comerciais expressivos mediante a expansão acelerada das exportações, a reversão do processo de endividamento externo do País e o aumento das nossas reservas internacionais.

A formação de excedentes da balança comercial – acumulamos, nesses três anos, superávit de US\$103,3 bilhões – foi essencial para cobrir nosso déficit relativo ao comércio de serviços e ao pagamento dos encargos do nosso passivo externo, que de outra forma teria de ser financiado com novos empréstimos ou com o ingresso de investimentos diretos estrangeiros. Esses excedentes permitiram gerar saldo positivo nas transações correntes do balanço de pagamentos de US\$28 bilhões no triênio 2003/2005, que se contrapõem ao déficit acumulado no período 1995/2002, de US\$189 bilhões, responsável pelo aumento da dívida externa do País em cerca de US\$80 bilhões.

O superávit nas transações correntes e a apreciação do real, embora esta, a partir de um certo ponto, possa ter efeitos indesejáveis sobre as exportações, a produção e o emprego possibilitaram inverter a trajetória de endividamento externo. A dívida externa bruta, que atingira US\$227,7 bilhões em 2002, caiu para US\$185,8 bilhões em 2005, com redução de US\$41,9 bilhões, dos quais US\$23,8 bilhões correspondem ao seu componente público. Não há precedente, na história econômica recente do País, de uma mudança no padrão de endividamento externo dessa natureza e magnitude.

Agregue-se que a quitação antecipada do saldo de US\$15,4 bilhões da dívida com o FMI é um marco dentro desse processo, encerrando um ciclo de dependência financeira iniciado em outubro de 1998 e cuja origem foi a desastrosa gestão da economia praticada

no quadriênio 1995/1998. Paralelamente, o atual Governo recompôs as reservas internacionais do Brasil, que haviam fechado 2002 em US\$16,8 bilhões. Com esse montante de recursos poderíamos, então, cobrir nossas necessidades de importação de bens por apenas 4,3 meses e não teríamos sequer como bancar nossa dívida externa de curto prazo, que atingia, naquele ano, US\$23,4 bilhões.

Hoje temos uma posição muito mais confortável: nossas reservas (US\$57,7 bilhões, já deduzido o pagamento antecipado ao FMI) correspondem a quase dez meses de importação de bens e equivalem a mais de três vezes o montante atual da dívida externa de curto prazo, da ordem de US\$17 bilhões. Embora falte um longo caminho a percorrer, o realizado até agora mostra que não há fatalidades nem inevitabilidades no processo de inserção externa. Há, sim, condicionamentos e restrições, que podem ser contornados com a adoção de políticas voltadas para o desenvolvimento do País e a afirmação dos interesses estratégicos nacionais.

Blindagem do setor externo

Folha de S.Paulo, 23-4-2006

O resgate antecipado de US\$6,5 bilhões em bônus *bradies*, realizado há dias, se insere na estratégia adotada pelo atual Governo de alongamento do perfil da dívida externa e redução da fragilidade fiscal e da vulnerabilidade externa do País, ambas notavelmente agravadas pela dinâmica do modelo econômico adotado na administração anterior. Com esse resgate, o abatimento da dívida pública externa, no corrente ano, já é da ordem de US\$10,2 bilhões.

No total, incluindo a liquidação antecipada do empréstimo do FMI e outros pagamentos realizados anteriormente, a dívida externa pública (setor não financeiro), de dezembro de 2002 até o presente, teve diminuição líquida de US\$33 bilhões, situando-se na atualidade na casa dos US\$77 bilhões. Deduzindo desse montante nossas reservas em divisas – US\$55,4 bilhões –, a dívida externa líquida do setor público cai para aproximadamente US\$22 bilhões, ou seja, menos de 3% do PIB. Um avanço substancial em relação ao quadro existente em 2002, quando representava cerca de 21% do PIB.

Esse processo de fortalecimento financeiro do setor externo da economia beneficiou-se também, nesses pouco mais de três anos, de diminuição similar da dívida privada, estimulada pela evolução favorável da taxa de câmbio. Consequentemente, a redução total da dívida bruta externa foi da ordem de US\$68 bilhões, um corte de 30% em relação aos valores de 2002. Os avanços obtidos nessa esfera somente foram possíveis porque as exportações brasileiras, alavancadas pela nova política comercial do País e pelas medidas internas de apoio ao setor exportador, aumentaram espetacularmente, duplicando seu valor e gerando, no triênio 2003/5, superávit de US\$103,3 bilhões.

A redução da dívida externa, a geração de saldos positivos na balança comercial, capazes de financiar, com folga, o déficit estrutural na conta de serviços e rendas do balanço de pagamentos, e, não menos importante, o aumento das reservas internacionais do País,

da ordem de US\$40 bilhões nesse período, constituem o núcleo da estratégia do Governo de consolidação do equilíbrio externo da economia e diminuição de sua fragilidade em face das eventuais turbulências nos mercados financeiros internos ou internacionais.

A convergência desses três elementos é essencial para avançar em direção a uma verdadeira estabilidade econômica, que sirva de suporte para a aceleração do crescimento econômico com distribuição de renda e inclusão social, que constitui o objetivo fundamental do Governo Lula. Evidentemente, essa estratégia, como qualquer outra, não é isenta de custos e dificuldades. O aumento e a manutenção de reservas internacionais, por exemplo, têm um custo de carregamento tanto maior quanto maior for o diferencial entre as taxas interna e externa de juros.

No entanto, essas políticas fazem parte de um esforço de construção das condições para dar sustentabilidade ao desenvolvimento nacional. É em relação aos avanços objetivos que se obtenham nesse âmbito que seus custos devem ser avaliados.

Um novo desenvolvimentismo

Folha de S.Paulo, 14-4-2007

A tarefa principal do primeiro Governo Lula foi reconstruir fundamentos macroeconômicos sólidos que ajudassem o País a ingressar em uma trajetória de crescimento sustentável, com inclusão social e distribuição de renda. A estabilidade econômica foi alcançada, em primeiro lugar, com a redução da vulnerabilidade cambial, via dinamização das exportações, que cresceram a taxas recordes, propiciando a acumulação de um superávit de US\$149,4 bilhões, mais de dez vezes superior ao obtido no quadriênio anterior, redução do endividamento público externo e aumento das reservas (hoje na casa dos US\$111 bilhões).

Também se realizou um intenso esforço de redução da fragilidade fiscal, diminuindo tanto o déficit nominal (de 4,7% em 2002 para 3,0% do PIB em 2006) quanto à relação dívida líquida/PIB (de 56,5% para 44,9%), segundo a nova metodologia do IBGE. No plano monetário, a taxa de inflação medida pelo IPCA caiu de 12,54% em 2002 para 3,14% em 2006, situando-se, desde abril deste ano, abaixo da meta programada.

A novidade do caso brasileiro é que esses ajustes nos planos externo, fiscal e monetário foram realizados em conjunção com um esforço de retomada do crescimento econômico e com a implementação de políticas e programas de inclusão social e distribuição de renda.

Excluindo-se 2003, ano ainda dominado pelos efeitos da crise cambial e financeira, o PIB cresceu anualmente, em média, 4,1% (nova metodologia), uma taxa inferior às potencialidades do País, mas bastante acima da média dos 22 anos anteriores. A massa salarial aumentou 15% nesses três anos, em razão da redução da taxa de desemprego e do melhoramento nos rendimentos reais dos trabalhadores.

O salário mínimo, ao qual estão referenciados os rendimentos de 43 milhões de pessoas, teve, entre abril de 2002 e abril de 2007, um aumento real de 32%. Por outro lado, o Bolsa Família, que beneficiou 11 milhões de famílias em 2006 (eram 3,6 milhões em 2003), teve um impacto relevante sobre os rendimentos dos segmentos mais

carentes da população, aumentando sua participação na renda e retirando da pobreza cerca de cinco milhões de famílias.

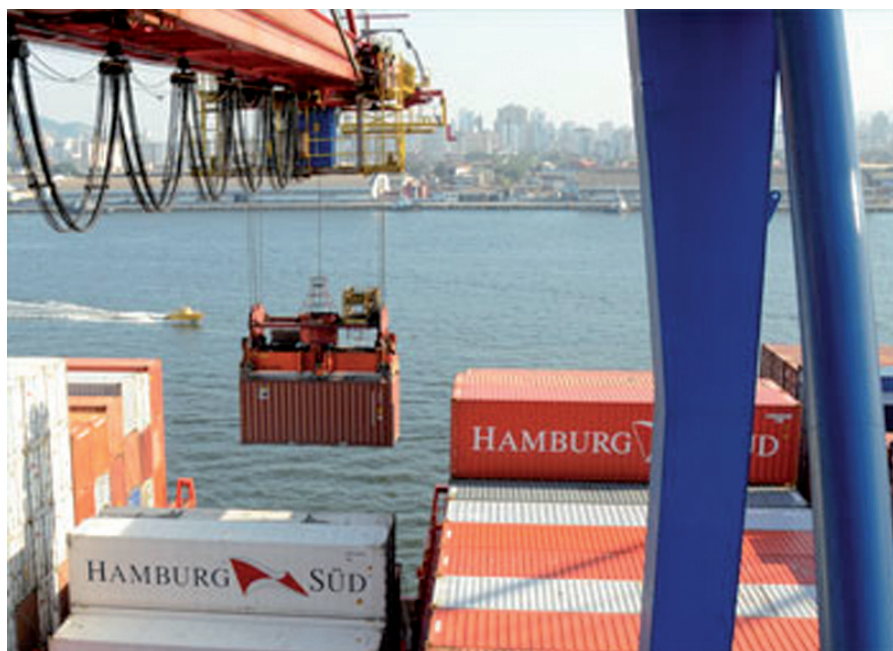
O efeito combinado dessas ações – complementado pelas demais políticas públicas na área social – traduziu-se numa diminuição inédita da desigualdade de renda, a maior dos últimos 30 anos. O desafio do segundo Governo do Presidente Lula é o crescimento acelerado e o aprofundamento das políticas de desconcentração da renda e da riqueza.

O Programa de Aceleração do Crescimento é um avanço nessa direção. Falta, no entanto, ao PAC uma política de inovação tecnológica. Fundamental a esse propósito é a realização de uma revolução educacional, que, além da cidadania plena, dê à nossa juventude a possibilidade de ingressar, de fato, no século XXI. Como contribuição a esse objetivo, apresentei projeto de lei estabelecendo a obrigatoriedade da aplicação de 75% dos recursos do Fust em programas de inclusão digital, de tal maneira que, de 2008 a 2013, todas as escolas públicas do País contem com banda larga e um computador para cada dez alunos por turno.

Ao longo do processo histórico de construção da Nação brasileira, não foram muitas as conjunturas em que foi possível combinar a vigência da democracia, a estabilidade de preços, o crescimento e a distribuição de renda. Essa é uma conquista da sociedade brasileira, obtida com o sacrifício e a luta de muitos compatriotas.

Falta agora, além das tarefas nas esferas econômica e social, encarar o desafio da reforma do Estado, em uma concepção ampla, que vai da reforma política e do aperfeiçoamento da democracia participativa ao aumento do investimento público e da capacidade de regulação e ação estratégica do Estado, à melhoria da eficiência do gasto público, à viabilização de parcerias com o setor privado, ao equacionamento da questão da Previdência e à consolidação do pacto federativo.

Na sua concepção original, o desenvolvimentismo acelerou o crescimento, mas fragilizou as finanças públicas e o balanço de pagamentos e nem sempre promoveu melhoras na distribuição da renda. O novo desenvolvimentismo, ao contrário, busca combinar o crescimento acelerado com a sustentabilidade fiscal e cambial, com a inclusão social e com a redistribuição da renda, do poder e do conhecimento.



O Brasil do crescimento

Gazeta Mercantil, 28-6-2007

O Brasil está vivendo um momento muito especial da sua história econômica recente. Estamos, há 15 trimestres, tendo um crescimento econômico progressivo e com estabilidade monetária. Crescemos 4,3% no primeiro trimestre deste ano e se essa tendência se mantiver estaremos completando, em junho, o mais longo período de crescimento sustentado dos últimos 25 anos.

O Brasil cresceu em média, nos últimos três anos, 4,1%. Este ano, poderemos chegar a 4,7%. É uma taxa ainda inferior ao que o País necessita e bastante abaixo dos 7,3% anuais registrados no período 1945/1980, quando construímos o oitavo parque industrial do mundo. Mas, depois de mais de duas décadas de estagnação – somente interrompida pelos ciclos espasmódicos de crescimento registrados em 1984/86 e 1993/95 – é auspicioso que a economia, além de operar em um patamar mais elevado do que a média das últimas décadas, consiga acelerar e sustentar o crescimento.

Fatores relevantes dessa mudança de trajetória são a expansão do investimento em criação de nova capacidade produtiva, que está aumentando mais rapidamente do que o PIB – nos últimos cinco trimestres, por exemplo, a formação bruta de capital fixo registrou um crescimento médio de 8,5% – e a elevação do consumo das famílias, fundada no aumento da massa salarial e na expansão do crédito, que no mesmo período também superou o crescimento do PIB, atingindo uma taxa média de 4,7%.

A geração de empregos de boa qualidade é um dos eixos desse processo. De janeiro a maio do corrente ano foi criado um milhão de novos empregos com carteira de trabalho assinada. E, nos últimos três anos, a economia brasileira gerou uma média de 2,7 milhões de empregos por ano. A taxa de desemprego aberto ainda é alta, em torno a 10,0%, mas tem declinado acentuadamente desde 2004 e, em 2007, deve recuar ainda mais.

A expansão do emprego e as políticas de renda adotadas pelo Governo produziram um expressivo aumento da massa salarial nos últimos três anos, da ordem de 18% (8,3% nos últimos doze meses). Em quatro anos, o salário mínimo teve um crescimento real de 36%, o que significa poder de compra adicional para mais de 43 milhões de trabalhadores cujos rendimentos estão referenciados a esse indicador. Mas não é só o salário mínimo, é a bolsa-família, é o reajuste acima da inflação para as diversas categorias de trabalhadores. Embora continuemos sendo uma sociedade extremamente desigual, temos hoje a melhor distribuição de renda dos últimos trinta anos.

Por outro lado, o mês passado foi também o de maior entrada de investimentos externos no Brasil desde que o Banco Central acompanha esses indicadores. O Brasil atingiu seu melhor posicionamento nas agências de risco de toda a história. E essa melhora, junto ao maior dinamismo da economia, atrai investimento externo. Só nos primeiros quatro meses deste ano as aplicações de estrangeiros na Bolsa de Valores aumentaram US\$53 bilhões. O investimento direto também tem crescido, projetando-se um ingresso líquido em 2007 de US\$27 bilhões, recorde histórico sem privatizações.

Agregue-se que as últimas previsões do IBGE indicam um aumento da safra agrícola em 2007, que atingiria 135,7 milhões de toneladas de grãos, com colheitas recordes de soja, milho, trigo e forte expansão da cana-de-açúcar. Estamos construindo uma nova matriz energética em que o etanol, o biodiesel, o Hbio tendem a assumir um papel central. A produção de etanol, neste ano, aumentou 47% e o consumo de gasolina apenas 2,6%. Estamos gerando emprego com energia renovável, que polui menos o meio ambiente.

Apesar de todos esses avanços, temos ainda grandes obstáculos ao crescimento sustentado. O principal deles é a existência de gargalos na infraestrutura logística e energética, especialmente nesta última. É importante, neste sentido, que os investimentos previstos no PAC sejam realizados oportunamente, de forma a garantir a expansão oportuna da oferta energética. Em um outro plano, é também importante equacionar a questão cambial. Os dados disponíveis sugerem que a apreciação do real – da ordem de 41,2% no período jan./2004 jun./2007 – já está acumulando efeitos negativos relevantes em vários segmentos do sistema produtivo.

As recentes medidas compensatórias adotadas pelo Banco Central e a aceleração do ritmo de ajuste da taxa de juros são fundamentais, mas devem ser aprofundadas e ampliadas, dada a presença de componentes especulativos importantes nos fluxos de capital externo.



A crise e as previsões

Gazeta Mercantil, 22-8-2007

Ao contrário do navegar, prever é impreciso, especialmente quando se trata de economia. Diz-se até que os economistas gastam metade do seu tempo prevendo o que vai acontecer e a outra metade explicando por que não aconteceu o previsto. Ironias à parte, a complexidade da economia moderna e as incertezas que cercam tanto sua dinâmica quanto o comportamento dos múltiplos agentes nela envolvidos tornam aleatórias muitas tentativas de antever o futuro.

John Kenneth Galbraith, um conhecido economista canadense falecido em 2006, no seu último livro (*A economia das fraudes inocentes*) coloca muito bem essa questão quando afirma: “É que o desempenho futuro da economia, a passagem dos bons tempos para a recessão ou a depressão – ou o contrário – não pode ser antecipado”. E conclui, com sua habitual agudeza: “Apesar disso, no mundo econômico e em especial no universo financeiro, fazer previsões sobre o que não se sabe e sobre o que não é sabível é uma ocupação apreciada e bem paga”.

A atual crise é um exemplo dessa impossibilidade. Embora alguns economistas tenham feito advertências sobre os riscos implícitos na “bolha imobiliária” norte-americana, as previsões sobre a evolução do mercado financeiro, da economia mundial e da economia norte-americana eram, até dias atrás, francamente otimistas. A eclosão da crise surpreendeu a quase todos.

Embora as autoridades monetárias dos países centrais tenham reagido rapidamente – as intervenções do FED, do BCE e do banco central do Japão já somam US\$400 bilhões – o tamanho dessa crise, seus desdobramentos e seu impacto sobre a economia real são imprevisíveis. Nesse momento, o foco tende a extrapolar a dimensão imobiliária e ameaça transformar-se em uma crise de crédito mais ampla. Antecipar juízos precisos sobre como serão afetadas a dinâmica da economia mundial e, em particular, a do Brasil, constitui mera especulação.

Em realidade, o único que se pode afirmar com segurança é que as condições da economia brasileira para fazer frente aos possíveis impactos da crise são hoje muito melhores do que no passado. O ajuste externo realizado pelo Governo Lula reduziu drasticamente a exposição cambial da economia e sua vulnerabilidade a choques externos. Ao contrário do que ocorria no passado recente, hoje não necessitamos de recursos externos para fechar o balanço de pagamentos e financiar a economia.

Até 1998, política de estabilização, adotada depois da reforma monetária de 1994, se sustentava no binômio câmbio fixo-juros elevados. Este modelo limitou a expansão das exportações, impulsionou um processo de crescente endividamento externo e gerou saldos negativos crescentes nas transações correntes do balanço de pagamentos. Nesse contexto, o País foi facilmente contagiado pelas crises asiática e russa, cujos impactos, agravados pela resistência do Governo anterior em ajustar, antes das eleições, o regime cambial já moribundo, levaram o Brasil praticamente à bancarrota financeira. Ao empréstimo com o FMI em outubro de 1998, de US\$41 bilhões, seguiu-se, em janeiro de 1999, a forte desvalorização do real, com enormes perdas para o País e novos sacrifícios para a po-

pulação. Somente conseguiríamos nos livrar da tutela do FMI em dezembro de 2005.

Hoje, a situação é bastante diferente. Temos superávits tanto na balança comercial quanto nas transações correntes do balanço de pagamentos, a dívida externa foi reduzida consideravelmente e dispomos de um nível confortável de reservas internacionais, cerca de US\$160 bilhões, mais do que suficiente para cobrir nosso passivo de curto prazo.

Isso não significa que o País não possa ser afetado pela crise, nem deve levar a uma subavaliação do potencial destrutivo que esta encerra. Somente quer dizer que temos condições muito melhores de navegar dentro das atuais turbulências e de aproveitar as oportunidades que, segundo os chineses, toda crise oferece.

A crise e a atual política monetária

Gazeta Mercantil, 3-9-2007

Pareceria prematuro o Copom modificar agora o padrão de redução de juros. Os relatórios sobre a atual conjuntura econômica são unânimes em destacar o bom comportamento dos indicadores de inflação, apesar da pressão recentemente exercida pelo grupo alimentos e bebidas, particularmente os itens leite e derivados – embalados pela alta dos preços internacionais – e carne bovina, cujos preços refletem a chegada do período de entressafra. Com exclusão destes itens, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de julho passado mostraria uma deflação de 0,06%, em vez do aumento de 0,24% efetivamente registrado.

No ano, até julho, o IPCA acumula uma alta de 2,32% e, nos últimos 12 meses, de 3,74%, taxa quase similar à mediana, registrada naquele mês, das expectativas do mercado com relação à inflação em 2007 (3,75%). Em agosto, a permanência de pressões sobre preços livres, derivadas de nova aceleração dos preços dos alimentos, provocou um aumento progressivo daquele indicador, que atingiu 3,86% no último relatório do mercado. Afetou também o IGP-M, cuja evolução é fortemente afetada pelos preços ao atacado e embute as variações na taxa de câmbio. No entanto, as medidas do núcleo de inflação indicam que os demais preços não foram, até agora, contaminados pela alta dos alimentos, embora o risco de que isso possa ocorrer aumentou. A média dessas medidas continua a mostrar tendência à desaceleração, configurando um ambiente benigno do ponto de vista da provável evolução dos preços.

A instabilidade dos mercados financeiros gerada pela atual crise internacional pouco afetou esse quadro ou as previsões sobre o crescimento da economia. Pelo contrário, a mediana das expectativas do mercado em relação ao PIB de 2007, depois de três semanas de crise, continua em trajetória de alta. Possivelmente, isso se deve à convicção de que a situação das contas externas, com a redução da exposição cambial da economia, diminuiu muito, embora não exclua, o risco de contágio das turbulências associadas ao ajuste da “bolha imo-

biliária” norte-americana. Salvo na hipótese, ainda não claramente perfilada, de que esse processo desemboque em uma crise de grandes proporções, que afete a dinâmica da economia global, parece pouco provável que a eventual desvalorização do real – que em realidade representaria uma correção da sua excessiva apreciação – assuma dimensões e continuidade capazes de produzir impactos inflacionários de significação no médio prazo.

Na esfera real da economia tampouco se observam ameaças à sustentação dos avanços já obtidos no controle da inflação. Por exemplo, a produção industrial vem se expandindo vigorosamente, especialmente em alguns segmentos estratégicos, como o de bens de capital (18,5% de crescimento no 2º trimestre de 2007 em relação a igual período do ano passado). A formação bruta de capital fixo está em franca expansão há quatro semestres, prevendo-se que, no ano, sua taxa de crescimento poderá atingir cerca de 10%, bastante acima do crescimento esperado do PIB e da produção industrial. O nível de utilização da capacidade instalada na indústria tem se mantido estável, em torno a 82,4%. Isso torna improvável a geração, no curto prazo, de gargalos generalizados na oferta, mesmo diante do crescimento da demanda interna, em torno de 7%. Por outro lado, a recuperação, no 1º semestre, do volume físico de exportações tende a confirmar a expectativa de geração, ao longo do ano, de um fluxo de divisas da ordem de US\$160 bilhões, mais do que suficiente para garantir o abastecimento dos insumos e bens importados necessários à expansão da produção e ao atendimento do consumo interno (o saldo comercial estimado para este ano é de cerca de US\$43 bilhões).

Dentro desse contexto, ainda que o atual quadro de volatilidade e instabilidade dos mercados financeiros internacionais sugira cautela nas decisões de política econômica, não se vislumbra a necessidade de ajustes imediatos na atual trajetória de redução dos juros. O que pode, sim, requerer ajuste é a tática do Banco Central (BC) de acelerar “extraoficialmente” o processo de desinflação, buscando uma meta oculta, inferior à estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Com a meta oficial de 4,5%, a economia dispõe, dadas suas tendências atuais, de uma espécie de “colchão” que permite absorver eventuais pressões sobre os preços, derivadas de de-

sequilíbrios setoriais entre a oferta e a demanda e/ou originados de choques externos. O encurtamento artificial dessa margem de manobra pode levar a política monetária a exacerbar, desnecessariamente, sua rigidez e frustrar, como em 2004, as perspectivas de expansão da economia e as decisões de investimento dos agentes privados.

Portanto, excetuando a hipótese de que os desdobramentos da atual crise conduzam a uma retração acentuada da economia mundial, as condições de sustentação do atual ciclo de crescimento da economia brasileira continuam favoráveis. Nesse contexto, embora a volatilidade dos mercados financeiros reduza o horizonte de previsibilidade da política monetária, pareceria prematuro modificar, agora, o padrão de redução dos juros adotado nas últimas reuniões do Copom.

Virando o jogo

O Globo, 6-1-2008

Desde a crise da dívida externa no início da década de 80, que interrompeu o longo ciclo de crescimento iniciado no pós-guerra, a economia brasileira não apresentava condições e perspectivas tão favoráveis como as que ostentam nos dias de hoje. Condições que foram construídas nos últimos anos, particularmente a partir de 2003, com a neutralização do processo de desestabilização econômica e financeira desencadeado no segundo trimestre de 2002, e a reversão, no triênio 2004/06, das tendências ao endividamento crescente do País e do Estado, associadas ao anterior modelo de política econômica.

A evolução da economia em 2007 sintetiza os avanços já obtidos. As expectativas relativas ao crescimento real do PIB foram sendo progressivamente elevadas e situam-se agora em torno a 5,2%, com o que a taxa média do quadriênio 2004/07 atingiria 4,5% anuais. Nada espetacular, é verdade, mas representa uma mudança não desprezível em comparação com o desempenho médio do período 1981/2003, escassamente acima dos 2,0% por ano.

O mais significativo, no entanto, não é o crescimento do PIB, até porque, durante esses 23 anos de letargia econômica, houve momentos em que a economia cresceu a taxas médias anuais superiores, como ocorreu no quadriênio 1984/87 (6,1%) e no triênio 1993/95 (4,8%).

O significativo é o crescimento sustentado, e muito acima do PIB, da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), indicador chave do ritmo de expansão da capacidade produtiva e da produtividade.

Recorde-se que desde 1998 até 2003, à exceção do ano 2000, a FBCF permaneceu estancada ou regrediu, acumulando no período expressiva contração.

Esse quadro mudou radicalmente a partir de 2004: incluindo a projeção de crescimento da FBCF para 2007, o aumento acumulado nos últimos quatro anos alcançaria 38,1%, quase o dobro do crescimento do PIB.

Esse processo, que se intensificou em 2007, teve reflexos positivos sobre a taxa de investimento da economia, cuja expansão, a

preços constantes, já se mantém por dez trimestres consecutivos. Ou seja, ingressamos, de fato, em um novo ciclo de crescimento que, ao contrário dos anteriormente citados, se perfila como sustentável e compatível com a preservação da estabilidade dos preços internos.

Por outro lado, pela primeira vez em muitas décadas, o setor externo da economia não apresenta desequilíbrios críticos que possam comprometer o crescimento econômico ou o próprio funcionamento do sistema produtivo. Condições internacionais favoráveis, uma política externa voltada para a projeção dos interesses geopolíticos e comerciais nacionais e um intenso esforço interno permitiram reduzir significativamente a exposição cambial da economia, suas necessidades de financiamento externo e sua vulnerabilidade diante de choques externos. Complementarmente, houve avanços expressivos na área fiscal. A política adotada pelo Governo permitiu reduzir significativamente o déficit nominal do setor público, de 4,7% do PIB em 2003 para menos de 3,0% do PIB em 2007. Melhorou também o perfil da dívida pública, que, como proporção do PIB, caiu de 59,6% em dezembro de 2002 para 43,7% em outubro passado.

Por último, e talvez o mais importante, houve, nesses anos, persistentes avanços no combate à pobreza e à desigualdade social. Aumentou o emprego e a massa salarial, expandiu-se em 400% a oferta de habitações populares, ampliou-se o crédito e a cobertura das políticas públicas e dos programas de transferência de renda. Ou seja, o País cresceu redistribuindo renda, aumentando a mobilidade social e retirando da miséria quase 17 milhões de brasileiros.

Além do seu significado social, esses avanços têm importância econômica fundamental, já que constituem vetores críticos para a expansão do mercado interno e sustentação do crescimento. E é o que vem ocorrendo.

Há 15 trimestres o consumo das famílias vem aumentando continuamente a taxas vizinhas a 6,0%. Isso significa que a economia ampliou a capacidade de alimentar endogenamente sua expansão e de fazer frente a eventuais perdas de dinamismo do setor externo.

Em síntese, viramos o jogo. A tarefa, agora, é consolidar a vitória. Para isso, é essencial remover os gargalos na infraestrutura que podem inviabilizar o crescimento, aprofundar as políticas de

redistribuição e de inclusão social, fortalecer o Estado nacional e ampliar o espaço político das forças progressistas comprometidas com o desenvolvimento do País e com o aprimoramento da nossa democracia.

Um feliz 2008 para todos.

A crise e seus impactos

O Globo, 3-2-2008

A julgar pelos indicadores mais recentes, a economia norte-americana, corroída pela crise de crédito originada no ajuste da bolha imobiliária, parece caminhar, inevitavelmente, para a recessão. O que não se pode ainda avaliar é a intensidade e a duração que pode ter esse processo, das quais dependerá a magnitude do seu impacto sobre a economia mundial.

Os Estados Unidos são o maior mercado consumidor do planeta, respondendo por 16% (equivalente a algo em torno de US\$2 trilhões) das importações mundiais. A retração da sua economia, além dos desdobramentos na esfera financeira, tende a provocar efeitos em cadeia sobre os fluxos de comércio internacional, com reflexos depressivos sobre os preços.

A gestação da atual crise revela aspectos pouco discutidos do sistema financeiro que põem em questão a tese da sua autorregulação e os novos mecanismos derivados de sua crescente sofisticação. Esses mecanismos tendem a ofuscar a gravidade dos riscos envolvidos e encobrir procedimentos no mínimo discutíveis de socialização desses riscos.

A bolha imobiliária norte-americana se originou na extraordinária valorização real dos imóveis residenciais (85% entre 2001 e 2006), sustentada pela expansão do crédito imobiliário, que, a partir de 2004, foi alimentada principalmente por operações de crédito de longo prazo com pessoas físicas com alto risco de crédito, as chamadas hipotecas de segunda linha (*subprime*). O mercado de hipotecas movimentou cerca de US\$9 trilhões no triênio 2004/2006 e as hipotecas de segunda linha, que até 2003 representavam cerca de 8% do total, saltaram para 20%.

A valorização dos imóveis permitia a renovação periódica dessas hipotecas pelos devedores inadimplentes.

Os bancos financiavam essas operações colocando títulos no mercado de capitais, via fundos de investimento lastreados em uma combinação de hipotecas com diferentes níveis de risco. Com isso,

diluíam o risco dos títulos mais podres e viabilizavam a emissão, sobre o conjunto, de derivativos de crédito, ou seja, novos títulos lastreados nos anteriores.

Cerca de 80% das *subprimes* foram securitizados por esse procedimento.

Para administrar as hipotecas de máximo risco foram criadas empresas, as SIV (Empresas de Investimentos Estruturados), que colocavam no mercado títulos de curto prazo de alta rentabilidade, bancados por circunstanciais injeções de liquidez dos próprios bancos.

A reversão da trajetória de expansão do mercado de imóveis, a partir de 2005, e seus reflexos sobre os preços das residências inviabilizaram a continuidade desse processo de reprodução de hipotecas e títulos podres e gerou uma onda de inadimplência.

Isso levou os detentores das quotas e dos títulos dos correspondentes fundos de investimento a tentarem se desfazer dos mesmos, com as consequências já conhecidas sobre o mercado de crédito e a situação dos bancos envolvidos.

Note-se que, em outubro de 2006, já era evidente a retração do setor imobiliário e que no início de 2007 já havia claros sinais de crise no setor bancário (com as perdas anunciadas pelo HSBC e pela Fremont General Corporation, em fevereiro). Mas somente em julho as agências de classificação de risco alterariam sua avaliação e o FED começaria a intervir para tentar conter a propagação da crise. O que, aliás, confirmaria a tese de Galbraith de que “desde 1913, quando começou a existir de fato, o FED tem tido, contra a inflação e sobretudo contra a recessão, um histórico de profunda e permanente irrelevância”.

Essa insuficiência das atuais modalidades de coordenação, acompanhamento e controle das operações financeiras mostra que é imprescindível criar mecanismos efetivos de controle público sobre as instituições e o funcionamento do sistema financeiro. É bom ter presente que as crises geram efeitos assimétricos que se acentuam quando se propagam à esfera real da economia. E recessão significa, em última instância, aumento do desemprego e compressão da renda e do consumo da população.

A economia brasileira será atingida, mas tem hoje uma maior capacidade de absorver os impactos negativos imediatos da crise fi-

nanceira e de limitar os efeitos internos de uma eventual recessão da economia norte-americana. As necessidades de financiamento externo da economia são pouco significativas, nossos mercados de exportação são diversificados, a redução do endividamento externo e aumento das reservas asseguram elevado grau de solvência e o crescimento econômico está hoje assentado em vetores internos de dinamismo.

De outro lado, o processo de desvalorização do dólar deve se aprofundar e com ele o maior calote da história, como advertiu a revista *The Economist*. O Citybank, que coordenava os bancos credores na crise da dívida externa, já amargou um prejuízo de US\$20 bilhões e demitiu 14.000 funcionários. E o FMI permanece em um incômodo e profundo silêncio.

Será que o mundo será o mesmo depois desta crise? Pelo menos parte do discurso conservador obrigatoriamente terá de mudar.



Diziam

Folha de S.Paulo, 16-3-2008

Diziam que ele arruinaria a economia nacional e faria o País regredir, mas Lula faz o Governo mais bem-sucedido da história recente do Brasil.

Diziam que sua candidatura era a culpada pela crise que havia tomado conta do País. Diziam também que, caso fosse eleito, ele arruinaria a combalida economia nacional e implantaria uma política externa “terceiro-mundista”, que isolaria o Brasil no cenário internacional. Afirmavam que ele faria o País regredir décadas. Não faltaram figuras conhecidas que emprestaram rostos compungidos ao medo do desastre anunciado.

Para surpresa dos amedrontados e, talvez, decepção dos derrotados, o Governo Lula não fez nada disso. Pelo contrário: avaliações objetivas demonstram que o Governo Lula é o mais bem-sucedido Governo brasileiro da história recente. Afinal, é o único que vem conseguindo combinar plena vigência das instituições democráticas,

crescimento econômico sustentado com estabilidade macroeconômica e distribuição de renda.

A inflação, que estava saindo de controle antes da posse de Lula, foi definitivamente domada e, nos últimos dois anos, ficou abaixo da meta estipulada pelo Banco Central (4,5%). Tal estabilidade monetária tem amplo impacto positivo na renda dos trabalhadores e se traduz em melhoria da qualidade de vida. Trata-se de grande conquista da sociedade brasileira, que o atual Governo teve o mérito de consolidar.

É verdade que essa estabilidade foi construída a partir do Plano Real, mas foi no Governo Lula que ela efetivamente se consolidou, graças à drástica redução da vulnerabilidade externa da economia. Mediante um processo muito bem conduzido por nossa diplomacia, saímos de déficits vultosos para superávits avantajados, que geraram, junto à enxurrada de novos investimentos estrangeiros, as reservas que nos permitem, pela primeira vez na história, pagar a dívida externa. O enterro desse velho fantasma não foi mera consequência da conjuntura internacional favorável, mas também resultado da estratégia inteligente que colocou ênfase na conquista de novos mercados.

Por isso, o crescimento das exportações brasileiras no período 2003/2006 (128%) foi bem maior do que o crescimento das exportações mundiais (86%). Assim, o Governo soube aproveitar, com competência, a conjuntura favorável.

E, no plano diplomático, basta ler os principais jornais internacionais para constatar que o Brasil tem hoje protagonismo mundial muito superior ao que tinha há alguns anos. Temos, evidentemente, o desafio de lidar com a excessiva valorização do real, embora tenhamos consistência nas contas externas.

Além de ter consolidado a estabilidade monetária e superado a vulnerabilidade externa, o Governo Lula também vem obtendo êxito no controle da dívida interna. Com efeito, a relação dívida interna/ PIB caiu de 59,2%, em 2002, para 42,8%, em 2007.

O resultado dessas ações é o crescimento econômico sustentado dos últimos quatro anos, baseado no novo dinamismo do mercado interno, que em 2007 alcançou a marca de 5,4%. Trata-se de cresci-

mento de natureza diferente à do “voo da galinha”, que tantas vezes iludiu as nossas esperanças. Para um País que não crescia há duas décadas, é excelente resultado, especialmente na atual conjuntura internacional. Precisamos, entretanto, superar os gargalos da infraestrutura, que colocam entraves ao novo ciclo de desenvolvimento.

Contudo, o diferencial do Governo Lula não se refere às dívidas externa e interna, mas sim ao pagamento de débito historicamente negligenciado: a dívida social. O Programa Bolsa Família, internacionalmente elogiado e copiado, já beneficiou 11 milhões de famílias, permitindo-lhes manter seus filhos na escola e comprar bens de consumo antes inalcançáveis, até mesmo eletrodomésticos.

A política de recuperação do salário mínimo faz que ele já atinja o valor de R\$415. A combinação dos programas sociais com o crescimento sustentado fez explodir a geração de empregos formais, que alcançou a impressionante marca de 8,2 milhões ao longo do Governo, e a renda dos 50% mais pobres da população, que experimentou ritmo de crescimento chinês: 32%. Já deixaram a miséria para trás 17 milhões de brasileiros.

Estamos em um raro período histórico que combina o crescimento do bolo com sua distribuição. E o social emerge, de forma inédita, como eixo estruturante do crescimento econômico. Por fim, a ONU já nos incluiu na lista dos países de nível alto de desenvolvimento humano, ainda que tenhamos grandes desafios à frente.

Dessa forma, os que diziam têm pouco a dizer. Perderam o discurso e, em alguns casos, até a compostura.

No Congresso, parte da oposição dedica-se à obstrução sistemática, com a expectativa de recompensas eleitorais que dificilmente virão por esse caminho. Poderíamos votar projetos como a reforma tributária, substanciais para consolidar esse novo ciclo de crescimento com distribuição de renda. Algumas vozes, contudo, preferem gritar o vácuo da intolerância e do preconceito contra o torneiro-mecânico que fez o que não conseguiram fazer. Enquanto isso, o Governo Lula realiza, e o País melhora. Muito.

Dizem, ainda

Folha de S.Paulo, 7-4-2008

“Como explicar que políticas em tese idênticas tenham dado resultados tão díspares? Vamos, então, à comparação dos fatos.”

Seis anos depois, os que diziam ainda dizem. Antes, diziam o medo do desastre que não veio.

Agora, expressam preconceito contra um Governo bem-sucedido, cujo presidente, conforme a última pesquisa CNI/Ibope, tem a aprovação recorde de 73% da população.

O antilulismo nutre-se de sentimentos baixos e factóides, não de fatos. Entretanto, o debate político não pode ser balizado por emoções biliosas e pela fuga da realidade. Infelizmente, essa parece ser a opção atual de alguns críticos do Governo, como o caro líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, com quem sempre tive saudável convivência, mas que escreveu neste jornal me atacando à moda dos neoconservadores (“Tendências/Debates”, 23-3).

Com efeito, ante o sucesso do atual Governo, em vez de reconhecer seus méritos, esses críticos, fugindo da realidade, protagonizam ato de prestidigitação política: o Governo Lula é mera continuidade do Governo FHC!

Como explicar que políticas em tese idênticas tenham dado resultados tão díspares? Vamos, então, à dolorosa (para eles) comparação dos fatos.

Em primeiro lugar, a estabilidade macroeconômica, totem ciumentamente velado pelo tucanato. Reconheci no meu artigo (“Diziam”, “Tendências/Debates”, 16-3) que tal estabilidade começou a ser implantada no Plano Real. Mas disse que só se consolidou no Governo Lula. Não distorci.

O Brasil foi submetido, no Governo anterior, a crises econômicas que, além de impedir o crescimento econômico, afetaram a estabilidade macroeconômica. Por causa do Lula? Não, por causa do

fracasso do Governo anterior no enfrentamento de questão crucial: a vulnerabilidade externa da economia.

O populismo cambial do primeiro mandato de FHC provocou gravíssimo desajuste nas contas externas. Assim, a dívida externa líquida, que, em 1994, representava 17,3% do PIB, pulou para 40,2%, em 2002. Arthur Virgílio chama isso de “dívida externa equacionada”. Foi esse desajuste que centralizou as críticas à política econômica do Governo FHC.

Nem eu nem o PT nos opúnhamos à estabilidade monetária *per se*, mas à estabilidade obtida a partir de insustentável valorização do real, que expunha o País às turbulências internacionais. Nossas advertências, porém, foram classificadas como manifestações de “neobobismo”.

Já no Governo Lula, a dívida e a vulnerabilidade externas foram drasticamente reduzidas. Graças ao substancial aumento das exportações, que saltaram de US\$60 bilhões, em 2002, para US\$160 bilhões, em 2007, e à forte mudança no balanço das transações correntes, que passou de um déficit acumulado de US\$187 bilhões, no Governo anterior, para um superávit de US\$47,1 bilhões, no atual, superou-se o desequilíbrio do setor externo e a estabilidade se consolidou. Não se obtêm tais resultados por “sorte”.

O mesmo ocorreu em relação à fragilização das finanças públicas. A relação dívida interna líquida/PIB caiu de 59,6%, em 2002, para 42,8%, em 2007. A inflação, que ameaçou sair de controle várias vezes no Governo passado, se mantém dentro da meta. Mais importante: à estabilidade soma-se agora o crescimento sustentado: 4,53%, na média de 2004-2007, contra magros 2,3% na era FHC.

Ademais, os gastos do Executivo Federal com pessoal, ao inverso do afirmado pelo senador, caíram de 1,9% do PIB, em 2002, para 1,7%, em 2007.

Na área social, o Governo Lula diminui as desigualdades. A renda dos 50% mais pobres teve, nos últimos três anos, crescimento de 32% e 17 milhões de brasileiros deixaram a miséria. O Bolsa Família, que reduz a evasão escolar, ao contrário do que diz o senador, é internacionalmente elogiado.

Porém, Arthur Virgílio refere-se a esses êxitos como perda de “foco dos programas sociais da gestão anterior”. O ápice da arenga anti-Lula do senador é sua crítica à sólida política externa atual. Em seu afã de desqualificá-la, ele desqualifica a ONU.

Divergências são normais. Eu também as tenho. Contrariamente ao que diz o senador, achava e ainda acho que a política de metas de inflação pode ser administrada de forma menos ortodoxa e mais gradativa, tal como aconteceu, com êxito, em países como o Chile. Mas divirjo de forma racional. Setores da oposição, ao contrário, criam clima emotivo que não tem referência nos fatos.

Espero, contudo, que figuras importantes como Arthur Virgílio possam fazer madura conversão à ortodoxia do princípio da realidade. Terei, então, o prazer de saudá-lo, mesmo com seis anos de atraso.



O economista morto

Gazeta Mercantil, 30-4-2008

“Homens práticos, que se julgam imunes a quaisquer influências intelectuais, geralmente são escravos de algum economista já falecido.”

John Maynard Keynes

O apelo dramático à intervenção estatal, feito por instituições e publicações ideologicamente alinhadas com o pensamento liberal-conservador, como *The Economist*, é sintomático. Não é só indicador preocupante da extensão da atual crise e das incertezas sobre seu impacto e possíveis desdobramentos na esfera da economia real; é também, e principalmente, o reconhecimento explícito da incapacidade de autorregulação do mercado financeiro.

Crises e flutuações nos preços dos ativos financeiros não são fenômenos novos na história do capitalismo contemporâneo. Pelo contrário. Os preços das ações na Inglaterra e nos Estados Unidos,

por exemplo, variaram amplamente em diversos períodos ao longo dos 100 anos que precederam o grande *crash* de 1929, provocando inúmeros episódios de pânico bancário e, em muitos casos, contrações pronunciadas no nível de atividade econômica.

O período do pós-guerra é igualmente rico em fenômenos desse tipo, tanto nos países em desenvolvimento quanto no núcleo da economia capitalista mundial. Esses fenômenos se intensificam a partir da ruptura, por parte dos Estados Unidos, do acordo de Bretton Woods, em 1971, e adquirem novos matizes nas décadas subsequentes, com a liberalização dos movimentos internacionais de capital e a expansão e integração dos mercados financeiros à escala global.

Nos últimos vinte anos a economia mundial foi abalada por pelo menos treze episódios de instabilidade financeira de significação, cinco dos quais com epicentro nos Estados Unidos, incluindo a atual crise. Esta se limitou, inicialmente, ao setor imobiliário norte-americano, cujo *boom* de valorização a partir de 2001 serviu como incubadora do processo especulativo com as hipotecas imobiliárias de segunda linha (*subprime*), transformando-se progressivamente em crise global de crédito.

A securitização de empréstimos de baixa qualidade, praticada pelos bancos norte-americanos como estratégia de diluição e transferência de riscos, produziu um movimento capilar de contaminação do sistema financeiro internacional, que afetou duramente bancos nos Estados Unidos e algumas instituições européias.

À diferença de outros eventos similares, neste caso a intervenção estatal foi intensa e decisiva para, até agora, conter o alastramento incontrolável da crise.

O FED, por exemplo, em uma demonstração sem precedentes de ousadia keynesiana, fez sucessivos cortes dos juros que, em menos de seis meses, derrubaram a taxa básica em mais de 57%, reduzindo-a para os atuais 2,25% anuais, diminuindo também, quase na mesma proporção, a taxa de redescontos; ampliou os limites de empréstimos e injetou US\$400 bilhões, aproximadamente a metade das suas reservas, no sistema financeiro local. Paralelamente, o governo norte-americano dotou uma série de medidas de alívio aos mutuários e instituições em dificuldades – incluindo o financiamento da compra do Banco Bearns pelo grupo Morgan e a troca de hipotecas podres por

títulos do Tesouro norte-americano; anunciou a devolução de uma parte dos impostos a todas as famílias visando estimular a demanda interna; e elaborou um pacote de normas de regulação do sistema financeiro, reforçando a área de fiscalização.

Bancos centrais da Europa e do Japão intervieram também fortemente para evitar o empoçamento da liquidez e a quebra de algumas instituições financeiras. Mas além de expor as fragilidades do atual ordenamento financeiro mundial e a inconsistência das teorias de autorregulação do mercado que lhe dão suporte, a atual crise pode ter outros desdobramentos relevantes. Começa a generalizar-se a percepção da necessidade de avançar no controle social do sistema financeiro e de reduzir a instabilidade e desequilíbrios derivados da livre movimentação de capitais especulativos.

Propostas vêm sendo encaminhadas em fóruns internacionais e abrangem um amplo espectro de questões críticas, como o realinhamento das taxas de câmbio, a reforma do sistema internacional de reservas – evoluindo para um padrão multdivisa – e a criação de mecanismos multilaterais que assegurem liquidez aos países em desenvolvimento.

O fato de a atual crise embutir a possibilidade de acentuação do movimento de desvalorização do dólar introduz complicadores adicionais nesse processo. Vale recordar que os Estados Unidos têm usado recorrentemente sua condição de emissor da moeda-padrão mundial, alternando políticas de valorização e desvalorização da mesma, como instrumento de preservação e ampliação do seu poder político e econômico à escala mundial. Não há por que imaginar que dessa vez seria diferente.

De todo modo, não deixa de ser interessante verificar que, ao contrário do que tem sido insistentemente recomendado aos países em desenvolvimento, de toda parte surge a pressão para que os Estados intervenham na crise e adotem políticas para corrigir os desequilíbrios do mercado. Figuras emblemáticas como George Soros se atrevem até a criticar a inação das autoridades monetárias norte-americanas que, imbuídas da “ideologia do mercado autorregulador” deixaram que a crise se conformasse. Após décadas de predomínio do pensamento liberal-conservador, parece que o grande economista falecido, aquele que governa os vivos em tempos de graves crises, é mesmo John Maynard Keynes.

O combustível da crise

O Globo, 4-5-2008

Cerca de 850 milhões de pessoas passam fome no mundo.

Já são muitas, mas o problema é que as recentes altas dos preços dos alimentos ameaçam levar mais 100 milhões à fome. Como a população pobre gasta quase toda a sua renda com alimentos, em muitas nações os esforços de décadas para superar a miséria poderão ser neutralizados.

A insegurança alimentar está perigosamente alta e os estoques de cereais são os mais baixos em 25 anos.

Entre os 82 países que a FAO classifica como Low-Income Food-Deficit Countries (LIFDC), países pobres com déficit de produção de alimentos, 37 enfrentam crise séria. Nessas horas, não falta quem faça análises apressadas, como Jean Ziegler, que demonizou a produção de biocombustíveis, apontando-os como os combustíveis da crise.

Na realidade, situações como essa têm causas complexas. Em primeiro lugar, há questão estrutural de fundo: a demanda por alimentos vem crescendo mais do que a oferta há vários anos. A afluência e urbanização de países como China e Índia exercem grande pressão no mercado mundial de alimentos. Os pobres desses e outros países estão comendo mais e melhor, o que é muito bom. Porém, esse processo tende a aumentar os preços dos alimentos em escala mundial.

Em segundo, a grande alta do preço do barril do petróleo aumenta os fretes para o transporte dos pesados cereais e encarece a produção de fertilizantes, insumo básico da agricultura. Em terceiro, há fatores climáticos envolvidos.

Na maioria dos 37 LIFDC em que a crise é mais aguda, fenômenos meteorológicos reduziram a produção interna de alimentos. É o caso do Haiti e da Nicarágua, nos quais furacões inundaram áreas plantadas em anos recentes. O aquecimento global tende a esfriar a produção de alimentos. Em quarto, há movimento especulativo nas bolsas de *com-*

modities que potencializa a alta dos alimentos. Com a erosão do dólar e a insegurança gerada pela crise americana, as *commodities* agrícolas se tornaram ouro, refúgio seguro e valioso contra perdas financeiras.

Nesse contexto, os biocombustíveis pouco ou nada contribuem para a alta dos alimentos. Do 1,2 bilhão de hectares plantados no mundo, apenas 10 milhões, 0,8% do total, estão ocupados por culturas destinadas aos biocombustíveis.

Embora essa área venha crescendo, ela é ainda muito pequena para produzir efeitos significativos na oferta de alimentos. No Brasil, a fabricação de etanol a partir de cana-de-açúcar, extremamente eficiente e com experiência de mais de 30 anos, ocupa apenas 4% da terra plantada.

Entretanto, os biocombustíveis podem ter impacto negativo na produção de alimentos nos EUA e na Europa. Nos EUA, o etanol de milho, altamente subsidiado, está pressionando o preço das carnes, já que o milho é insumo importante para a engorda de animais. Na UE, o etanol de beterraba e o biodiesel de canola, duas aberrações econômicas, estão atraindo cada vez mais agricultores, graças aos generosos subsídios.

Em ambos os lados do Atlântico, trata-se de produção duplamente subsidiada.

Recebe dinheiro dos programas de apoio à agricultura e subsídios dos programas de energia renovável.

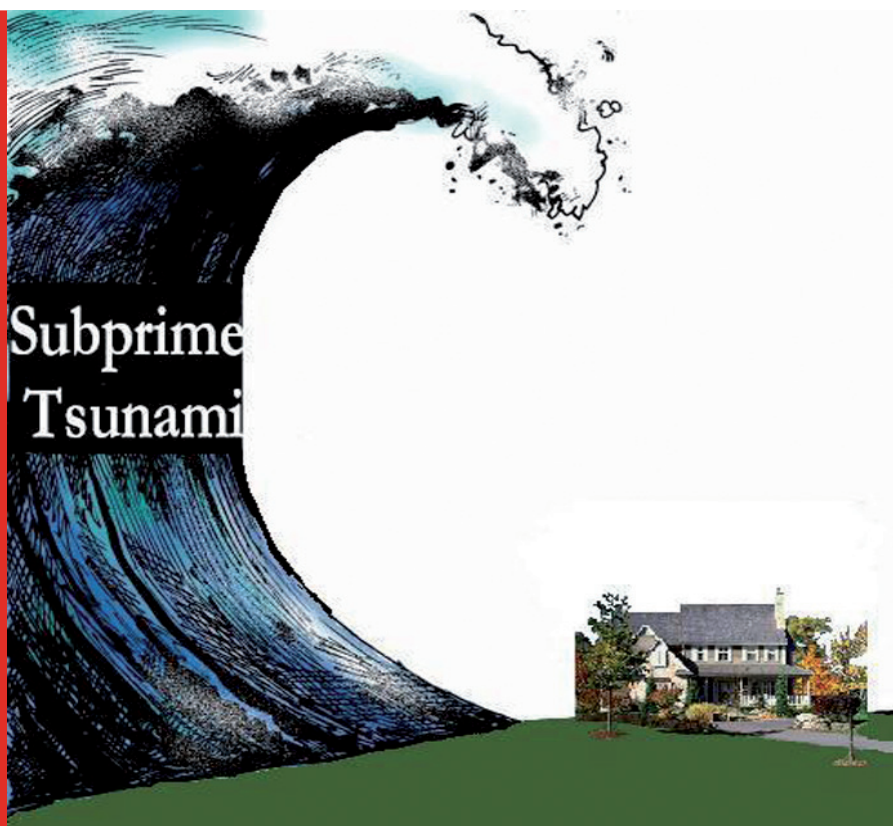
Chegamos, assim, ao verdadeiro combustível da atual crise alimentar: a montanha de subsídios que países ricos destinam a seus agricultores, que são regamente pagos para plantar ou simplesmente “manter o campo”. Justifica-se essa irracionalidade sob o prisma da segurança alimentar. Mas essa segurança dos países abastados, ao distorcer o comércio agrícola mundial, gera muita insegurança alimentar em países pobres. A comercialização de alimentos subsidiados inibiu o desenvolvimento da agricultura em nações em desenvolvimento de vocação agrícola.

Na crise, são elas que pagam o preço dessa irracionalidade, com o aumento da fome e da miséria.

Jacques Diouf, diretor da FAO, sugeriu que a comunidade internacional financie o desenvolvimento da agricultura das nações pobres, como forma de compensar as distorções geradas pelos subsídios. Porém, esse não é o melhor caminho. Parafraseando Stanislau Ponte Pre-

ta, o caminho não é locupletar todos os agricultores com subsídios, até mesmo porque não haveria recursos para competir com a farra agrícola dos EUA e da UE, mas sim restaurar um mínimo de racionalidade e de moralidade no comércio dos alimentos. O Brasil e o G20 estão tentando fazer isso em Doha, ao propor a redução substancial de subsídios. Se os países desenvolvidos cederem, as coisas começarão a melhorar.

Podem melhorar ao ponto em que a alimentação de um bilhão de seres humanos que vivem com 1 dólar por dia seja tão boa quanto à das vacas européias, que recebem o triplo.



Virou pó

Nas crises financeiras, os papéis costumam virar pó; na atual, a maior desde o *crash* de 1929, além dos papéis, também o discurso da não intervenção do Estado e da autorregulação dos mercados virou pó.

Foi a partir desse discurso que se suprimiram as restrições aos movimentos internacionais do capital especulativo e se eliminaram os mecanismos de controle das atividades financeiras, inclusive dos fundos e bancos de investimento. Foi também em função dele que se esvaziaram as atividades de controle e fiscalização dos bancos centrais e se outorgou total autonomia às instituições financeiras para criar instrumentos derivativos de transferência e diluição de riscos e alavancar suas operações.

Essas políticas e instrumentos, que supostamente fortaleceriam o sistema financeiro, na prática introduziram novos elementos de instabilidade e incerteza. Legitimou-se a especulação como método de governança corporativa e transformou-se o sistema em uma caixa preta que impede, até agora, avaliar a real extensão da crise. A securitização de empréstimos podres e sua difusão pelas interconexões criadas pelo processo global de liberalização e desregulamentação financeira transformaram a crise imobiliária norte-americana em crise bancária internacional.

Para tentar salvar o sistema financeiro de um *crash* total, centenas de bilhões de dólares já foram injetados no mercado pelos bancos centrais dos Estados Unidos, da Europa e da Ásia; e quase um trilhão e meio adicionais serão injetados até o fim de 2008. Desencadeou-se um amplo processo de socialização de perdas e de estatização. A Inglaterra acaba de estatizar o Bradford & Bingley, (já havia feito o mesmo com o *Northern Rock*). Ações similares e de resgate de bancos estão em curso na Bélgica (*Dexia e Fortis*), na Holanda e em Luxemburgo (*Fortis*), na Alemanha (Hipo Real State) e na Islândia (*Glitnir e Landisbanki*). O Governo dos Estados Unidos, além de bancar a AIG, estatizou suas duas instituições de empréstimos hipotecários – a *Fannie Mae* e a *Freddie Mac* – e negociou a compra do *Bear Stearns* e do *Wachovia*. E em toda Europa, o temor à *débâcle* levou os governos a transformarem-se em garantes das contas bancárias dos depositantes. Como bem destaca Boaventura de Souza Santos, em artigo recente, “O impensável aconteceu: o Estado voltou a ser a solução”.

É evidente que o Estado tem de intervir, mas sua ação deve inscrever-se numa perspectiva de reestruturação do sistema financeiro em novas bases. Isso implica restabelecer as funções de regulação do sistema financeiro e a elevar a transparência, a solidez e o controle social das transações financeiras. Sem regulação, não haverá crescimento nem estabilidade econômica e financeira sustentáveis.

O Brasil não está imune à crise, mas construiu linhas de defesa importantes: nosso sistema financeiro não está contaminado, nosso nível de reservas internacionais é confortável, nossa dependência do mercado norte-americano é pequena, nosso crescimento é impulsionado predominantemente pelo mercado interno, e a inflação e o

déficit fiscal estão sob controle. Isso, no entanto, não significa que não poderemos ser atingidos, inclusive pelos desdobramentos dos desequilíbrios financeiros na esfera real.

Alguns efeitos da crise de liquidez internacional já são evidentes. A contração do crédito externo para exportação e a abrupta subida da taxa de câmbio, provocada pelo aumento da demanda de dólares – para desfazer posições na bolsa de valores e nos mercados futuros de câmbio, em geral excessivamente alavancadas, e para remessa de lucros – sinalizam problemas que não devem ser subestimados.

Para enfrentá-los, o Governo adotou diversas medidas – redução do compulsório, aquisição das carteiras de crédito de bancos menores, aumento do crédito interno e disponibilização de reservas para financiamento das exportações, leilões de câmbio. Outras podem ser necessárias para frear a escalada do câmbio, assegurar a defesa comercial do País, substituir importações e reforçar a dinâmica de setores estratégicos para a preservação dos níveis de renda e emprego da população.

No curto prazo, a questão cambial é crucial, por seu impacto sobre os preços e sobre a situação patrimonial das instituições endividadas em dólares, especialmente das empresas exportadoras expostas a operações de derivativos que embutem, além de mecanismos de proteção cambial, riscos de imensas perdas financeiras em cenários de desvalorização do real, como ocorre nesse momento.

Audácia

Esta é uma crise extraordinária que demanda medidas extraordinárias. Para superá-la é necessário superar o medo, as hesitações e, acima de tudo, os dogmas ortodoxos que a geraram.

A História assim o ensina. Há 79 anos, a quebra da bolsa de Nova Iorque anunciava o começo de um longo ciclo de retrocesso da economia norte-americana e mundial. No primeiro momento crucial, o temor da administração Hoover em adotar medidas mais audazes para reativar a economia amplificou dramaticamente os impactos do *crash* financeiro. Entre 1929 e 1933 a produção industrial despencou 30%, quase 11.000 bancos faliram, as importações se reduziram em 70% e o desemprego atingiu 25% da população ativa.

Com Roosevelt, que temia apenas o medo, tudo mudou. Seu programa de massivos investimentos estatais em infraestrutura, suporte à agricultura e aos desempregados, regulação e controle das instituições financeiras, estímulo à sindicalização e seguridade social – o *New Deal* – fez a economia reagir.

A ordem mundial erigida no pós-guerra possibilitou crescimento sem precedentes da economia mundial durante quase três décadas. Este foi um período de transformações do sistema capitalista, que tem no Estado do Bem Estar e no acordo de Bretton Woods suas grandes expressões simbólicas.

A crise atual, deflagrada pelo estouro da bolha imobiliária norte-americana e que atinge toda a economia mundial, é a culminação de um ciclo que tem suas raízes na ruptura do padrão construído naquele período. As políticas de liberalização e desregulamentação econômica e financeira, generalizadas em escala planetária, induziram extraordinária expansão e desregulamentação do sistema financeiro. O capital financeiro desterritorializou-se e passou a operar descolado das economias reais, com níveis de alavancagem sem precedentes. Com a falta de transparência das operações financeiras, criou-se uma gigantesca caixa preta.

Por isso a crise atual tem dimensão que recorda 1929. De fato, esta é uma crise do capitalismo global, originada no coração do sistema, que não tem comparação com as crises periféricas da década de 90. O *crash* financeiro é só seu primeiro estágio. Não podemos ignorar ou subestimar sua extensão e seus impactos. Como em 1929,

ela contagiará a economia real. A recessão nas economias avançadas é inevitável. O que não se pode prever é sua duração e se ela irá transformar-se ou não em uma depressão.

O impacto da crise no Brasil foi atenuado, mas é cumulativo. Algumas de suas manifestações já são evidentes: a redução das linhas de financiamento das exportações, o esvaziamento do mercado de capitais, a escassez de crédito, a subida da taxa de câmbio, e a queda do preço de *commodities* relevantes na pauta de exportações do País.

No entanto, o Brasil construiu linhas de defesa importantes. Política econômica consistente possibilitou acumular reservas internacionais relativamente elevadas, que somam mais de US\$230 bilhões. Gerou-se um colchão de reservas em reais, via depósitos compulsórios, da ordem de R\$259 bilhões. Conseguimos zerar o componente da dívida pública indexado ao dólar, manter a inflação sob controle e reduzir o endividamento externo público. Paralelamente, diversificou-se o comércio externo, reduzindo a dependência das exportações dos mercados norte-americano e europeu. Preservamos os mecanismos de fiscalização e controle do sistema financeiro, que é mais regulado e menos alavancado que seus congêneres norte-americano e europeu. A mais sólida defesa foi, porém, a reativação da economia puxada pelo mercado interno de consumo de massas.

É fundamental limitar a extensão dos impactos financeiros da crise e prevenir desde já seus desdobramentos na esfera real. Nessa perspectiva, é preciso reconstituir o sistema de crédito e a liquidez da economia; utilizar de maneira anticíclica os instrumentos de política monetária e fiscal; incentivar o investimento e o emprego; estabilizar a taxa de câmbio; assegurar a realização dos investimentos previstos no PAC; desenvolver amplo programa de habitação popular; e manter os exitosos programas sociais, diminuir despesas correntes e aumentar a eficiência do gasto público. Clamar genérica e dogmaticamente contra o gasto público não resolve.

O mais importante, porém, é restaurar a confiança e não perder a perspectiva do futuro. A crise traz dificuldades, mas também abre possibilidades de avançar na criação de condições para a retomada, em um outro patamar, do processo de desenvolvimento. E o Brasil tem condições para, como no passado, transformar essas dificuldades em vetor de expansão e transformação econômica e social. Mas, para isso, é necessário imaginação e audácia.



Decadentes e emergentes

Folha de S.Paulo, 30-11-2008

“A História nada ensina, apenas castiga quem não aprende suas lições.”

Vasily Kliuchevsky, historiador russo

Crises financeiras são fenômenos recorrentes na evolução das economias capitalistas. Apesar de seus efeitos desestabilizadores e desorganizadores, elas têm um caráter saneador. São movimentos de correção de excessos de valorização de ativos reais ou financeiros – em geral de natureza especulativa –, que costumam ocorrer nas fases de expansão do ciclo econômico. Quando desbordam a esfera financeira, as crises atuam também como vetores de ajustes estruturais, uma espécie de incubadora do processo de transição de um para outro padrão de alocação de recursos e de ordenamento das relações econômicas internacionais.

Foi assim, por exemplo, em 1929, nos Estados Unidos, quando o liberalismo exuberante dos anos precedentes implodiu e gerou uma prolongada e intensa depressão econômica. A reversão desse quadro somente se materializaria no pós-guerra, no marco de um

novo padrão de organização e dinâmica do capitalismo – que passa a ter na regulação estatal um dos seus eixos centrais – e um rearranjo na estrutura e hierarquia do poder mundial, com o deslocamento da Inglaterra, já manifesto desde 1914, e a consolidação da hegemonia norte-americana.

A crise atual embute tendências similares de desajuste e transformação. É verdade que o quadro econômico mundial é hoje distinto. Os Estados Unidos têm um menor peso relativo (25% do PIB mundial contra 42% em 1929), em parte devido à desterritorialização da sua base industrial e, ao contrário do que ocorria no passado, existem na periferia capitalista economias emergentes de grande porte e dinamismo. Por outro lado, as conexões e interdependências geradas pelo avanço da globalização e financeirização da economia mundial, amplificaram notavelmente a propagação e o impacto desestabilizador das crises, principalmente quando essas são originadas, como a atual, no núcleo do sistema capitalista.

A crise das subprime transmutou-se em crise de crédito norte-americana e, na fase seguinte, em crise financeira global. Agora, em crise econômica global. Praticamente todos os países mais avançados já estão em recessão e mesmo economias de maior dinamismo, como a chinesa, já dão mostras de desaceleração. Não é provável, mas é possível, a ocorrência de uma depressão acentuada da economia norte-americana, com desdobramentos à escala planetária.

Todo esse processo tem implicações que não são triviais.

A crise revelou as debilidades e inconsistências do modelo de auto-regulação do mercado que prevaleceu nas últimas décadas, cujo desmoronamento está a exigir um enorme volume de recursos públicos e uma ampla e generalizada intervenção salvadora do Estado. Sua reformulação é inevitável. Revelou também a incapacidade do ordenamento financeiro erigido a partir da ruptura do acordo de Bretton Woods – que transformou o dólar em moeda padrão internacional e constitui um dos elementos estratégicos de preservação da hegemonia norte-americana – para assegurar a estabilidade e simetria das relações econômicas internacionais. O processo de endividamento do Estado e das famílias (estas devem, em média, 140% da sua renda

disponível) que sustentou a expansão do consumo interno e o crescimento do PIB norte-americano nos últimos anos, esgotou-se.

A evolução da crise embute, nesse contexto, vetores que apontam em direção ao declínio da primazia norte-americana. O que não significa subestimar a capacidade de recuperação dos Estados Unidos – pela dimensão de sua economia e sua capacidade tecnológica e militar – e seu papel na definição de um novo modelo de ordenamento e governança da economia mundial. A eleição de Barack Obama é, nesse sentido, promissora. É um sinal de revitalização da democracia norte-americana e uma esperança de mudança, que oxalá não seja tardia, dada a dimensão do desastre atual.

Ao contrário dos Estados Unidos, as economias emergentes se encontram em situação relativamente mais favorável, especialmente os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) o que não significa que não serão atingidas pela contração da economia mundial. O Brasil, por exemplo, certamente será afetado, mas têm condições de sair na frente no processo de retomada pós-crise. Para isso, além do equacionamento das dificuldades existentes nas áreas creditícia e cambial, é essencial a adoção, desde já, de uma política monetária e fiscal anticíclica, que preserve a capacidade produtiva da economia, o investimento e o emprego e assegure proteção social aos segmentos mais vulneráveis da sociedade.

Wall Qaeda

Estado, 19-12-2008

No dia 11 de setembro de 2001, um bando de dementes fundamentalistas derrubou as Torres Gêmeas de Nova Iorque, centro econômico e financeiro mundial, matando covardemente milhares de pessoas. A poucas centenas de metros dali, Wall Street tremeu duas vezes. A primeira vez, literalmente, a segunda, metaforicamente. Com efeito, houve um princípio de pânico financeiro que obrigou o Federal Reserve a injetar US\$ 300 bilhões no sistema bancário em apenas três dias para prover a liquidez necessária. Quando a Bolsa reabriu, em 17 de setembro, o índice Dow Jones desceu 7,1%, durante a sessão de abertura, e 14,3%, ao longo da semana. O dólar caiu e os preços o ouro e do petróleo subiram rapidamente.

Contudo, esses efeitos foram de curto prazo. Em fins de outubro, a situação já tinha voltado ao normal. As medidas fiscais e monetárias funcionaram e, no quarto trimestre de 2001, a economia norte-americana apresentou um aumento de 2,7%, iniciando um ciclo de crescimento que só se interrompeu de fato neste ano. Do ponto de vista econômico e financeiro, Bin Laden tinha fracassado.

Mas havia bombas muito mais poderosas que as de Bin Laden que vinham sendo armadas contra a economia norte-americana. Dois anos antes, em 1999, a maioria republicana no Congresso dos EUA havia praticamente imposto a Bill Clinton a revogação da Lei Glass-Steagall. Implementada em 1933, com o intuito de separar bancos comerciais de bancos de investimentos e regular o sistema financeiro no pós-crash de 1929, essa lei vinha sendo questionada desde meados da década de 80 pelos interesses de financistas e investidores ávidos em participar mais intensamente da crescente financeirização da economia mundial.

A revogação dessa lei e várias outras medidas de desregulamentação financeira facilitaram aos bancos dos EUA alavancar extraordinariamente o mercado de crédito. Essa alavancagem, associada ao crescimento especulativo do mercado imobiliário e dos preços dos

imóveis, ensejou forte emissão de títulos lastreados em hipotecas. Como consequência, houve uma explosão da expansão de ativos bancários lastreados em títulos financeiros por sua vez lastreados em hipotecas. Tal florescente e sofisticado mercado de derivativos cresceu muito além do necessário para sustentar empréstimos de hipotecas, constituindo-se em fonte especulativa de ganhos de curto-prazo. Durante algum tempo, essa autêntica e gigantesca pirâmide financeira invertida, construída sob as barbas do FED, permitiu aos bancos do EUA, bem como a outros bancos do mundo inteiro, operarem com garantias descoladas do seu capital, burlando as exigências das Convenções de Basiléia.

Ao final do processo, esse descomunal mercado de derivativos já concentrava 75% da liquidez mundial e equivalia a 9 PIBs mundiais. Bin Laden, gênio financeiro fosse, não poderia ter concebido plano mais perverso e insidioso para colocar os EUA e o mundo de joelhos. Quando os preços dos imóveis começaram a cair e as taxas de juros a aumentar, ao final de 2006, o frágil castelo de cartas dessa nova arquitetura financeira principiou a desmoronar. Em poucos meses, cerca de 10 milhões imóveis passaram a valer menos do que suas hipotecas e a inadimplência disparou. A bomba financeira explodiu com toda sua fúria destrutiva, em 2008. O resto já é História. Triste História que ameaça repetir a crise de 1929. Os EUA e o mundo mergulham numa recessão cuja intensidade e duração ninguém ainda consegue prever.

Aonde o fundamentalismo demente da Al Qaeda fracassou, a exuberância irracional da “Wall Qaeda” teve êxito retumbante. É preciso considerar, todavia, que essa exuberância irracional e a desregulamentação do mercado financeiro foram fortemente estimuladas por políticas equivocadas do governo dos EUA, pela omissão irresponsável do FED e, acima de tudo, por um padrão de desenvolvimento da economia norte-americana que é absolutamente insustentável. Os EUA, que “desterritorializaram” boa parte da sua produção industrial, absorvem 60% dos fluxos mundiais de capital e 80% da poupança planetária, financiando, dessa forma, os seus gigantescos déficits gêmeos e um consumo doméstico incompatível com seu PIB. De fato, o consumidor norte-americano deve 140% da sua ren-

da anual disponível. Esse padrão de acumulação baseado num forte endividamento e na importação crescente de capitais financeiros, particularmente da China, tem limites estruturais que a crise tornou amargamente óbvios.

Assim, Barack Obama terá pela frente a dupla e hercúlea tarefa de retirar os EUA da recessão e, ao mesmo tempo, implantar os fundamentos de um novo e mais racional padrão de financiamento da economia norte-americana. É provável que esse processo implique mudanças geoeconômicas significativas e que a economia dos EUA se torne um pouco menor, em relação a algumas economias emergentes, como a chinesa, a indiana e a brasileira. Mas é algo que terá de ser feito, sob pena das crises se repetirem num ritmo célere.

John K. Galbraith, canadense e civilizado, afirmou, na sua obra *Uma Breve História da Euforia Financeira*, que a euforia especulativa que antecede a crise ocorre, entre outros fatores, porque a memória financeira é notavelmente curta e há o “direito adquirido ao erro” por parte os investidores, que ganham muito nas fases do pico especulativo. Controlar esse bárbaro capitalismo bipolar não é fácil, especialmente nos EUA de hoje, que possuem ojeriza à regulação estatal e que vivem de financiamentos especulativos. Obama, contudo, tem a seu favor um bom capital político e a grande memória de Roosevelt. É um começo promissor.

O Ovo da Serpente

“É seguro afirmar estarmos testemunhando, nesta década da história americana, a mais convincente demonstração da capacidade produtiva de povos livres operando em mercados livres”

Alan Greenspan, outubro de 1999

“Meu erro foi conceitual, eu achava que o mercado podia se autoregular, mas me enganei.”

Alan Greenspan, outubro de 2008

Apenas nove anos se passaram entre essas duas declarações de Alan Greenspan, o homem que, ao longo de muitos anos, foi responsável pela política monetária da maior economia do planeta. Em menos de uma década, (em menos de um ano, na realidade) as autoridades econômicas e monetárias da maior parte das nações passaram de uma confiança panglossiana na autoregulação do mercado à mais amarga perplexidade. A crise avassaladora atropelou-as e reduziu suas convicções a um capítulo um tanto precário da história do pensamento econômico.

Entretanto, uma crise desta magnitude, sistêmica e mundial, surgida no cerne da economia capitalista, não pôde ser gerada sem que houvesse indícios do desastre que se anunciava. Em perspectiva, o que surpreende mais não é força e a celeridade da crise, mas a inação das autoridades ao longo da sua gestação.

Alan Greenspan foi um dos homens que tinha informação e poder para evitar o pior. Por que não o fez? Meu erro, diz ele, foi conceitual. É possível. Mitos e ilusões, quando arraigados, adquirem força de realidade incontestável. A Terra plana, o geocentrismo e a geração espontânea da vida já foram realidades bem estabelecidas e universalmente aceitas. O mesmo raciocínio pode ser aplicado à crença na autoregulação do mercado.

Contudo, é possível também que a inação e a crença que a justificava tenham sido suscitadas e mantidas por interesses concretos. No caso da economia norte-americana, epicentro da crise, há nítidos e reais interesses e causas que contribuíram decisivamente para ocasionar a recessão mundial. Nos últimos vinte anos, houve uma gran-

de “desterritorialização” da produção dos EUA. Em busca de custos baixos, muitas grandes empresas, deslocaram as suas bases produtivas para o exterior, especialmente para a China, na área industrial, e para a Índia, no campo dos serviços, o que limitou o crescimento do emprego, especialmente do emprego de qualidade, e dos salários no mercado de trabalho dos EUA. No entanto, na maior parte desse período, o PIB dos EUA e o consumo continuaram a se expandir fortemente. Como foi feito esse aparente milagre?

Simples. Montou-se um engenhoso esquema financeiro que permitiu aos EUA absorverem 60% dos fluxos mundiais de capital e 80% da poupança planetária. Dessa maneira, foram financiados os seus gigantescos déficits gêmeos e um consumo doméstico incompatível com seu PIB. Esse descolamento entre produção e consumo e entre o sistema financeiro e a chamada “economia real” só conseguiu ser sustentado porque permitiu-se aos bancos funcionarem com níveis inusitados e crescentes de alavancagem. Ao final desse processo, que acabou por contaminar boa parte do desregulado sistema bancário mundial, ergueu-se, notadamente através do mercado de derivativos, uma gigantesca pirâmide financeira que equivalia a oito PIB globais. Convenhamos: tratava-se de algo muito difícil de escapar à percepção das autoridades monetárias.

Mas, enquanto o esquema funcionou, a economia dos EUA cresceu e muita gente ganhou muito dinheiro, fez-se vista grossa a esse monumental ovo financeiro que, ao partir-se, libertou a serpente de uma crise que tomou o mundo de roldão. É natural. Nos ciclos de expansão, há grande aversão à regulação estatal e social da atividade econômica e à limitação especialmente dos ganhos extraordinários mas insustentáveis das finanças globalizadas. Na crise, a aversão se transforma em exigência da socialização das perdas e súplica à imprescindível ajuda do Estado, que consegue lidar com ofídios recessivos.

Não obstante, a crise é consequência óbvia da expansão desordenada. Assim, é preciso regular com eficiência todo o ciclo econômico, inclusive e sobretudo, as fases de crescimento e seus mecanismos de financiamento. Essa é uma tarefa que a comunidade internacional, impulsionada, entre outros, pelo promissor Governo Obama, terá de assumir de forma articulada.

No seu magnífico filme “O Ovo da Serpente”, Bergman mostra como o monstro do nazismo podia ser visto, bem antes de surgir, através da membrana transparente do seu ovo. Desastres políticos e econômicos, muito semelhantes em sua natureza, nutrem-se da mesma mistura de indiferença, complacência e autoenganos. Greenspan e outros enganaram-se ou foram complacentes. Agora, não podemos mais nos enganar. A única maneira de se evitar novos desastres e crises é construir uma ordem mundial mais regulada, prudente, simétrica e efetivamente assentada no multilateralismo.



Ministério do Desenvolvimento

Cultura e desenvolvimento

Folha de S.Paulo, 27-7-2003

O Ministro Gilberto Gil referiu-se à cultura como sendo “a argamassa de nosso novo projeto nacional”. Mais do que a beleza tão particular das palavras desse excepcional brasileiro, a frase contém uma diretriz para o projeto cultural de nosso País. Não podemos mais tratar a cultura como uma área marginalizada do governo, como tantas vezes se fez na nossa História, ate mesmo recentemente.

Para o Governo do Presidente Lula, a cultura é parte e fundamento do projeto estratégico de desenvolvimento do Brasil. Uma proposta de política cultural abrange, dessa perspectiva, três planos interconectados: a cultura como formação da identidade nacional e afirmação dos valores pelos quais nos reconhecemos no outro e contribuímos para a construção da história universal; a cultura como meio de inclusão social, instrumento de extensão da cidadania e de desenvolvimento pleno das capacidades humanas, exercendo um papel tão relevante, sobretudo com a juventude, por meio, principalmente, da música ou do teatro; e, finalmente, a cultura como setor produtivo e gerador de empregos e renda.

Sobre este último aspecto, vale recordar que a economia da cultura emprega 510 mil pessoas, o que representa 53% a mais do que a indústria automobilística. Trata-se de um setor que, além de al-

tamente intensivo em mão de obra, é não poluente e tem grandes possibilidades de contribuir para a expansão do mercado interno. A criação de um programa de incentivo para a construção de cinemas nas cidades de menor porte e nas periferias das grandes cidades é um bom exemplo de como a atividade cultural pode movimentar a economia, gerar empregos diretos e indiretos e, ao mesmo tempo, levar manifestações artísticas a localidades que hoje se vêem privadas do “pleno exercício dos direitos culturais”, previsto no art. 216 da Constituição.

É inadmissível que um país que, 30 anos atrás, tinha 3.500 salas de cinema, hoje não possua nem a metade disso. Muitas outras iniciativas podem ser adotadas para apoiar o desenvolvimento cultural do País nas três dimensões anteriormente citadas. Foi justamente com o propósito de promover uma participação ativa do Congresso nesse esforço que propus a criação de uma frente suprapartidária – a Frente Parlamentar de Apoio à Cultura. Existe uma série de ações que podem, desde já, ser apoiadas por ela no âmbito da indústria cultural.

Tomemos o cinema como foco de atenção. O cinema brasileiro entrou em um ciclo extremamente rico – seja em quantidade de filmes feitos, em qualidade ou em bilheteria. No entanto ainda não conseguiu ocupar o espaço merecido nem no mercado nacional nem no internacional. Nos últimos dois anos, foram produzidos 76 filmes, dos quais apenas 30 tiveram a distribuição garantida. Além disso, a maioria dos filmes exibidos ficou muito pouco tempo em cartaz.

O prejuízo é evidente tanto no plano econômico como no da difusão cultural. O cinema nacional ocupa hoje apenas 8% do mercado brasileiro, sendo que, em 1982, ocupava 36%. Hoje, os cinemas têm a obrigação de exibir filmes brasileiros em média por apenas 30 dias ao ano, número que chegou a ser de 140 dias na década de 80. É necessário mudar essa trajetória e alcançar a meta de um terço do mercado nacional para os filmes brasileiros. É importante frisar que os norte-americanos, com uma indústria cinematográfica muito mais importante do que a nossa, têm um sistema rigoroso de controle de mercado, que impede que os filmes estrangeiros representem mais de 3% do total. Nesse sentido, é imprescindível que firmemos posição nos fóruns internacionais para tratar a cultura com excepcionalidade

e não como uma *commodity* qualquer, sujeita às regras comerciais da OMC (Organização Mundial do Comércio).

Outro aspecto central é a distribuição de filmes nacionais. A decadência do cinema nacional durante o período Collor, com a preponderância da visão neoliberal sobre a cultura, ocorreu exatamente quando, entre outras medidas, se extinguiu a distribuidora nacional, e aí a participação dos filmes brasileiros despencou para 0,05% do total. Assim, se desejamos fortalecer nossa indústria cinematográfica, é imprescindível que discutamos seriamente a criação de uma grande distribuidora brasileira, de preferência em parceria com o setor privado e, se possível, com atuação no âmbito do Mercosul.

Também merece ser reforçado o intercâmbio de filmes com outros países da América Latina, que tem tido uma produção cinematográfica fantástica. No entanto a distribuição desses filmes por aqui costuma ser muito tímida, assim como a dos filmes nacionais em países latino-americanos. Por fim, é preciso que a televisão brasileira cumpra seu papel no desenvolvimento do cinema nacional. Não é possível que os filmes estrangeiros mantenham a total dominação da programação das emissoras brasileiras havendo tanto bons filmes nacionais para serem mostrados.

O tema dos incentivos à cultura é controverso. Um exemplo positivo foi o sistema de cotas e de isenção fiscal do ICMS para a música brasileira (que devemos lutar para que seja mantido pelos secretários estaduais de Fazenda), que permitiu que sua participação no mercado nacional saltasse de 35% para 85% em menos de 20 anos. Mas também há exemplos negativos de empresas, em muitos setores culturais, que se aproveitam da atual legislação para transformar atividades de publicidade em projetos culturais pagos com o dinheiro público.

Por isso faz-se necessário formular um novo padrão de financiamento, que democratize e diversifique o acesso aos recursos. Outra proposta interessante para combater esses desvios seria a de que a Controladoria Geral da União utilizasse o mecanismo que tem usado para fiscalizar prefeituras e sorteasse projetos para serem acompanhados com todo o rigor necessário.

Em síntese, há um amplo campo para, por meio de uma ação abrangente que envolva cinema, música, produção literária, teatral e

de dança e outras formas de expressão cultural, utilizar a “geléia geral brasileira” como um instrumento de transformação socioeconômica e de desenvolvimento. E, se não bastar toda essa argumentação, vale lembrar que cultura gera prazer, satisfação, sensações que andam escassas, mas que, em última análise, são o maior objetivo de uma economia saudável.



A nova fase da educação

Diário de S.Paulo, 6-8-2003

A prefeitura de São Paulo está promovendo uma verdadeira revolução na educação da Cidade. Após o sucateamento da área durante o período Maluf-Pitta, a Prefeita Marta Suplicy priorizou e inovou nos gastos com educação, que hoje representam 34% do orçamento municipal. No último dia primeiro de agosto marcou-se o início de uma nova fase nesta política educacional vencedora: a inauguração do primeiro CEU – Centro Educacional Unificado.

O projeto educacional da prefeitura tem uma trajetória bastante precisa. Nos dois primeiros anos, os investimentos se concentraram na democratização do acesso. Para isso foi criado o programa Renda Mínima, vinculado à presença escolar e que paga até R\$264 para quase 200 mil famílias; investiu-se seriamente na melhora da merenda escolar, trocando o leite com bolacha por uma refeição completa; instituiu-se o Vai e Volta, que oferece transporte escolar gratuito para 100 mil crianças; e, finalmente, distribuiu-se uniforme e material es-

colar para mais de um milhão de crianças, possibilitando a frequência às aulas de forma digna e equitativa.

Os resultados já são percebidos. Houve uma queda brutal nos números de evasão escolar, mostrando que foi necessário enfrentar as resistências, fugindo de uma política fácil de construção desordenada de escolas, sem, primeiramente, se preocupar com a inclusão e permanência das crianças na sala de aula. A partir de agora, com a construção e operação dos CEU – escolas que atenderão 2400 crianças cada uma, da creche ao ensino fundamental –, terá início a chamada segunda fase da política educacional. Serão levantados 21 neste ano e 45 até o final da gestão. Com este passo, além das 50 mil novas vagas que serão criadas até o fim do ano e mais 60 mil até 2004, a prefeitura promove uma mudança qualitativa de peso na educação. Além das salas de aula, os CEU terão biblioteca, teatro, cinema, telecentro, piscina e quadras esportivas. Este conjunto de equipamentos permitirá que os alunos da rede municipal tenham acesso a informações e métodos de ensino que hoje são privilégios dos frequentadores de escolas particulares.

Os CEU não atenderão apenas os alunos neles matriculados, mas servirão como uma referência para todas as escolas municipais da região, de forma a complementar o aprendizado das crianças. Além disso, os equipamentos poderão ser utilizados por toda a comunidade, inclusive durante os fins de semana, com a gestão dos próprios atores comunitários.

Quem já caminhou por Capão Redondo, Guaianazes ou Cidade Tiradentes, lugares completamente abandonados pelo Poder Público e sem oferta de bens culturais ou de locais para a prática esportiva, consegue ter a exata noção do impacto que a construção dos CEU terá para a população da periferia da cidade. E não há dúvida que os principais beneficiários diretos serão os jovens que, podendo ocupar o seu tempo em espaços públicos, como ginásios poliesportivos, pistas de *skate*, bibliotecas e sala com computadores, tornar-se-ão muito menos vulneráveis ao poder dos traficantes.

Na área cultural, o peso dos CEU será bastante significativo. Eles representarão, por exemplo, um aumento de 300% no número de teatros públicos municipais e de 30% das bibliotecas, além da cria-

ção de centros de aprendizagens de música e dança. A estimativa é de que 15 mil pessoas frequentem cursos e atividades livres em cada CEU. Mas os CEU são ainda mais do que tudo isso. A modificação da paisagem urbana que eles representam é bastante significativa, dando uma nova dimensão à reconstrução e embelezamento da cidade.

Todas as regiões em que eles são construídos estão recebendo pesados investimentos em infraestrutura e transportes, promovendo-se uma significativa melhora na qualidade de vida da população. A prefeitura, é bom que não se esqueça, começou a atual gestão em condições financeiras muito precárias. A gestão do PT, em consonância com sua história, escolheu priorizar os cuidados com a abandonada periferia paulistana, mesmo sabendo que a visibilidade de tais obras é muito reduzida. Cada CEU tem um custo médio de 15 milhões de reais. É uma grande soma de dinheiro. Mas, quando olhamos para a educação da juventude, nunca é demais repetir, não se fala em gasto e sim em investimento.

Em defesa das vítimas de violência

A Tribuna de Santos, 12-8-2003

Apesar de terem origem comum, os direitos humanos e os direitos das vítimas de violência, paradoxalmente, têm sido costumeiramente colocados como movimentos antagônicos. Principalmente a partir da doutrina da “lei e ordem”, o discurso conservador procura criar a falsa imagem de que os defensores dos direitos humanos se opunham às vítimas para se colocar ao lado dos bandidos.

É sobretudo a partir daí que se constrói a imagem de que, para garantir mais direitos às vítimas, é necessário que se retire direitos dos réus. A esquerda não soube contrapor-se a este enfoque mistificador. Sempre presa ao discurso de que este problema só poderia ser resolvido com políticas de longo prazo de distribuição de renda, ela enfrentou o aumento brutal dos índices de criminalidade violenta que ocorreu nas décadas de 80 e 90 sem apresentar políticas públicas mais consistentes e específicas para a segurança pública.

Quando se aliou isto à necessária denúncia que os movimentos de direitos humanos fazem da violência policial, criou-se o cenário ideal para que mais uma vez ganhasse força a falsa contradição proposta pelos conservadores. Neste sentido, a Procuradora Ana Sofia de Oliveira nos lembra que o discurso que coloca os direitos das vítimas como conflitantes com os direitos humanos “acaba por voltar-se, inexoravelmente, contra aquelas pessoas que diz querer proteger”.

Por isso, é preciso que o Brasil se sintonize com a criminologia mais moderna que percebe que, para atacar o problema da insegurança pública, é necessário olhar não somente para o criminoso, pensando nas formas de puni-lo, mas também para a vítima, assegurando-lhe direitos como o de informação sobre o processo, de assistência médica e psicológica (e para isso é necessário fortalecer os centros de apoio às vítimas), de reparação pelos danos morais e patrimoniais sofridos, de participação no processo de prevenção ao crime e, sobretudo, que a justiça tenha por foco a resolução do conflito que gerou o crime doloso, e não o mero encarceramento do condenado.

É por isso que apoiei, com entusiasmo, projeto apresentado pelo Senador José Sarney, que regulamenta o artigo 245 da Constituição – “A lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o Poder Público dará a assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso (...)” –, criando um Estatuto da Vítima de Violência e enumerando uma série de direitos para os que sofrem a conseqüência da grave crise da segurança pública. Afinal, ele vem justamente ao encontro desta perspectiva dos movimentos vitimológicos mais modernos – consolidados na Declaração das Nações Unidas de Princípios Fundamentais de Justiça para as Vítimas de Crimes e de Abuso de Poder – que pregam a defesa da vítima sem que isso signifique a diminuição de direitos dos réus.

É importante lembrar que, no caso brasileiro, quando falamos em amparar as vítimas de violência estamos principalmente protegendo os jovens das regiões mais pobres, um grupo extremamente carente de atenção estatal. Os dados sobre homicídios mostram isso claramente. De acordo com o IBGE, enquanto a taxa global de homicídio por 100.000 habitantes no ano de 2.000 em São Paulo foi de 64,8 e no Rio de Janeiro, de 56,5, entre os jovens de 15 a 24 anos do sexo masculino ficou em 269,4 e 252,3, respectivamente.

As diferenças entre as taxas de homicídio entre segmentos sociais distintos apontam na mesma direção. Por exemplo, de acordo com a Fundação Seade, em Moema, distrito paulistano com renda per capita mais elevada, em 1999 a taxa foi de 4,11 contra 116 em um distrito periférico como Jardim Ângela. Isso comprova que a política de assistência à vítima, além de essencialmente justa, beneficiaria, acima de tudo, a população excluída. E este é mais um ponto no qual o governo Lula se destaca por redesenhar o papel das forças progressistas.

Ao criar políticas públicas inovadoras na área de segurança pública, que têm como eixo central a noção de que a defesa dos direitos humanos abarca a preocupação com todos os cidadãos vítimas de violência, o governo mostra estar ciente de que, apesar das transformações sociais serem decisivas para o enfrentamento da questão, não podemos esperar que elas se efetivem para atacar o problema. É por este motivo que o mesmo governo que dá *status* de ministério para a Secretaria Especial de Direitos Humanos e cria as Secretarias Espe-

ciais de Políticas para as Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial, constrói uma política de segurança pública moderna e eficiente.

Essa política do Governo pode ser vista em ações do próprio Poder Executivo, por meio do ministério da Justiça, como a instauração de forma ampla e pactuada com os governadores que aderiram ao Sistema Único de Segurança Pública, a criação de mais de 1.500 cargos na Polícia Federal, o endurecimento no combate à lavagem de dinheiro, mas também em ações do Congresso Nacional, como a criação de um sistema disciplinar diferenciado, para que se isole os criminosos mais perigosos, o controle rígido sobre as armas e a obrigatoriedade dos policiais andarem sempre identificados, conforme projeto de minha autoria, recentemente aprovado pelo Senado.

Assim, o Governo está mostrando que não existe qualquer incompatibilidade entre o combate à violência e o respeito aos direitos humanos, adotando o máximo rigor contra o crime sem se confundir com o discurso conservador da prisão perpétua e da pena de morte. Firmeza no combate ao crime não pode ser confundida com a omissão diante da tortura policial e de grupos de extermínio.

Febem: catástrofe e esperança

Diário de S.Paulo, 27-3-2005

A grave crise pela qual passa a Febem em São Paulo este ano tem ocupado enorme espaço na mídia e chamado a atenção para o problema do menor infrator. E levado à conclusão óbvia de que, em dez anos à frente do estado, o governo do PSDB foi incapaz de promover uma política bem-sucedida para a área. Nos últimos anos, as ações mais contundentes do Governador Geraldo Alckmin se resumiram as trocas de direção – já foram cinco presidentes – e de secretaria a qual a Fundação ficava subordinada.

Só recentemente, com os sinais inequívocos de fracasso, o tucano anunciou mudanças sinalizando para uma política mais progressista. Mas a esperança de que as medidas divulgadas mudariam a Febem durou pouco. As 20 rebeliões ocorridas ao redor do estado neste ano – envolvendo inclusive relatos dramáticos de estupro de monitoras – revelaram a incompetência do tucanato em fazer uma mudança de rumo transcorrer sem tal descontrole.

Um dos erros mais graves cometidos foi a demissão em massa dos funcionários da entidade. Pretendendo corretamente combater práticas inaceitáveis no seio da Febem, o Governo não fez distinção entre bons e maus funcionários. Isso desestruturou a já precária organização da Febem e a levou ao caos que temos visto. A tortura e outros tipos de agressão contra os adolescentes infratores são absolutamente intoleráveis. Em casos assim não deve haver complacência.

Quem tiver sido indiciado ou responder a processo por qualquer violação dos direitos humanos tem de ser liminarmente afastado. Mas inaceitável também é que, para se tirar funcionários com cultura de violência, os que trabalham corretamente sejam sacrificados. De qualquer forma, é fato que a Febem carece de uma mudança profunda. Seu modelo até hoje não foi adaptado aos princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que rompe com a tradição prisional e violenta, privilegiando medidas socioeducativas e regimes de semi-liberdade e liberdade assistida para os infratores. Apesar do discurso do governador nessa linha, na prática essa não parece ser a prioridade.

O Orçamento de 2005 mostra redução sensível nos recursos destinados a esses programas. E a recente decisão de enviar jovens para um presídio – onde já estiveram encarcerados líderes do PCC – também contraria o pretenso discurso progressista. Cabe ressaltar que não preconizamos uma postura de leniência com quem cometeu crime, ainda que seja menor de idade. Mas a grande questão é como trabalhar para resgatar um jovem enredado em ações ilícitas. E para isso se tornar realidade é preciso individualizar o tratamento do menor e agir rápido para afastá-lo da criminalidade, evitando-se que infratores de menor potencial ofensivo convivam com os mais violentos.

É essencial também que estes jovens tenham a maior parte do tempo ocupada com estudo (normal e profissionalizante), esporte e cultura. E isso só é possível desenvolver em pequenas unidades. Um exemplo de sucesso de tal política ocorre na cidade de São Carlos, com o Núcleo de Atendimento Integrado (NAI). Gerenciado pela prefeitura petista de Newton Lima Neto e coordenado pelo padre Agnaldo Soares – contando com a parceria da Febem –, o NAI é oriundo de uma importante mobilização da comunidade local. Pautado no ECA, o projeto privilegia a liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade e semiliberdade.

Os resultados são claros. Enquanto em municípios de porte semelhante são internados na Febem uma média de 40 a 50 jovens, em São Carlos a média é de apenas quatro a cinco jovens custodiados. E o mais importante: a reincidência dos jovens saídos do NAI está na casa dos 3%, contra uma média de pelo menos 20% dos que deixaram a Febem. O custo individual do jovem no NAI é cerca de 60% inferior ao da Febem. A mudança que a Febem exige é um trabalho difícil.

Não depende só do governo, mas de toda sociedade. Projetos como o NAI não teriam tamanho sucesso se não envolvessem, além de município e estado, a comunidade local. Manter a Febem do jeito que está é uma triste manifestação de ceticismo em relação ao futuro dos nossos jovens. E se uma sociedade pensar assim, que futuro nos espera? Juventude é sinônimo de esperança. E é este sentimento que devemos ter para resgatar nossas crianças e adolescentes que um dia se envolveram no crime, trazê-los de volta ao convívio social e torná-los plenamente cidadãos.

Um governo responsável

Folha de S.Paulo, 14-6-2006

Há um mês, o Estado de São Paulo enfrentou uma de suas piores crises. O crime organizado tornou a população refém em suas próprias casas. Quarenta policiais e centenas de pessoas foram assassinadas. Os homens, mulheres e crianças têm experimentado, nos últimos anos, o fracasso das iniciativas, ou falta delas, promovidas por aqueles que deveriam comandar o Palácio dos Bandeirantes. O crime organizado afrontou, e venceu, por dias, o Estado de direito.

As autoridades máximas estaduais nos deixaram, e os próprios policiais, a reboque da ousadia covarde da criminalidade. Entrou em colapso absoluto o modelo da “gestão competente”, alardeada de todas as formas nessa mais de uma década. Precisamos mudar. Foi um caso isolado? Foi um despreparo dos órgãos de Segurança? Não. Chegamos a essa situação porque nosso Estado vem abdicando, nos últimos 12 anos, com governos sucessivos do PSDB e do PFL, de sua responsabilidade e competência de governar.

Infelizmente, a violência que sofremos foi a mais recente manifestação de um modelo político e administrativo mais amplo, que não responde às necessidades dos paulistas. É preciso e possível mudar. Embora São Paulo seja responsável por um terço do Produto Interno Bruto e pela metade das exportações brasileiras, nossa economia cresceu abaixo da média nacional, ficando em 18%, entre 1996 e 2003. O que dizer quando sabemos que a indústria dos demais estados da Federação atingiu um crescimento de 67%? São Paulo ficou em nono lugar no exame nacional do Enem, que avalia a qualidade do ensino médio e hoje conta pontos para o acesso às universidades e ao ProUni.

O SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), que também avalia a qualidade do ensino pelo MEC, em 2003, mostrou que apenas 5% dos nossos alunos da 4ª série tinham níveis adequados de aprendizagem de língua portuguesa e somente 11,16% para matemática. E o governo do PSDB-PFL não cumpre, ao menos, a legislação que obriga o investimento de 30% da receita tributária na educação.

A saúde vem sendo golpeada constantemente com o descumprimento das normas firmadas com o SUS (Sistema Único de Saúde).

Esse sistema pressupõe uma gestão compartilhada, mas o Estado está cada vez mais distante da parceria com os municípios, basta ver a dramática crise nas Santas Casas do interior e nos hospitais abertos à população, que são 46 e sobrevivem em uma crescente penúria. Esse brevíssimo diagnóstico, que terei a oportunidade de apresentar com a abrangência e profundidade necessárias quando tiver início a campanha eleitoral, desemboca na necessidade de tirar São Paulo desse marasmo. Isso se dará pela prioridade ao desenvolvimento econômico com justiça social e distribuição de renda.

Defenderemos os interesses econômicos e a retomada de investimentos em infraestrutura, em especial os projetos estruturantes do Estado, como o trecho sul do Rodoanel, o Ferroanel e a duplicação da rodovia dos Tamoios, que não avançam há anos. São Paulo precisa voltar a ser a locomotiva econômica do País e trabalhar em parceria com o Governo Federal. Ao contrário do que está posto até hoje, a educação será tratada por nós como a prioridade das prioridades no sentido de oferecer, efetivamente, um serviço público de qualidade.

Isso passa, entre uma série de iniciativas, pelo reforço da avaliação e o acompanhamento do aprendizado no ensino fundamental e investimentos na valorização e formação de professores. Para a saúde, devemos implementar as diretrizes postas pelo Sistema Único de Saúde e aproximar as relações com o Governo Federal, com o objetivo de ampliar as ações e o apoio financeiro aos municípios. Nosso Estado não pode ficar refém da criminalidade. Para contrapor essa situação vamos valorizar os profissionais da segurança pública, executar uma gestão integrada das instituições do setor e dos seus serviços de inteligência, além de promover a modernização nos métodos e equipamentos de investigação.

Só para dar mais um exemplo, os delegados da Polícia Civil têm o segundo pior salário do País e os da Polícia Militar também estão muitos defasados em relação a estados mais pobres da Federação. Muitas dessas ações só terão sucesso se considerarmos a importância da coparticipação do Governo reeleito do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É com seu apoio que reconduziremos o Estado de São Paulo ao seu destino de desenvolvimento e, agora, acompanhado da imprescindível justiça social.

Ressuscitem Rui Barbosa

Gazeta Mercantil, 22-2-2007

“A formação da inteligência popular por meio da instrução escolar é fundamental para a reconstituição do caráter nacional...”

A educação é um fator de desenvolvimento, a alavanca capaz de modernizar o País...

No Brasil de hoje, a educação é uma questão de vida ou morte.”

Esses pensamentos de Rui Barbosa começaram a ressurgir em minha mente na medida em que lia os resultados da última avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e do Enem, divulgados recentemente. Que ironia constatar que quase dois séculos depois a situação do ensino público no Brasil continue tão precária. Estamos formando um País de semialfabetizados. Cometendo um crime contra nossas crianças mais pobres. No fundo, é delas que estamos falando; crianças que têm nas escolas públicas sua única chance de sonhar com um futuro melhor.

Este futuro, no entanto, não existe. Essas crianças estão condenadas à miséria ou à marginalidade. Sou professor. Passei a maior parte da minha vida dentro das salas de aula. A educação, junto com a economia, sempre foram minhas paixões. Entristece-me agora uma outra lembrança. Como candidato a governador de São Paulo nas eleições de 2006, o carro-chefe da minha campanha era “Paixão pela Educação”. Denunciei várias vezes a precariedade da educação pública no Estado de São Paulo, a falta de competência e o descaso do Governo Estadual para com alunos e professores.

Apesar de, na época, estar no comando do Governo há 12 anos – hoje são 16 –, ou seja, tempo de sobra para melhorar a educação, os alunos passam de ano sem saber ler nem escrever, vítimas da aprovação automática. Como resultado, São Paulo foi o 8º colocado na penúltima avaliação do Enem – uma vergonha para o Estado mais rico do País. Sem contar a falta de apoio aos professores, os baixos salários e a falta de atualização. Hoje, infelizmente, constato que nossas críticas construtivas eram mais do que pertinentes. Se na penúltima avaliação,

o Estado de São Paulo ficou em 8º lugar no País, nesta última São Paulo foi o estado onde as médias mais caíram nas provas da 8ª série. No ensino médio, São Paulo foi o 2º pior estado em português.

É preciso reverter com urgência esta situação. Como fonte de inspiração, temos no plenário do Senado o busto de Rui Barbosa. Lançamos, em 2005, o Manifesto dos Senadores pela Educação, reivindicando que o Brasil assumira os seus compromissos com a educação. Vários países, nas duas últimas décadas, investiram na educação como prioridade nacional, mudaram sua história – o Chile, a Irlanda, a Coreia do Norte, a Espanha, entre outros – melhoraram a vida do povo, e, pasmem os céticos, apresentaram um crescimento econômico mais acelerado.

O Governo Lula, com o Bolsa Família (11 milhões de famílias carentes beneficiadas, com a obrigação de manterem seus filhos na escola), a construção de 10 universidades e 49 extensões de *campi* universitários, o ProUni (mais de 200 mil alunos pobres na faculdade), e o Fundeb (R\$4 bilhões da União para os estados e municípios investirem na merenda escolar, na carreira do professor e na reforma de escolas), vem avançando muito na educação. Para este ano, o Presidente Lula elabora um “pacote de cidadania”, visando sobretudo à educação. Uma das medidas é a elevação da idade limite para os jovens beneficiados pelo Bolsa Família – de 16 anos para 18 anos incompletos – com o objetivo de diminuir a evasão escolar. Mas tudo isso ainda é pouco.

Faço um apelo aos nossos governadores e prefeitos, pois é dos estados e municípios a responsabilidade constitucional pelos sistemas de educação básica no País. Vamos esquecer as divergências, deixar de lado o interesse partidário e pensar nas crianças carentes. Vamos priorizar, investir, acreditar na educação. Governadores e prefeitos: façam a história. Ouçam Rui Barbosa. Ressuscitem Rui Barbosa. Nossas crianças agradecem.



Planeta febril

Folha de S.Paulo, 16-3-2007

Combater o aquecimento global é bem menos caro que conviver com ele. Os mecanismos de combate, contudo, ainda são frágeis

Nosso planeta está doente e febril. A sua temperatura média, de acordo com as últimas pesquisas, aumentou 0,74°C nos últimos cem anos. Parece pouco, mas essa taxa de crescimento supera em muito as variações naturais do clima no período pré-industrial. As geleiras encolhem e a calotas polares minguam. Algo vai mal, muito mal. Dessa vez, não se trata de previsões apocalípticas sem fundamento.

O aquecimento global, mais do que “verdade inconveniente”, é uma triste realidade. Os seus efeitos já se fazem sentir na crescente imprevisibilidade climática, caracterizada pelo aumento do número de furacões, secas prolongadas, inundações severas, invernos sem neve em muitas partes da Europa e da América do Norte etc. O incremento do nível dos oceanos, causado pelo derretimento das geleiras, é também outra consequência do aquecimento global que ameaça varrer do mapa, no sentido literal, países situados em ilhas

coralinas. O pior, contudo, é que essa doença planetária é causada pelo homem.

O recém-divulgado relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática), da Organização das Nações Unidas, afirma, com “quase certeza”, que o aquecimento global verificado nos últimos 250 anos é antropogênico. Esse relatório da ONU traça quadro sombrio. O cenário mais provável prevê um aumento da temperatura média da Terra entre 1,7°C e 4,4°C até o final deste século, o que seria suficiente para causar secas e inundações em escala inaudita, quebra de colheitas e fome (especialmente nos países mais pobres), incremento das taxas de derretimento de geleiras e calotas polares e aumento de até 40cm nos níveis dos oceanos, além da óbvia perda acelerada da biodiversidade.

Outro documento recente, o “Relatório Stern”, prevê que o efeito estufa deverá reduzir em cerca de 5% o PIB mundial. No Brasil, estudos realizados com apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) demonstram que o aquecimento global ocasionará erosão de centenas de quilômetros do litoral, desaparecimento dos manguezais, aumento das secas no Nordeste e inundações no Sudeste. No Estado de São Paulo, a cultura do café poderá desaparecer.

Felizmente, calcula-se que investimentos anuais da ordem de apenas 1% do PIB mundial poderiam conter esse fenômeno. Ou seja: o custo do combate ao aquecimento global é bastante menor que o custo da tentativa de conviver com ele. Mas os mecanismos existentes para esse combate ainda são frágeis. O Protocolo de Kyoto e o mercado do carbono, embora imprescindíveis, têm-se mostrado insuficientes.

A recém-anunciada decisão da União Européia de reduzir a emissão de gases de efeito estufa em 20% até 2020 é digna de aplauso, porém se circunscreve àquele bloco regional. Precisamos, portanto, de medidas mais ousadas e abrangentes. Por isso, apresentei no Senado a proposta de criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), com recursos provenientes de taxações de até 1% sobre as importações globais, para financiar programas destinados ao combate ao aquecimento global. Com potencial arrecadador de US\$100 bilhões/ano, tal fundo, que poderia ser gerido pelo PNUMA (Programa das

Nações Unidas para o Meio Ambiente), transformado em agência especializada da ONU, como propõe a França, daria enorme contribuição para o desenvolvimento sustentável.

O Brasil deve colocar-se na vanguarda dessa luta. Temos matriz energética limpa e uma das maiores biodiversidades do planeta. Estamos à frente no uso de energias renováveis e, como aponta o recente memorando de entendimento firmado com os EUA, temos condições de estimular o uso mundial de biocombustíveis, tomando o devido cuidado de não prejudicar a produção de alimentos e a preservação dos biomas.

Porém, mesmo aplaudindo o notável esforço da Ministra Marina à frente do MMA, é forçoso reconhecer que necessitamos de compromisso mais firme com a redução do desmatamento na Amazônia, nosso calcanhar-de-aquiles nas discussões sobre meio ambiente no cenário internacional. Não temos alternativas. O destino do planeta é o nosso destino. Estamos presos à Terra, e ela já passou por cinco eventos de quase extinção total da vida. Precisamos evitar o sexto – e talvez definitivo evento, que nos incluiria a todos.

Os “Intocáveis” do Senado

Diário do Grande ABC, 28-3-2007

O Senado Federal declarou guerra contra o crime e a escalada da violência, que assombam as consciências e nos ameaça com uma nefasta desintegração social. Um grupo de trabalho formado este ano por mim e pelos Senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA), Demóstenes Torres (PFL – GO), Tasso Jereissatti (PSDB – CE), Jarbas Vasconcellos (PMDB – CE) e Pedro Simon (PSB – RS) já aprovou, em tempo recorde, vários projetos que significam, sem dúvida, o início de uma profunda reforma no sistema de segurança do País.

Ontem mesmo, terça-feira, aprovamos dois projetos na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que me orgulho em presidir. Um impõe mais rigor na punição dos crimes de lavagem de dinheiro – a pena máxima passa de 10 para 18 anos. Outro torna obrigatória a identificação pelo CPF dos apostadores de loterias como a sena, loto etc., que era uma das principais vias para a lavagem de dinheiro. Veja o que mais foi aprovado:

Maior pena ao adulto que usar menor no crime – este projeto, de minha autoria, amplia a pena dos adultos que envolvam crianças ou adolescentes em seus crimes.

Em alguns casos, a pena pode até duplicar.

Repressão ao crime organizado – parece incrível, mas a atual legislação não definia o que é organização criminosa, mas apenas crime de formação de quadrilha, com pena de um a três anos. Este projeto, do qual fui o relator, define a organização criminosa e estabelece penas de cinco a 10 anos, sendo de até 15 anos para o chefe da quadrilha. E a pena será maior em caso de uso de armas de fogo ou participação de criança ou adolescente na quadrilha.

Interrogatório por videoconferência e bloqueio de celulares – este projeto torna prioritário o uso da videoconferência no interrogatório de presos e testemunhas, evitando, por exemplo, viagens aéreas de alto custo de presos e escoltas, como se vê hoje. Este projeto impede o uso de celulares nos presídios, que é hoje um instrumento de organização do crime.

Proteção às vítimas – aprovamos o Fundo para Assistência das Vítimas da Violência, a ser composto por 2,5% da arrecadação da Cofins, com caixa inicial de R\$ 2,4 bilhões – recursos a serem usados no tratamento médico às vítimas e na formação de agentes públicos de segurança, entre outros.

Tenha certeza, minha amiga e meu amigo aqui do ABC paulista, que como eu não aguenta mais ver o crime desafiar a sociedade: nosso trabalho está apenas começando. Sabemos que crime a gente não se combate só com lei – é preciso investir na educação, no combate à pobreza, na formação dos jovens carentes, na melhoria das polícias e no combate à corrupção policial. Mas, sem lei, a gente seguramente não combate o crime com eficiência, não é mesmo?

Racionalidade necessária

Folha de S.Paulo, 4-5-2007

“O sono da razão produz monstros.”

Goya

Tratar o tema de segurança com racionalidade e equilíbrio tornou-se difícil no Brasil. A opinião pública, chocada com os bárbaros crimes e o clima de insegurança, demanda medidas duras que nem sempre se coadunam com o tratamento comedido do tema. Embora seja natural a revolta que tomou conta da população, nós, homens públicos, temos a delicada tarefa de transformar compreensíveis sentimentos de indignação em propostas consequentes para dar resposta eficaz ao grave problema da segurança pública.

Pois bem, um dos principais pontos a serem atacados, num vasto espectro de medidas, é o do sistema prisional. Em primeiro lugar, as prisões são dominadas pelo crime organizado. De lá partem as ordens dos comandos do crime para afrontar a população e as autoridades. Em segundo, ao misturarem presos primários de baixa periculosidade com encarcerados perigosos, elas se constituem em escolas do crime. Em terceiro, elas estão insuportavelmente superlotadas.

Há cerca de 400.000 presos no Brasil, mas só há vagas para 230.000. Ademais, temos ao redor de 550.000 mandados de prisão que não podem ser cumpridos. Com o intuito de dar racionalidade a esse terrível sistema carcerário e diminuir a insegurança da população, conseguimos aprovar na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ), por unanimidade, três projetos de minha autoria.

O projeto relativo à separação de presos por graus de periculosidade (réus primários, não perigosos, perigosos e chefes do crime organizado) significa um forte golpe contra o sistema de recrutamento do crime organizado, o qual é realizado mediante ameaças aos réus ainda não associados aos comandos. Já o projeto referente à aplicação de penas alternativas para pequenos delitos, através de prestação de serviços à comunidade, permitirá aliviar a pressão por novas vagas para presos de baixa periculosidade e aumentará as chances de

recuperação desses indivíduos. Inovador, contudo, é o projeto que introduz o monitoramento eletrônico de presos.

Baseada na experiência exitosa de países como Inglaterra, Suécia, EUA, México e África do Sul, a proposta, cuja elaboração contou com as oportunas contribuições do Governador José Serra e do Senador-Relator Demóstenes Torres (DEM – GO), prevê que o juiz poderá, com a aquiescência do réu, utilizar o monitoramento eletrônico para garantir as condições impostas para o livramento condicional e a progressão para os regimes semiaberto e aberto. Além disso, o monitoramento eletrônico poderá ser usado nos indultos natalinos, garantindo que beneficiários dessa regalia não cometerão crimes.

Esse mecanismo deverá ser especialmente útil nos casos de prisão provisória. Existem ao redor de 170.000 presos provisórios aguardando julgamento. Em sua maioria, foram encarcerados porque não tinham “endereço fixo”. Ora, o monitoramento eletrônico pode resolver boa parte desses casos, retirando da prisão pessoas em processo de julgamento que não necessariamente precisam estar encarceradas e assegurando vagas nos presídios para os criminosos que devem ficar presos.

Trata-se, assim, de medida que introduz racionalidade e justiça num sistema prisional injusto e ineficiente. Ademais, o monitoramento eletrônico deverá custar muito menos do que a manutenção de presos. Há, porém, críticas ao projeto por parte daqueles que o consideram estigmatizador. Ora, o uso de pulseiras ou tornozeleiras eletrônicas, facilmente ocultáveis, é alternativa bem menos ofensiva aos direitos individuais do que a privação da liberdade nas masmorras que são nossas prisões. O projeto do monitoramento eletrônico faz parte do esforço do Senado para dar resposta firme e racional à insegurança das cidades brasileiras.

Quando a razão adormece, gera-se monstros, advertia Goya. Temos de permanecer nessa trilha ditada pela razão e a modernização, caso queiramos soluções eficazes para a segurança pública. Afinal, de monstruosidades as nossas ruas já estão cheias.

Saudável direito

Gazeta Mercantil, 17-5-2007

O programa de combate à Aids do Brasil é considerado pela Organização Mundial da Saúde referência mundial no enfrentamento dessa epidemia. Não sem razão. Depois de crescimento exponencial nas décadas de 80 e 90, a epidemia de Aids no Brasil estabilizou-se, graças às campanhas de prevenção.

Com efeito, desde 1998 que as taxas anuais de incidência de novos casos têm se mantido entre 18 e 19 por cem mil habitantes. Embora o ideal seja a redução dessas taxas, a estabilização em níveis relativamente baixos representa inegável avanço. Mais relevante é o tratamento eficaz e gratuito dos portadores do HIV, que aumentou sobremaneira a expectativa e a qualidade de vida desses cidadãos brasileiros e reduziu muito as caras internações devidas às infecções oportunistas.

Primeiro no mundo a adotar essa estratégia, o programa brasileiro é reproduzido em países como Moçambique e Angola, contribuindo para o enfrentamento global à Aids. Entretanto, o elogiado programa de combate à Aids do Brasil tem seu calcanhar-de-aquiles: o custo das drogas antirretrovirais patenteadas. O País vem gastando cerca de R\$1 bilhão/ano para tratar de 170.000 portadores do HIV. Desse total, 20% são destinados à compra de sete medicamentos antirretrovirais fabricados no Brasil, ao passo que 80% são usados para importar drogas patenteadas.

Estudo do Ministério da Saúde de 2005 mostrava que a importação de apenas três antirretrovirais (Efavirenz, Lopanivir e Tenofovir) consumia R\$300 milhões do programa. O mesmo estudo demonstrava também que, caso o Brasil fabricasse essas drogas, o País economizaria R\$1,8 bilhão ao longo de cinco anos. Pois bem, a decisão do governo de proceder ao licenciamento compulsório do Efavirenz provocou reações desinformadas.

Protestou-se contra a “quebra dos contratos” e foram feitas alertas em relação à diminuição dos investimentos estrangeiros no país. Ora, o principal “contrato” que rege as patentes em nível interna-

cional é o acordo Trips, da OMC. Embora tenha avançado em relação à abrangência e âmbito de proteção dos direitos de propriedade intelectual, o Trips buscou equilíbrio entre tais direitos privados e o interesse público dos membros da OMC.

Assim, o artigo 31 do Trips dispõe sobre o uso de patentes sem a autorização do titular, em casos de “emergência nacional”, “extrema urgência” e “uso público não comercial”. Não obstante terem existido dúvidas sobre o significado desse artigo, os países em desenvolvimento obtiveram, sob a liderança do Brasil, uma importantíssima vitória na Conferência Ministerial da OMC, de 2001. Nessa conferência, foi emitida a Declaração de Doha sobre o Acordo Trips e a Saúde Pública, que confirmou o direito dos Estados de conceder licenças obrigatórias sobre as patentes por motivos de saúde pública. Ademais, tal declaração esclareceu que cabe aos Estados determinar o que é “emergência nacional” ou “extrema urgência” e que a epidemia de Aids pode ser considerada como tal.

Com base nessa declaração, o Brasil negociou a redução do preço exorbitante de medicamentos anti-retrovirais, o que diminuiu o custo do tratamento anual da Aids por paciente de US\$3.464, em 2000, para US\$1.336, em 2004. Porém, a introdução de novos medicamentos patenteados no tratamento elevaram o custo por paciente e forçaram o Brasil, ante a recusa do laboratório do Efavirenz de reduzir preços, a emitir, pela primeira vez, o licenciamento compulsório. Observe-se que, antes do Brasil, países como Canadá, Itália, África do Sul, Tailândia, Índia e Malásia tinham procedido da mesma forma, sem que tivessem sofrido retaliações.

O Brasil não será prejudicado e o licenciamento compulsório, além de beneficiar um programa de grande alcance social, contribuirá com o desenvolvimento de nossa capacidade técnica na produção de medicamentos. Em relação à pesquisa, é preciso reconhecer que as patentes são fundamentais para o seu estímulo. Contudo, na conferência sobre patentes da OCDE de 2006, especialistas alertaram para o fato de que um sistema rígido de patentes pode inibir a inovação, devido aos monopólios de informação e ao patenteamento de materiais para pesquisas.

Ao quebrar a patente do Efavirenz, o Brasil exerceu direito assegurado no principal contrato internacional sobre o tema, em benefício da saúde do seu povo. Ao fazê-lo, o País seguiu as regras do Trips. Pode-se exigir do país que assim proceda. Só não se pode demandar que a nação renuncie a um importante direito para o bem-estar de sua população. Afinal, pode-se licenciar tudo, menos o direito à vida.

Esforço maior

Correio Popular (Campinas), 18-5-2007

A solução para o problema da segurança pública demanda o empenho de todos e longa série de medidas, na qual têm de estar incluídas a reforma do sistema prisional, o devido aparelhamento humano e técnico das polícias, o combate à corrupção nas instituições de segurança e leis severas para o combate ao crime. Devemos evitar, no entanto, as propostas demagógicas, feitas ao sabor da indignação popular, que nada acrescentariam a essa tarefa que requer, acima de tudo, racionalidade e equilíbrio.

No Senado, temos nos empenhado para cumprir com tal finalidade. Num esforço suprapartidário, conseguimos aprovar propostas que darão contribuição decisiva para levar tranquilidade aos lares brasileiros. Entre outros, aprovamos o projeto, de minha autoria, que prevê a separação dos presos por grau de periculosidade, o que inibirá o recrutamento de réus primários por organizações criminosas que atuam nos presídios. O projeto que prevê o monitoramento eletrônico dos presos beneficiados por livramento condicional, saídas temporárias, indultos e progressão de penas, também de minha iniciativa, garantirá maior segurança à sociedade e permitirá diminuir a pressão sobre o sistema carcerário, já superlotado. No mesmo diapasão, a aprovação do meu projeto que estipula a aplicação de penas alternativas para pequenos delitos diminuirá a demanda por vagas no sistema prisional e valorizará a prestação de serviços à comunidade.

De especial relevo foi a aprovação do meu projeto de lei que prevê ampliação das penas para aqueles que aliciem menores para o crime. Esse projeto estipula que toda pessoa que envolva menores em crimes terá sua pena agravada de quatro até 15 anos. Pretendemos punir com severidade as quadrilhas que costumam recrutar menores para a prática de delitos. Note-se que, em geral, a delinquência do menor, especialmente no tange aos crimes mais graves, está associada às ações dessas quadrilhas chefiadas por maiores. Portanto, a estratégia mais eficiente para combater esse tipo de crime é a de punir exemplarmente os adultos

que lideram as quadrilhas, preservando, porém, as medidas de ressocialização previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Nesse sentido, nos opomos à redução da maioridade penal aprovada na CCJ do Senado. Trata-se de medida inócua para a redução da criminalidade que representa retrocesso no tratamento correto da questão. Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que inimizabilidade não significa impunidade. Tenta-se vender a falsa idéia que os menores infratores não são punidos. Ora, o ECA prevê punição para menores infratores a partir dos 12 anos. Na realidade, adolescentes podem ficar sob tutela do Estado por até nove anos, sob regime de internação, semiliberdade e liberdade assistida. O essencial, entretanto, é que o adolescente fique separado dos adultos e tenha oportunidades para reintegrar-se à sociedade. Em segundo lugar, os adolescentes são mais vítimas da violência do que algozes. Embora sejam responsáveis por apenas 1% dos homicídios do País, os adolescentes são mortos a razão de um Boeing da Gol (160 pessoas) a cada 10 dias. Daí a necessidade de protegê-los, e não de persegui-los. Em terceiro lugar, a maioridade aos 18 anos, além de ser recomendada pelo Conselho dos Direitos da Criança da ONU, é cláusula pétrea da nossa Constituição Federal, que proíbe proposta tendente a abolir direitos e garantias individuais.

Não bastassem esses argumentos, a experiência internacional mostra que, mesmo em países onde a idade da imimizabilidade é reduzida, procura-se, em geral, dar um tratamento inteiramente diferenciado ao menor de 18 anos e muito dificilmente o jovem permanece internado após essa idade. Não é isso, entretanto, o que resultará do projeto aprovado na CCJ. Não obstante o fato de prever que a imimizabilidade deverá recair sobre crimes graves, a medida inclui entre tais crimes o tráfico de drogas. Assim, os pequenos traficantes de 16 e 17 anos que vendem cola para traficantes adultos deverão ser condenados e presos. Até os 18 anos ficarão em unidades especiais. Depois entrarão para o sistema prisional, onde engrossarão as fileiras dos exércitos dos Marcolas.

A solução para o pequeno número de menores que cometem crimes graves é a alteração e o fortalecimento do ECA, com previsão de prazos de internação mais longos para os adolescentes que tiverem alta periculosidade. A redução da maioridade penal, porém, vai na contra-

mão do tratamento civilizado da questão e resultará no enfraquecimento do ECA, lei moderna e avançada, ainda em sua infância.

Os gregos consideravam a coruja como símbolo da sabedoria por ser capaz de enxergar através das trevas e vencê-las. Nesse esforço em prol da segurança, temos de evitar o obscurantismo das paixões e permanecer no caminho iluminado pela razão. É o caminho do esforço maior, em contraposição à trilha obscura do menor esforço, que não resolve a insegurança e atropela direitos e garantias individuais.

Newton dorme

Folha de S.Paulo, 23-8-2007

Jornalistas e políticos não têm o rigor científico de Newton. Mas todos têm de ter um compromisso mínimo com os fatos.

“Hypothesis non fingo”

Isaac Newton

Isaac Newton era um cientista tão genial quanto rigoroso. Formulou as teorias que, pela primeira vez, explicaram o mundo do ponto de vista lógico-matemático. Contudo, não conseguiu explicar como a gravidade funciona, como um corpo atua sobre outro à distância.

Indagado exaustivamente sobre o assunto, escreveu, no “*Scholium Generale*”, que não conseguia deduzir a natureza da gravidade a partir dos fenômenos que observava e que não teceria hipóteses. Na sua privacidade, Newton especulou muito sobre o tema e chegou até a criar o conceito do éter espacial para tentar explicar a ação à distância. Porém, fiel ao seu rigor científico, nunca publicou uma página sobre suas especulações.

Jornalistas e políticos não têm, entretanto, o rigor científico newtoniano. É natural, são ofícios diferentes, que não requerem o uso de métodos científicos. Mas, independentemente do ofício, todos têm de ter um compromisso mínimo com os fatos.

Em primeiro lugar, é questão de bom senso: o desapego aos fatos conduz necessariamente ao erro. Em segundo, é uma questão de espírito público: falta de objetividade e de imparcialidade nos ofícios que formam a opinião pública faz mal à democracia.

Apesar disso, parte da mídia e classe política oposicionistas vem sendo assolada por um febril *modus speculandi* que faria corar a pitonisa de Delfos e o barão de Munchausen. Tornou-se moda testar hipóteses.

Ante qualquer acontecimento, tece-se, de imediato, uma hipótese para explicá-lo. Tudo bem, é normal que se tente explicar os acontecimentos, mesmo quando não se sabe nada sobre eles. Mas não é normal nem desejável que se tente explicar algo sem sequer fazer uma investigação minimamente rigorosa sobre o assunto.

Também não é normal nem desejável que, ante as múltiplas hipóteses que podem explicar um fenômeno, se escolha só a que serve ao interesse próprio. E absolutamente não é normal nem salutar para a democracia que a hipótese arbitrariamente escolhida seja apresentada como fato. Por último, é no mínimo curioso que as hipóteses escolhidas sejam todas contrárias ao Governo Federal.

Há fatos inquietantes. O incêndio ainda consumia o avião da TAM quando os jornais televisivos afirmaram, em uníssono, que a aeronave havia “derrapado” na pista escorregadia. Assim, foi testada a hipótese de que o acidente fora provocado pela falta de ranhuras em Congonhas.

Os mais exaltados chegaram a testar a hipótese de que o Governo Lula tinha assassinado 199 pessoas. Uma conhecida agência entrevistou um “consultor de aviação” que acusou peremptoriamente a Infraero de “assassinato coletivo”. Perdeu-se toda a cautela e a compostura, e surgiram as manchetes falando da “tragédia anunciada”. Na onda de histeria especulativa, até mesmo psicanalistas, aparentemente com grandes conhecimentos técnicos sobre aeronáutica, se permitiram aderir à hipótese do assassinato coletivo.

Porém, com a revelação de que o avião operava sem um dos reversos e que os manetes não estavam na posição correta no momento do pouso, tal como acontecera em dois outros bem conhecidos acidentes com o mesmo tipo de aeronave, subitamente minguaram as especulações e se passou a exigir, tardiamente e com o grande estrago já feito, o aguardo dos resultados do inquérito e a proibição dos julgamentos precipitados.

Talvez frustrado pelo malogro, esse jornalismo isento voltou à ira imparcial para o teste de outras hipóteses.

Quando dois pugilistas cubanos que haviam fugido de sua delegação procuraram a polícia e pediram para voltar ao seu país, testou-se, de imediato, a hipótese de que o Governo Lula, “amigo do governo Fidel Castro”, negou-lhes insensivelmente o refúgio de que precisavam. No Senado, chegou-se mesmo a testar a hipótese de que o episódio dos pugilistas era igual ao de Olga Benário, entregue por Getúlio aos seus carrascos nazistas.

Ante a revelação de que eles recusaram as reiteradas ofertas de asilo, fato testemunhado pela OAB-RJ, e que outros dois atletas

cubanos que pediram refúgio foram acolhidos pelas autoridades brasileiras, testa-se, agora, a hipótese de que os pugilistas foram “ameaçados por Havana” e que o Governo brasileiro deveria ter feito alguma coisa. Sabe-se lá o quê.

Exemplos como esses se avolumam na história recente do Brasil. São tantos que já dá até para aventar uma hipótese: parte da mídia oposicionista não se preocupa muito com a investigação isenta dos fatos e atua de forma parcial e tendenciosa, maculando a enorme contribuição que a imprensa livre deu à consolidação da nossa democracia.

Tudo bem, não se exaltem, estamos apenas exercendo o péssimo costume de testar hipóteses no campo da política e do jornalismo. Newton dorme.



O social como eixo

Gazeta Mercantil, 27-9-2007

Visto em retrospectiva, o primeiro mandato do Presidente Lula encerra um período que se poderia qualificar como de transição. Transição de uma situação de semi-estagnação da economia, de vulnerabilidade externa crítica e de agravamento da questão social, determinada por um modelo de política inconsistente e regressivo, para um novo padrão de expansão econômica e homogeneização social do País.

Três aspectos sobressaem nesse período, especialmente no triênio 2004/06: i) a construção de um marco macroeconômico robusto, com

a consolidação da estabilidade de preços e a realização de um ajuste externo sem precedentes, cuja solidez ficou evidente nos dois últimos meses, diante dos impactos das turbulências geradas pelo ajuste, ainda incompleto, da bolha imobiliária norte-americana; ii) a elevação e sustentação do ritmo de crescimento da economia, superior a 4% anuais, que embora ainda abaixo das potencialidades e necessidades do País, representa um avanço expressivo frente ao desempenho das últimas décadas; e iii) a implementação de um conjunto de políticas públicas direcionadas à inclusão social e redistribuição de renda que, apesar de seu alcance limitado, apresenta os melhores resultados já registrados ao longo da história econômica recente do País.

O Governo tem agora, nesse seu segundo mandato, duas linhas estratégicas de ação: acelerar o crescimento e, em estreita sinergia com ele, aprofundar o processo de inclusão social e redistribuição de renda, visando a conformação de um amplo mercado de consumo de massas, que dê sustentação, no longo prazo, ao desenvolvimento do País.

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, lançado este ano, responde ao primeiro aspecto. Visa elevar a taxa de crescimento da economia para um patamar acima de 5% anuais. Seu núcleo é um conjunto articulado de investimentos públicos em infraestrutura, especialmente nos sistemas energéticos e logísticos. Representa um esforço de organizar, com uma visão que transcende a perspectiva de curto prazo, a ação estatal de regulação econômica e apoio ao desenvolvimento.

Em relação ao segundo aspecto, a experiência do primeiro governo Lula, particularmente do triênio 2004/2006, é extremamente rica. Nela ficou claro que, ao contrário do que predicam as teorias do “bolo” e outras jóias do pensamento conservador, é possível, sim, crescer distribuindo e distribuir para crescer.

Nesse período, o salário mínimo aumentou, em termos reais, 32%; foram implementados diversos programas de transferência de renda, capitaneados pelo Bolsa Família, que beneficiou 11 milhões de famílias carentes; o número de famílias assentadas pela reforma agrária atingiu o nível recorde de 381.419 e outros dois milhões de agricultores familiares foram beneficiados pela expressiva ampliação do créditos a esse segmento; a democratização do crédito e a política de inclusão bancária beneficiaram milhões de trabalhadores e

microempresários; os investimentos em habitação se expandiram expressivamente, beneficiando 500.000 famílias, quase a metade das quais com renda familiar inferior a três salários mínimos; foram implementados programas dirigidos aos setores de menor capacidade econômica em diversos segmentos das áreas de saúde e educação.

O impacto dessas políticas públicas se reflete, por exemplo, nos resultados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Cito apenas dois aspectos: entre 2004 e 2006, a pobreza diminuiu de maneira ininterrupta, acumulando uma redução 31%, o que significou retirar da linha de pobreza quase 17 milhões de brasileiros. No mesmo período, a renda média *per capita* aumentou 20%, mas a renda dos 50% mais pobres aumentou cerca de 32%, duplicando o aumento de 16% correspondente aos 10% mais ricos. São os melhores resultados desde que se iniciaram as pesquisas.

Agregue-se o aumento do emprego formal, de 18,4% (contra 8,2% da ocupação total), representando a criação de oito milhões de novos postos de trabalho com carteira assinada. O social começa a se impor como eixo do desenvolvimento econômico.



Eles estão chegando

Folha de S.Paulo, 29-11-2007

Estava em Congonhas quando uma senhora muito bem vestida se aproximou e começou a reclamar. Pensei tratar-se de atraso ou cancelamento de vôo. Não era. Com um gesto largo, a senhora apontou para o saguão cheio de gente de todas as classes sociais e disparou: “Assim não dá. Isso aqui parece uma rodoviária. Eles tomaram conta do aeroporto”.

É, antes, muitos deles vinham de ônibus velhos e paus-de-arara, pisando a terra batida das estradas e o cimento sujo das rodoviárias. Agora, alguns deles já vêm de avião e marcham com desenvoltura sobre o luxuoso mármore dos aeroportos.

Eles, quem diria, estão invadindo um sistema de transportes que era privilégio histórico de pequena minoria. Tiveram a petulância de contribuir para aumentar o número de embarques e desembarques em 44% nos últimos três anos. As más-línguas dizem até que eles são também responsáveis pela crise aérea.

Mas eles não se contentam com isso. Eles têm os desejos atávicos dos que nunca tiveram seus desejos satisfeitos. Eles querem mais e estão chegando a muitos lugares antes cuidadosamente reservados

aos bem-nascidos. Eles estão chegando às universidades. Até às particulares! Com efeito, não satisfeitos em entrar nas universidades públicas com o sistema de quotas, eles estão começando a percorrer os corredores das universidades privadas com o ProUni, que já colocou nos últimos três anos quase meio milhão deles no ensino superior.

Os mais pobres deles estão chegando à luz elétrica. Graças ao programa Luz para Todos, milhões de brasileiros fugiram das trevas e dos simpáticos, porém obsoletos, lampiões de querosene. Isso transformou suas vidas e os colocou, finalmente, com mais de cem anos de atraso, no século XX. Se esse processo tiver continuidade, no futuro próximo, o século XIX será passado em todo o Brasil. *Mon Dieu!*

Eles estão começando a chegar aos computadores. Embora falte muito para acabar com o *apartheid* digital no Brasil, a desoneração da produção de bens de informática vem aumentando exponencialmente a venda de computadores, que cresceu 46% em 2006 e deverá chegar a oito milhões de unidades em 2007.

E eles estão chegando também à internet. De banda larga! O meu projeto de colocar essa tecnologia revolucionária em todas as escolas públicas do Brasil, somado à recente decisão do governo de levar a internet de banda larga, até 2010, a todos os 3.570 municípios ainda não conectados, deverá beneficiar cerca de 49 milhões de jovens brasileiros.

Desse jeito, em pouco tempo, o século 21 será presente em todo o país! Eles estão chegando à sociedade de consumo. E não são poucos. Segundo o IBGE, em apenas três anos (2004 a 2006), impulsionados por um crescimento econômico de 4,1% ao ano e por políticas ativas de distribuição de renda, cerca de 17 milhões de brasileiros deixaram a miséria para trás.

Engordada por um aumento real do salário mínimo de 25% nesse triênio e pelo Bolsa Família, que já beneficia 11 milhões de núcleos familiares, a renda *per capita* dos 50% mais pobres do país cresceu num ritmo chinês: 32%, duas vezes mais do que os rendimentos dos 10% mais ricos.

Dessa forma, está se ampliando o mercado interno, e o país, apesar das grandes desigualdades ainda existentes, começa a chegar à tão desejada combinação de crescimento econômico sustentado com distribuição de renda.

Eles estão chegando ao mercado de trabalho. E pela porta da frente, com carteira assinada. Nos últimos três anos, a ocupação total cresceu 8,2%, o que corresponde a quase oito milhões de novos postos de trabalho, e os trabalhadores formalizados cresceram bem mais: 18%. Dessa maneira, o Brasil poderá combinar taxas de desemprego baixas com setor informal minoritário. Que audácia!

Mas tem gente que não está gostando nada disso. Trata-se da minoria que quer manter seus privilégios e vê com desconfiança esses processos de mobilidade e inclusão social. São os xiitas da desigualdade, do monopólio do poder, que encaram tais mudanças como uma invasão de bárbaros.

De certa forma, têm razão. Bárbaros, para os antigos gregos, eram os estrangeiros. E eles, os excluídos, sempre foram estrangeiros em seu próprio país. Agora, no entanto, eles estão chegando à cidadania. Chegando ao Brasil, após 500 anos.

Para completar o quadro, o ONU acaba de incluir o país na lista das nações com índice de desenvolvimento humano alto. Se a coisa continuar assim, é possível que o Brasil converta-se, afinal, em um país de todos.

Estufa da desigualdade

O Globo, 9-12-2007

O Texas, que tem 23 milhões de habitantes, emite mais dióxido de carbono (CO₂) que toda a África Subsaariana, região com população de 720 milhões. Os 19 milhões de habitantes de Nova Iorque lançam mais CO₂ na atmosfera do que os 766 milhões de habitantes dos 50 países mais pobres do mundo.

Esses números dão uma idéia da imensa desigualdade nas responsabilidades concernentes ao efeito estufa. Com efeito, são os países desenvolvidos os grandes responsáveis pelas mudanças climáticas que ameaçam o planeta. Foram eles que lançaram na atmosfera sete de cada 10 toneladas de CO₂, desde que começou a revolução industrial. Tal responsabilidade não é apenas histórica, pois as nações desenvolvidas continuam a ser as principais poluidoras. Muitos argumentam que alguns países em desenvolvimento vêm aumentando suas participações nas emissões globais. A China, por exemplo, já é o segundo maior emissor de CO₂ do mundo. Contudo, esse aumento da participação é concentrado em poucos países, e encobre grande disparidade demográfica. Assim, quando analisamos as emissões *per capita*, verificamos que um chinês emite apenas um quinto do CO₂ emitido por um norte-americano. Já um brasileiro emite 11 vezes menos que um norte-americano. Ironicamente, a desigualdade nas responsabilidades pelas emissões se inverte quando se trata da vulnerabilidade às mudanças climáticas.

Os um bilhão de habitantes mais pobres do planeta, embora respondam por apenas 3% das emissões, são os mais afetados pelas mudanças climáticas. Na África, as secas intensas vêm provocando aumento da fome e da desnutrição. Na Bolívia, o encolhimento das geleiras andinas já causa escassez de água potável.

Pois bem, é dentro desse contexto de extrema desigualdade nas responsabilidades e vulnerabilidades relacionadas ao efeito estufa, as quais refletem as crescentes disparidades socioeconômicas mundiais, que devem ser analisadas as discussões do 13º Encontro da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas que ocorre em Bali. Os países desenvolvidos, que, de um modo geral, aumentaram as suas emis-

sões, ao invés de reduzi-las, como haviam se comprometido quando assinaram o Protocolo de Kioto, querem, agora, comprometer os países em desenvolvimento com metas de redução dos gases do efeito estufa. Pior: querem se aproveitar do tema para auferir ganhos comerciais.

Elaboraram lista de produtos “ambientais” que poderiam ser comercializados com tarifa zero. Omitiram, no entanto, o etanol brasileiro da lista, pois pretendem continuar a proteger os seus mercados agrícolas.

Tal cenário impõe três conclusões. A primeira é que o Brasil, país de matriz energética limpa e de vanguarda nos biocombustíveis, deveria condicionar compromissos internacionais de metas diferenciadas para os países em desenvolvimento ao efetivo cumprimento das metas acordadas para as nações desenvolvidas. Ademais, a conciliação entre meio ambiente equilibrado e o direito ao desenvolvimento, conquista histórica obtida na Eco 92, tem de ser preservada.

Afinal, a manutenção da pobreza não vai resolver os problemas ambientais do mundo. Isso não significa omissão na luta contra as mudanças climáticas. Temos de assumir compromisso interno mais firme no que tange ao desmatamento da Amazônia.

Também devemos nos esforçar para assumir amplos compromissos regionais, no âmbito do Mercosul e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Como membro do Parlamento do Mercosul, almejo propor protocolo específico sobre mudanças climáticas para o bloco.

A segunda conclusão é a de que o Protocolo de Kioto e o mercado de carbono, embora imprescindíveis, são insuficientes para lidar com a questão.

Precisamos de mecanismos mais eficientes que propiciem o financiamento de tecnologias limpas para países em desenvolvimento e da mitigação do efeito estufa. Por isso, apresentei proposta de criar o Fundo Ambiental Mundial, destinado ao combate ao efeito estufa, com base na arrecadação de 1% sobre as importações internacionais, com ênfase nas de petróleo, o que poderia redundar no recolhimento de US\$100 bilhões por ano. Esse Fundo daria base financeira para que todos os países, inclusive os mais pobres, pudessem se empenhar nessa luta.

A terceira conclusão é de que não podemos esperar mais para agir. Certa vez, perguntaram a Gandhi se a Índia pretendia se desenvolver como a Inglaterra. Gandhi, após observar que a Inglaterra havia consumido metade dos recursos do planeta para se desenvolver, perguntou: “De quantos planetas precisará a Índia?” Só temos um planeta, e ele está doente. Ambiental e socialmente doente.

Temos de cuidar dele e enfrentar, em conjunto, essas duas terríveis enfermidades.



3,235 km² de absurdo. Chega!

Gazeta Mercantil, 8-2-2008

Tudo que é sólido desmancha no ar, dizia Marx. Mas na Amazônia há exagero. Entre agosto e dezembro de 2007, no mínimo 3.235 quilômetros quadrados de florestas foram lançados, literalmente, no ar. É muito, mesmo para a gigantesca Amazônia. São 540.000 campos de futebol. A taxa de desmatamento do período foi, de acordo com os dados ainda sujeitos à confirmação do sistema de detecção do INPE, que afere entre 40% e 60% do desmatamento real, de cerca

de 110.000 campos de futebol por mês, quase 3.700 campos por dia. Não há justificativa para esse descontrole.

Embora a estiagem em algumas regiões possa ter contribuído para o descalabro, é difícil acreditar que tal destruição tenha ocorrido sem a participação dos grandes agropecuaristas, responsáveis por 70% do desmatamento amazônico.

Independentemente das nebulosas responsabilidades, as consequências negativas são certas. Além de contribuir para o efeito estufa, as queimadas na Amazônia reduzem a biodiversidade, maior riqueza da região e afetam a ciclagem da água. Estima-se que ao redor de 50% do volume das precipitações na Amazônia sejam reciclados pela floresta, gerando umidade que é distribuída pelo território brasileiro. Essa função é de vital importância para o Centro-Sul do País, onde estão localizadas as grandes hidroelétricas e a agricultura de alto desempenho. Cálculos preliminares estimam que aproximadamente 70% das precipitações de verão do Estado de São Paulo provenham de umidade gerada na Amazônia. Portanto, apagões nas responsabilidades para com o ecossistema amazônico podem redundar em apagões energéticos e agrícolas.

Além destas consequências ambientais óbvias, há também os efeitos negativos à imagem externa do Brasil justamente no momento em que o País coloca-se na vanguarda dos combustíveis renováveis, com o etanol e o biodiesel. O Brasil tem matriz energética relativamente limpa, baseada em hidroelétricas, e desenvolve esforços bem-sucedidos no campo estratégico das energias renováveis, que despertam interesse no mundo. Deste modo, o País reúne condições para se tornar liderança mundial no campo ambiental. Consciente do potencial, apresentei projeto que cria fundo mundial de combate ao efeito estufa. Baseado na cobrança de até 1% das receitas de importação, especialmente de produtos ambientalmente sujos, tal fundo poderia arrecadar US\$100 bilhões/ano, que financiariam o combate ao aquecimento global.

Apesar deste potencial, temos um grande calcanhar-de-aquiles na questão ambiental devido ao desmatamento da região amazônica. Já desmatamos, sem critérios, cerca de 17% das florestas amazônicas. Comparativamente ao que fizeram os países desenvolvidos, que varreram do mapa as suas florestas nativas, é muito pouco. Porém, não podemos copiar erros alheios. Temos de acertar, ainda que solitaria-

mente. É óbvio que não se pode defender que a Amazônia permaneça intocada, pois precisamos gerar renda e empregos para seus habitantes, em geral muito pobres. Mas não é devastando a floresta que produziremos o desenvolvimento sustentável e sustentado da região. Embora a pecuária extensiva e a soja possam gerar lucro no curto prazo, não podemos basear o desenvolvimento amazônico exclusivamente nesse tipo de atividade econômica. Tal modelo tradicional de ocupação é inviável no longo prazo e precisamos estabelecer novo modelo de desenvolvimento baseado no uso econômico da floresta.

Entretanto, até que o novo modelo seja implantado, teremos de usar meios repressivos para conter a devastação. Nossa legislação ambiental é avançada, falta cumpri-la. Para tanto, é preciso que autoridades federais e locais cooperem eficientemente. O reaparelhamento do Ibama também não faria mal.

Spinoza disse que tudo que é contrário à natureza é contrário à razão e que tudo que é contrário à razão é absurdo. Foram 3.235 quilômetros quadrados de absurdo. Chega!

Célula-tronco e o direito à vida

Gazeta Mercantil, 10-3-2008

O uso de células-tronco embrionárias para fins de pesquisa biológica e de terapêutica genética é assunto complexo, extremamente sensível e tem desdobramentos óbvios nos terrenos filosófico, ético e religioso. Assim, o debate em torno desse candente tema frequentemente centra-se em rígidos princípios morais e religiosos que não propiciam ambiente racional para decisões responsáveis e equilibradas.

Entretanto, não foi dessa forma dogmática que se deu a discussão do tema por ocasião da aprovação da Lei de Biossegurança no Senado. Com efeito, após grande número de audiências públicas, nas quais foram ouvidos distintos setores da sociedade brasileira, o Senado chegou a uma decisão sobre o uso das células-tronco embrionárias que evita dilemas morais e respeita integralmente o direito constitucional à vida. Tratou-se de decisão responsável, pluralista e republicana no sentido mais amplo do termo, pois buscou-se, essencialmente, o bem comum.

Com efeito, a redação do artigo 5º daquela lei, objeto da ação direta de inconstitucionalidade ora em apreciação no Supremo, foi muito cuidadosa e autorizou a pesquisa com células-tronco embrionárias em circunstâncias bastante específicas. Assim, a lei aprovada só permite a utilização de embriões inviáveis para fins reprodutivos e congelados há mais de três anos. Além disso, a lei previu claramente que a utilização dos embriões para fins de pesquisa é permitida, após o consentimento manifesto dos casais que produziram o material genético.

Com essa cuidadosa redação, o Senado tornou inútil e desnecessária a indagação, freqüentemente feita a respeito do assunto, sobre quando se dá o início da vida humana. De fato, mesmo na hipótese de se admitir que a vida começa na concepção, como quer a Igreja, o uso desses embriões congelados não colide com o direito à vida, pois trata-se de embriões inviáveis, cujo destino, não fosse a Lei de Biossegurança, seria invariavelmente o do mero descarte.

Assim sendo, a indagação pertinente que deve ser feita neste caso é: o que é melhor para o interesse público e para a preservação

da vida, o descarte desses embriões ou o seu uso para pesquisas que poderão curar terríveis doenças que afetam milhões de brasileiros?

É preciso considerar que, embora o uso de células-tronco adultas venha crescendo e demonstrando bom potencial terapêutico, as células-tronco embrionárias se constituem na grande esperança de cura para males como a doença de Parkinson, o diabetes e a Distrofia Muscular de Duchenne, entre muitos outros. Observe-se, ademais, que a pesquisa com células-tronco está sendo desenvolvida no mundo todo, e, em breve, poderá produzir terapias genéticas importantes. Assim, caso o Brasil não comece a realizar com celeridade as suas próprias pesquisas nesse campo promissor, corremos o risco de nos tornarmos ainda mais dependentes do conhecimento e das drogas terapêuticas desenvolvidas lá fora, com prejuízos evidentes para o nosso desenvolvimento científico-tecnológico e a saúde pública brasileira.

Ressalte-se que esse descompasso entre o Brasil e países desenvolvidos, no que tange à pesquisa de células-tronco, poderá gerar uma situação irônica concernente ao direito à vida: pacientes brasileiros poderão requerer, com base nesse direito constitucional, que o SUS financie o seu tratamento com terapias de células-tronco embrionárias no estrangeiro. E o SUS será forçado a pagar.

Conta a lenda que Galileu, ao sair do Tribunal da Inquisição, onde teve de negar que a Terra girava ao redor do Sol, murmurou: *Eppur si muove*, referindo-se ao movimento terrestre. O mesmo se dá com o desenvolvimento científico-tecnológico. Nada irá detê-lo, nem mesmo a concepção distorcida e restritiva do direito constitucional à vida e da equilibrada lei produzida pelo Senado.

Perversidade, futilidade e ameaça

O Globo, 7-4-2008

Perversidade, futilidade e ameaça. Esses são os argumentos básicos que, de acordo com Albert O. Hirschman, os conservadores utilizam para criticar políticas que podem introduzir mudanças progressistas na ordem social. Como tais políticas perseguem, em geral, objetivos nobres, os conservadores não podem a elas se opor frontalmente. É necessário desqualificá-las. Assim, tentasse mostrar que elas produzem efeitos inversos aos pretendidos (argumento da perversidade), ou que elas não têm resultados (argumento da futilidade), ou ainda que tais políticas põem em risco outras conquistas (argumento da ameaça).

No Brasil, ante o êxito das internacionalmente elogiadas políticas sociais do Governo Lula, a retórica conservadora vem assestando suas baterias contra seus principais programas, notadamente o Bolsa Família. Argumenta-se que o Bolsa Família não diminui a evasão escolar e tem pouco impacto distributivo (argumento da futilidade), que tal programa aumenta a dependência dos beneficiários em relação ao Poder Público, em vez de promover sua autonomia como cidadãos (argumento da perversidade), e ainda que o Bolsa Família, ao usar escassos recursos públicos de forma fútil, põe em risco a necessária melhoria da educação (argumento da ameaça).

Mas vamos aos fatos.

Os resultados do suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), de 2006, sobre acesso a programas de transferência de renda, são elucidativos. Os dados demonstram, em primeiro lugar, que os programas, que beneficiam cerca de 10 milhões de lares brasileiros (18,3% do total), estão bem focados nos domicílios de baixa renda e nas famílias mais numerosas. Com efeito, o rendimento médio per capita dos domicílios que receberam benefícios era, em 2006, de R\$172, contra R\$699 daqueles que não receberam.

Ademais, os domicílios beneficiados têm em média 4,6 moradores, contra 3,4 moradores dos lares que não recebem auxílios. Outro dado

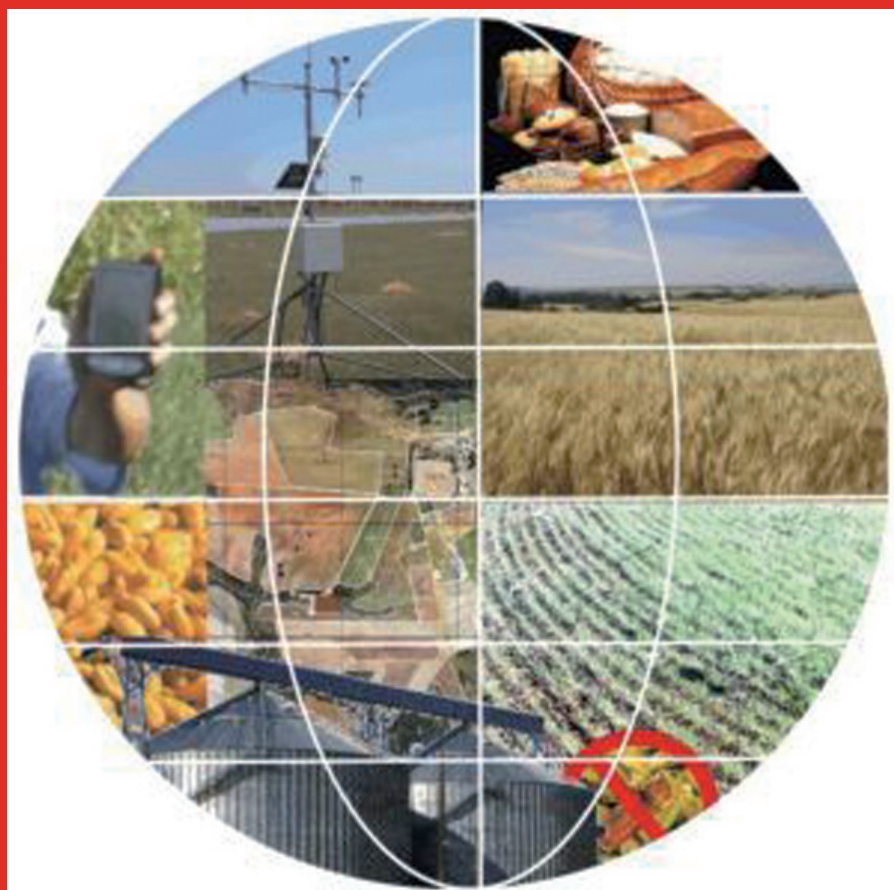
importante tange ao fato de que, nos domicílios beneficiados, 67,9% dos moradores se declararam pretos ou pardos, ao passo que, nos não beneficiados, tal número foi de apenas 43,4%, o que indica que tais programas podem contribuir para diminuir as desigualdades raciais.

Em segundo, a pesquisa também comprovou que os programas melhoram a situação social dos beneficiados e reduzem o trabalho infantil. A Pnad captou que, embora tenha aumentado, em todos os domicílios, a posse de bens duráveis, graças ao crescimento econômico e ao incremento dos rendimentos, esse aumento foi maior nos lares que receberam os benefícios. No que tange ao trabalho infantil, verificou-se o mesmo fenômeno. Houve redução em todos os domicílios, mas a redução naqueles que recebem benefícios (de 15,6%, em 2004, para 14,4%, em 2006) foi maior do que a verificada nos que não auferem (de 9,8% para 9,6%, no mesmo período).

Entretanto, o resultado mais interessante desse suplemento da Pnad diz respeito à educação. Os dados demonstram que os domicílios beneficiados apresentam altas taxas de frequência escolar, muito próximas às apresentadas pelos domicílios não beneficiados, o que não deixa de surpreender, dadas às grandes desigualdades na renda dessas duas classes de domicílios. Saliente-se que nas regiões Nordeste e Norte, principais beneficiadas pelo programa, os índices de frequência escolar dos domicílios beneficiados são até maiores do que os dos demais domicílios para a faixa etária do ensino obrigatório (7 a 14 anos).

Embora seja ainda muito cedo para se aferir o impacto real desses programas na educação do brasileiro, tais informações, somadas aos estudos específicos realizados pelo Ipea e o Banco Mundial, permitem inferir que os programas sociais do governo Lula estão bem focados, têm efeitos relevantes na redução da pobreza e da desigualdade social e criam condições para que seus beneficiários tenham uma “porta de saída” nas oportunidades geradas pela educação. Contudo, a melhoria da educação, condição *sine qua non* para garantir essa porta de saída, continua a ser o principal desafio estrutural do Brasil.

Assim sendo, a retórica conservadora contra o Governo Lula e seus programas sociais vem se tornando cada vez mais ideológica e sem sustentação empírica. Tende a repetir os surrados argumentos da perversidade, da futilidade e da ameaça. Se continuar assim, corre o risco de não apresentar resultado algum, ou de produzir resultado contrário ao esperado, ainda que tenha o potencial de ameaçar, no futuro, essas conquistas de todos os brasileiros.



Embrapa

Política Externa

Minha pátria é minha língua

Folha de S.Paulo, 9-2-2003

Um dos mais propalados “méritos” do Governo de Fernando Henrique Cardoso foi a chamada “diplomacia presidencial”. Diziam os arautos do pensamento único, hoje surpreendentemente neocríticos, que Fernando Henrique Cardoso, intelectual de certo renome e poliglota, podia como ninguém representar o Brasil no exterior e projetar a imagem de um País capaz de inserir-se no processo de globalização e de “modernização” neoliberal. Argumentavam ainda alguns que o fato de FHC pertencer a uma elite supostamente cosmopolita e avançada, lhe permitia dialogar, em condições de igualdade, com os principais líderes mundiais.

Ao mesmo tempo, a clara inserção do antigo Presidente brasileiro na nossa “Bélgica”, para usar uma metáfora em voga nos anos 70, era precisamente a garantia de que ele reunia as condições para promover as mudanças que permitiriam, em tese, melhorar a qualidade de vida dos habitantes da nossa “Índia”. Assim, Fernando Henrique Cardoso acumulou vasta milhagem e emprestou o seu brilho diáfano a não poucos eventos internacionais. Contudo, esse notável esforço não produziu resultados significativos, no que se refere à promoção do desenvolvimento nacional e à inserção do país no cenário interna-

cional. Em relação ao comércio externo, por exemplo, houve inversão da tendência histórica anterior.

Até o Plano Real, o Brasil vinha conseguindo manter, de forma consistente, saldos comerciais positivos. Entretanto, no início do Governo FHC, o comércio exterior perdeu a importante função de gerar saldos positivos e ganhou o inusitado papel de contribuir para o controle da inflação. Esta nova função macroeconômica do comércio exterior, somada à sobrevalorização cambial causada pelo referido plano econômico, fez com que o Brasil passasse a apresentar sistematicamente saldos negativos em sua balança comercial e uma crescente vulnerabilidade externa. Entre 1990 e 1994, o superávit alcançou US\$60,4 bilhões, ao passo que, entre 1995 e 2000, o déficit somou US\$24,3 bilhões.

Além disso, não houve qualquer avanço na composição das nossas exportações, as quais continuaram a apresentar, no início deste século, praticamente os mesmos percentuais de produtos industrializados e primários que apresentavam na década de 80 (cerca de 70% de produtos industrializados e 30% de produtos primários). Só houve algum avanço em anos recentes graças, exclusivamente, às exportações da Embraer. No que tange ao Mercosul, projeto geopolítico de grande significado para o país, o Governo FHC foi incapaz de impedir o seu quase naufrágio. Em sua origem, o Mercosul tinha um nítido sentido estratégico de cunho neoestrutural. Tratava-se de criar um espaço econômico, social e político capaz de levar os países que compunham a integração regional a uma inserção mais firme e soberana na globalização.

Porém, o Mercosul, ao longo dos governos de Fernando Henrique Cardoso, perdeu essa dimensão estratégica inicial e concentrou-se exclusivamente na liberalização comercial, em detrimento da coordenação das políticas macroeconômicas, da conformação de políticas harmônicas de desenvolvimento econômico e tecnológico, da criação de fundos de desenvolvimento e da livre circulação de trabalhadores. FHC, com sua política externa errática e errante, dada à ausência de um projeto nacional definido para além da mera abertura econômica e da “modernização” conservadora, foi incapaz de reverter tal processo e de recolocar o Mercosul em sua correta dimensão estratégica inicial.

Essa mesma política externa inconsistente resultou na incapacidade de apresentar alternativas à Alca em seu atual formato.

Embora o governo brasileiro anterior tenha feito reservas à Área de Livre Comércio das Américas, o fato concreto é que FHC foi incapaz de formular um projeto próprio de integração comercial, com prazos mais amplos e escopos mais reduzidos, e que promovesse a necessária proteção dos setores estratégicos nacionais e mantivesse a integridade geopolítica do Mercosul. Ademais, o Governo anterior, com toda a sua pomposa diplomacia presidencial, não soube defender, com o rigor imprescindível, os interesses de nossos exportadores e nem se empenhou como deveria em construir as desejadas parcerias estratégicas com países emergentes, como China, Índia, África do Sul, etc., concentrando-se fortemente nas relações assimétricas com os países desenvolvidos.

Apesar de toda a precariedade da política externa de FHC, os hoje neocríticos e outrora seguidores do Doutor Pangloss continuaram a defendê-la. Mais do que isso: durante a campanha presidencial o candidato oficial foi apresentado como o único capaz de mantê-la. Insinuavam, dessa forma, que Lula, por ser monoglota e por não pertencer, como FHC e Serra, à elite social e intelectual do País, não reunia as condições necessárias para poder bem representar o Brasil no exterior.

Pois bem, com apenas um mês de governo, o Presidente Lula já é considerado unanimemente como um dos principais e mais respeitados líderes mundiais. No Sul em desenvolvimento, a sua envergadura política só encontra paralelo com a de Nelson Mandela. Fatos o demonstram. Lula foi o único Presidente brasileiro eleito a ser recebido na Casa Branca, num encontro que resultou no estabelecimento de uma agenda ampla de negociação Brasil/EUA. Na América do Sul, o novo Governo não hesitou em usar audaciosamente a influência brasileira na região para criar o “Grupo de Amigos da Venezuela”, instância de negociação que vem obtendo êxito em seu objetivo de solucionar a crise daquele país por via pacífica e constitucional.

Mas talvez o símbolo mais visível (certamente não o mais importante) da relevância política que o presidente Lula tem hoje no cenário mundial seja o convite que recebeu para participar em Davos.

Na realidade, não foi o Presidente Lula que foi a Davos e sim Davos que foi até o Presidente Lula. Os neoliberais de lá, bem mais inteligentes que os daqui, já estão conscientes de que a “modernização” efetuada conforme as diretrizes do Consenso de Washington gerou uma ordem mundial crescentemente desigual e mergulhou a maior parte dos países em desenvolvimento numa crise social e econômica sem paralelo. Eles sabem o perigo que isso representa.

A “montanha mágica” precisava, portanto, de um Leon Naptha que criticasse a nova ordem e apontasse alternativas para uma “globalização solidária”. O Presidente Lula o fez com propriedade. E o fez não porque tivesse maior conhecimento de temas internacionais que FHC, mas sim porque, ao contrário dele, está respaldado num projeto de nação que dá consistência e legitimidade às suas ações no campo internacional. Significativamente, o Presidente Lula, em Davos, falou antes do que pretende fazer no Brasil, para depois apresentar as suas idéias referentes ao cenário mundial. Lula, monoglota e oriundo da nossa “Índia”, vem conseguindo conduzir uma autêntica diplomacia presidencial séria, congruente e de sucesso. Tudo isso em bom português.

Como canta Caetano Veloso, “minha pátria é minha língua”.

Sobre Cancún, quadrúpedes e bípedes

Folha de S.Paulo, 22-9-2003

As vacas européias e norte-americanas, esses simpáticos e abnegados quadrúpedes, recebem dos governos da União Européia e dos Estados Unidos cerca de US\$2 por dia para sua subsistência. Por outro lado, há ao redor de 1,2 bilhão de “bípedes implumes”, como Platão definia o ser humano, que sobrevivem nos países em desenvolvimento com US\$1 ou menos por dia.

Essa notável desigualdade nos rendimentos de quadrúpedes e bípedes não se deve, como poderiam pensar os mais afoitos, ao maior número de membros dos primeiros, o que equalizaria a renda “*per membru*” de uns e outros, mas, sim, à escandalosa política de subsídios à agricultura que os países desenvolvidos praticam. Com efeito, o protecionismo dos países desenvolvidos, especialmente na área agrícola, causa prejuízos enormes à população das nações em desenvolvimento.

Alicerçadas em picos tarifários, barreiras sanitárias e fitossanitárias, cotas e em cerca de US\$360 bilhões por ano de subsídios de todo tipo, as políticas agrícolas dos países desenvolvidos criam obstáculos muitas vezes intransponíveis para as exportações de *commodities* agrícolas, as quais são vitais para as economias de muitos países em desenvolvimento, notadamente os mais pobres. Mesmo para o Brasil, país que tem a décima economia mundial e pauta exportadora bastante diversificada, as exportações do chamado agronegócio são essenciais para a realização dos superávits comerciais necessários à superação da nossa vulnerabilidade externa.

A esse respeito, basta assinalar que, entre 1993 e 2002, o agronegócio brasileiro gerou, apesar de tais obstáculos protecionistas e da sobrevalorização cambial, cerca de US\$147 bilhões de superávit comercial. Dada a alta produtividade de nossa agricultura e de boa parte de nossa indústria, a performance comercial do Brasil poderia ser bem melhor, caso as barreiras protecionistas das nações mais ricas fossem derrubadas.

Assim sendo, a superação do protecionismo dos países desenvolvidos, especialmente na área da agricultura, e a construção de uma ordem internacional menos assimétrica são estratégicas para o desenvolvimento do Brasil. Entendemos perfeitamente que, por causa de sua multifuncionalidade e da necessidade de promover a segurança alimentar, a agricultura tenha de ter tratamento diferenciado.

Contudo o excesso de protecionismo e de subsídios praticado pelos países mais abastados, justificado com alguns argumentos estapafúrdios, como o da necessidade de se assegurar o “bem-estar animal”, acaba por prejudicar de forma mais intensa justamente a população rural de baixa renda das nações em desenvolvimento, as quais, além de enfrentarem a concorrência desleal das exportações subsidiadas, têm de conviver com a concentração fundiária e de renda. Foi por esses motivos que o governo brasileiro, realizando o que alguns analistas definiram como “golpe de mestre”, criou e liderou, com êxito, o G21 na reunião da OMC (Organização Mundial do Comércio) em Cancún.

Embora a referida reunião tenha acabado num impasse técnico, o saldo político-diplomático foi muito positivo para o Brasil e para os demais países em desenvolvimento. Ao contrário do que aconteceu na Rodada Uruguai, quando os países em desenvolvimento, atuando de forma descoordenada, acabaram por ratificar acordos desequilibrados e assimétricos que os levaram a abrir as suas frágeis economias para os produtos e serviços das nações desenvolvidas sem que, entretanto, tivessem obtido contrapartidas nas áreas em que possuíam maior competitividade (agricultura e têxteis), desta vez os governos de tais países cerraram fileiras na defesa dos seus justos interesses.

Com isso, evitou-se o pior, que seria a consolidação, por décadas, do protecionismo agrícola e da injusta ordem comercial global. Temendo talvez pelo futuro de seus vetustos quadrúpedes, os EUA e a União Européia reagiram furiosamente à justificada insurreição da malta bípede. Acusaram-nos de estarmos revivendo a clivagem “ideológica” entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, típica das décadas de 60 e 70, e obstaculizando o progresso do “livre comércio”, com prejuízos para todos. Ora, tal clivagem foi introduzida por eles

já na Rodada Uruguai, da qual os países em desenvolvimento saíram apenas com promessas vãs.

Agora, na Rodada Doha, ironicamente denominada também “Rodada do Desenvolvimento”, tenta-se fazer a mesma coisa. Os governos das nações industrializadas querem arrancar concessões nos “temas de Cingapura”, como regras draconianas para proteção dos investimentos, a exemplo do que foi tentado no finado MAI (Acordo Multilateral de Investimento), transparência e ulterior abertura do mercado de compras governamentais, política de concorrência etc., mas não admitem progressos significativos nos assuntos vitais para os países em desenvolvimento, como agricultura, *antidumping* e tratamento especial e diferenciado. Por isso Cancún fracassou.

Contrastando com o que afirmam alguns, acreditamos que o impasse gerado em Cancún possa vir a abrir perspectivas positivas para nossas negociações comerciais. Em primeiro lugar, o Brasil surge de Cancún como o grande líder dos países em desenvolvimento, o que deverá facilitar articulações diplomáticas que visem à defesa de nossos interesses. Em segundo, a paralisação temporária da discussão, na OMC, de temas polêmicos, como investimentos, compras governamentais, *antidumping* e subsídios agrícolas, gera condições concretas para que, na Alca, possam se acelerar as negociações no “trilho” do acordo 4+1 entre o Mercosul e os EUA, as quais não dependem do debate de tais assuntos. Em terceiro e mais importante, a nova atitude mais atuante e propositiva dos países em desenvolvimento na OMC, cristalizada na ação do G21, deverá, a longo prazo, fortalecer o sistema multilateral de comércio, pois nenhuma instituição será politicamente equilibrada e verdadeiramente multilateral enquanto refletir preponderantemente os interesses de algumas poucas nações desenvolvidas.

A luta será dura, e o Brasil, o Mercosul e o G21 devem preparar-se para árduas negociações. Mas cremos firmemente que, ao final do processo, chegaremos a uma ordem internacional mais justa, na qual, ao menos, o bem-estar dos bípedes do Terceiro Mundo receba tanta atenção quanto o dos quadrúpedes do Primeiro Mundo.

ONU: Feliz ano velho

O Globo, 5-11-2003

Na semana passada foram iniciados os trabalhos da 58ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Normalmente, esse evento é motivo de grande alegria para todos aqueles que acreditam na convivência pacífica entre as nações e na construção de uma ordem internacional mais justa. Contudo, neste ano as comemorações tiveram um sabor amargo.

Em primeiro lugar, porque um dos funcionários mais brilhantes e dedicados das Nações Unidas, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, foi morto, junto com vários outros funcionários, em recente atentado à bomba no Iraque. Em segundo, porque a própria ONU foi gravemente ferida num atentado cometido não por uma bomba, mas por um enraivecido unilateralismo. Ambos os atentados possuem a marca comum do irracionalismo e do desprezo pela negociação como forma de resolver pacificamente os conflitos.

Acima de tudo, o que está em jogo no atual cenário internacional são os princípios inscritos na Carta das Nações Unidas, os quais regem a convivência entre os países. Tal Carta inaugurou um direito internacional inteiramente novo. Esse direito novo contrastava e contrasta com a idéia, oriunda de teólogos espanhóis do século XVII, de que os Estados nacionais tinham o direito individual à guerra para proteger ou promover seus interesses (a chamada “guerra justa”).

A idéia antes predominante fundamentou e justificou, principalmente no século XVIII e XIX, uma série de “guerras imperiais” entre as potências economicamente dominantes, bem como intervenções militares dos “impérios” em colônias ou futuras colônias. A Carta das Nações Unidas rompeu com essa tradição jurídica e criou o sistema de segurança coletiva. Por meio desse sistema de segurança coletiva, o direito individual dos Estados à guerra foi substituído pela obrigação coletiva para com a paz.

De fato, pelo texto da Carta a guerra só é admitida como último recurso, sob regras estritas. Saliente-se que mesmo o direito à autodefesa, reconhecido no art. 51 da Carta, é limitado por normas

coletivas. Pois bem, esse sistema de segurança coletiva, indispensável num mundo tomado por processo de globalização assimétrica, está ameaçado por dois fatores básicos. O primeiro deles refere-se à pouca representatividade do Conselho de Segurança. Com efeito, a composição desse conselho reflete o *status quo* das relações internacionais ao final da Segunda Guerra Mundial.

Por isto, países que tinham e têm grande relevância política e econômica, mas que foram derrotados na guerra, como Alemanha e Japão, não participam do Conselho. Também não houve a preocupação de incluir como membros permanentes do Conselho de Segurança países em desenvolvimento. Ora, tal situação não pode se manter. O mundo mudou sobremaneira de 1945 até hoje e é necessário que as Nações Unidas e, principalmente, o seu Conselho de Segurança, reflitam de modo fiel o novo cenário das relações internacionais.

Devido a este motivo, o Brasil tem pleiteado, com toda justiça, um assento permanente no Conselho, assim como tem proposto também a sua completa reestruturação. Entretanto, a principal ameaça ao sistema de segurança coletiva não provém da pouca representatividade do Conselho, mas sim do recente uso do unilateralismo como instrumento de afirmação de interesses específicos no cenário internacional.

A Nova Doutrina de Segurança Nacional do Governo Bush propõe atuação dos EUA no mundo à margem do princípio do multilateralismo e é francamente hostil à qualquer limitação à consecução dos objetivos do Estado norte-americano no planeta. Para ela, a ONU pode até ser útil, caso atenda às necessidades da *realpolitik* norte-americana. Caso não o faça, ela se torna “irrelevante”. Na realidade, a Nova Doutrina de Segurança Nacional dos EUA consagra um retrocesso ao anacrônico direito individual à guerra, que havia sido banido pelo sistema de segurança coletiva da Carta das Nações Unidas.

A intervenção militar no Iraque, feita à revelia da ONU e condenada pelo Governo brasileiro, representa a concretização maior desta Nova Doutrina. Todavia, o unilateralismo da Nova Doutrina de Segurança dos EUA não se expressa apenas no plano político-militar, mas também no plano sensível das negociações comerciais. De fato, a tentativa dos EUA de “bilateralizar” as negociações da Alca e mesmo

as da OMC (expressa em acordos bilaterais e em propostas assimétricas de desgravação tarifária), representa clara agressão ao princípio do multilateralismo e uma forma de impor, de forma unilateral, os seus interesses específicos, em detrimento de um esforço coletivo de construção de sinergias e identidades.

Em contraste, há países, como o nosso, que querem contribuir efetivamente para o aprimoramento do multilateralismo e do sistema de segurança coletiva. O Brasil, ao criar o G-22, contribuiu para a solução de contenciosos comerciais, pois a concreta expressão dos países em desenvolvimento nas negociações é vital para o fortalecimento da OMC enquanto instituição efetivamente multilateral. Da mesma maneira, ao propor uma Alca flexível e pragmática, o Brasil está querendo evitar a implosão daquele bloco e ensejando a construção de um acordo que contemple todos os interesses em jogo.

Assim sendo, o Brasil pauta a sua atuação no cenário mundial pelo pragmatismo sereno e pelo respeito ao multilateralismo. Os nossos diplomatas, hoje orgulhosamente calçados no interesse nacional, sobressaem-se em todos os foros por sua competência e racionalidade. A ideologia, no sentido pejorativo do termo, indubitavelmente está do lado daqueles que travestem seus interesses específicos e unilaterais em causas da humanidade e da democracia.

Acreditamos firmemente que o unilateralismo acabará por fracassar, tanto no plano político-militar (como já está acontecendo no Iraque), quanto no plano comercial. Das suas cinzas surgirão novas oportunidades para a construção de um sistema multilateral político e comercial mais sólido, legítimo e simétrico, com uma ONU reformulada e eficazmente atuante. E o sacrifício de Sérgio Vieira de Mello não terá sido em vão.

América Latina: repensar o desenvolvimento

Folha de S.Paulo, 28-2-2005

A partir de meados dos anos 80, a afirmação da hegemonia ideológica do capitalismo e a estruturação de um novo ordenamento internacional, comandado pelos interesses econômicos e estratégicos dos Estados Unidos, impulsionaram a difusão, em escala planetária e com particular vigor no mundo subdesenvolvido, de um modelo padronizado de organização e funcionamento da economia. Este foi fundado na eliminação de todas as barreiras à livre movimentação do capital estrangeiro, na abertura comercial irrestrita e unilateral, na reforma do Estado e na desregulamentação geral da economia, com o mercado assumindo o papel de reitor da alocação e de distribuição de recursos em todas as suas esferas.

A América Latina foi a região do mundo que aplicou com maior rigor e intensidade essa proposta de política, consubstanciada no que se convencionou chamar o Consenso de Washington. Por meio dela, cimentou sua integração à dinâmica da financeirização/globalização da economia mundial e redesenhou suas instituições e seu sistema produtivo interno. O Brasil não foi uma exceção a essa regra, ainda que a adesão de nossas elites à onda neoliberal tenha sido tardia. No entanto, a abertura mais ampla aos fluxos de capital, que é o eixo desse processo, não significou maior crescimento econômico. Ao contrário.

Enquanto no período de 1950 a 1980 a taxa média de crescimento da região foi superior a 5% anuais, entre 1980 e 2003 caiu para 2,1%. Do mesmo modo, a notável expansão do comércio internacional nos anos 90 teve efeitos modestos sobre o crescimento do PIB regional. Embora a América Latina tenha aumentado sua participação no comércio mundial entre 1990 e 2003, a liberalização comercial, intensificada na região durante esses anos, não se traduziu em uma aceleração proporcional do ritmo de crescimento econômico.

Também as reformas privatizantes tiveram escasso impacto na expansão da capacidade produtiva e no aumento da produtividade sistêmica da economia. Por que não funcionaram essas políticas? Por

que, ao contrário do apregoadado, declinou o ritmo de crescimento econômico e aumentou o desemprego, a desigualdade e a exclusão social? Uma pista para a resposta a essas questões se encontra no livro *Chutando a Escada – A Estratégia de Desenvolvimento em Perspectiva Histórica*, de Ha-Joon Chang, diretor-assistente de estudos sobre o desenvolvimento da Universidade de Cambridge.

Sua análise suscita várias questões. Por exemplo, a que interesses respondem as políticas que são atualmente recomendadas pelos países desenvolvidos e pelas organizações multilaterais que as difundem? Que lições podem ser extraídas da experiência dos países em desenvolvimento que acataram essas recomendações? Quais são as perspectivas desses países de superar sua condição de periferia subdesenvolvida com a aplicação dessas políticas? Por que os países mais desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos, não aplicam esse tipo de política?

Duas conclusões da pesquisa de Chang são particularmente relevantes. A primeira delas é a de que, quando se encontravam em estágios de desenvolvimento comparáveis à nossa situação atual, os países hoje desenvolvidos jamais aplicaram as políticas que agora recomendam aos países em desenvolvimento. Tampouco adotaram a maior parte das instituições hoje consideradas essenciais aos países em desenvolvimento, como a proteção irrestrita aos direitos de propriedade intelectual e de patentes. A segunda conclusão é a de que a experiência histórica demonstra que os países hoje desenvolvidos mudaram de posição depois de atingirem a fronteira tecnológica que lhes assegurava a hegemonia econômica, impondo ou recomendando aos demais políticas diferentes das que eles adotaram. Ou seja, estariam “chutando a escada” para impedir que os países retardatários alcançassem um patamar similar de desenvolvimento.

As indagações e conclusões do livro de Chang, embora sem esgotar a temática, embutem uma instigante e atual agenda para a América Latina. E o momento é oportuno para retomar esse debate e traduzi-lo em propostas concretas de políticas, fundadas na realidade social de cada país, que respondam às necessidades e às aspirações de desenvolvimento de seus povos.



PARLAMENTO DEL
MERCOSUR
PARLAMENTO DO
MERCOSUL

Luz uruguaia

Jornal do Brasil, 16-3-2005

“Creo que he visto una luz al otro lado del río” Jorge Drexler Rompendo a hegemonia político-partidária de quase dois séculos dos blancos e colorados, chegou ao poder no Uruguai o representante do Frente Amplio, Tabaré Vázquez.

Trata-se não apenas de singular vitória eleitoral, mas também de verdadeira revolução política naquele país vizinho. Pela primeira vez na História, o povo uruguaio leva ao cargo máximo da república, em primeiro turno, um autêntico representante da esquerda. Significativamente, Tabaré Vázquez assumiu o poder na República Oriental do Uruguai exatos 190 anos após a entrada triunfal do general José Artigas em Montevideú, que começou a consolidar o processo de independência daquele país e inaugurou o período conhecido como Patria Vieja, época de ouro dos orientales.

De outra forma mas com a mesma intensidade, o novo presidente do Uruguai também fez uma entrada triunfal em Montevideú,

numa festa muito parecida com a ocorrida na posse de Luiz Inácio Lula da Silva, e à qual compareceram milhares de entusiasmados patriotas e mais de 130 delegações estrangeiras. Pude sentir ao vivo o pulso do bravo povo uruguaio e constatei a grande esperança que ele deposita em Tabaré Vázquez.

Tal esperança é proporcional à frustração causada por anos de políticas neoliberais, que agravaram a crise da dívida externa uruguaia, a qual hoje ascende a mais de 40% do PIB, e colocaram, no ano passado, cerca de 21% da população do Uruguai abaixo da linha da pobreza. Este último indicador é inusitado numa nação que, por sua longa estabilidade institucional e seu alto desenvolvimento social, ficou conhecida na primeira metade do século passado, com justiça, como a “Suíça da América Latina”.

Infelizmente, o Uruguai também não foi poupado dos efeitos deletérios ocasionados pela globalização excludente em nossa região. Portanto, se a esperança é grande a responsabilidade é ainda maior. Com efeito, atender às múltiplas e complexas demandas sociais e conciliá-las com políticas que não sacrifiquem a estabilidade macroeconômica é o desafio maior que os governos de centro-esquerda dos países que compõem o novo “arco virtuoso” da América do Sul (Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Venezuela) têm de enfrentar.

Trata-se de desafio difícil de ser vencido, mas que é imperioso para o êxito desses governos. Sensível a este desafio, o governo de Tabaré Vázquez já anunciou o PANES (Plan de Atención de la Emergencia Social), plano semelhante ao Fome Zero do presidente Lula, e que incorpora diversos programas dirigidos ao atendimento emergencial das múltiplas necessidades básicas da população uruguaia em situação de indigência. Entretanto, a sinergia política propiciada pela confluência desses governos progressistas abre espaços para uma cooperação mais ativa que deverá contribuir para soluções concertadas de problemas comuns.

O Governo do Presidente Lula está solidamente empenhado em fortalecer o Mercosul, recuperando seu sentido estratégico original e transformando-o em elemento catalisador da tão sonhada integração da América do Sul. A conformação de espaço comum econômico, social e político na região permitiria aos nossos países inserção sobe-

rana no processo de globalização e lhes daria maior peso específico no cenário internacional e maior capacidade negociadora em foros hemisféricos e mundiais. Assim, a aposta estratégica no Mercosul e na integração da América do Sul é, paradoxalmente, uma aposta na autonomia e soberania individual das nossas nações.

Em contraste, a ênfase numa integração assimétrica em âmbito hemisférico ou em acordos bilaterais que limitam a capacidade dos Estados de implementar políticas de desenvolvimento tenderá, inevitavelmente, a reduzir a soberania de nossos países, já tão ameaçada pelos imperativos da globalização financeira. O Governo de Tabaré Vázquez compartilha dessa visão estratégica e já em seu discurso de posse o novo presidente deixou claro que o Uruguai, coerentemente com seu formidável histórico de luta por independência e autonomia, adotará política externa independente, com ênfase em “mais e melhor Mercosul”.

Acendeu-se uma luz em nosso vizinho, uma luz de esperança e solidariedade que deverá iluminar o Mercosul e guiar o pequeno Uruguai rumo ao seu grande destino de país próspero, justo e soberano. Acendeu-se de novo a luz de Artigas, que deverá fundar a Patria Nueva. Do Brasil, olharemos para ela com imenso respeito e indisfarçável alegria.

A jangada da esperança

O Globo, 19-3-2005

Na sua obra *A Jangada de Pedra*, o genial José Saramago imagina que a Península Ibérica se desprende do resto da Europa e passa a navegar pelo Oceano Atlântico. Trata-se, evidentemente, de uma metáfora corrosiva sobre o estranhamento da cultura ibérica em relação ao norte europeu.

De fato, Espanha e Portugal já foram vistos injustamente como países atrasados e culturalmente alheios à racionalidade cartesiana e à ética protestante do trabalho que teriam prevalecido no norte da Europa. Entretanto, hoje em dia ninguém mais duvida da pujança econômica e cultural das nações ibéricas. Com efeito, Espanha e Portugal passaram por transformações notáveis nas últimas três décadas e colocaram-se na vanguarda das mudanças políticas na Europa.

Pois bem, a recente e histórica vitória de José Sócrates, do Partido Socialista português, nas eleições legislativas, precedida pela extraordinária ascensão ao poder de José Zapatero, do PSOE, transformaram a Península Ibérica no centro das atenções de todos aqueles que desejam conciliar desenvolvimento econômico com justiça social. A jangada de pedra de José Saramago transformou-se na jangada da esperança de José Sócrates e José Zapatero. Nesse sentido, a comparação da ascensão ao poder de José Zapatero e José Sócrates, especialmente este último, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva é incontornável.

Aqui, a eleição do Presidente Lula assinalou o amadurecimento definitivo da democracia brasileira e significou a “vitória da esperança sobre o medo”. Lá, em Portugal, os eleitores foram sensíveis ao mote da campanha socialista: Voltar a Acreditar. Pela primeira vez na história dos pleitos legislativos em Portugal, eles concederam a maioria congressual a um partido de esquerda, sepultando as avaliações céticas sobre o futuro daquele país.

O próprio José Sócrates resumiu bem o significado de sua eleição ao afirmar que o grande derrotado do pleito fora o pessimismo. Assim, tanto em Portugal quanto no Brasil a esperança e o otimismo

derrotaram o medo e o pessimismo. Porém, as semelhanças entre Lula, José Zapatero e José Sócrates não se restringem ao caráter simbólico de suas vitórias. Acima de tudo, eles devem enfrentar os mesmos desafios comuns aos governos que pretendem enfrentar os problemas sociais, sem renunciar a uma política econômica condizente com os imperativos apresentados pelo processo de globalização.

Por isto, esses governos terão de se desdobrar para conciliar competitividade econômica com a busca da coesão social. No caso dos países ibéricos, esses objetivos terão de ser conciliados também por força da chamada Estratégia de Lisboa, que fixou como meta estratégica da União Européia tornar-se espaço econômico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento econômico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social.

Por tal motivo, o PS português se impôs como tarefa essencial travar o desvirtuamento neoliberal da Estratégia de Lisboa, voltando a valorizar o modelo social europeu. No campo da política externa, as excelentes relações Brasil/Portugal e Brasil/Espanha devem aprofundar-se. Esses países estão entre os grandes investidores externos da economia brasileira. Ademais, eles se constituem, por motivos óbvios, na porta de entrada do Mercosul na União Européia. O governo brasileiro tem, pois, interesse em estreitar os laços econômicos e diplomáticos com Espanha e Portugal.

As mudanças políticas ocorridas na Península Ibérica, somadas às que aconteceram no nosso continente, como a de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, Néstor Kirchner, na Argentina, e de Tabaré Vasquez, no Uruguai, propiciam forte sinergia diplomática entre o Mercosul e esses países-chave da União Européia. Devemos aproveitá-la ao máximo, de forma que a jangada da esperança de José Sócrates e José Zapatero, ao contrário da jangada de pedra de José Saramago que navegava sem rumo, venha a atracar, 500 anos após Cabral e Colombo, no porto seguro e solidário das novas águas americanas.

Encontro de civilizações

Folha de S.Paulo, 24-4-2005

Samuel P. Huntington, na sua obra *O Choque das Civilizações*, advertiu o mundo que, embora o colapso da União Soviética tivesse significado o fim dos conflitos político-ideológicos, persistiriam as ameaças à paz e à segurança advindas das diferenças culturais e religiosas. Para ele, a civilização do Ocidente se diferenciaria das demais por valorizar o individualismo, os direitos humanos, a liberdade, o poder da lei, a democracia e os mercados livres.

Assim, a civilização ocidental seria superior, e nesta suposta superioridade se assentaria a supremacia do Norte desenvolvido. Essa “teoria” não passa de agi ornamento canhestro de velhas teses discriminatórias, já refutadas pelos melhores expoentes da Antropologia. Contudo, ela ajudou a fundamentar as diretrizes teóricas das intervenções unilaterais feitas à margem do sistema de segurança coletiva da ONU, as quais afirmaram interesses hegemônicos, mas não promoveram valores civilizados e segurança no cenário internacional.

Em contraste, o Governo Lula rege a sua atuação na ordem mundial pelo princípio do multilateralismo, o qual repousa na crença da igualdade intrínseca das civilizações e no respeito à diversidade cultural, religiosa e política. Calçado nestes pressupostos e por inspiração direta do nosso presidente, o Governo brasileiro promoverá, em Brasília, em maio deste ano, a primeira Cúpula Países Árabes–América do Sul. Trata-se de encontro de altíssimo relevo diplomático e estratégico.

Essas regiões têm o direito de aproximar-se para promover sinergias econômicas, culturais e tecnológicas e defender seus interesses, diversos mas confluentes, nas discussões que ocorrem em organizações multilaterais, tal como fazem os países desenvolvidos. O Brasil, que tem laços históricos profundos com a comunidade árabe, devido ao grande contingente de migrantes do Oriente Médio que acolheu, necessita reativar esses liames, que se tornaram frouxos em anos recentes.

O Governo Lula vem promovendo com êxito essa reaproximação, tendo realizado viagem presidencial a países do Oriente Médio, a qual resultou em crescimento de 50% do nosso comércio com o mundo árabe. A crença em supostas superioridades culturais, religiosas ou raciais, resulta sempre em barbárie, como a do antissemitismo, jamais em civilização. Em contraponto iluminista, Max Horkheimer afirmou que o objetivo de uma sociedade racional está presente em cada homem.

É neste pressuposto da igualdade intrínseca dos homens e de suas manifestações culturais que residem as esperanças em verdadeiro processo civilizatório e ordem mundial justa. Significativamente, a Cúpula Países Árabes–América do Sul está sendo chamada de “Cúpula da Esperança”, por demonstrar que o convívio pacífico e proveitoso entre diferentes civilizações e culturas é possível e desejável.

Com efeito, ao promoverem, de forma legítima e responsável, esse encontro de civilizações, os países árabes e sul-americanos apostam em ordem mundial baseada no multilateralismo e em globalização simétrica e inclusiva, que diminuam as desigualdades econômicas e tecnológicas entre as nações, promovam a paz e a segurança, combatendo as causas do terrorismo, e aproximem as distintas culturas e religiões, sem imposição de hegemônias. Eles apostam, enfim, na esperança, motor de qualquer civilização, e não no medo, motivo último de toda barbárie.



Pragmatismo ameaçado

Folha de S.Paulo, 26-3-2006

Para o observador imparcial, as políticas externa e de comércio exterior são grandes destaques do Governo Lula. Tal fato é reconhecido no exterior, onde a avaliação dos formadores de opinião sobre o novo protagonismo internacional do Brasil é, em geral, muito positiva. No plano interno, contudo, alguns teimam em ignorar as realizações marcantes dessas políticas, como a geração de superávit comercial de US\$103 bilhões em apenas três anos, que contrasta vivamente com os US\$8,7 bilhões de déficit deixados, em oito anos, pela administração anterior.

Mas, além de ignorar fatos, os críticos da nova política externa brasileira esmeram-se em elucubrações ideológicas que nada têm a ver com o pragmatismo racional da nossa diplomacia. Isso é evidente nas discussões sobre a Alca. Com efeito, alguns, tomados por desvario típico dos idos da guerra-fria, vêem a atitude firme do Governo brasileiro em relação às negociações da Alca como sintoma de “terceiro-mundismo” e “antiamericanismo”.

Ora, a atitude do Governo Lula de propor alternativa *light* ao modelo da Alca ampla norte-americana nada tem de ideológica. Ela é resposta realista à ênfase posta, pelos EUA, em temas que poderiam dificultar a nossa capacidade de implementar política de desenvolvimento, como propriedade intelectual e compras governamentais, por exemplo. Ademais, a Alca, tal como vinha sendo negociada pelo governo anterior, não contemplava satisfatoriamente nossos interesses no que tange à conquista de novos mercados, pois as autoridades norte-americanas se negavam, e ainda se negam, a ceder em subsídios agrícolas e *antidumping*, principais mecanismos que entravam a entrada de produtos brasileiros no mercado dos Estados Unidos.

Na realidade, a ideologia está do outro lado. Ela está do lado daqueles que crêem, ingenuamente, que a retomada das negociações da Alca ampla poderia trazer vantagens para o Brasil. Basta ler o texto da TPA (*Trade Promotion Authority*) para se convencer do contrário. Esse mandato negociador aprovado no Congresso dos EUA veda concessões significativas em temas do interesse brasileiro, além de ter colocado, na lista de “produtos sensíveis”, itens que estão entre os nossos principais bens de exportação, como suco de laranja, aço e carnes, por exemplo. Saliente-se que estudo elaborado pelo Ipea, que não levou em consideração todas as barreiras não-tarifárias impostas na TPA, demonstra que a liberação do comércio bilateral Brasil/EUA resultaria em aumento de apenas US\$1,2 bilhão nas nossas exportações, mas em alta de US\$2,2 bilhões nas importações. Um déficit de US\$1 bilhão.

Evidentemente, é do interesse do Brasil aumentar o intercâmbio bilateral com aquele país, uma vez que os Estados Unidos importam muito mais do que qualquer outra nação e as nossas exportações para o gigantesco mercado norte-americano estão bem abaixo do seu potencial. Porém, esse esforço desejável de incremento do comércio bilateral não pode assentar-se em miragens livre cambistas que nos levaram, em passado recente, a cambiar superávits e soberania por déficits e dependência.

Populismo e democracia

Folha de S.Paulo, 12-1-2007

Apesar da evolução política das democracias na América Latina, não se pode ocultar o fato de que elas ainda revelam fragilidades.

No discurso de posse, o presidente Lula afirmou que seu governo não é populista. É popular. Com essa afirmação, o presidente delineou uma fronteira político-ideológica importante para as democracias da América Latina.

Essas democracias evoluíram muito, como demonstra o encontro, antes impossível de ser imaginado, entre a Presidente do Chile, Michelle Bachelet, filha de um general assassinado pela ditadura Pinochet, e o Presidente Lula, ex-líder sindical perseguido por outra ditadura.

Nos últimos tempos, houve eleições limpas em quase todos os países do continente e a imprensa funciona de maneira independente. Além disso, houve grandes avanços no fortalecimento dos direitos políticos e civis da população. Embora em graus variados, há liberdade de associação, de informação e de expressão. Pode-se, enfim, respirar livremente. O falecimento de Pinochet parece ter colocado um ponto final simbólico no ciclo das ditaduras latino-americanas.

Porém, essa evolução política não pode ocultar o fato de que as democracias latino-americanas ainda revelam fragilidades. O relatório do Pnad intitulado “A Democracia na América Latina”, de 2004, advertia que o continente tem persistente crise social que afeta as suas democracias.

De fato, as desigualdades sociais persistem, os níveis de pobreza permanecem elevados, não há geração de emprego suficiente para reduzir a informalidade e o crescimento econômico tem sido baixo e irregular.

Esse quadro introduz limitações no processo democrático, pois as democracias sólidas têm de assegurar aos seus cidadãos não apenas direitos políticos e civis mas também direitos sociais e econômicos.

Direitos políticos são os pilares fundadores das democracias, mas são os direitos sociais e econômicos que as consolidam.

Esse cenário assenta-se, em linhas gerais, nas políticas macroeconômicas ortodoxas, que, embora tenham tido sucesso na promoção da estabilidade monetária, se mostraram incapazes de promover crescimento econômico com distribuição de renda.

Porém, o efeito mais negativo dessas políticas foi gerar insatisfação no que tange ao desempenho das democracias. De acordo com o Latinobarômetro, mais de 50% dos cidadãos da América Latina responderam afirmativamente quando questionados se estariam dispostos a sacrificar um governo democrático em favor de progresso socioeconômico, o que mostra que a democracia ainda é pouco consolidada na região.

Essa insatisfação expressou-se, em período recente, no surgimento de regimes populistas em algumas nações. Tais regimes, apesar de legitimamente eleitos, têm introduzido elementos nocivos à normalidade democrática, como redução da independência entre os Poderes, restrições à liberdade de imprensa e formas de legitimação que prescindem dos mecanismos democráticos tradicionais.

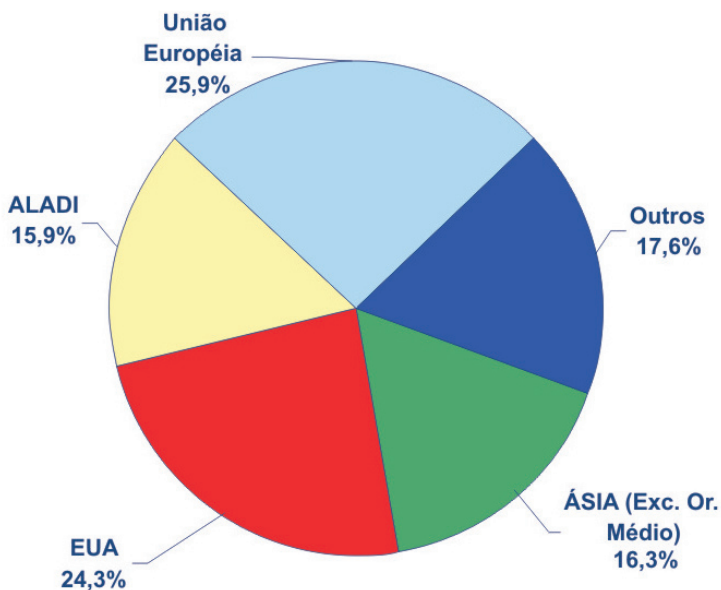
Eles sinalizam que, na justificada luta pelos direitos sociais e econômicos da população excluída, certos direitos e liberdades civis podem ser sacrificados. Ademais, ao adotarem políticas econômicas que não têm sustentabilidade, esses regimes correm o risco de exacerbar a insatisfação que lhes deu origem.

Assim, as democracias latino-americanas vêm sendo fragilizadas, de um lado, por políticas demasiadamente ortodoxas que não resultaram na expansão dos direitos sociais e econômicos da população, e, de outro, por regimes populistas que, na tentativa de assegurar direitos sociais aos excluídos, solapam, com o sacrifício de princípios essenciais à cidadania e políticas sem sustentabilidade, os fundamentos da democracia.

O desafio das democracias latino-americanas é, pois, o de conciliar a consolidação dos direitos políticos e civis com a expansão dos direitos sociais e econômicos. Para tanto, é necessário, como afirmou o Presidente Lula, um crescimento econômico sustentado com dis-

tribuição de renda e um Estado que seja capaz de prover serviços essenciais e investir nos setores estratégicos para o desenvolvimento, o que demanda política de controle do gasto público.

Octávio Mangabeira dizia que a democracia é uma plantinha que precisa de grandes cuidados. Para que essa planta cresça, teremos de enfrentar esse desafio. No primeiro Governo Lula, demos um passo importante nesse sentido, ao distribuir renda sem o apelo populista à irresponsabilidade fiscal. Mas precisamos avançar mais neste segundo governo, inclusive com o imprescindível corte de gastos desnecessários. A democracia vale esse esforço.



Política externa do Governo Lula

Estado de S.Paulo, 9-3-2007

Certa feita, perguntaram ao filósofo conservador Julián Marias, discípulo de Ortega y Gasset, se ele era anti-marxista. O filósofo respondeu que não era e jamais seria antimarxista, pois isso significava ser dependente daquilo que pensavam os marxistas. Tinha razão Julián Marias. Ser “anti” alguma coisa ou alguém implica definir identidades a partir do outro e não a partir de interesses próprios.

Por esse motivo, a política externa brasileira não é e jamais poderá ser antiamericana, ela terá de ser sempre pró-Brasil. Contudo, as recentes e contraditórias declarações do embaixador Roberto Abdenur ressuscitaram um velho fantasma dos críticos da política externa do Governo Lula: o seu suposto “antiamericanismo”.

Tal como macartistas exilados nos trópicos, esses críticos parecem ainda obcecados com a guerra-fria e procuram encobrir as notáveis realizações da política externa do Governo Lula com o manto difuso e elusivo do antiamericanismo. Mas a facilidade com que esses

críticos acusam a nossa política externa de antiamericana contrasta vivamente com a sua dificuldade de apresentar qualquer evidência para corroborar as suas acusações.

Compreendemos tal dificuldade. Com efeito, do ponto de vista comercial deve-se observar que as exportações brasileiras para os EUA estão evoluindo bem. No primeiro Governo Lula, conseguimos para lá exportar mais de US\$83 bilhões, uma cifra superior em 56,6% ao que foi alcançado no segundo governo FHC (US\$53 bilhões) e em 126,7% ao que foi exportado no primeiro governo FHC (US\$36 bilhões). Na realidade, as exportações para os EUA do primeiro Governo Lula ficaram próximas à soma das conseguidas ao longo dos dois governos FHC (US\$90 bilhões). Nada mal para um governo antiamericano.

Pode-se contra-argumentar que o crescimento das exportações para os EUA ao longo do primeiro Governo Lula (59,1%) foi inferior ao incremento do total de nossas exportações no período (127,8%). É verdade. Porém, esse descompasso deve-se a fatores econômicos concretos e não a ideologias ou à falta de empenho do governo brasileiro. É que as exportações brasileiras no período considerado cresceram num ritmo inaudito para os países em desenvolvimento, os quais têm mercados que eram pouco explorados pelo Brasil.

Assim, as nossas exportações combinadas para a América Latina, Oriente Médio, África e China cresceram 210% no Governo Lula, o que elevou muito o incremento médio do total exportado e demonstrou o acerto da ênfase na cooperação Sul-Sul. Já o aumento das exportações brasileiras para os principais países desenvolvidos, EUA, União Européia e Japão, ainda que tenha sido expressivo, ficou abaixo da média (78%). Não por antiamericanismo, antieuropeísmo, antiniponismo, terceiromundismo ou qualquer outro “ismo”, mas sim pelo fato de que tais mercados são mais consolidados e tradicionalmente explorados pelos exportadores brasileiros.

Pesou (e pesa) também a pletora de barreiras tarifárias e não-tarifárias que afetam a entrada, nesses mercados, de produtos nos quais somos bastante competitivos, especialmente os agrícolas. Destaque-se que, no que tange especificamente ao mercado norte-americano, o desempenho das nossas exportações acompanhou o crescimento das

importações dos EUA no período (57%), de modo que não se pode falar em “perda de espaço” do Brasil naquele mercado.

Isso não significa, é claro, que não possamos fazer mais. O Brasil já tinha proposto, em 2003, uma negociação hemisférica centrada no acesso aos mercados, deixando de lado os temas sensíveis (propriedade intelectual, investimentos, compras governamentais etc.) que inviabilizaram a ALCA. Deveríamos aproveitar a próxima visita do Presidente Lula aos EUA para insistir nessa proposta realista e exequível. Já no concernente aos aspectos políticos e diplomáticos, as relações bilaterais Brasil/EUA estão, como bem assinalou o embaixador Abdenur, num patamar excelente. Nicholas Burns, subsecretário de Assuntos Políticos do Departamento de Estado norte-americano afirmou recentemente que os EUA mantêm com o Brasil “relação privilegiada”, semelhante às mantidas por aquele país com Japão, Índia e União Européia.

Temos, de fato, muitos interesses convergentes com os EUA, apesar de divergências notórias, como a relativa à intervenção no Iraque. Entre tais interesses, podemos destacar a luta contra o narcotráfico e o terrorismo, a proteção das florestas tropicais e das espécies ameaçadas, o combate à pirataria e a cooperação na área agrícola. A essa gama ampla de interesses e projetos, somar-se-á, agora, a parceria na área dos biocombustíveis, notadamente do etanol e do biodiesel, tema que teve prioridade na agenda de discussão Brasil/EUA na visita do presidente Bush ao nosso País. Sem dúvida, podemos e devemos aprimorar ainda mais essa relação bilateral.

Não bastasse a relação privilegiada e os interesses comuns, há também a boa relação pessoal Lula-Bush, que pavimenta os entendimentos mútuos. Do suposto “antiamericanismo” resta, pois, quase nada. Quiçá a bibliografia sugerida pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, a qual inclui perigosa biografia do Barão do Rio Branco, e que tem dificuldades de ser aprovada pelo ubíquo Comitê Brasileiro de Atividades Antiamericanas, composto por saudosistas da frustrada da ALCA. Provavelmente também as misteriosas promoções por “afinidade ideológica”, nunca especificadas. É, convenhamos, muito pouco para acusação tão grave. De fato, essa acusação parece tão distante da realidade que cheira a ideologia. Talvez “antibrasileirismo”.

O pêndulo do atraso

O Globo, 26-4-2007

A história mostra que os regimes políticos latino-americanos oscilaram entre o autoritarismo golpista e governos populistas que, embora tenham feito progressos em relação à inclusão política e social das massas urbanas, foram incapazes de promover a estabilidade político-institucional em nosso continente. Esse movimento político-pendular revela as dificuldades para a construção de democracias modernas e estáveis na América Latina.

Democracias modernas necessitam de instituições políticas maduras, partidos políticos representativos, Estado eficiente, cidadania atuante e inclusão social de toda população. Somente dessa maneira assegura-se o desfrute dos direitos políticos, fundadores do regime democrático, e dos direitos sociais e econômicos, legitimadores da democracia. Ora, nem os regimes autoritários, nem os governos populistas contribuíram para fundar democracias modernas na região. Os primeiros por motivos evidentes. Já os segundos devido a razões mais complexas.

Apesar do populismo clássico latino-americano ter conseguido em alguns países, como Brasil e Argentina, incorporar massas urbanas ao processo político e expandir alguns direitos sociais e econômicos, ele foi incapaz de criar as condições necessárias para a construção da democracia moderna. Essa incapacidade tange às próprias características intrínsecas do populismo. Com efeito, essa prática política normalmente cria uma relação direta entre o povo e os líderes, que tende a fragilizar o Legislativo e o Judiciário, bem como os partidos políticos.

O desprezo pelos aspectos “formais” da democracia é outra característica do regime populista que o faz colidir com o livre exercício dos direitos políticos, inclusive com o da liberdade de expressão. Pois bem, após o ciclo das ditaduras latino-americanas, esperava-se que as jovens democracias da região trilhassem o caminho de sua consolidação e modernização, superando o movimento pendular do

atraso político. No entanto, não foi isso que aconteceu em boa parte dos países.

O problema é que a redemocratização do continente foi acompanhada de políticas ortodoxas que fracassaram em expandir e consolidar os direitos sociais e econômicos da população. Em anos recentes, a reação política motivada por essa frustração resultou em regimes “neopopulistas”, notadamente em países andinos. Embora legitimamente eleitos, tais regimes exibem a tendência de repetir os erros do clássico populismo latino-americano, o que poderá redundar em crescente debilidade das suas frágeis instituições e até em governos de perfil antidemocrático.

Porém, as tendências antidemocráticas na América Latina não estão restritas a regimes “neopopulistas”. O aparecimento de governos que surgiram de forças políticas que estavam fora do espectro ideológico das elites tradicionais, suscita, por vezes, reações que resvalam para um mal-disfarçado golpismo. Na recente crise brasileira, por exemplo, não faltaram tentativas de deslegitimar o voto popular, com a absurda alegação de que o voto em Lula era escolha daqueles a quem não importavam os valores democráticos, mas apenas os benefícios do programa Bolsa Família. Essa tentativa de desqualificação do voto desqualifica a própria democracia.

Na América Latina, região conturbada e marcada por conflitos sociais, a construção de democracias modernas é tarefa árdua que demanda compromissos de longo prazo com o fortalecimento das instituições e políticas consistentes de inclusão socioeconômica. É caminho difícil que passa ao largo da tentação populista, mas que também tem de esquivar tentativas de macular o Estado de direito, sob o pretexto de proteger a democracia.

Felizmente, esse foi o caminho escolhido pelo Brasil e outras nações. Parece-nos importante que o Brasil mantenha-se nesse rumo responsável de aprimoramento contínuo de sua democracia, de forma a demonstrar, em seu entorno geográfico, a consistência única dessa trajetória. A recompensa deverá ser uma América Latina unida pelo pior dos sistemas políticos à exceção de todos os outros, inclusive do golpismo e do populismo, faces da mesma moeda do nosso atraso político.

Uma crítica injusta

O Globo, 5-7-2007

A agressão do Presidente Hugo Chávez ao Senado brasileiro, chamando-o de “papagaio” dos EUA, agora renovada com a ameaça de retirar o pedido de incorporação da Venezuela ao Mercosul, caso os Legislativos do Brasil e do Paraguai não aprovem até setembro o protocolo de adesão, suscitou debates relativos à entrada daquele país no bloco econômico criado pelo Tratado de Assunção.

Antes de tudo, assinale-se que a crítica do presidente da Venezuela ao nosso Congresso é injusta. Em 2002, quando Chávez foi vítima de golpe militar, o Congresso brasileiro deu apoio decisivo à democracia venezuelana. À época deputado federal, consegui aprovar, na Câmara, moção que repudiava quaisquer tentativas de interromper o processo democrático na Venezuela. Não se tratava de manifestar solidariedade a um governante, mas de apoiar a democracia da Venezuela, ameaçada por golpe. Agora, quando o Senado apela para que seja revista a decisão de fechar o canal RCTV, que apoiou o golpe de 2002, não o faz para manifestar repúdio ao Governo venezuelano, mas essencialmente para dar suporte à democracia na Venezuela.

A intenção do Congresso Nacional é, hoje como ontem, proteger a democracia e os interesses do país. Para fazê-lo, o Legislativo do Brasil não se curvará a pressões e nem cumprirá prazos ditados por terceiros.

Hoje, muitos se perguntam se a incorporação da Venezuela ao Mercosul é compatível com o compromisso democrático assumido no Protocolo de Ushuaia e com o desenvolvimento econômico e social da região. Estou convencido de que a resposta é afirmativa. Quem está se incorporando ao Mercosul é a Venezuela, não seu governo atual. Governos vêm e vão, mas o país fica, mantendo seus compromissos no plano internacional. Observe-se que os estudos para a incorporação da Venezuela ao Mercosul começaram na década de 90, bem antes do Governo Chávez.

Já naquela época, brasileiros e venezuelanos mostravam-se favoráveis à adesão da Venezuela ao Mercosul em face da complementari-

dade das economias daquele país e do Brasil. Com efeito, a Venezuela, embora tenha abundância de hidrocarbonetos, possui economia pouco desenvolvida em certos setores industriais importantes, como máquinas e equipamentos e bens de capital, nos quais a economia brasileira é bem mais competitiva.

Por outro lado, a integração com a Venezuela contribuiria para que o Brasil equacionasse os estrangulamentos de sua matriz energética. Dessa forma, vislumbrava-se, antes do aparecimento do chavismo, que os benefícios da integração seriam consideráveis para ambas as partes. E o Brasil já está colhendo resultados muito positivos dessa integração. Há projetos de investimentos bilaterais de relevância, como o do metrô de Caracas e o da refinaria Abreu e Lima, que beneficiará muito o Nordeste brasileiro. Ademais, o nosso superávit nas trocas comerciais bilaterais chegou, em 2006, a cerca de US\$3 bilhões, com a vantagem de ter sido gerado quase que exclusivamente com exportações de manufaturados.

Considere-se também que a melhor estratégia para assegurar a normalidade democrática na Venezuela é incorporá-la ao Mercosul, que exige compromisso democrático, ao invés de tentar isolá-la. O isolamento poderia ter efeito inverso, radicalizando Chávez e propiciando a formação de bloco populista na região, com conseqüências geopolíticas negativas. O jovem Mercosul pode desempenhar o mesmo papel civilizador que a velha União Européia teve em seu entorno. Com efeito, a formação das comunidades européias foi decisiva para que países como Portugal e Espanha abandonassem seus regimes autoritários e modernizassem suas economias. Lembre-se que o processo de integração da União Européia sobreviveu a notáveis diferenças ideológicas e políticas que existiam entre seus membros. No Mercosul, temos de ter também visão de longo prazo e espírito democrático para conviver com diferenças.

Incontinências verbais e ultimatos retóricos não devem desviar a América do Sul da consolidação de suas democracias e do progresso econômico e social. E o Brasil, que tem papel preponderante na integração da região, não pode renunciar à responsabilidade de conduzi-la a bom termo. Afinal, tal como os governantes, palavras vêm e vão, mas os compromissos dos Estados permanecem.

O novo caminho

Gazeta Mercantil, 11-10-2007

“Viver não é necessário; o que é necessário é criar.”

Fernando Pessoa

A União Européia adotou, em 2000, na cidade de Lisboa, uma agenda de desenvolvimento estratégico com o objetivo de transformar-se na “economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento econômico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social”. Para a UE, o conhecimento tornou-se a “maior riqueza das nações, companhias e pessoas”. Assim sendo, o desenvolvimento em pesquisa, inovação e educação, o tripé da economia baseada no conhecimento, bem como em tecnologias que promovem a inclusão digital, é lá considerado primordial.

Pois bem, foi realizado seminário sobre a “Agenda de Lisboa”, que traçou cenário interessante sobre a tendência à mundialização das políticas destinadas à inclusão digital e à criação de economias e sociedades intensivas em conhecimento. Nesse evento, destacou-se que estratégias de desenvolvimento semelhantes à da UE vêm sendo implementadas em países emergentes, como Índia e China. Entretanto, o Brasil foi mencionado com grande destaque, já que o nosso País elaborou, através do Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência da República, um projeto de planejamento estratégico, o “Brasil 3 Tempos”, de “antevisão ambiciosa”. Tal projeto, ao contrário dos antigos projetos de planejamento, que colocavam ênfase em indústrias pesadas e na estabilização econômica, adota como eixo motor dos objetivos estratégicos o conhecimento.

Com efeito, se quisermos nos inserir exitosamente num mundo cada vez mais competitivo, temos de gerar uma economia do conhecimento e dar prioridade absoluta a programas que revolucionem a educação brasileira e dêem acesso às modernas tecnologias de disseminação de informações, especialmente a internet, a todos os cidadãos. Porém, o número de domicílios brasileiros conectados

à rede mundial ainda é muito baixo (14,5%). Pior: o acesso à internet é muito concentrado nas faixas mais altas de renda. Enquanto nos domicílios com rendimento familiar acima de R\$1.800,00 esse acesso é superior a 50%, nos domicílios com rendimento inferior a R\$500,00 tal índice é inferior a 2%. Esse *apartheid* digital se reproduz nas escolas, com enorme desvantagem para as públicas, em relação às privadas.

Preocupado com essa realidade, apresentei projeto de lei, aprovado por unanimidade no Senado, pelo qual proponho que os recursos do Fundo da Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) sejam usados para prover as 170 mil escolas públicas com internet de banda larga, dando acesso a essa tecnologia-chave a mais de 49 milhões de alunos de baixa renda. Trata-se de revolucionar a educação brasileira e colocar todos os nossos cidadãos no século XXI. Esse projeto poderá contar também com o apoio das empresas de telecomunicações, as quais se encarregariam de prover as redes de fibra óptica necessárias, entre outras tecnologias, para conectar 80% dos municípios brasileiros com banda larga em três anos. Para tanto, é necessário substituir as condicionalidades das concessões públicas, que tornaram-se anacrônicas.

O desafio de nos convertermos num país próspero é histórico. Mas hoje as avançadas tecnologias, como a da internet, geram novas condições para que possamos queimar etapas em nosso desenvolvimento econômico e social. Precisamos enfrentar, ao mesmo tempo, os desafios do século XX e os do século XXI. Fernando Pessoa escreveu, no começo do século passado, que o necessário é criar. A UE, reunida na sua querida Lisboa, lhe deu toda razão, em 2000. Não há alternativa: temos de ser ambiciosos em objetivos estratégicos de pesquisa, educação e inovação, e reconhecer que o nosso caminho rumo ao desenvolvimento sustentável passa por Lisboa.

Avanços na sucessão americana

O Globo, 2-3-2008

Neste ano, o povo norte-americano elegerá quem vai presidir a única superpotência do planeta e a maior economia mundial. Especula-se sobre as mudanças que essa troca de comando poderá trazer para o cenário internacional e as relações Brasil/ EUA. Contudo, elocubrações sobre novos contextos nas relações Brasil/EUA têm de partir da constatação de que elas estão num patamar que é descrito, até por críticos da política externa brasileira, como “excelente”.

Com efeito, contrariando aqueles que acusavam o Governo atual de antiamericano, o Presidente Lula conseguiu estabelecer com os EUA relações bastante positivas, mesmo com as divergências relativas à Alca e à guerra no Iraque.

Tais relações estão embasadas em interesses comuns que dizem respeito à segurança hemisférica, à consolidação das democracias da região e às fontes renováveis de energia. Assim, é pouco provável que as eleições nos EUA acarretem consequências negativas no nosso relacionamento bilateral, qualquer que seja o resultado do pleito.

Embora os divisores de águas dessa eleição sejam a guerra no Iraque e a estratégia de combate ao terrorismo, o que tende a manter o *status* secundário da América Latina no debate norte-americano sobre política externa, as diferentes perspectivas dos candidatos suscitam reflexões sobre o futuro das nossas relações.

Do virtual candidato do Partido Republicano, Senador John McCain, liderança renovada do conservadorismo, espera-se a continuação da política unilateralista do Governo Bush. McCain defende a criação de uma Liga das Democracias, que reuniria países com interesses convergentes aos dos EUA, com o intuito de enfrentar os desafios mundiais. Embora McCain afirme que essa Liga não suplantaria a ONU, é evidente que a sua criação poderia enfraquecer o sistema de segurança coletiva das Nações Unidas, com prejuízos para as nações que, como a nossa, estão comprometidas com o multilateralismo. Também não seria positivo para os interesses brasileiros a sua intenção de redinamizar a negociação da Alca ampla, o que poderia

enfraquecer o Mercosul, e de isolar lideranças nefastas no continente, como a de Hugo Chávez, o que redundaria em tensões regionais.

Porém, McCain faz referências muito elogiosas ao Brasil. Para ele, a liderança do Brasil na missão da ONU no Haiti é um modelo para a promoção da segurança hemisférica.

McCain chega a afirmar que lideranças democráticas como as do Brasil e da Índia deveriam substituir a Rússia no G8.

Portanto, ainda com a continuação da atual política externa norte-americana, o Brasil poderá aprimorar as suas relações com os EUA.

Já da Senadora Hillary Clinton espera-se, além da retirada das tropas do Iraque, nova ênfase na negociação diplomática e no uso das instituições multilaterais para a solução dos conflitos.

Hillary conta a seu favor experiência e uma equipe que fez parte do governo mais bem-sucedido da História recente dos EUA. Ademais, a sua eleição seria uma homenagem às mulheres do continente, a exemplo do que aconteceu no Chile e na Argentina. Mas o seu voto a favor da guerra do Iraque revela certo alinhamento às posições conservadoras, que poderá inibir mudanças na política externa dos EUA.

Mudanças substantivas poderão advir de Barack Obama. Carismático e com grande poder de mobilização, Obama é crítico incisivo e de primeira hora da política unilateralista do atual governo. Se eleito, Obama afirma que não apenas retirará as tropas do Iraque, mas também fechará a prisão de Guantânamo e restaurará o *habeas corpus* para os acusados de terrorismo.

Ademais, o senador promete conversar com todas as lideranças com as quais os EUA têm divergências, em vez de tentar isolá-las. Essa mudança no *modus operandi* da afirmação dos interesses dos EUA no mundo poderá restaurar saudável multilateralismo, evitar conflitos e criar novas oportunidades de cooperação. Além disso, Obama tenciona empenhar os EUA numa luta contra a pobreza, especialmente na África.

Observe-se que pontos importantes da proposta de Obama (ênfase na negociação diplomática e no multilateralismo, compromisso com a diminuição das desigualdades) convergem com as diretrizes da política externa brasileira.

Desse modo, a eleição de Obama poderia configurar cenários mundial e hemisférico muito favoráveis aos interesses brasileiros.

Assim como a de Lula no Brasil, a eleição de Obama nos EUA seria considerada altamente improvável há poucos anos. Ambos têm em comum, além dessa improbabilidade, a coragem de propor mudanças e uma disposição incomum para negociá-las. Trata-se de excelente combinação, tanto para o Brasil quanto para os EUA.

Paz

O Estado de S. Paulo, 18-3-2008

A paz não é somente melhor do que a guerra; é também infinitamente mais árdua.

George Bernard Shaw

A invasão do território do Equador por forças militares colombianas constituiu-se numa grave violação da soberania daquele país e dos princípios instituídos pela Carta das Nações Unidas e pela Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA). Com efeito, ações unilaterais como a perpetrada pelo governo da Colômbia colidem frontalmente com os princípios da não intervenção e da inviolabilidade dos territórios, conceitos basilares do concerto pacífico da nações.

Ademais, a ação militar resultou num intenso, embora momentâneo, acirramento da tensão regional e na indesejada internacionalização do conflito interno colombiano. Obviamente, ações como essa não contribuem em nada para o equilíbrio geopolítico do continente, a integração regional e a consolidação definitiva dos regimes democráticos da América do Sul.

É preciso pôr em relevo que a doutrina do unilateralismo e da guerra preventiva como formas de se assegurar a segurança no cenário internacional vem rapidamente perdendo força, como demonstra o atual quadro político-eleitoral dos EUA. Não sem razão. A invasão do Iraque, feita ao arrepio do sistema de segurança coletiva das Nações Unidas, teve resultado inverso do esperado: colocou aquele país no centro das ações da Al-Qaeda, acirrou as divisões internas entre sunitas e xiitas, desencadeou uma onda interminável de atentados violentos e levou insegurança a todo o Oriente Médio. O mesmo pode ser dito em relação ao Afeganistão, já que até hoje o governo central do país não assegurou o controle do território nacional, o Taleban voltou a atuar em seus redutos tradicionais e o tráfico do ópio e da papoula teve novo florescimento. Trata-se de óbvios fracassos que tornaram a ordem mundial mais tensa e conflituosa e debilitaram as instituições multilaterais, particularmente a ONU.

Pois bem, guardadas as óbvias diferenças geopolíticas, pode-se prever que o que não deu certo no chamado Grande Oriente Médio certamente não produzirá resultados positivos na América do Sul. Felizmente, no caso do conflito Equador-Colômbia, a pronta ação do Conselho Permanente da OEA, apoiada decididamente pelo governo brasileiro e até pelo Senado Federal, mediante moção por mim apresentada, coibiu o agravamento do conflito em seu nascedouro e o extravasamento em larga escala das disputas domésticas colombianas para o entorno regional.

Em sua Resolução, o Conselho Permanente da principal instituição multilateral do continente reafirmou os princípios da inviolabilidade dos territórios e da não intervenção. Tal Resolução se constitui num marco jurídico que tende a inibir novas aventuras unilateralistas na região. Contudo os princípios inscritos na Carta da OEA não podem ser aplicados apenas para inibir ações militares unilaterais. Eles também têm de se fazer presentes quando há ingerências indevidas de terceiros países em conflitos internos, mesmo quando feitas com aparentes razões humanitárias.

Não me incluo entre os que acham que há solução puramente militar para o conflito doméstico da Colômbia, verdadeira guerra civil que se arrasta penosamente há cerca de 40 anos. Acredito que, em algum momento, terão de ser abertos novos canais de negociação, apesar do longo histórico de fracassos da via política, que inclui o trágico episódio do assassinato de mais de dois mil políticos e militantes da Unión Patriótica, membros das Farc que haviam aderido ao processo democrático. Mas, ao mesmo tempo, considero que a única instância que tem autoridade e legitimidade para fazê-lo é o Governo colombiano. Outros países poderão até ajudar nesse processo, mas somente se e quando convidados para tal pelas autoridades legalmente constituídas da Colômbia.

Em particular, penso que a ingerência que vem sendo feita naquele conflito pelo governo de Hugo Chávez é desestabilizadora e tende a expandi-lo para outras fronteiras, inclusive as brasileiras. Considero, ademais, que a comunidade sul-americana tem de se pronunciar, sem intervir no conflito, mas de forma inequívoca, contra as Farc e qualquer outra organização, inclusive grupos paramilitares, que façam do seqüestro o seu *modus operandi* e tenham, conforme denúncias, vínculos com o

narcotráfico. É preciso que fique claro que para elas a única saída viável é a deposição das armas e a integração pacífica e legal à vida democrática.

Ao Brasil não interessa nem o unilateralismo belicista, nem a ingerência desestabilizadora de regimes anacrônicos. Precisamos de um entorno próspero, democrático, pacífico e afinado com os princípios do multilateralismo para desenvolver a integração sul-americana. Por outro lado, o Brasil pode, com seu exemplo de nação que convive bem com a pluralidade e com a ação moderadora da sua diplomacia, contribuir para desarmar essas armadilhas políticas que ameaçam a paz e a segurança hemisféricas. Saliente-se que o nosso País já desempenhou por diversas vezes, com sucesso, esse papel pacificador na região, sempre dentro dos marcos da negociação transparente e do multilateralismo.

O caminho da paz, como assinalava Bernard Shaw, é árduo. No plano externo, demanda paciente obediência aos princípios acordados internacionalmente e, no plano interno, tolerância para conviver pacificamente com as diferenças político-ideológicas. Porém, ao contrário de todos os outros, inclusive daqueles que falsamente prometem a segurança pela supressão violenta dos conflitos ou acenam com promessas inexequíveis, é o único que leva ao futuro.

O Mercosul e a crise econômica

“As notícias sobre a minha morte foram exageradas”

Mark Twain

2009 será um ano decisivo para o Mercosul e o mundo. A severa crise econômica mundial colocou os Estados Partes e toda a comunidade internacional numa encruzilhada histórica que terá de ser enfrentada impreterivelmente neste ano. Essa encruzilhada diz respeito às grandes decisões que terão de ser tomadas para enfrentar e superar a crise, bem como para construir os fundamentos de uma nova e eficiente regulação econômica internacional e uma ordem mundial menos assimétrica, efetivamente assentada num saudável multilateralismo.

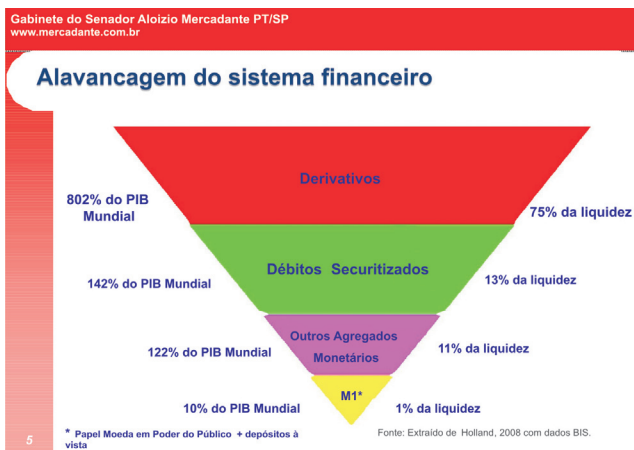
Com efeito, recessões não são fenômenos naturais aos quais temos de nos adaptar passivamente. A depender das políticas que forem adotadas, a recessão poderá ser menos profunda e duradoura, conduzir a uma ordem internacional mais equilibrada e cooperativa e servir de trampolim para uma inserção mais exitosa dos países no cenário mundial. Em qualquer caso, a omissão ou a repetição de fórmulas liberais fracassadas não se constituem em alternativa viável.

De fato, a crise atual, deflagrada pelo estouro da bolha imobiliária norte-americana é a culminação de um ciclo que tem suas raízes na ruptura do padrão de regulação econômica construído após a Segunda Guerra Mundial. A ordem mundial erigida no pós-guerra possibilitou crescimento sem precedentes da economia mundial durante quase três décadas. Este foi um período de transformações do sistema capitalista, que tem no Estado do Bem Estar e no acordo de Bretton Woods suas grandes expressões simbólicas.

O esgotamento desse padrão de regulação foi seguido, a partir de meados da década de 80, por políticas de liberalização e desregulamentação econômica e financeira, generalizadas em escala planetária, as quais induziram extraordinária expansão desordenada do sistema financeiro. O capital financeiro “desterritorializou-se” e passou a operar descolado das economias reais, com níveis de alavancagem sem precedentes. Com a falta de transparência das operações financeiras, criou-se uma gigantesca caixa preta.

Esse processo crescente de desregulamentação foi potencializado, em período recente, por decisões equivocadas. Em 1999, a maioria republicana no Congresso dos EUA aprovou a revogação da Lei Glass-Steagall. Implementada em 1933, com o intuito de separar bancos comerciais de bancos de investimentos e regular o sistema financeiro no após o *crash* de 1929, essa lei vinha sendo questionada desde meados da década de 80 pelos interesses de financistas e investidores ávidos em participar mais intensamente da crescente “financeirização” da economia mundial.

A revogação dessa lei e várias outras medidas de desregulamentação financeira facilitaram aos bancos dos EUA alavancar extraordinariamente o mercado de crédito. Essa alavancagem, associada ao crescimento especulativo do mercado imobiliário e dos preços dos imóveis, ensejou forte emissão de títulos lastreados em hipotecas. Como consequência, houve uma explosão da expansão de ativos bancários lastreados em títulos financeiros por sua vez lastreados em hipotecas. Tal florescente e sofisticado mercado de derivativos cresceu muito além do necessário para sustentar empréstimos de hipotecas, constituindo-se em fonte especulativa de ganhos de curto-prazo. Durante algum tempo, essa autêntica e gigantesca pirâmide financeira invertida (vide Gráfico I), construída sob as barbas do FED, permitiu aos bancos do EUA, bem como a outros bancos do mundo inteiro, operarem com garantias descoladas do seu capital, burlando as exigências das Convenções de Basiléia.



Ao final do processo, esse descomunal mercado de derivativos já concentrava 75% da liquidez mundial e equivalia a oito PIB mundiais. Quando os preços dos imóveis começaram a cair e as taxas de juros a aumentar, ao final de 2006, o frágil castelo de cartas dessa nova arquitetura financeira principiou a desmoronar. Em poucos meses, cerca de 10 milhões de imóveis passaram a valer menos do que suas hipotecas e a inadimplência disparou. A bomba criada pela exuberância irracional do mercado financeiro desregulado explodiu com toda sua fúria destrutiva, em 2008. O resto já é História. Triste História que ameaça repetir a crise de 1929. Os EUA e o mundo mergulham numa recessão cuja intensidade e duração ninguém ainda consegue prever.

É preciso considerar, todavia, que essa exuberância irracional e a desregulamentação do mercado financeiro foram fortemente estimulados por um padrão de desenvolvimento da economia norte-americana que é absolutamente insustentável. Os EUA, que “desterritorializaram” boa parte da sua produção industrial, absorvem 60% dos fluxos mundiais de capital e 80% da poupança planetária, financiando, dessa forma, os seus gigantescos déficits gêmeos e um consumo doméstico incompatível com seu PIB. O norte-americano consome 140% da sua renda anual disponível. Esse padrão de acumulação baseado num forte endividamento e na importação crescente de capitais financeiros, particularmente da China, tem limites estruturais que a crise tornou amargamente óbvios.

Por isso, a crise atual tem dimensão que recorda 1929. De fato, esta é uma crise do capitalismo global, originada no coração do sistema, que não tem comparação com as crises periféricas da década de 90. O *crash* financeiro é só seu primeiro estágio. Não podemos ignorar ou subestimar sua extensão e seus impactos. Como em 29, ela já contagia a economia real. A recessão nas economias avançadas é inevitável. O que não se pode prever é sua duração e se ela irá transformar-se ou não em uma depressão.

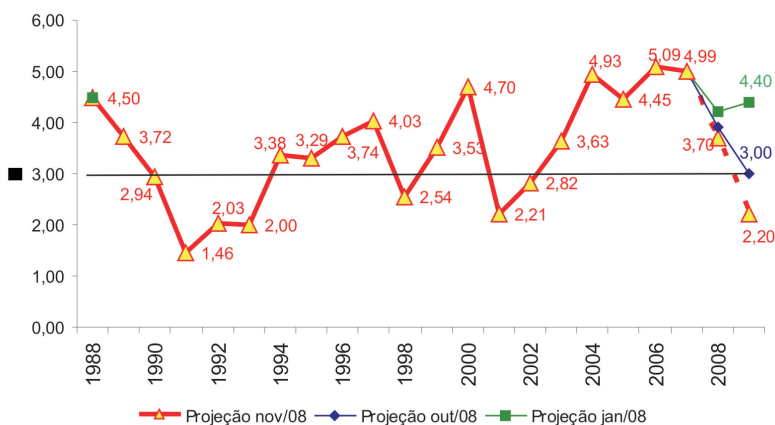
Na crise de 1929, em apenas quatro anos a produção industrial dos EUA despencou 30%, quase 11.000 bancos faliram, as importações se reduziram em 70% e o desemprego atingiu 25% da população

ativa. Em quase todo o planeta, a crise de 1929 adquiriu dimensões semelhantes e permaneceu por vários anos. Na crise atual, embora ainda estejamos longe de uma *débâcle* das mesmas dimensões, a recessão já está definitivamente instalada na maior parte dos países desenvolvidos (Tabela I).

Países	Crescimento do PIB (2008)	
	/Trimestre sobre Trimestre Anterior)	
	2º Trimestre	3º Trimestre
Estados Unidos	2,8%	-0,5%
Japão	-0,9%	-0,1%
Alemanha	-0,4%	-0,5%
Zona Euro	-0,2%	-0,1%
Reino Unido	0,0%	-0,5%
Espanha	0,1%	-0,2%
Itália	-0,4%	-0,5%

As projeções de crescimento para este ano (2009) não param de se reduzir. No início de 2008, projetava-se um crescimento econômico mundial para 2009 de 4,4%. Em outubro, já com a crise instalada nos países avançados, essa projeção reduziu-se para 3%. Apenas um mês depois, em novembro, a projeção já havia caído para 2,2%, exatamente a metade do projetado no início de 2008. Apesar disso, deve-se observar que esse último número não é muito distante do crescimento médio mundial verificado no período 1988-2008 (Gráfico II). De fato, o crescimento médio do referido período ficou em cerca de 3%, em função do fraco desempenho observado na primeira metade da década de 90 e das crises de 1998 (Ásia) e 2001 (o estouro da bolha “pontocom”). Os últimos cinco anos foram, entretanto, de forte crescimento, de modo que um aumento da economia mundial de apenas 2% representa brusca desaceleração.

Evolução das Taxas de Crescimento do PIB Mundial



Evidentemente, é muito difícil se fazer previsões num cenário tão complexo e volátil. Contudo, há dois fatores importantes que podem limitar e mitigar as conseqüências da crise atual.

O primeiro deles refere-se à rápida e, até certo ponto, concatenada reação dos governos das mais importantes nações desenvolvidas à crise. Ao contrário do ocorrido em 1929, essa reação veio cedo e em níveis substanciais. Muito embora o governo dos EUA não tivesse socorrido o Lehman Brothers a tempo, o que, segundo alguns, precipitou a crise no mercado financeiro, a ajuda estatal posterior já soma US\$ 3,3 trilhões, algo equivalente a dois PIBs anuais do Brasil. O presidente eleito, Barack Obama, anunciou, em janeiro de 2009, uma ajuda adicional de US\$ 775 bilhões, o que elevará a intervenção estatal a cerca de US\$ 4 trilhões.

Na Europa não tem sido diferente. As ajudas estatais combinadas da Alemanha, Reino Unido e do Banco Central Europeu (BCE) já somam US\$ 2, 1 trilhões (Tabela II).

Intervenção Estatal: Quadro Resumo

País	Natureza da Intervenção	Instituições Socorridas	Volume de recursos anunciados
EUA	Aquisição de dívidas de curto prazo, compra de ações, injeções de crédito, nacionalização de empresas, refinanciamento de hipotecas)	Fannie Mae, Freddie Mac, AIG, Goldman Sachs, Morgan Stanley, JP Morgan Chase, Bank of America, Merrill Lynch, Citigroup, Wells Fargo, Bank of New York Mellon e State Street, Wachovia)	US\$ 3,3 trilhões
Reino Unido	Compra de ações, empréstimos de curto prazo e garantia dos empréstimos interbancários	Rock e Bradford & Bingley	US\$ 875 bilhões
Alemanha	Injeção de capital, garantia de empréstimos interbancários	Real Hypo Estate	US\$ 725 bilhões
BCE	Estímulo à liquidez (leilão de câmbio)	703 bancos comerciais	US\$ 500 bilhões

Fonte: O Globo, Bradesco, Carta Capital. Elaboração: Assessoria Técnica

Essas intervenções estatais, que poderão se ampliadas ao longo da crise, não impediram a recessão, mas podem mitigá-la e torná-la mais breve. O fundamental é se evitar o estabelecimento de um círculo vicioso de empocamento da liquidez e redução crescente dos investimentos e do consumo e a conseqüente instauração de um longo ciclo de depressão econômica de difícil reversão.

O segundo fator que pode contribuir para tornar a recessão mais branda e breve tange ao novo papel que os países emergentes, inclusive os do Mercosul, têm na economia mundial. Houve uma mudança considerável da geoeconomia internacional nas últimas décadas. A crescente “desterritorialização” da economia norte-americana e também, em menor escala, das economias européia e japonesa, vem conferindo grande dinamismo a alguns países em desenvolvimento, como a China, no campo industrial, e a Índia, no setor de serviços. O Mercosul, grande exportador de *commodities* e bens intermediários, beneficiou-se muito, nos últimos anos, do surgimento desses novos polos dinâmicos da economia internacional. O Brasil, em particular, soube aproveitar esse novo dinamismo econômico dos emergentes para promover considerável diversificação de suas parcerias comerciais e econômicas. Ao mesmo tempo, o Mercosul vem se constituindo num importante polo de desenvolvimento regional.

Em 2002, os chamados países em desenvolvimento absorviam, em conjunto, apenas 38% das exportações brasileiras. Já em 2007,

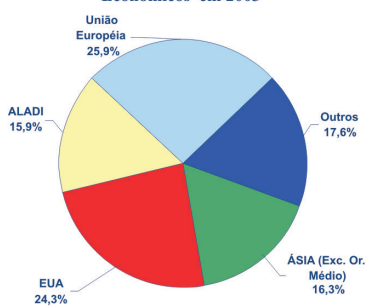
os mercados desses países, incluídos os do Mercosul, conseguiram absorver cerca de 50% de nossas exportações.

Essa substancial diversificação dos mercados que absorvem as exportações brasileiras, que pode ser melhor observada no Gráfico III, se constitui numa importante linha de defesa do Brasil e do Mercosul no enfrentamento da crise.

Brasil: Linhas de Defesa

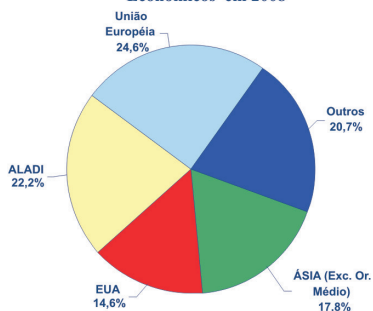
CONSOLIDA -SE PROCESSO DE DIVERSIFICAÇÃO DE MERCADOS E DE FORTALECIMENTO DO INTERCÂMBIO REGIONAL LATINO -AMERICANO.

Estrutura das Exportações por Países e Blocos Econômicos em 2003



Fonte: MDIC / FUNCEX e Banco Central do Brasil
Dados Acumulados em 12 meses até junho/2003

Estrutura das Exportações por Países e Blocos Econômicos em 2008



Fonte: MDIC / FUNCEX e Banco Central do Brasil
Dados Acumulados em 12 meses até junho/2008

26

Observe-se que, em 2003, os EUA, país mais afetado pela crise, absorvia mais de 24% das nossas exportações, ao passo que, hoje em dia, esse número é de cerca de 14% (13,8%, se atualizarmos os dados com as informações do segundo semestre de 2008). Em contrapartida, a Associação Latinoamericana de Integração (ALADI), que inclui o Mercosul, atualmente é o destino de 22% dos produtos brasileiros exportados. Considere-se, ademais, que a Aladi absorve ao redor de 40% das nossas exportações de produtos manufaturados, que são os que têm maior valor agregado.

A crescente importância dos países emergentes, de um modo geral, e, mais especificamente, da Aladi e do Mercosul para o dinamismo econômico do Brasil se constitui num importantíssimo vetor

para a mitigação das consequências da crise internacional. A grande maioria dos economistas prevê que os países em desenvolvimento serão, dessa vez, menos afetados pela crise e conseguirão manter um nível mínimo de crescimento econômico, ao contrário do que deverá ocorrer com os países economicamente mais avançados, os quais deverão enfrentar recessões significativas.

Perspectivas: Resumo

Economias avançadas:

- Recessão
- Menor potencial de expansão do mercado interno
- Fundamentos econômicos menos sólidos (déficits gêmeos nos EUA)
- Instituições financeiras fragilizadas (alta alavancagem e ativos podres).

Países emergentes:

- Crescimento mais lento
- Expansão liderada pelo mercado interno
- Fundamentos macroeconômicos mais sólidos, com altas reservas internacionais
- Instituições financeiras mais reguladas.

Obviamente, esse novo dinamismo dos países emergentes, somado aos processos de integração regional, não beneficia apenas o Brasil, mas também todos os outros Estados Partes do Mercosul. Tome-se como exemplo a Argentina. Graças ao Mercosul, o mercado brasileiro absorve cerca de 17% das exportações provindas desse país, ao passo que os EUA são responsáveis por somente 8%. Ou seja: o Brasil tem, hoje em dia, uma relevância duas vezes maior para o comércio exterior argentino do que os EUA. Cifras aproximadas também podem ser encontradas para o Uruguai e o Paraguai.

No que tange aos investimentos, deve-se observar que, nos últimos anos, houve aumento considerável de investimentos diretos

intraregionais, seja através de empresas privadas, seja através dos fluxos gerados por mecanismos governamentais, como o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR). As empresas brasileiras, por exemplo, investiram mais de US\$ 7 bilhões, entre 2004 e 2007, na Argentina. Há também significativos e crescentes investimentos brasileiros na Venezuela, Chile Uruguai e Paraguai.

Assim sendo, o processo de integração do Mercosul é, nesse novo contexto da geoeconomia mundial e regional, fator de grande relevo para o enfrentamento e a superação da crise. O Mercosul se constitui, para seus Estados Partes, em parte fundamental da solução para a presente recessão.

Entretanto, isso não significa que não haja riscos e problemas. Na realidade, a crise internacional pode ameaçar o processo de integração de diferentes formas. O risco principal tange ao possível aprofundamento das assimetrias econômicas e sociais existentes no bloco, dado o fato de que as economias menores do Mercosul são mais vulneráveis aos impactos da crise. Tais assimetrias, que já se constituem em fonte de permanente tensão no bloco, poderão, caso de aprofundem demasiadamente, inviabilizar a continuidade do processo de integração e provocar fraturas políticas de difícil reversão. Além disso, as assimetrias e os distintos níveis de desenvolvimento econômico que se verificam no bloco tendem a dificultar uma resposta concatenada e sólida do Mercosul à crise. Há de se considerar também que, embora não estejam previstas taxas negativas de crescimento econômico para muitos países emergentes, elas podem se reduzir ao ponto em que não sejam gerados postos de trabalho em escala suficiente para absorver o aumento da oferta de mão de obra, o que agravará os problemas sociais.

Por conseguinte, o Mercosul e seus Estados Partes não podem simplesmente se fiar na nova geoeconomia mundial e no dinamismo econômico endógeno dos processos de integração regional para enfrentar a crise. São necessárias políticas ativas e coordenadas para que o Mercosul passe pela recessão internacional sem grandes e prolongados traumas.

Como já observamos no início deste artigo, recessões não são processos naturais aos quais temos de nos adaptar passivamente. A

depende da resposta adotada, as conseqüências econômicas e sociais da crise poderão ser mais ou menos graves.

A História nos dá exemplos inspiradores. Em 1929, os EUA, cuja economia representava cerca de um terço da economia mundial, demoraram a perceber a natureza da crise e não tomaram as decisões que poderiam tê-la amenizado e abreviado. O Presidente Hoover insistiu numa política conservadora de austeridade no plano interno, ao mesmo tempo em que, no plano externo, implantou as tarifas Smoot-Hawley, as quais quadruplicaram, da noite para o dia, as taxas de importação de 3.200 produtos. Os demais países avançados da época, também imersos na impotência do paradigma conservador, retaliaram da mesma maneira, o que fez com que o comércio mundial caísse de US\$18 bilhões, em 1929, para cerca de US\$6 bilhões, em 1933. A combinação da falta de incentivos adequados para manter as dinâmicas econômicas internas com essa brutal redução do comércio mundial aprofundou consideravelmente a recessão e a fez alastrar-se pelo mundo inteiro. O planeta desagregou-se economicamente e a maioria das nações teve de suportar uma recessão amarga e duradoura.

Contudo, houve exceções. O Japão, sob o comando do ministro de Finanças Takahashi, adotou uma série de impressionantes medidas keynesianas *avant la lettre*. O padrão ouro foi abandonado, implantou-se o câmbio flexível e protegido, reduziu-se drasticamente as taxas de juros, a base monetária foi expandida de 120 milhões de ienes para 1 bilhão e o gasto público, dirigido aos investimentos, aumentou 20% ao ano ao longo do período de 1931 a 1934. Ao mesmo tempo, adotou-se agressiva política de expansão e diversificação das exportações. Resultado: a economia japonesa que, em 1929, representava apenas um sexto da economia dos EUA, em 1938 já correspondia à cerca da metade da economia norte-americana, e praticamente a igualava em termos de PIB *per capita*.

No Brasil, as políticas expansionistas nas esferas fiscal e monetária adotadas pela administração Vargas a partir de 1930 transformaram as restrições impostas pela crise em vetores ativos da industrialização do País. A audaciosa decisão do governo de adquirir e destruir a produção excedente de café, num cenário de acentua-

da queda de preços, contração da demanda externa e forte redução dos fluxos de financiamento externo dos estoques foi decisiva para a superação da crise e para criar um novo patamar de desenvolvimento. Amorteceu-se o impacto da queda preços sobre a renda monetária do setor exportador e defendeu-se o emprego dentro e fora da economia cafeeira, o que, frente à queda de rentabilidade das exportações e à proteção resultante da desvalorização cambial, estimulou a migração de recursos para outras atividades, particularmente as industriais. Como destaca Celso Furtado: “praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados”.

Felizmente, parece que também o Mercosul vem reagindo de forma consistente à crise. Há um consenso, entre os Estados Partes, de que o melhor caminho para se combater a crise mundial e seus efeitos adversos é aprofundar e intensificar o processo de integração em todos os níveis, o que é muito positivo. No documento emanado da recente VII Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum, convocada justamente para debater a crise, afirma-se que “o aprofundamento da integração regional e o fortalecimento dos laços comerciais e de cooperação financeira podem contribuir de maneira decisiva para a manutenção do crescimento, preservando e ampliando as conquistas econômicas e sociais dos últimos anos”.

Nessa reunião, foram propostas uma série de medidas de caráter contracíclico destinadas a dinamizar as economias do Mercosul, bem como ações globais com o objetivo de promover a necessária regulação internacional do capital financeiro.

O próprio Parlamento do Mercosul aprovou uma Recomendação ao Conselho do Mercado Comum, que contém sugestões importantes, a saber:

- Criação de um Grupo de Monitoramento da Crise, composto por representantes de órgãos governamentais, empresários, trabalhadores, economistas destacados dos Estados Partes e membros deste Parlamento, para acompanhar, informar e debater sistematicamente os desdobramentos da crise mun-

dial no processo de integração, bem como propor medidas pertinentes para amenizar os efeitos da turbulência mundial nos Países Membros e aproveitar eventuais oportunidades de dinamização endógena das economias criadas em função da reestruturação do sistema econômico global.

- Adoção articulada de ações que objetivem prover os Estados Partes e os Estados Associados da liquidez necessária para manter as linhas de crédito vitais ao funcionamento regular das economias.
- Implementação concatenada de medidas de caráter contracíclico, fiscais e monetárias, para estimular as atividades econômicas que venham a ser mais afetadas pela redução do crescimento e a diminuição dos fluxos mundiais de comércio, com o objetivo principal de manter o nível de emprego e de rendimentos no mercado de trabalho dos Países Membros.
- Criação de mecanismos jurídicos e administrativos para tornar, dentro das normas da OMC, mais rápido e eficiente o sistema de defesa comercial dos Estados Partes.
- Flexibilização, em caráter transitório e em caso de grande necessidade, das exceções à Tarifa Externa Comum (TEC), de modo a mitigar as pressões sobre os setores mais vulneráveis à concorrência externa.
- Priorização do estímulo ao comércio, especialmente do comércio intrabloco, e o aprofundamento do processo de integração, no contexto da redução das assimetrias, de modo compensar a quase certa diminuição dos fluxos do comércio mundial.
- Destramamento da Rodada Doha, como forma de dinamizar o comércio mundial, nessa conjuntura de retração.
- Negociação de acordos pragmáticos de livre comércio ou de facilitação de comércio, que não incluam temas sensíveis, entre o Mercosul e outros países e blocos econômicos.
- Harmonização das políticas macroeconômicas.

- Implementação de medidas e ações para explorar as novas possibilidades que se abrirão com a inevitável reconfiguração da economia global que a crise acarretará.
- Reestruturação da arquitetura financeira global.

Entre essas recomendações, a harmonização das políticas macroeconômicas se nos afigura vital. Tal harmonização, antes um aspecto desejável do processo de integração, tornou-se, nessa conjuntura de grave crise, condição sine qua non para o sucesso do Mercosul e para a superação dos efeitos da turbulência mundial. É imprescindível também que o Mercosul agilize o processo de integração das cadeias produtivas, modo mais adequado de promover o desenvolvimento sustentado e equânime de todos os Estados Partes e de se evitar a criação de uma relação centro-periferia no interior do bloco.

O escritor Mark Twain teve a ingrata tarefa de desmentir notícias de sua morte. Com o Mercosul se passa algo semelhante. Desde o nascimento vaticinam seu iminente falecimento, mas ele sempre desmente os críticos. À época do Tratado de Assunção (1991) não faltaram ironias sobre a união “dos rotos com os esfarrapados” e críticas ácidas em relação à suposta inviabilidade de um bloco fadado a ser absorvido em processos de integração mais amplos com países desenvolvidos. Entretanto, decorridos quase 18 anos da sua criação, o Mercosul está fortalecido e ampliado.

Ao contrário do que vaticinavam os “mercocéticos”, hoje os países emergentes, inclusive os do Mercosul e da Aladi, têm, na média, maior dinamismo econômico e comercial do que os países mais avançados. Numa situação histórica inédita, parece que essas nações serão, de um modo geral, menos afetadas pela crise global.

Já se disse, mais de uma vez, que, em mandarim, a palavra crise se escreve com dois ideogramas que significam ameaça e oportunidade. Pois bem, a atual crise encerra sérias ameaças ao Mercosul e aos seus Estados Partes, mesmo não estando eles no cerne da turbulência. Mas, por outro lado, a crise de hoje, a exemplo do que aconteceu na crise mundial de 1929, pode criar oportunidades concretas para a implantação de um novo processo de substituição de importações que estimule a industrialização e o desenvolvimento sustentado dos Estados Partes, bem como maior coesão e simetria do bloco.

O Mercosul tem, assim, a oportunidade única de se unir e se fortalecer na crise e, desse modo, aceder ao cenário posterior à recessão na condição de grande protagonista mundial e num novo e moderno patamar de desenvolvimento.

2009, o ano da encruzilhada histórica do Mercosul e do mundo, poderá findar com o bloco fragilizado ou preparado para um grande salto de qualidade em seu processo de integração. Só depende da nossa capacidade coletiva de tomar as decisões audazes que o desafio da crise demanda.



Marcelo Casal/ABr

Os neocríticos

Folha de S.Paulo, 12-1-2003

A vitória do candidato Lula provocou diversas reações. Uma das mais instigantes foi a de articulistas e jornalistas que atuaram como porta-vozes do Governo Fernando Henrique Cardoso e a de tucanos de diversas plumagens que, de repente, passaram a ter um senso crítico extremamente aguçado. Senso crítico que estranhamente nunca se manifestou nos últimos oito anos, durante os quais a economia brasileira sofreu um processo de desorganização selvagem, o desemprego e a violência foram levados a níveis críticos, o Estado foi institucional e financeiramente desmantelado e a autonomia do País reduzida a níveis incompatíveis com a condição de Nação soberana. Houvera este senso crítico aflorado com a intensidade que hoje se manifesta, provavelmente a situação do País seria muito melhor.

Seria muito cômodo desqualificar estes críticos – chamando-os de neobobos, por exemplo – como o governo anterior fez quando advertíamos sobre os efeitos destrutivos e os riscos, agora reconhecidos por todos, das políticas de abertura comercial e financeira desregulada e de sobrevalorização da taxa de câmbio que marcaram o primeiro mandato do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Muitas das severas restrições que o País hoje enfrenta nas áreas fiscal e externa são ainda consequência e desdobramento daquelas políticas. Durante o processo eleitoral, muitas das críticas feitas ao candidato Lula e a

seu programa careciam de argumentos sólidos. Seu objetivo era mais o de difundir o medo.

Mas a esperança venceu o medo. Agora, há pouco mais de uma semana da posse do novo Governo, as críticas sobre sua orientação e desempenho ressurgem. São, na melhor das hipóteses, prematuras. Isto não significa, no entanto, que não devam ser consideradas e, se for o caso, esclarecidas. Essa é a intenção deste artigo. É possível resumir estas críticas em três teses. A primeira é a de que Lula reproduziria no Brasil a experiência do ex-Presidente argentino Fernando de la Rúa. Em sua vertente de direita – explicitada pelo candidato do Governo, derrotado, José Serra – esta tese teria como eixo a suposta incapacidade do Governo Lula para governar, entre outras coisas pela sua falta de competência técnica, apoio político e credibilidade externa.

A queda acentuada do dólar, o clima de otimismo que tomou conta do País, a qualidade e amplitude da equipe de governo e habilidade demonstrada pelo Presidente Lula na articulação da sua base de sustentação política são evidências objetivas da falta de fundamentação deste tipo de crítica. Para alguns segmentos da esquerda, a argumentação tem outro viés: para não reproduzir o fracasso do de la Rúa, seria necessário fazer, antes, tudo o que foi feito na Argentina depois da sua queda, ou seja, moratória da dívida externa, renegociação compulsória da dívida interna etc. Ora, isto não é opção, é falta de opção e não tem qualquer relação com a situação da economia brasileira.

A segunda tese é de que o Presidente Lula seria um outro Chávez, que levaria a sociedade brasileira a um isolamento internacional e a uma desagregação interna em função da radicalidade de suas posições e dificuldade de interlocução democrática e das consequências econômicas e políticas daí advindas. Também aqui as evidências objetivas – a própria idéia do pacto social que permeia toda estratégia política do Governo Lula, a constituição do Conselho Nacional de Desenvolvimento incorporando todos os segmentos representativos da sociedade brasileira, a mediação do conflito na Venezuela, a reafirmação da disposição negociadora do País sustentada na defesa dos interesses estratégicos nacionais, entre outras – vão na contramão dos argumentos apresentados. Por último, dizem os neocríticos que nada vai mudar, que a política do Governo Lula terá de ser a mesma do Governo FHC, porque é muito fácil criticar, mas outra coisa é governar com “responsabilidade”.

Mais uma vez a tese confronta a realidade. Não é que não vai mudar. Já mudou. A posse de Lula, emoldurada pela maior mobilização popular já vista em um evento desta natureza, já simboliza esta mudança. Já é mudança a incorporação da sociedade à discussão das estratégias e políticas de desenvolvimento do País; já é mudança o encontro do Presidente com as centrais sindicais; já é mudança o compromisso com os programas sociais; já é mudança colocar a fome como prioridade nacional. Evidentemente a margem de manobra do novo Governo é muito pequena, em decorrência da herança deixada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, que é extremamente pesada, principalmente pela extrema vulnerabilidade externa e pela fragilidade das finanças públicas, que determinam adicionalmente fortes limitações à retomada do crescimento econômico.

Agregue-se a isso o aumento das tensões inflacionárias derivadas da crise cambial – nos meses de outubro e novembro passados a inflação anualizada já alcançava 34% medida pelo IPCA e mais de 80% medida pelo IGP-M – e o quadro internacional desfavorável gerado pela contração da economia norte-americana, a redução dos fluxos de investimento e financiamento para os países em desenvolvimento e as perspectivas de agravamento da situação mundial associadas ao provável ataque dos EUA ao Iraque. Estas circunstâncias, como dissemos durante a campanha, impõem severas restrições ao processo de mudança inaugurado com a eleição do Presidente Lula.

No entanto, com criatividade, responsabilidade e determinação, é possível avançar, inovando no padrão de relacionamento com o FMI, redirecionando o sistema financeiro da ciranda da dívida pública para o crédito à produção e à exportação e fortalecendo as cadeias produtivas que sustentam o consumo de massas. Superar a vulnerabilidade externa, manter a inflação sob controle e retomar o crescimento econômico, tendo como eixo articulador deste conjunto a inclusão social, constitui o grande desafio da nova política econômica a ser implantada pelo Governo Lula a partir desta fase de transição. Não é preciso ir muito longe no tempo para perceber a magnitude e o significado desta política em termos de ruptura com um padrão histórico que sempre priorizou os interesses da elite. Talvez seja isso o que tanto incomoda os neocríticos: mudar com responsabilidade.

FHC, a ficção e a realidade

O Globo, 20-6-2003

A recente entrevista do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, da qual *O Globo* publicou alguns extratos em sua edição de 17 de junho, é um exercício de malabarismo semântico no qual os fatos são atropelados sem nenhuma parcimônia. Aliás, a bem da verdade, se deve reconhecer que os desencontros do ex-Presidente com a realidade brasileira não vêm de hoje. Em geral, suas análises do País, mesmo quando ainda era presidente, estão referidas a uma espécie de “Brasil virtual” – um paraíso de progresso, modernidade e bem-estar social que ele haveria criado – que, lamentavelmente, só existe no imaginário tucano. Essa perspectiva permeia toda a entrevista.

Logo na resposta à primeira pergunta, o ex-Presidente, referindo-se à vocação democrática do PSDB, afirma que “nunca levamos a campanha para a ideia do ‘ou nós ou o caos’”. Os que vivemos no Brasil real, prontamente lembramos as comparações com de La Rúa, com a situação caótica da Argentina, que semeavam o medo, como fez inclusive o próprio ex-Presidente. Lembramos as falas de autoridades do Governo e do PSDB durante a campanha, ameaçando com o caos se não fosse eleito o candidato oficialista. Ou será que Serra não era o candidato do PSDB? Quando se refere aos aspectos econômicos, o ex-mandatário ainda confunde mais as coisas.

Ele afirma, por exemplo, que não abriu a economia “... porque já estava aberta. Não abri mais nada, não baixei nenhuma tarifa”. Não é bem assim. Entre 1990 e 1994, as importações passaram de US\$31,4 bilhões para US\$33,1 bilhões, um aumento de 5,4% em quatro anos. Em 1995 saltaram para US\$50 bilhões, um aumento de 51% em um só ano. Ele não diminuiu tarifas mas sobrevalorizou a taxa de câmbio, provocando uma abertura muito mais drástica, que transformou em déficit nosso superávit comercial (que era de US\$10,4 bilhões em 1994) e gerou uma vulnerabilidade externa cujas consequências perduram até hoje. Imprecisão similar ocorre quando afirma que “era preciso aumentar a competitividade, tinha de atrair capital. Nós atraímos”.

Atraíram, é verdade, mas para a privatização – cujos contratos onerosos para o País nos estão causando sérios problemas – e para comprar empresas nacionais. E no período de auge dos fluxos de investimento direto estrangeiro, de 1995 a 1998, as exportações cresceram cerca de 3,3% ao ano em média, enquanto as importações aumentaram a um ritmo de 11,8% anuais. E a taxa de investimento situou-se, em média, em torno de modestíssimos 15,5% do PIB. A conclusão a que chega o ex-mandatário não é menos discutível: “Quer dizer: não fizemos uma abertura nem uma privatização sem modernizar o Estado, para que o Estado pudesse fazer frente a isto”. Não é certo.

Do apagão aos aumentos abusivos de tarifas, os fatos sinalizam em outra direção. Caso se tivesse modernizado o Estado antes e privatizado depois talvez não tivéssemos os problemas que hoje temos de investimento em infraestrutura e de regulação dos serviços privatizados. Falando sobre a atual política econômica, o ex-Presidente critica a manutenção de juros elevados e a reforma tributária, que segundo ele levaria a um aumento da carga tributária. Recorde-se, no entanto, que durante o seu governo o Brasil foi o campeão mundial dos juros altos, com taxas de até 45%, e a reforma tributária foi paralisada no Congresso por ação do Executivo.

Para não falar do extraordinário aumento dos impostos – a carga bruta passou de 27,9% para 35,86% do PIB entre 1995 e 2002. O ex-mandatário mostra também um inusitado apreço pelo crescimento, ainda que, outra vez, erre nos números. “A agenda tem de ser a do crescimento”, afirma, e continua: “Crescimento é investimento. (...) No governo do PSDB, as taxas de investimento passaram de 13% do PIB para 19%”. Não é verdade. A preços constantes de 1980, a maior taxa do período 1995/2002 foi 16,13% em 1997. Em 1994 a taxa era 15,02%, subiu lentamente até 1997 e daí para frente caiu até chegar em 13,93% em 2002. Recorde-se, por outro lado, que a taxa média de crescimento do PIB de 1995 a 2002 foi de apenas 2,3%, menor que na década perdida e a quarta pior dos últimos cem anos.

Ao contrário do governo tucano, que sempre procurou desqualificar seus críticos, nós entendemos que a crítica é um instrumento legítimo e bem-vindo no debate democrático. Acharmos que a transição pactuada foi uma conquista relevante da democracia. Não temos governado

com revanchismo nem olhando para o passado, embora tenhamos clareza a respeito dos severos desequilíbrios inflacionários e externos que herdamos. Temos buscado manter um nível elevado nos debates. Isso não implica, no entanto, aceitar passivamente críticas baseadas em dados e opiniões sem fundamento na realidade. Tampouco podemos aceitar que, com este tipo de argumentação, o ex-mandatário tente transferir para o PT e para o Presidente Lula a responsabilidade pelo fracasso da sua administração, que conduziu o País à borda do colapso. Apesar das dificuldades, estamos avançando e começando a criar os fundamentos para mudar, para melhor, o nosso Brasil. A esperança, que já venceu o medo, vencerá também o ceticismo e o fatalismo dos que não creem em nossa capacidade de construir o nosso próprio futuro.

A derrama do PFL

Folha de S.Paulo, 3-9-2003

Em casa de enforcado não se deve falar em corda (ditado popular). Líderes do PFL têm manifestado sua preocupação com a força. E têm razão. Afinal, o PFL, partido que “sem se impressionar com a momentânea impopularidade governamental, apoiou, apoia e apoiará o Presidente Fernando Henrique Cardoso”, como afirmava com orgulho sua direção em 1999, foi parte e protagonista central do Governo que em oito anos provocou a maior derrama da história recente do Brasil, aumentando a carga tributária em 30% entre 1995 e 2002 e piorando a qualidade do sistema tributário.

O dia da força sabem todos, foi ontem. Essa elevação da carga tributária no Governo anterior – que significou, só no ano passado, extrair da sociedade cerca de R\$110 bilhões adicionais – deveu-se em grande parte à ampliação da receita das contribuições sociais sobre o faturamento que, cobradas em cascata ao longo da cadeia produtiva, incidem pesadamente sobre os consumidores finais, principalmente os mais pobres, e as exportações, além de reduzirem a competitividade da produção nacional relativamente aos produtos importados.

Ou seja, o PFL, talvez por não ter sido alertado a tempo por seus líderes de que “governar não é aumentar impostos e de que a política econômica não se faz sobrecarregando a produção e a renda dos trabalhadores”, é corresponsável por um aumento brutal da carga tributária. É importante ressaltar que isto foi feito sem uma reforma global do sistema tributário e sem discussão com a sociedade, onerando todos os elos da cadeia produtiva e avançando diretamente sobre o bolso dos trabalhadores.

A crítica e a oposição política são ingredientes fundamentais para o exercício e aperfeiçoamento da democracia. No entanto, a temática da reforma tributária é demasiadamente séria para ser tratada de forma demagógica, com recurso a uma retórica que somente serve para encobrir interesses partidários menores. O sistema tributário brasileiro tem sido marcado pela cumulatividade, regressividade e pelo desrespeito à Federação, ferindo, por decisões unilaterais da União, o espírito de solidariedade entre as diversas esferas de governo.

A maior parte das receitas é oriunda de impostos indiretos que não discriminam entre ricos e pobres, comprometendo 26% da renda dos que ganham até dois salários mínimos, mas apenas 8% para os que ganham acima de 30 salários mínimos. Por outro lado, no âmbito da tributação direta, pagam proporcionalmente mais impostos os segmentos de rendas médias do que aqueles de rendimentos mais altos. A propriedade e a riqueza, apesar de extremamente concentradas, são escassamente tributadas e, quando o são, não contribuem para o aumento da progressividade do sistema.

A proposta de reforma tributária, apresentada pelo atual Governo e em discussão na Câmara dos Deputados, ao contrário da prática anterior, está sendo pactuada com os diversos segmentos da sociedade e da Federação, tendo sido aprovada por todos os governadores, inclusive os do PFL. Apesar de limitada pela pesada herança de um passado de injustiça e abuso tributário, a reforma contém elementos essenciais para tornar o sistema de impostos mais simples, mais eficiente e socialmente mais justo, sem aumento da carga tributária. Até porque, para aumentar a carga não seria necessária uma reforma, bastava utilizar a legislação vigente, como aconteceu nos últimos oito anos.

A interpretação de que o aumento das alíquotas do PIS, no final do ano passado, significou elevação da carga tributária é, na melhor das hipóteses, simplista. Em realidade, este aumento, apenas nominal, foi acompanhado da redução da base de cálculo dessa contribuição, visando atenuar sua cumulatividade. Algo similar sucede com a afirmação de que o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) prejudicaria os profissionais liberais e a classe média. Essa contribuição não incide sobre pessoas físicas. Os profissionais liberais que declaram como autônomos, também não são atingidos.

Na verdade, a medida destina-se a atenuar as diferenças de alíquota efetiva entre profissionais liberais que pagam tributos como pessoa física e aqueles que, com nível de rendimento similar, pagam pelo lucro presumido, ou seja, como pessoa jurídica. Por outro lado, o aumento da tributação sobre os bancos, que, sabe-se lá por que, parece ferir a sensibilidade do PFL, sinaliza claramente a intenção do Governo do Presidente Lula de impedir que o sistema financeiro, que vem auferindo lucros vultosos nos últimos anos,

continue pagando relativamente menos impostos que as empresas do setor produtivo.

Embora qualquer imposto possa ser repassado aos preços dos serviços ou bens finais, principalmente em setores oligopolizados, não é menos verdade que esse repasse seja limitado por uma série de outros fatores, inclusive pela ação governamental estimuladora da concorrência, como vem fazendo o atual Governo no caso do sistema bancário. O aprendizado extremamente recente do PFL como partido opositorista permite relevar alguns equívocos presentes na sua argumentação. Mas não justifica o recurso à desinformação da opinião pública como prática opositorista. Muito menos envolver a figura de Tiradentes na evocação de uma derrama cuja responsabilidade o PFL não tem como eludir.

Se algo pode esse partido evocar com relação ao martírio de Tiradentes, não são precisamente seus ideais ou sua grandeza, mas sim a dubiedade de Joaquim Silvério dos Reis e a insensibilidade de uma elite, ontem como hoje centrada na defesa de seus privilégios, cuja avidez tributária levou aquele grande brasileiro à forca.

Questão de justiça

Diário de S.Paulo, 11-4-2004

A reforma do Judiciário está em sua fase final de tramitação, trazendo consigo um arcabouço que dará mais agilidade e eficiência à Justiça brasileira, além de maior controle da sociedade sobre as ações dos magistrados. Mas o mérito desta reforma não está somente nestas mudanças, mas também no caráter socialmente inclusivo que ela carrega em seu conteúdo.

Neste sentido, merece destaque a instituição da autonomia das Defensorias Públicas, órgãos responsáveis pela defesa daqueles milhões de pessoas que não têm condição econômica para pagar um advogado e se defender na Justiça, requisito essencial ao exercício pleno da cidadania. A autonomia fortalece as defensorias públicas, pois explicita sua característica de instituição essencial para o Estado cumprir plenamente sua “função jurisdicional”, ou seja, exercer seu papel de dirimir os conflitos entre os cidadãos ou entre o cidadão e o Estado, por meio da aplicação da lei.

Com a autonomia garantida na Constituição Federal, as Defensorias ficam muito menos suscetíveis às ingerências políticas momentâneas e podem, de fato, trabalhar como representantes do Estado na defesa dos direitos dos mais pobres. Uma Defensoria Pública forte significa inclusão social. Em um País com os índices de pobreza tão elevados, grande parte da população não tem a menor condição de arcar com os custos de um advogado para se defender ou requerer seus direitos no Poder Judiciário.

Assim, a existência de uma Defensoria autônoma e acessível é instrumento poderoso de combate à exclusão, pois garante aos necessitados o direito básico de acesso à Justiça. Diante deste papel fundamental da Defensoria Pública, é particularmente preocupante a situação em que se encontra o Estado de São Paulo. Quinze anos depois da promulgação da Constituição, a unidade federativa com o maior Produto Interno Bruto (PIB) e a mais numerosa população do País ainda não tem uma Defensoria própria.

A administração tucana, há dez anos à frente de São Paulo, até agora não saldou esta dívida para com seus cidadãos. O sistema de

atendimento da população paulista carente hoje é muito precário. O trabalho dedicado da Procuradoria de Assistência Judiciária não consegue superar as amarras de um quadro de pessoal reduzido – com cerca de 300 procuradores atuando –, que consegue cobrir apenas 26 das cerca de 300 comarcas do estado.

Além da insuficiência de quadros, há o problema de que os procuradores que fazem a assistência judiciária também são advogados do Estado, o que muitas vezes gera conflito quando as demandas da população têm interesses conflitantes com os do governo estadual. A Procuradoria não é, entretanto, o único órgão que presta assistência jurídica para os paulistas. Por meio de convênio do Estado com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Governo Estadual paga, com recursos do Fundo de Assistência Judiciária (FAJ), para que advogados privados prestem este serviço. Mas esta não é a melhor forma de garantir à população de baixa renda.

O ideal é a implementação da Defensoria Pública do estado, autônoma e forte para se dedicar exclusivamente à prestação deste serviço. Uma instituição com quadros próprios, funcionários concursados, treinados e dedicados exclusivamente ao atendimento dos necessitados pode prestar serviços muito melhores do que os atualmente oferecidos. O Governo não pode alegar problemas de recursos. Com os R\$150 milhões que compõem o orçamento do FAJ, adicionados aos recursos da Procuradoria, o orçamento da Defensoria paulista seguramente superaria os R\$200 milhões, montante maior do que o orçamento de R\$160 milhões do Rio de Janeiro, que tem uma das melhores e mais eficientes defensorias do País e que conta com cerca de 700 defensores.

Acesso amplo e irrestrito à Justiça é direito de todos os cidadãos, independentemente de sua condição financeira. Garantir que este direito seja acessado por todos é dever do Estado e de suas unidades federativas. São Paulo, como maior estado da Federação, não pode prescindir de uma Defensoria Pública que assegure o cumprimento deste direito de seus habitantes. Espero que o Governo do estado se sensibilize e urgentemente salde esta dívida para com os paulistas. É uma questão de justiça.

Um novo projeto para São Paulo

Gazeta Mercantil, 16-12-2005

No último Encontro Estadual do PT, de 4 e 5 de dezembro, coloquei meu nome à disposição do partido e dos militantes para disputar o Governo do Estado de São Paulo. Aceitei o desafio por acreditar, acima de tudo, na potencialidade e na pujança desse Estado, onde nasci, me criei, fiz minha vida acadêmica, e para o qual tenho dedicado toda minha vida pública.

Marta Suplicy, importante liderança petista, mulher de valor e prefeita da cidade de São Paulo, que fez uma grande gestão, também se apresentou como mais uma opção do nosso partido. Eu defendo como saída para a escolha do candidato um pacto de unidade. Se não for possível deveremos recorrer às prévias, instrumento legítimo e democrático previsto pelo PT para que a militância partidária defina o candidato. Com uma diversidade cultural riquíssima e impressionante vocação para produzir riqueza, São Paulo precisa de novas políticas públicas e uma forma mais estratégica e planejada de governar.

Para isto é preciso enfrentar desafios e encontrar um novo projeto para o Estado. São muitos os desafios. Um dos maiores é o desenvolvimento econômico. O Estado de São Paulo representa um terço do PIB nacional e metade das exportações brasileiras ou US\$60 bilhões. Quando o PSDB começou a governar, o Estado participava de 51% da indústria brasileira. Hoje essa participação caiu para 45%. Parte dessa queda se deve à desindustrialização, decorrente da guerra fiscal, que não foi enfrentada pelo Governo Alckmin – que poderia ter liderado um movimento pela reforma tributária evitando disputas fratricidas entre estados.

As 40 agências de desenvolvimento regional, previstas em documento do Governo Estadual, que serviriam para levantar as vocações econômicas e potencialidades das macroregiões, além de alavancar projetos que respondessem às demandas do interior, também foram, na prática, negligenciadas pela administração tucana. Áreas estratégicas como educação ou ciência e tecnologia também merecem ser tratadas com mais atenção. São Paulo abriga 20 institutos de pesquisa de ponta

das mais diversas áreas de conhecimento, três universidades estaduais e duas universidades federais de excelência nacional.

No entanto, falta uma política de integração e articulação desse conjunto de instituições, que permita um melhor aproveitamento do potencial de cada uma, ampliando a capacidade de atração de investimentos e geração de empregos. Enquanto no restante do País foram criadas, nos últimos dois anos e dez meses, 37 novos *campi* universitários, não há em São Paulo uma política estratégica para o ensino superior, situação que tende a piorar com o corte de R\$500 milhões para investimento no orçamento. A segurança pública é outro tema prioritário.

O Estatuto do Desarmamento e os programas sociais como o Bolsa Família, todas as iniciativas do Governo Federal, têm ajudado a melhorar o quadro em todo em País, mas ainda convivemos com um nível muito alto de violência. Por ano, são registrados nove mil homicídios e cerca de 180 mil roubos de veículos no Estado. É preciso investir em políticas de prevenção à violência e, ao mesmo tempo, melhorar a capacidade de repressão e combate ao crime organizado. Não é possível admitir que o Estado mais rico da Federação pague o 25º pior salário para a Polícia Civil.

Enquanto isso, o sistema prisional tem custo alto e incompatível com a perspectiva de reabilitação dos presos. A Febem custa cerca de meio bilhão de reais por ano e é ineficaz na recuperação do menor infrator. Temos assistido inúmeras rebeliões em suas unidades, que abrigam 6,5 mil jovens em regime fechado e cerca de 16 mil em liberdade assistida. A relação do Governo Estadual com os municípios também precisa ser revista.

A municipalização de setores fundamentais, como a saúde, significou um repasse de responsabilidade para os governos municipais, sem que se estabelecesse uma parceria efetiva entre os entes federativos. Uma relação mais solidária entre Estado e prefeituras será necessária para a expansão de programas de atenção básica, como os de saúde da família e agentes comunitários. É preciso, da mesma forma, um envolvimento maior do Governo Estadual no financiamento do SUS, com a participação do tesouro do Estado. Estas são algumas das prioridades, mas não as

únicas. Estou certo de que o PT tem, de fato, a possibilidade histórica de governar o maior Estado da Federação a partir de 2007.

Há um sentimento de renovação e de mudança e um esgotamento do padrão do PSDB. Nosso Governo terá de aproveitar as experiências que deram certo, manter aquilo que há de bom e, principalmente, aprender com aquilo que não foi positivo. Se o partido e os militantes entenderem que minha formação teórica e minha experiência política poderão ajudar nesse projeto, estarei à disposição. Sinto-me preparado, maduro e experiente para enfrentar esse desafio. A experiência como senador por São Paulo e líder do Governo no Senado me deu a oportunidade de acompanhar de perto o funcionamento do Estado.

Estou preparado para governar SP

O Estado de S.Paulo, 7-5-2006

Neste domingo, os filiados do PT escolhem quem será o candidato do partido ao governo do Estado de São Paulo. Duas fortes razões me levam a pleitear a indicação dos meus companheiros. Primeiro, porque, acima de tudo, acredito estar preparado para governar o Estado onde nasci, me criei, fiz minha vida profissional e para o qual tenho dedicado toda minha vida pública. Segundo, porque acredito ser o candidato que reúne as melhores condições eleitorais para debater os grandes temas nacionais e estaduais que estarão presentes nesta campanha, defendendo o Governo Lula e o nosso projeto nacional.

Acabo de lançar o livro *Brasil, Primeiro Tempo* (Editora Planeta), comparando as realizações de apenas três anos do Governo Lula com o governo anterior. Fugindo da retórica fácil, exponho números e dados objetivos que comprovam a eficiência do nosso Governo em aspectos fundamentais para a transformação do País. Só para citar alguns, lembro que o Governo Lula estabilizou e reativou a economia, duplicou as exportações, conseguiu o maior salário mínimo dos últimos 20 anos, criou 3,8 milhões de empregos com carteira de trabalho assinada, reduziu o valor da cesta básica, colocou o jovem pobre na faculdade com o ProUni, diminuiu a pobreza e aumentou a frequência escolar em todos os níveis com o Bolsa Família.

Neste novo cenário nacional, São Paulo não pode mais ficar para trás, como tem ficado, pela ineficiência do PSDB nesses 12 anos de governo. Temos de buscar um novo caminho que faça este Estado voltar a crescer e gerar empregos. O Estado de São Paulo, que representa um terço do PIB nacional e quase metade das exportações brasileiras, participava de 51% da indústria brasileira quando o PSDB começou a governar. Hoje essa participação caiu para 45%. Parte dessa queda se deve à perda de dinamismo da indústria, decorrente da guerra fiscal, que não foi enfrentada pelo Governo Alckmin. Estou certo de que o PT, com sua militância aguerrida, têm a possibilidade histórica de governar São Paulo a partir de 2007, pois há um sentimento de renovação e um esgotamento do padrão do PSDB.

Para isso, teremos de pautar um debate qualificado e aprofundado, apresentando alternativas concretas para os principais problemas do Estado. Como fundador do PT e militante nesses 26 anos, acumulei grande experiência. Fui coordenador do programa de governo das campanhas presidenciais, deputado federal, líder da nossa bancada na Câmara e o senador mais votado da História do Brasil. Em 2002, tive quase 10,5 milhões de votos, quase três milhões a mais do que Alckmin obteve como candidato a governador.

Nos últimos três anos, como líder do Governo no Senado, tive a oportunidade de colaborar na negociação e na aprovação de projetos que trouxeram mais recursos para São Paulo e de participar de todas as importantes decisões que estão transformando o País, o que me permitiu uma visão ampla sobre o Brasil e o nosso Estado. Acredito que só teremos possibilidade de conquistar o governo com uma candidatura competitiva e com condições de crescer em todas as faixas do eleitorado.

Tenho índices de rejeição muito baixos, o que me dá maiores chances de vencer a corrida eleitoral. Estão hoje ao meu lado 55 dos 57 prefeitos do PT no Estado, 10 dos 16 deputados federais, a maioria dos deputados estaduais, e também o importante apoio de 380 dos 471 vereadores do PT, de 18 dos 19 coordenadores de macrorregiões e de cerca de 95% dos sindicalistas ligados à CUT. Sem contar o apoio fundamental do presidente Lula, que, apesar de manter a reserva que lhe cabe como presidente da República, considera a minha candidatura a mais viável para o PT hoje. Sinto-me preparado e capacitado para implantar um programa de governo que devolva a São Paulo seu dinamismo e a liderança nacional na economia e, ao mesmo tempo, tenha um olhar mais humano e generoso com as pessoas, principalmente as que mais precisam do Poder Público, como vem fazendo o Governo Lula no âmbito nacional.



Fábio Rodrigues Pozzebom/ABR

Esperança

O Globo, 7-9-2008

O brasileiro é o povo que deposita mais esperanças no futuro próximo. Com efeito, na pesquisa efetuada pelo Instituto Gallup em 132 países, os brasileiros foram os que atribuíram a maior nota para o nível de satisfação com a vida esperado para 2012: 8,4 num máximo de 10. Ficamos à frente até da Dinamarca, país com o maior grau de satisfação com a vida presente. No que tange ao índice de satisfação atual, o brasileiro ficou na 22^a colocação, algo notável para um país em desenvolvimento.

Parte desse resultado pode ser atribuída à cultura do brasileiro. Somos um país de natureza exuberante com um povo festivo, alegre e teimosamente otimista, apesar das frustrações que sofremos no passado. Também é necessário considerar o peso que a utopia do Brasil como “país do futuro” tem em nosso imaginário. Mas isoladamente esses fatores não podem explicar resultados tão significativos, até mesmo porque

a pesquisa demonstra haver correlação positiva entre o grau de satisfação e otimismo, de um lado, e a renda média e as condições de vida da população, de outro. Assim, deve haver algo no Brasil do presente que está motivando essa forte expectativa otimista no Brasil do futuro.

De fato, há. Conseguimos domar em definitivo o fantasma da inflação, grande fonte de insatisfação popular e geradora de incertezas quanto ao futuro. De 12,5%, em 2002, ela passou para 4,46%, em 2007. Mesmo agora, em plena crise internacional, o repique inflacionário foi prontamente debelado. E a economia não para de crescer. Nos últimos quatro anos, crescemos de forma sustentada a uma taxa média de 4,7%. Neste ano, cresceremos mais de 4,7%, enquanto a locomotiva internacional, a economia dos EUA, patina penosamente. Essa relativa imunidade foi alcançada graças ao esforço bem-sucedido de redução da vulnerabilidade externa da economia. Apesar de um preocupante déficit nas transações correntes, continuamos a expandir as exportações e temos reservas de US\$203 bilhões. Obtivemos o grau de investimento no meio da tempestade. Essa situação é bem distinta da verificada em outras crises, quando ficávamos expostos às turbulências mundiais e tínhamos de nos submeter às exigências do FMI.

Uma economia saudável e em crescimento contribui para esse clima de otimismo. Porém, de nada adiantaria termos economia sólida e em expansão, se isso não se refletisse em melhorias nas condições de vida da população. Pois bem, de acordo com o Ipea, entre 2003 e 2008 o percentual de pobres nas regiões Metropolitanas caiu de 35% para 24,1%, ao passo que o número de indigentes reduziu-se de 13,7% para 6,6%. Só na cidade de São Paulo, mais de 1,1 milhão de pessoas deixaram a pobreza. No Brasil, já são ao redor de 20 milhões. O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda e havia permanecido praticamente constante de 1970 a 2000, diminuiu de 0,627, em 2002, para 0,584, em 2008. A classe média, que representava apenas 42,49% da população, em 2003, pulou para 51,89%, em 2008. Conseguimos gerar mais de 10,5 milhões de empregos e programas internacionalmente elogiados, como o Bolsa Família e o Prouni, vêm distribuindo oportunidades. Já figuramos entre os países com IDH alto.

Mas não é apenas o bolo econômico que cresce e é distribuído. A autoestima do Brasil e do brasileiro também. Graças à política externa competente e audaz, o Brasil está superando aquilo que Nelson Rodri-

gues denominava de “complexo de vira-lata”. A imprensa mundial reconhece o Brasil como potência emergente que tem muito a contribuir em áreas estratégicas, como a das energias renováveis e a da produção de alimentos. Não bastasse isso, as fantásticas descobertas de petróleo do pré-sal criam condições para que o País dê salto de qualidade em seu desenvolvimento e injetam novo “gás” no otimismo do brasileiro.

Nas eleições, a esperança venceu o medo. Agora, a esperança está vencendo a miséria, o desemprego, a falta de oportunidades e as incertezas quanto ao futuro. Trata-se de conquista deste governo, que soube manter, aperfeiçoar e implementar políticas consistentes que promoveram esse quadro positivo. Também é conquista da oposição séria, que sabe criticar sem apelar para a desqualificação do debate democrático. Mas acima de tudo ela é uma vitória desse extraordinário povo do Brasil, que tem esperança, porque, ao contrário de setores da elite, acredita em si mesmo e em seu País. Neste 7 de setembro, vivam o povo brasileiro e seu otimismo, os grandes promotores da felicidade e da Independência do Brasil.

Democracia

O Globo, 5-10-2008

Neste dia, 127 milhões de cidadãos brasileiros repetirão algo que representa a dimensão mais significativa da identidade de uma Nação. Eles elegerão seus governantes num pleito livre, consolidando aquilo que Churchill denominava de o pior regime político à exceção de todos os outros: a democracia. Desta vez, entretanto, os eleitores votarão em um País bastante distinto daquele que tivemos nas décadas da inflação combinada com ausência de crescimento.

Naquela época, que parece tão distante, vivíamos momento muito difícil, tanto do ponto de vista econômico quanto social. Nossa economia, então muito vulnerável às turbulências externas, sofria com seguidos ataques especulativos. A inflação, sem controle, atingia principalmente os mais necessitados. O desemprego e a informalidade aumentavam, bem como a desigualdade entre ricos e pobres. Atravessávamos período marcado pela incerteza e o pessimismo.

Na atual conjuntura, apesar da gravíssima crise do sistema financeiro norte-americano, o Brasil vive momento substancialmente melhor. A inflação diminuiu de 12,5% em 2002, para 4,46%, em 2007. Pela primeira vez em décadas estamos crescendo de forma sustentada. Há mais de quatro anos que economia brasileira aumenta a uma taxa média de quase cinco por cento. Neste ano, mesmo com a forte turbulência internacional, deveremos ter desempenho semelhante. Temos reservas de mais de US\$200 bilhões e o grau de investimento, que nos permitem enfrentar a crise mundial em situação bem mais sólida. A tutela do FMI é um constrangimento superado.

E agora, ao contrário do que aconteceu no passado, estamos crescendo distribuindo renda. Nos últimos cinco anos, cerca de 20 milhões de pessoas deixaram a pobreza em todo o Brasil, mais de um milhão só na cidade de São Paulo. A desigualdade social, que havia permanecido praticamente constante nos últimos 30 anos do século passado, diminuiu muito. Segundo a FGV, a classe média já é o nosso segmento social majoritário e, conforme a ONU, o País entrou no rol das nações com IDH alto. Geramos 10,5 milhões de empregos e, mediante programas sociais eficientes, estamos distribuindo oportunidades a milhões de excluídos.

Essa melhoria significativa no quadro socioeconômico tem implicações profundas em nossa democracia. O Estado democrático está fundado nos direitos políticos, como o direito à associação, ao voto e à livre expressão. Porém, a democracia só consegue consolidar-se com a progressiva expansão dos direitos sociais e econômicos, como o direito à educação, à saúde, à remuneração digna e ao emprego.

É impossível conceber democracia estável e sólida num país com a maioria de sua população sem acesso a esses direitos. A exclusão socioeconômica gera cidadania de baixa densidade e população não apenas materialmente pobre, mas também juridicamente pobre que não consegue fundamentar uma democracia forte. Ademais, desigualdades profundas produzem também instabilidade política.

Assim, esse progresso recente tende a fortalecer muito a jovem democracia brasileira. Evidentemente, ainda falta muito para que tenhamos um País justo e desenvolvido. Em especial nas grandes cidades, há desafios gigantescos a serem enfrentados, como o da segurança pública, o da educação, o do transporte e o da habitação, temas frequentemente negligenciados por muitos governantes locais, que não acompanham o esforço nacional.

O essencial, porém, é que o Brasil está finalmente no rumo consistente do desenvolvimento sustentado com distribuição de renda e da consolidação de sua democracia. Na realidade, o País representa exceção num entorno regional conturbado. Muitas democracias da América do Sul ainda estão contaminadas pela doença do golpismo e do autoritarismo, que fragiliza as instituições democráticas, e pela enfermidade do populismo, que as corrompe. No Brasil, tudo indica que superamos essas patologias do sistema democrático. Daí a importância da liderança brasileira no Mercosul e na Unasul e a relevância estratégica de incluirmos todos os países nesses processos de integração, de forma a assegurarmos ambiente geopolítico estável.

O Brasil vive momento histórico muito positivo, que poderá consolidar-se e aprofundar-se, apesar da profunda crise financeira mundial, se mantivermos o rumo correto que adotamos. Esse momento é fruto, em boa parte, de políticas consistentes implementadas em âmbito federal. Mas, acima tudo, vivemos tal momento graças a você, eleitor brasileiro, que, com o gesto singelo de votar, torna a nossa democracia forte e irreversível.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900
Brasília – DF

OS nº 02407/2008